



Universitat Autònoma de Barcelona

**ADVERTIMENT.** L'accés als continguts d'aquesta tesi doctoral i la seva utilització ha de respectar els drets de la persona autora. Pot ser utilitzada per a consulta o estudi personal, així com en activitats o materials d'investigació i docència en els termes establerts a l'art. 32 del Text Refós de la Llei de Propietat Intel·lectual (RDL 1/1996). Per altres utilitzacions es requereix l'autorització prèvia i expressa de la persona autora. En qualsevol cas, en la utilització dels seus continguts caldrà indicar de forma clara el nom i cognoms de la persona autora i el títol de la tesi doctoral. No s'autoritza la seva reproducció o altres formes d'explotació efectuades amb finalitats de lucre ni la seva comunicació pública des d'un lloc aliè al servei TDX. Tampoc s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant als continguts de la tesi com als seus resums i índexs.

**ADVERTENCIA.** El acceso a los contenidos de esta tesis doctoral y su utilización debe respetar los derechos de la persona autora. Puede ser utilizada para consulta o estudio personal, así como en actividades o materiales de investigación y docencia en los términos establecidos en el art. 32 del Texto Refundido de la Ley de Propiedad Intelectual (RDL 1/1996). Para otros usos se requiere la autorización previa y expresa de la persona autora. En cualquier caso, en la utilización de sus contenidos se deberá indicar de forma clara el nombre y apellidos de la persona autora y el título de la tesis doctoral. No se autoriza su reproducción u otras formas de explotación efectuadas con fines lucrativos ni su comunicación pública desde un sitio ajeno al servicio TDR. Tampoco se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al contenido de la tesis como a sus resúmenes e índices.

**WARNING.** The access to the contents of this doctoral thesis and its use must respect the rights of the author. It can be used for reference or private study, as well as research and learning activities or materials in the terms established by the 32nd article of the Spanish Consolidated Copyright Act (RDL 1/1996). Express and previous authorization of the author is required for any other uses. In any case, when using its content, full name of the author and title of the thesis must be clearly indicated. Reproduction or other forms of for profit use or public communication from outside TDX service is not allowed. Presentation of its content in a window or frame external to TDX (framing) is not authorized either. These rights affect both the content of the thesis and its abstracts and indexes.



Facultat de Ciències de la Comunicació  
Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura

**Digitalização da Televisão por Ondas em Moçambique:  
O Papel da Televisão de Moçambique no processo  
(2006 - 2017)**

TESE DE DOUTORAMENTO

**Filipe Rui Baloi**

**Data: Setembro de 2019**

**Directora:**

**Maria Corominas Piulats**

**Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura**

**Título:**

**Digitalização da Televisão por Ondas em Moçambique: O Papel da Televisão de Moçambique no processo (2006 - 2017)**

Tese de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura apresentada na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona

Autor: Filipe Rui Baloi

Directora: Maria Corominas Piulats  
Bellaterra (Cerdanyola del Vallès), Setembro de 2019

## **Agradecimentos**

À Escola Superior de Jornalismo (ESJ) que serviu de ponte para o acesso à Universidade Autònoma de Barcelona (UAB) e poder frequentar o curso de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura.

À Cátedra de UNESCO de Comunicação (Incom-UAB) que junto da Fundação Autònoma Solidària conseguisse apoio para estadia na Vila Universitària da UAB

À Professora Maria Corominas Piulats, directora desta tese, que com muita mestria orientou todos os passos da elaboração desta tese, transmitindo conhecimentos científicos e pedagógicos. Nos momentos mais difíceis sempre esteve disponível para ajudar, e recomeçar nova etapa. A sua contribuição estende-se para além dos trabalhos da tese, ao criar facilidades do meu relacionamento com a UAB.

Às Professora Maria Dolores Montero Sánchez e Maria Corominas, vai um especial agradecimento pela participação e orientação, em todo o processo da gestão desta tese, partilhando informações, materiais, criando espaço de debate de ideias. Através das professoras, beneficiei do apoio da Fundação Autònoma Solidària, que me concedeu alojamento na Vila Universitària da UAB, de 2016 a 2019, durante os períodos da realização de provas de seguimento. Cada permanência durou um mês aproximadamente, tendo sido períodos cruciais para a pesquisa.

A todos professores e funcionários do Departamento de Media, Comunicação e Cultura, pelo carinho e valiosas contribuições que me ajudaram a consolidar o trabalho de escrita da tese.

Aos meus colegas da Televisão de Moçambique, em particular da Direcção Comercial que partilhámos o dia-a-dia, em especial ao amigo Walter Sambo. à Direcção da TMT, que participaram desta pesquisa facultando dados úteis ofereceram-se a partilhar ambiente de discussão sobre a TDT em Moçambique. Com eles aprendi muito sobre o processo TDT, um projecto cada vez mais ambicioso e desafiante para países de democracia economia emergentes.

Um especial agradecimento a todos que me concederam as entrevistas que constituem o melhor ângulo analítico, ao emitirem opiniões próprias, num gesto de gozo do direito e liberdade de expressão e de pensamento, consagrados na Constituição da República.

Aos meus colegas da Escola Superior de Jornalismo que simultaneamente escrevemos as teses no mesmo Departamento: Ernesto Nhanale, doutorado em 2017, responsável por todas as dicas burocráticas do relacionamento com a UAB; Leonel Simila (companheiro de todas as batalhas desta tese); Eulálio Mabui; Alexandre Zavala e Francisco Nguenha, que juntos partilhamos momentos, sentimentos e histórias de vida durante o percurso desta formação. A estes e outros colegas da docência, desejo-lhes maiores felicidades, sucesso profissional e muitas publicações que o país precisa.

Uma dedicatória impar vai para a minha família nuclear Ricardina Mujongo, a minha esposa, Ndzati Kiara Baloi, Kula Ringo Baloi, Yuki Filipa Baloi (transcreveu uma entrevista completa) e Daniela Ariany Baloi, aos meus filhos, que me criaram ambiente propício de pesquisa, permitiram que vezes sem conta me isolasse deles por longos momentos para ler e escrever, todos me encorajaram e me apoiaram.

À Ester Machaieie, minha mãe, agradeço aquele amor materno sempre presente, ao Jonito Baloi e Domingos Baloi, meus irmãos. São igualmente dedicados a todos amigos e familiares que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação neste e nas batalhas anteriores, o meu *Kanimabo*.

Para fecaha, ao meu pai, em sua memória, dedico esta tese, que em vida foi mais do que pai, um grande amigo, companheiro. Eternas saudades.

## **RESUMO:**

### **Digitalização da Televisão por Ondas em Moçambique: O Papel da Televisão de Moçambique no processo (2006 - 2017)**

A tese discute o processo da digitalização da televisão por ondas em Moçambique, o papel da Televisão de Moçambique no processo, no intervalo de (2006-2017). Este título serve do objecto do estudo, sob o argumento de que a digitalização da televisão em Moçambique pretende elevar o nível de oferta do serviço de televisão com maior qualidade baseado em padrões internacionais.

A partir de uma subscrição dos países membros da União Internacional das Comunicações (UIT) em 2006, e na base das recomendações da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em Novembro de 2010, Moçambique adoptou o padrão europeu de televisão, designado DVB-T2 para Televisão Digital Terrestre, uma decisão conjunta do bloco dos países SADC. A escolha colectiva do padrão pretende um equilíbrio rumo à convergência tecnológico e de conteúdos para reduzir as assimetrias na região, bem como valorizar as culturas locais a partir da produção de conteúdos próprio.

Do ponto de vista metodológico, este estudo adoptou a pesquisa bibliográfica para o aprofundamento dos aspectos conceituais ligados à digitalização da televisão em Moçambique e a pesquisa documental, em particular, os documentos de entidades estatais e de outros organismos que participam na definição e implementação do processo de digitalização no país. Constatou-se que a implementação do processo da TDT resulta de um investimento estrangeiro da StarTimes Technology da China, que ganhou um concurso internacional lançado pelo Governo de Moçambique em 2016.

Em 2011, o Governo moçambicano criou a Comissão Nacional para Migração Digital (COMID). O processo da TDT é baseado numa estratégia da migração da radiodifusão terrestre analógica para digital em Moçambique, aprovada em 2014.

Moçambique não respondeu o desafio de terminar com as emissões analógicas, cujo prazo era de 17 de Junho de 2015. No entanto, o processo encontra-se bastante avançado, orçado em US\$ 165 milhões que incluem a instalação da rede de emissores, a digitalização dos estudos da TVM, a disponibilização de 400 mil Set Top Box (STB) e a construção de um edifício em

Maputo, um espaço que onde funcionará a empresa de Transporte Multiplexação Transmissão (TMT) e parte da TVM. A TMT é a única empresa, pública, que irá distribuir o sinal de todas as televisões nacionais através da sua rede de emissores, mediante o pagamento de uma taxa ainda não publicada.

A eleição da TVM para estudo de caso está ligada ao papel histórico da televisão em Moçambique, também por ser a televisão pública indicada para migração da televisão onde o Estado tem feito maiores investimentos. Constatamos que o seu papel é bastante relevante ao participar de todo o processo integrando diferentes equipas, oferecendo os seus meios tecnológicos, financeiros, humanos e infraestruturais.

Predominam fraquezas no domínio holístico dos processos, fraca visão, atrasos e adiamentos, pouca clareza e baixo nível da execução do plano de comunicação.

**Palavras-chave:** digitalização; televisão por ondas; Moçambique; estratégia radiodifusão; política de comunicação

## ABSTRACT:

### **Digitization of Terrestrial Television in Mozambique: The Role of Television of Mozambique in the Process (2006 - 2017).**

The thesis discusses the digitization of terrestrial television in Mozambique, the role of Television of Mozambique in the process, in the range of (2006-2017). This title serves as the object of the study, arguing that digitization of television in Mozambique is intended to raise the level of supply of the highest quality television service based on international standards.

Based on a subscription from the International Telecommunications Union (ITU) member countries in 2006 and based on the recommendations of the Southern African Development Community (SADC), in November 2010, Mozambique adopted the European television standard, called DVB- T2 for Digital Terrestrial Television, a joint decision by the SADC countries. The collective choice of the standard aims to strike a balance towards technological and content convergence to reduce asymmetries in the region, as well as to value local cultures through the production of their own content.

From a methodological point of view, this study adopted bibliographic research to deepen the conceptual aspects related to the digitization of television in Mozambique of state entities and other organizations that participate in the definition and implementation process. The implementation of the DTT process was found to be the result of a foreign investment by StarTimes Technology of China, which won an international tender launched by the Government of Mozambique in 2016.

In 2011, the Mozambican Government created the National Commission for Digital Migration (COMID). The DTT process is based on a strategy of migration from analogue to digital terrestrial broadcasting in Mozambique, approved in 2014. Mozambique has not responded to the challenge of ending analogue emissions, which was due on 17 June 2015. However, the process is well advanced, budgeted at US \$ 165 million including the installation of the network of emitters, the digitization of TVM studies, the availability of 400,000 Set Top Box (STB) and the construction of a building in Maputo, a space where will operate the Transport Multiplexation Transmission (TMT) company and part of TVM. TMT

is the only public company that will distribute the signal of all national televisions through its network of broadcasters for an unpublished fee.

The election of TVM for casual study is linked to the historical role of television in Mozambique, also because it is the public television indicated for the migration of television where the state has made major investments. We realize that your role is quite relevant in participating in the whole process by integrating different teams, offering their technological, financial, human and infrastructural means.

Weaknesses in the holistic domain of processes, poor vision, delays and postponements, poor clarity and low level of communication plan execution predominate.

**Keywords:** digitisation; terrestrial television; Mozambique; broadcasting strategy; communication policy

## Lista de Abreviaturas

<b>AR</b>	<b>Assembleia da República</b>
<b>BR</b>	<b>Boletim da República</b>
<b>CIP</b>	<b>Centro de Integridade Pública</b>
<b>COMID</b>	<b>Comissão Nacional para a Migração Digital</b>
<b>CONSADC</b>	<b>Comissão Nacional da SADC</b>
<b>CTC</b>	<b>Centro de Transmissão Central</b>
<b>CTP</b>	<b>Centro de Televisão Provincial</b>
<b>CR</b>	<b>Constituição da República</b>
<b>DVB-T2</b>	<b>Digital Video Broadcasting – Terrestrial up.2</b>
<b>FRELIMO</b>	<b>Frente da Libertação de Moçambique</b>
<b>GABINFO</b>	<b>Gabinete de Informação</b>
<b>ICS</b>	<b>Instituto de Comunicação social</b>
<b>INCM</b>	<b>Instituto Nacional das Comunicações</b>
<b>MTC</b>	<b>Ministério dos Transportes e Comunicações</b>
<b>RM</b>	<b>Rádio Moçambique</b>
<b>SADC</b>	<b>Comunidade Desenvolvimento da Africa Austral</b>
<b>STB</b>	<b>Set Top Box</b>
<b>TDM</b>	<b>Telecomunicação de Moçambique</b>
<b>TDT</b>	<b>Televisão Digital Terrestre</b>
<b>TMT</b>	<b>Transporte Multiplexação e Transmissão</b>
<b>TVE</b>	<b>Televisão Experimental</b>
<b>TVM</b>	<b>Televisão de Moçambique</b>



# ÍNDICE

ÍNDICE.....	x
CAPÍTULO I.....	18
1.CONTEXTO E ORIGEM DA INVESTIGAÇÃO.....	18
1. Introdução, objectivos, Metodologia.....	18
1.1 Apresentação.....	18
1.2.Objecto de Estudo.....	21
1.4. Cronologia da TDT.....	28
1.5.Construção de etapas operacionais.....	29
1.6.Objectivo Geral.....	30
1.6.1.Objectivos da pesquisa.....	30
1.7.Metodologia.....	31
1.7.1.Análise Qualitativa.....	36
1.7.2. Plano de amostragem.....	39
1.7.3. Obtenção de dados primários.....	41
1.7.4. Observação participante.....	41
1.7.5. As entrevistas.....	42
1.8.Estrutura da tese.....	52
CAPITULO II.....	61
2.MARCO TEÓRICO.....	61
2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO.....	61
2.1.1. Conceito de Políticas Públicas.....	61
2.1.2. Conceito de Estado na perspectiva do Estado Moçambicano.....	67
2.2. Política de Comunicação.....	72
2.2.1.Sistema da Media.....	83

\_Toc18588590

2.4.A televisão pública como motor da TDT .....	101
2.5.Relação da media e democracia em África .....	105
2.6.Gestão e monitoria do espectro .....	114
2.7.Regulação da Radiodifusão.....	115
2.7.1.Regulação e Convergência.....	119
CAPÍTULO III.....	125
3.ESTUDO DOS ANTECEDENTES.....	125
3.1.Contextualização da televisão em Moçambique .....	125
3.2.Marco legal .....	127
3.3. Regulamentação da TVM .....	132
3.4.Estatuto da Televisão de Moçambique E.P.....	133
3.4.1.Estrutura Orgânica da TVM.....	137
3.4.2.TVM Internacional.....	140
3.4.3.Programação .....	142
3.4.4.Cadeia de produção.....	144
CAPÍTULO IV.....	151
4. POLÍTICA DE DIGITALIZAÇÃO DA TELEVISÃO POR ONDAS NA SADC .....	151
4.1. Notas Introdutórias.....	151
4.2.Breve historial do nascimento da SADC .....	153
4.3. Funcionamiento de la radiotelevisión en el SADC .....	159
4.4.Política da Digitalização da TDT por Ondas na SADC .....	163
4.5.Escolha Isolada do Padrão ISDB-T do Botswana.....	167
4.6.Escolha regional de padrão DVB – T2 .....	171
4.6.1Partilha de Conteúdos .....	175
4.6.2.Política de Set-Top-Box (STB) em SADC .....	180
4.6.3.Regulação.....	183
4.7.Índice de Desenvolvimento de TIC's.....	184

4.8.Liberdade de Expressão e informação na SADC.....	186
4.9.A Declaração de Windhoek sobre a Promoção de uma Imprensa Africana Independente e Pluralística, Maio de 1991. ....	187
4.10.Protocolo sobre Cultura, Informação e Desporto da SADC (2001).....	188
4.11.Protocolo Sobre Trocas Comerciais da SADC .....	190
4.12.Investimento Directo Estrangeiro na SADC.....	191
4.13.Restrições ao Investimento Directo Estrangeiro .....	193
CAPÍTULO V .....	197
5. A DIGITALIZAÇÃO DA TELEVISÃO POR ONDAS EM MOÇAMBIQUE .....	197
5.1.Evolução cronológica da TDT por etapas.....	198
CAPÍTULO VI.....	204
5. PRIMEIRA ETAPA (2006 – 2017).....	204
CAPÍTULO VII .....	211
7.SEGUNDA ETAPA (2011 -2013) .....	211
CAPÍTULO VIII.....	223
8. TERCEIRA ETAPA (2014-2017) .....	223
8.1.1.Modelo de negócio empresarial .....	225
8.2.Terceira etapa de implementação da TDT .....	226
8.2.1.Plano de Comunicação do processo da TDT .....	228
CAPÍTULO IX.....	236
9.O PAPEL DA TELEVISAO DE MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DA TDT .....	236
9.1.Criação da Transporte, Multiplexação e Transmissão - TMT. S.A. ....	244
9.1.1.Origem e Funcionamento.....	244
9.1.2Acesso aos Set-Top-Boxes pelos cidadãos .....	250
9.1.3-Rede de transmissão .....	255
9.1.4.Simulcast - dupla iluminação.....	259
9.1.5.Destino do lixo electrónico .....	261

9.2.A Relação TVM, TMT e outras televisões .....	265
9.3.Divulgação da estratégia da TDT.....	269
9.4.Formação de técnicos da TDT .....	270
9.5.Digitalização da TVM.....	272
9.5.1.Digitalização da cadeia de produção de conteúdos.....	272
9.5.2.Equipamentos dos estúdios da TVM .....	277
9.5.3.Digitalização da mediateca .....	279
9.5.4.Promoção da TDT em Moçambique.....	280
CAPÍTULO X.....	285
10.CONCLUSÕES .....	285
10.1 Respostas aos objectivos da tese.....	286
ANEXOS - ENTREVISTAS .....	323

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela N 1. Relação dos entrevistados, cargo e data da entrevista.....	48
Quadro N. 2. Distribuição dos CTPs por província, total de funcionários e o ano da fundação. .....	126
Tabela. N.3. Índice de Desenvolvimento das TIC's (IDI), 2017 .....	185
Tabela N. 4 Investimento Directo Estrangeiro na SADC (2008-2009).....	194
Tabela. 5 Actividades da TDT por ano. ....	205
Tabela N.6 Segunda Etapa 2011 - 2013.....	211

# CAPÍTULO I

## 1. CONTEXTO E ORIGEM DA INVESTIGAÇÃO

### 1. Introdução, objectivos, Metodologia.

#### 1.1 Apresentação

O Objectivo principal desta tese é de compreender a digitalização da televisão por ondas em Moçambique, analisando o papel da Televisão de Moçambique no processo da Televisão Digital Terrestre (2006 -2017). Este objectivo central dá nome ao tema desta pesquisa que procura analisar o processo de TDT olhando para as políticas que o país desenvolve para acomodar diferentes atuações estratégicas na área das comunicações e da radiodifusão em particular.

O tema é bastante actual e desafiante pois, a pesquisa decorre em simultâneo com a ocorrência do processo, que se caracteriza por possuir uma carga política elevada, logo controlado centralmente pelo Governo. Durante o período em análise, o processo assinalou-se por constante anúncio de datas do apagão, circuito de distribuição dos STB e o seu preço, o preço do transporte e gestão do sinal. O Governo, refém do investidor chinês, nunca soube posicionar-se e assumir uma data limite definitiva. Este é um fenómeno que se repete na maioria dos países da SADC. Os países deste bloco económico estão atrasados em massa, de tal sorte que, findo o período de 2015, assinaram entre si memorandos de gestão de possível invasão das ondas dos emissores analógicos sobre os digitais uma vez que, findo 2015, os países que não migraram até aquela data perderam a protecção da UIT.

Em 2006, o Estado moçambicano abraçou a migração tecnológica da radiodifusão, de analógico para digital. Em 2010, anuncia a adesão ao padrão europeu DVB-T2, uma decisão da região da SADC, com excepção do Botswana e Angola que optaram pelo padrão nipónico/brasileiro ISDB-T.

O anúncio do projecto da digitalização da televisão terrestre por ondas em Moçambique caiu como de surpresa ao se anunciar que a construção da rede e a digitalização das unidades de produção da TVM custava cerca de USD 300 milhões, e mais, estavam adjudicados a uma empresa chinesa do grupo Startimes Holding Technology. Por um lado, um grito pelo valor

muito alto para uma economia frágil de Moçambique, e por outro, a polémica ligação do negócio da digitalização televisiva à família do então Chefe do Estado, Armando Guebuza.

Em 2011 o Ministério dos Transportes e Comunicações cria a Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID), que desenvolveu uma estratégia da migração, que foi aprovada em 2013. A Estratégia visa orientar todo o processo da migração digital. Em 2014 o governo cria a TMT, responsável pelo transporte, multiplexação e transmissão, cuja missão é garantir uma boa distribuição do sinal de televisão produzidos pelas televisões nacionais. Nasce desta forma um novo modelo de fazer televisão. As produtoras de conteúdo deixam de se preocupar com a transmissão, podendo melhorar a sua capacidade com conteúdos mais abrangentes e temáticos, mais canais poderão surgir.

Em 2015, o país não conseguiu migrar do analógico para digital, entretanto, instalou 18 emissores digitais nas zonas fronteiriças para continuar a transmitir em formato analógico, sem interferir nos emissores dos países cujo seus processos estão mais avançados. Em dezembro de 2015 o Governo inaugura o primeiro emissor digital na província de Maputo, dando início ao período de dupla iluminação, pouco proveitoso por falta de STB. Observadores das políticas de comunicação do país alertaram, desde o início, que não seria possível observar-se o calendário de 2015 e nem recomendavam previsões (Joanguete, 2014).

Em 2016 o Governo lançou um concurso internacional que foi ganho pela Startime da China. Tudo indica que o EXIM BANK da China condicionou o financiamento da TDT, à aprovação da Startimes no concurso. Trata-se de uma imposição de um Estado para outro Estado.

Outra motivação para esta pesquisa é por se tratar de um tema que versa sobre assuntos de interesses público, que ainda não foram estudados, ou melhor, não foram encontrados nas escritas de pesquisadores nacionais, cuja literatura é utilizada neste trabalho, que em seguida destacamos: (Mário, 2012) aborda a digitalização em Moçambique, olhando para uma perspectiva jurídico-legal, posicionando-se na sociedade civil levanta uma série de questões inerentes ao processo de criação e adesão às convenções internacionais.

Da legitimidade de atribuição de missões a certos órgãos do Estado, deixando ficar logo do princípio, a ideia de que há separação em matéria de cobertura jornalística, entre as televisões públicas e privadas nesta matéria. Na verdade, denota-se uma separação muito ténue entre a forma e o conteúdo fornecido, quer pelas televisões públicas, quer pelas privadas no que diz

respeito à prestação do serviço público de informação. O que surge ao longo dos trabalhos dos media, é que as audiências tendem a preferir um ou outro canal, consoante a noticiabilidade do assunto. Existem assuntos que vale a pena ver tratados num canal privado em detrimento do público e vice-versa.

O precursor da discussão sobre a Televisão Digital Terrestre (TDT) por ondas em Moçambique é Tomás Vieira Mário (2012) que analisa o processo da migração da radiodifusão em Moçambique: uma análise crítica.

A digitalização da televisão é uma preocupação internacional, uma recomendação em relação aos prazos a cumprir, que na prática, muitos países africanos em particular não reúnem condições básicas como: capacidade económica de auto-financiamento, tecnologia e conhecimento, que suportem as suas decisões. Sobre estas matérias, socorremo-nos do estudioso das teorias de comunicação, o Professor Guy Berger, na sua obra “Theorising African Communications” (2012) e dedicamos um capítulo sobre teorias africanas, no nosso quadro teórico mais adiante.

Autores como (Berger, 2011); (Nkuna, 2012); Taylor, S. (2006); Thomas, H. and Mavhungu, J. (2013), discutem dentre muitos aspectos, a participação nos debates e a criação das políticas de digitalização a nível da África do Sul, deixando instrumentos e recomendações valiosas para o nosso debate.

Acreditamos que a implementação deste novo sistema vai alterar profundamente o *modus operandi* das diversas entidades reguladoras; comerciais; da *media*; senão mesmo o tecido social moçambicano. A Televisão Digital Terrestre por Ondas vai separar as actividades de produção televisivas das de transmissão.

Entende-se que o conceito de televisão deverá expandir-se e apresentar reflexos significativos na sua qualidade e trazer lógicas não comerciais e novos conteúdos. Essa tem sido a compreensão dos pensadores do campo da Economia Política da Comunicação (Totale, J. 2003).

A economia política da comunicação, da informação e da cultura vem estudando há décadas aquilo que os franceses chamam de “lógicas sociais” (Bolaño, 2009).

Mais adiante, no quadro teórico abordamos esta temática dada a importância que representa na esfera da vida social pois, se denota importante pensar em como as práticas de

comunicação, incluindo os comunicadores e as ferramentas que eles usam, constroem um mundo social e cultural que inclui mitos e símbolos.

O processo da migração tecnológica no País veio agregar mais um problema no contexto das políticas de comunicação no rolo da problemática existente como a falta de acesso à informação. Segundo o censo de 2007, menos da metade dos lares moçambicanos tinha aparelho de TV.

Esses aspectos ilustram o quão difícil será o caminho de idas e vindas pleno de dificuldades, próprias de um país marcado por limitações de diversa ordem. Nessa óptica é fundamental que o governo moçambicano, ao pensar nas políticas de migração tecnológica, também invista em sistemas que permitam não apenas uma migração a baixo custo, mas que sejam estudados em função de sua capacidade de actuar socialmente em relação à educação e à distribuição de conteúdos inclusivos. Essa é a visão dos pesquisadores congregados no grupo Comunicação Economia Política e Sociedade – Cepos, atentos ao fenómeno da digitalização das *media*, em diversos contextos (Totale, J. 2003).

## **1.2. Objecto de Estudo**

O objecto do estudo desta pesquisa é a digitalização da televisão por ondas em Moçambique: O papel da Televisão de Moçambique no processo da TDT (2006 -2017).

No decurso desta pesquisa, e de forma geral em muita literatura, o processo de implantação da televisão digital terrestre está intrinsecamente ligado a qualidade do sinal que este padrão oferece aos cidadãos e outras facilidades como, a capacidade de gravar programas de forma automática, e visionar a posterior (Montez & Becker, 2005). Estas múltiplas vantagens estão ligadas ao uso de tecnologias de comunicação e informação para se referir da televisão digital terrestre.

Para estudar a digitalização da televisão terrestre, recorreremos às políticas públicas, e de forma particular, às políticas das comunicações avançados por Van Cuilenburg e McQuail, no trabalho intitulado *Media Policy Paradigm Shifts: Towards a New Communications Policy Paradigm, 2003*. Neste artigo, os autores afirmam que as origens das políticas de comunicação residem na interação entre a busca de interesses nacionais pelos Estados e as operações pelas empresas comerciais – industriais. Tanto Governo como os industriais

buscam vantagens mútuas por meio de privilégios, regulamentos e restrições. Uma das vantagens que se pode avançar tem a ver com a capacidade de responder as necessidades dos cidadãos.

As políticas, em geral, “referem-se a projetos conscientes (públicos) para alcançar algum objetivo, juntamente com os meios propostos e o cronograma para alcançá-los” (Van Cuilenburg e McQuail, 2003:182). Ou seja, pouco importa a iniciativa legal, o fundamental é que a lei deve satisfazer interesses públicos. E a nossa questão de partida centra-se nesta discussão de como é que a TDT é para além de uma migração tecnológica. De que forma o Governo envolve diferentes forças da sociedade, interessadas ou visadas pela digitalização. De que forma se prepara para esta mudança definitiva e irreversível. Que políticas cria? E de que formas as cria?

A pesquisa cobre um período de 11 anos (2006-2017). A forma que se encontrou para estudar a TDT durante este longo período, foi reparti-lo por três etapas, que corresponde: (2006 – 2010), representa uma fase inicial muito embrionária sem documentação considerável; de 2011 a 2013, segundo momento de arranque das acções de digitalização com o destaque para a constituição de diferentes equipas de trabalhos e a busca de financiamento, dentro e fora do país, discute-se mais a TDT em seminários e através da imprensa; e (2014 a 2017), um terceiro momento de aprovação e implementação de estratégias, criação da TMT. Este período é agitado porque supostamente em 2015, registar-se-ia o apagão.

O projecto da pesquisa cobria, inicialmente, 10 anos (2006-2016), mas foi alargado para mais um ano, devido ao atraso registado na finalização da tese, motivado pela sobrecarga laboral do doutorando, e pelos factos que a seguir se descrevem no subtema 1.5, que descreve as etapas de análise.

### **1.3. Conceito e vantagens de TDT**

A Televisão Digital Terrestre (TDT) é a grande novidade do contexto actual, no mundo da comunicação social em particular e das tecnologias de informação e comunicação no geral. O termo televisão digital consiste na transmissão digital dos sinais de televisão de uma emissora até um aparelho receptor.

Denicoli (2011) elabora o conceito da TV digital através da comparação do sistema de transmissão da mensagem do sistema analógico para digital, onde destaca que, ao contrário do analógico, a mensagem digital não é um sinal contínuo no tempo. “Ela é formada por símbolos, dispostos de forma sequencial”. Para se explicar, compara o sistema digital ao sistema alfabético. E diz: “O alfabeto pode ser definido como um conjunto de símbolos gráficos (letras) que, agrupados, permite-nos formar palavras. Estas, por sua vez, também podem ser agrupadas e, assim dão origem a infinitos textos” (Denicoli, 2011:17).

A Televisão Digital Terrestre por Ondas (TDT) consiste na transmissão digital dos sinais de televisão de uma emissora até um aparelho receptor. O sinal de televisão digital pode chegar até às famílias por meio de transmissão via satélite, cabos coaxiais, fibra ótica, pela Web ou por ondas que se propagam pelo espaço, que é a chamada televisão digital terrestre (Denicoli, 2011:23).

A propagação das ondas pelo espaço é o que caracteriza a comunicação terrestre, que se tornou possível, só no Séc. XIX, graças à descoberta do Heinrich Hertz, daí as ondas que são a base da comunicação terrestre designarem-se hertzianas. Estas ondas são classificadas de acordo com a sua frequência. É a organização das frequências no espectro que permite a utilização das ondas eletromagnéticas, para os mais diversos fins que interfiram entre si (Denicoli, 2011).

Geralmente, o conceito da TDT é tratado evidenciando-se as suas vantagens perante a televisão “tradicional” a analógica. A Estratégia Nacional de Migração Digital realça que a digitalização do sinal permite aumentar a gama e a qualidade de serviços, graças à compressão digital, o que aumenta a eficiência do espectro por um lado, e por outro, a capacidade de carga das redes. Portanto, a utilização mais racional do espectro radioelétrico (recurso escasso) permite a alocação de mais programas dentro do mesmo canal (emissor), numa relação de 1 para 12 a 15 programas (em DVB-T2 com codificação MPEG4/10/H.264/AVC). Esta mudança permite a libertação das frequências para outras actividades comerciais (COMID, 2013).

A vantagem mais perceptível da transmissão em sistema digital é a conservação da qualidade do sinal (Montez & Becker, 2005:26). Um espaço que antes alojava apenas um canal de televisão passa a chamar-se canal múltiplo digital, ou multiplex. Esta vem a ser a consequência maior e mais visível neste momento da tecnologia digital é a disponibilidade de

múltiplos canais e o fim da escassez de suportes, bem como o baixo custo por canal (Bustamente, 2003)

Pese embora se registem vantagens na transmissão digital terrestre de televisão, o sinal digital não é mais resistente a possível interferência que o sinal analógico, devido à natureza do seu sinal que é electromagnético.

A vantagem mais perceptível da transmissão em sistema digital é a conservação da qualidade do sinal (Montez & Becker, 2005:26). Pela qualidade do sinal digital, acredita-se que venha massificar ainda mais o consumo da televisão em Moçambique, porque esta forma de transmissão proporciona alguns benefícios directos para o usuário final como<sup>1</sup>:

- a. Aumento na qualidade da imagem, propiciando uma resolução de até 1280 x 1080 pixels, denominada de TV de alta definição ou HDTV (*High Definition Television*).
- b. Ainda no campo técnico, outra grande vantagem da TV digital é a otimização do espectro de frequências, que pode ocorrer de duas formas<sup>2</sup>:
  - b.1. Compactação do sinal - *na transmissão analógica, o sinal não pode ser comprimido ou compactado, tal como ocorre na transmissão digital. Cada pixel do sinal analógico precisa estar incluído no sinal. Numa transmissão analógico padrão, são emitidos sinais com 525 linhas por 720 pixels, totalizando 378 mil pixels por quadro, o que ocupa todo canal de 6 MHz disponível no sistema brasileiro. (...) Já na transmissão digital pode ser compactada, tornando desnecessário o envio de todos os pixels de cada quadro, reduzindo a banda usada na transmissão. Os sinais binários apresentam redundâncias e detalhes não perceptíveis pelo ser humano, o que possibilita a compactação dos dados sem perda de qualidade. A compactação leva a uma menor taxa de transmissão, possibilitando que mais conteúdo seja veiculado nos mesmos canais (...)*
  - b.2. Ausência de interferência – *(...) na transmissão analógica, seja UHF ou VHF, um canal interfere no outro se ambos forem alocados em frequências muito próximas.*

---

<sup>1</sup> Pícolo (2005) Arquitetura do Set-Top Box para a TV Digital Interactiva. Instituto de Computação – Unicamp, <http://www.ic.unicamp.br/~rodolfo/Cursos/mo401/2s2005/Trabalho/039632-settopbox.pdf>. Consultado em 31 de janeiro, 2018.

<sup>2</sup> MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 2ª Edição.

*Para evitar isso, é preciso deixar uma certa faixa do espectro livre entre dois canais (...). Um canal não interfere no outro, dispensando o canal livre do sistema analógico. No sistema digital os canais intermediários (vagos) podem ser realocados para outras emissoras de TV ou prestadoras de serviços de telecomunicações, dependendo da regulamentação (Ibid pag. 27)*

- c. Transmissão pela emissora de TV de dados em conjunto com sinais de áudio e vídeo constituindo programas ou aplicações interativas. Tal funcionalidade traz benefícios sociais, pois permite que a TV sirva como um instrumento de inclusão social, prestando serviços como governo eletrônico ou educação, por exemplo, para a população.
- d. Transmissão de Metadados, que são dados adicionais sobre a programação televisiva disponível. Por exemplo, permite aplicações como o Guia Eletrônico de Programação, que apresenta a grade de programação disponibilizada pelas emissoras em um período de tempo.
- e. Uso de um canal de retorno, que permite que o usuário envie dados relativos a um programa ou aplicação à emissora ou provedor de serviço, utilizando somente o controle remoto. Podem ser usados como canal de retorno telefone fixo, ADSL, celular, PLC (Power Line Communication)<sup>3</sup> etc.
- f. Convergência com outras redes de telecomunicações, como Internet ou SMS, por exemplo, possibilitando a criação de novos serviços de telecomunicações.
- g. Propicia o aumento do número de canais disponíveis em razão da maior compactação do sinal. No caso da TV de transmissão terrestre, permite transmitir nos mesmos 6 MHz utilizados atualmente pela TV analógica um programa HDTV ou 4 programas em SDTV (*Standard Definition Television*), que corresponde a uma resolução de 640 x 480 pixels. Considerando que o sinal digital é menos suscetível a interferências que o analógico, esse aumento de canais disponíveis também pode ocorrer devido à otimização do espectro de radiofrequência.

---

<sup>3</sup> Aqui, o autor retrata a interatividade que abordamos subtítulo do Set-Top Box, (página...)

A pressão pela optimização do espectro cresceu com o avanço das tecnologias de comunicação, incluindo aqui rádio, televisão e o celular (Montez & Becker, 2005). Serviços cada vez mais complexos e em maior volume exigem mais canais de transmissão. Foi pela saturação do espectro que o Governo de Moçambique fechou o licenciamento da rádio e televisão.

Nos onze anos que vão de 2006 a 2017, esta novidade começou a ganhar importância em Moçambique, onde o Governo, através dos respectivos sectores de interesse, abriu espaço para debate que, na avaliação da sociedade civil, sector privado e dos pesquisadores, o movimento à volta da TDT é ausente, segundo os nossos entrevistados.

Não obstante, apesar de reiterada discussão em volta da essência social na busca de uma reafirmação cada vez mais forte da cidadania, os envolvidos limitaram-se a tratar de aspectos tecnológicos, sobre a qualidade e as vantagens que advirão da migração, tornando o debate mais político e técnico a avaliar pelos anos do processo e o nível de envolvência da sociedade e o seu consequente domínio da matéria.

O Governo moçambicano optou pelo padrão europeu por convenções regionais, que da nossa análise responde em primeira mão a aspectos tecnológicos, e pode-se dizer que não houve grandes debates sobre o modelo e o assunto ficou logo arrumado (Tomás, 2012; Joanguete, 2010 e Miguel, 2015).

Entretanto, o modelo da TV digital não suscita apenas questões tecnológicas. Diz respeito ao uso social que queremos fazer dessa tecnologia e em seguida destacamos questões como: Haverá alta definição? Haverá programação múltipla? Serão oferecidos serviços interactivos? Haverá mobilidade na recepção? Quanto custará, exactamente, o mínimo para adquirir o STB? Haverá uma taxa reduzida no acto da aquisição para algumas famílias? Qual será o critério? Como será o financiamento dessa televisão? O Governo decidiu por um sistema público. Como será o modelo de negócios? Quanto será baseado em venda de anúncios, quanto em venda directa? Algumas destas questões serão debatidas nos próximos capítulos.

O Grupo de Acompanhamento da Migração para Televisão Digital Terrestre português (GAM-TD) publicou um relatório em 2012, onde se lê:

*“A televisão digital é a designação atribuída ao processo de transmissão de vídeo, áudio e dados, através da utilização de sinais digitais, por oposição aos sinais analógicos utilizados*

*pelos sistemas tradicionais de televisão (analógica), oferecendo melhor qualidade - resultante nomeadamente da maior imunidade a perturbações na imagem - e proporcionando espaço para mais canais de televisão e novos serviços, bem como outras potencialidades, designadamente ao nível da interatividade.* Fim da citação. (ANACOM, 2012).

Pode se depreender daqui que a televisão digital é sinónimo de qualidade de imagem e som, superior a televisão analógica, espaço para mais canais na mesma frequência – é ainda, sinónimo de novos serviços interativos de informação e entretenimento, conforme tratamos acima.

Em Moçambique a discussão é protagonizada pelo Governo que demonstra maioritariamente as vantagens da TDT e quase nunca as suas desvantagens, mesmo sob ponto de vista de investimento, perante total injeção de financiamento proveniente da China.

O desafio da apropriação da tecnologia passa pela capacidade de *aprender, desaprender e voltar a aprender* como fendeu de modos a vencer a resistência as mudanças (Cádima, 2003).

(...) “Do fraco domínio tecnológico, importante relevar a questão do poder de compra da maioria dos moçambicanos que ainda não recebem sinal de TV nas suas zonas de residência, (...) Igualmente, é fundamental entende que as redes de distribuição de sinal por contratação interessam-se pelas zonas economicamente rentáveis, por isso se concentram nas cidades”. (IESE, 2018).

Para a sociedade civil e o sector privado, bem como académicos, é indubitável que a TDT tem potencialidades de interesse público, mas é necessário ter presente as condições concretas do País (...). E ainda os elevados volumes de investimento com eficiências marginais (...). É importante então materializar a promessa de que a migração digital não é meramente tecnológica, é também social e mais, o sinal aberto só terá efectivamente o seu papel de canal público se poder massificar cobertura através de emissores com maior potencia e STB acessível aos consumidores de baixa renda. Ou seja, a estratégia da migração digital deve acima de tudo, garantir uma vantagem social – o acesso democrático generalizado à população e os legítimos interesses dos intervenientes (Miguel, 2015).

Numa perspectiva estratégica de complementaridade entre operadores, consumidores, mercado e Sociedade de Informação, a estratégia no domínio da televisão digital, deverá lembrar a necessária conciliação entre a «opção» mercado e o «desígnio» Sociedade do

Conhecimento (Cádima, 2003). O que significa que a economia não pode estar separada do conhecimento, e que o campo da recepção deve ser visto na sua duplicidade paradoxal: consumo e cidadania, remata o autor.

#### **1.4. Cronologia da TDT**

Para compreendermos o processo de digitalização em Moçambique, utilizamos um esquema cronológico<sup>4</sup> baseado no levantamento das publicações referentes à digitalização em cada ano, de 2006 a 2017, período coberto pela pesquisa, pelas seguintes razões:

- a) O período que nos propusemos estudar a digitalização é relativamente longo para explicá-lo numa única etapa (2006-2017);
- b) Cada etapa apresenta fluxo de informação típica que caracteriza as fases do processo;
- c) O processo de implementação da digitalização poderia corresponder por hipótese, a três fases de possível verificação:
  - a. Adesão aos acordos da UIT sobre a TDT a escala mundial, e à escala da região da SADC, que marcam o período introdutório que se caracteriza por uma novidade da TDT, busca de financiamento, criação de órgão de gestão do processo e a sua orientação.
  - b. Desenho de políticas, estratégias, sua implementação, campanha de comunicação, participação;
  - c. Implementação da TDT propriamente dita, a rede de emissores, apagão e dupla iluminação, disponibilização dos equipamentos do consumo doméstico.

O percurso que narra a história do processo foi marcado por diferente intensidade e sinuosidade que o estudo pretendia compreender a visão geral do processo TDT em Moçambique.

---

<sup>4</sup> A cronologia corporiza a segunda parte da tese e mereceu um destaque em quatro capítulos é tratada detalhadamente nos capítulos V, VI, VII e VIII

Pelo facto de a tese ter sido escrita até então (2019), ficamos tentados a incluir parte de dados mais recentes sobre o assunto. Assim, surge uma quarta etapa da nossa análise que trata da conclusão da implantação da rede, da digitalização das unidades de produção da TVM, construção do edifício onde funcionará a TMT e parte da TVM.

### **1.5. Construção de etapas operacionais**

Para se analisar a evolução do processo da TDT em Moçambique, foram consideradas três etapas operacionais que desdobram cronologicamente a digitalização no período de 2006 a 2017, período este coberto pela pesquisa. O propósito da construção das etapas teve como perspectiva facilitar o tratamento da informação conforme os períodos de maior ou menor actividades relacionadas com a migração digital da televisão. Entretanto, o período alargou-se abrindo espaço para uma quarta etapa que foi tratada de forma menos profunda, foi uma breve apreciação, mas porque fica fora do limite, trazemos uma breve apreciação, sem, contudo, aprofundar. Eis as etapas que operacionalizam o corpo da tese.

- a. *Primeira Etapa (2006 – 2010)* - Analisamos as políticas públicas no âmbito da comunicação social; os Desafios do Governo na implementação da TDT; Políticas regionais da SADC; os mecanismos da participação; a digitalização do sinal; produção de conteúdos em ambiente digital, a digitalização do sistema; os equipamentos de consumo (Miguel, 2010 e 2014; Mário, 2012; Muthisse, 2014; Nhambire, 2014). Esta etapa é marcada pela aprovação do modelo europeu DVB-T2 pelos países membros da SADC. Um período que se caracteriza por escassez de documentação que explique o processo, bem como a participação dos diferentes interessados. O Governo desdobra-se na busca de fundos para concretizar o projecto enquanto, através do Ministério dos Transportes e Comunicações, instrui documentos para legalizar a constituição de uma comissão de digitalização.
- b. *Segunda Etapa (2011 – 2013)* - Criação da Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID). Nesta fase destacamos a Estratégia de Digitalização da Radiodifusão de Analógico para Digital; plano de comunicação; formação; debate público e participação; distribuição dos

STBXes e inclusão digital (INCM, 2013; COMID, 2013; Anguilaze, 2017). Este período é marcado pela polémica operação milionária de UD\$ 300 milhões, anunciados pelo Governo, que seriam necessários para toda a operação do processo da TDT. Esta verba seria desembolsada pelo EXIM Bank da China, numa adjudicação através de concurso público.

- c. *Terceira Etapa (2014 – 2017)* – Divulgação da Estratégia de Digitalização da Radiodifusão de Analógico para Digital, através dos seguintes materiais de comunicação: Spot publicitário, Vídeo institucional, Espaço de debate na imprensa; Seminários de digitalização da TDT. Neste período regista-se a instalação da rede de transmissão, digitalização de unidade de produção da TVM ao nível nacional, mas não apresenta a política de distribuição dos Set-Top-Box (STB) (Mbebe, 2017; Há-poon 2017; Muchanga, 2014).
- d. *Quarta Etapa (2018- 2019)* - Conclusão da instalação da rede de emissores digitais, digitalização dos estudos da TVM; observamos construção do edifício das futuras instalações da TMT e parte da TVM, na cidade de Maputo, lançamento da campanha de venda dos STBs.

## **1.6. Objectivo Geral**

Digitalização da Televisão por ondas em Moçambique-Papel da Televisao deMoçambique no processo (2006-2017).

### **1.6.1. Objectivos da pesquisa**

De uma forma geral, a pesquisa realizada e os resultados apresentados ao logo dos capítulos que constituem a tese pretendem responder o seguinte objectivo geral.

E, de forma específica, a pesquisa responde os seguintes objectivos específicos:

- a. Utilizar a Estratégia Nacional de Migração da Radiodifusão de Analógico para Digital como ponto de partida para compreender e interpretar o processo TDT;

- b. Avaliar como o Governo cria e implementa as políticas de digitalização da televisão por ondas em Moçambique;
- c. Compreender que políticas foram desenvolvidas pela região SADC, tendo em conta que todos os países da região (menos Botswana), escolheram o mesmo padrão (DVB-T2), quando se denota que até 2015 poucos conseguiram migrar;
- d. Contribuir na análise crítica do processo de digitalização em Moçambique, através de estudos nacionais e internacionais que reflectem a matéria em África e no mundo;
- e. Analisar como o Governo moçambicano prepara os cidadãos para migração digital: Barreiras tecnológicas e financeiras; Informação e conhecimento público; Adesão dos operadores do mercado e a literacia;
- f. Avaliar o papel da TVM no processo da digitalização quanto a: participação na elaboração das políticas, a sua divulgação, alocação dos meios, intervenção a diferentes níveis de negociação, na constituição da empresa TMT;

## **1.7. Metodologia**

Com base nos principais objetivos formulados para a presente investigação, pode se apreciar a presente pesquisa como qualitativa – indutiva, um método empirista que considera o conhecimento como baseado na experiência. Aqui, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta do processo de TDT em Moçambique, elaboradas a partir de constatações particulares do papel da TVM no processo TDT.

Elegemos o *Método Qualitativo* por se mostrar o mais adequado à realidade da nossa pesquisa. A frase metodologia qualitativa “refere-se no seu mais amplo sentido, a investigação que produz dados descritivos, as próprias palavras das pessoas, faladas ou escritas, e a conduta observável” conforme as características trazidas por (Taylor e Bogdan, 1994:19 e 20).

Para estes autores, à semelhança de outros métodos de recolha de dados, a metodologia qualitativa consiste em mais do que uma técnica, é um modo de encarar o mundo empírico, e caracterizam-no segundo Taylor y Bogdan (1994) da seguinte maneira:

- a) *A investigação qualitativa é indutiva* – os investigadores desenvolvem conceitos, intuições e compreensões partindo de pautas dos dados, e não recolhendo dados para avaliar modelos, hipóteses ou teorias preconcebidas. Nos estudos qualitativos os investigadores seguem um desenho da investigação flexível.
- b) *Os investigadores qualitativos tratam de compreender as pessoas dentro do marco de referência das mesmas.* A a investigação qualitativa experimenta a realidade como outras. Estes investigadores qualitativos identificam-se com as pessoas que estudam para poder compreender como vão as coisas.
- c) *Na metodologia qualitativa o investigador vê o cenário e as pessoas numa perspectiva holística:* as pessoas, os cenários e os grupos não são reduzidos à varáveis, mas sim considerados como um todo. Nesta técnica traduzem-se as opiniões e números em informações as quais serão classificadas e analisadas.
- d) *Os investigadores qualitativos são sensíveis aos efeitos que eles próprios causam sobre as pessoas que são objetos do seu estudo.* São considerados naturalistas. Eles interagem com os informantes de um modo natural e não intrusivo.
- e) *O investigador qualitativo suspende ou aparta as suas próprias crenças, perspectivas e predisposições.* Ele vê as coisas como se estivessem acontecendo pela primeira vez nada se dá por subentendido. Tudo ambiente é um tema de investigação.
- f) *Para o investigador qualitativo, todas as perspectivas são valiosas.* Este investigador não busca “a verdade” ou “a moralidade” senão uma compreensão detalhada das perspectivas de outras pessoas.
- g) *Os métodos qualitativos são humanistas-* Os métodos que permitem estudar as pessoas influem sobre o modo que as vemos. Quando reduzimos as palavras e actos da gente a equações estatísticas, perdemos de vista o aspecto humano da vida social. Se estudamos as pessoas qualitativamente, chegamos a conhecê-las na personalidade e a experimentar o que elas sentem nas suas lutas quotidianas

na sociedade. Aprendemos sobre conceitos tais como beleza, dor, fé, sofrimento, frustração e amar, cuja essência se perde em outros enfoques investigativos.

- h) *A investigação qualitativa é uma arte.* Os investigadores qualitativos são flexíveis em relação ao modo de conduzir a sua investigação. O investigador é um artífice. O cientista social é tentado a criar o seu próprio método. Os métodos servem ao investigador; nunca é o investigador o escravo de um procedimento ou técnica.

A metodologia qualitativa trabalha sempre com unidades sociais, ela privilegia o *estudo de caso* – entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição (Martins, 2004:293). Para Yin (2001), esta metodologia, o estudo de caso, contribui de forma inigualável para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Yin (2001) acrescenta que o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas significativas dos eventos da vida real. Embora o doutorando não trabalhe diretamente ligado ao processo Televisão Digital Terrestre (TDT), a sua proximidade com os colegas dentro da TVM ajudou na percepção do processo da mudança tecnológica, elevando assim, o seu interesse pelo tema.

O mesmo critério de proximidade nas relações interpessoais ajudou a identificar indivíduos para a constituição da amostra. Através de figuras populares que se notabilizaram no processo, já seja por inerência de funções ou pela entrega pessoal, foi fácil chegar a eles, pessoalmente ou por recomendação.

O estudo de caso facilita a compreensão do leitor sobre o fenómeno em investigação. Pode dar lugar ao descobrimento de novos significados, ampliar a experiência do leitor ou confirmar o que se sabe (Gómez; Flores e Jiménez, 1996). Para estes autores, de forma geral, o estudo de caso baseia-se no raciocínio do indutivo. As generalizações, conceitos ou hipóteses surgem a partir do exame minucioso dos dados (Gómez; Flores e Jiménez, 1996:98).

A escolha dos entrevistados obedeceu a uma recomendação institucional pelo facto de estes terem grande conhecimento sobre a matéria e legitimidade para falar sobre a TDT em

questões como: a regulação, a gestão do processo, representação do Governo no processo, o papel dos órgãos envolvidos e a neutralidade dos pesquisadores. A simultaneidade do processo da digitalização e o período que decorre a pesquisa ditou a escolha do método qualitativo indutivo através de um *estudo de caso*, de um fenómeno que ocorre na TVM. O facto também do doutorando ser funcionário desta estação televisiva facilitou na observação da ocorrência e a evolução de acções do processo da TDT desenvolvidas na ou pela TVM. O doutorando, ao participar no quotidiano da instituição, torna-se obviamente parte do cenário onde decorre parte da digitalização, e por isso vivenciar tudo que esta a volta do processo, passando assim a ter o papel de observados participante.

Diante do cenário acima descrito sobre o método que nos permitiu realizar a presente pesquisa no que refere a recolha de informações válidas no ramo científico, temos a relatar que realizamos entrevistas semi-estruturadas, analisamos a documentação encontrada, e através da observação procuramos aprofundar assuntos que não só não foi o foco das entrevistas, mas como também vivenciamos experiências que não foram documentadas nem tornadas públicas, mas são importantes para a compreensão do processo em diferentes fases dentro da empresa e não só (Gómez, Flores e Jiménez, 1996).

Para a análise documental, para a coleta de materiais existente em fontes secundárias que também mereceram a sua classificação, interpretação e o relacionamento com o objecto da pesquisa. Igualmente, trabalhamos com documentos institucionais não publicados. E nesse conjunto as principais fontes eleitas encontra-se: a Estratégias Nacional de Digitalização, decretos e Leis, comunicações do Governo na Imprensa Nacional e no portal do Governo, jornais, relatórios, boletins e brochuras.

Relativamente a observação o pesquisador ocupou duas posições em simultâneo: a de observador por um lado, e por outro, um elemento do cenário que se observa, o que favorece o desenvolvimento de um conflito dentro de si (Denzin e Lincoln, 1989; Gómez, Flores e Jiménez, 1996).

Como funcionário da TVM o doutorando vivenciou a participação desta estação televisiva no processo da TDT, desde que o mesmo se tornou público, destacando-se a facilidade de contactar os técnicos responsáveis pela área da digitalização televisiva, e estabelecer conversas profundas, desinibidas de instrumentos de colheita de dados (gravador e bloco de notas). Foram de carácter inicialmente exploratório, informais e ocasionais, mas que

ofereceram muitas pistas e alguns detalhes úteis na elaboração das perguntas de pesquisa. Nestas conversas, os técnicos mais do que limitarem-se a responder um guião de perguntas, eles emitiam a sua opinião e conduziam a conversa, reforçando as alternativas para situações específicas, entretanto nem tudo foi documentado. Não se tratando de uma entrevista oficial dita, a conversa era direcionada maioritariamente para colegas mais informados sobre TDT, sobretudo aqueles cujas áreas estavam directamente envolvidas. Assim, a observação favoreceu ao doutorando a obter informações sobre o processo tal como se produzia.

Os interesses e as interpretações próprias e legítimas bem como o distanciamento em relação ao objecto do estudo afetam negativa e positivamente a posição que o doutorando venha tomar. Mas, Gómez et al (1996), reconhecendo que a observação consiste num processo deliberativo e sistemático que está orientado para uma pergunta própria ou problema (pp.150), conclui que a observação é um procedimento de recolha de dados que nos proporciona uma representação da realidade dos fenómenos em estudo (pp.150).

A utilização da pesquisa qualitativa deve-se ao facto de que ela pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, no lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (Richardson, 1999:90).

Se concordamos que a “pesquisa é a actividade nuclear da ciência” (Silva e Pinto, 1986), também compreendemos que ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar. A pesquisa é um processo permanentemente inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real (Silva e Pinto, 1986). Respeitando estes pressupostos, concluímos definitivamente que o método qualitativo representava a melhor escolha para a análise do processo, pois permite a simultaneidade da observação dos factos de forma sistemática<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Lehfeld (1991) refere-se à pesquisa como sendo a inquirição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objectivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos numa determinada realidade.

### 1.7.1 Análise Qualitativa

A investigação qualitativa em quase todas as suas formas (observação, participação, entrevistas, etnografia) funciona como uma metáfora do conhecimento, (Denzin e Lincoln, 1989: 43). A investigação seja ela qualitativa ou quantitativa é uma actividade científica que propõe os fundamentos para os relatórios e as representações dos “Outros”. Ela consiste numa série de práticas materiais e interpretativas que fazem visível o mundo e o transformam, o convertem numa série de representações que incluem as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e as notas para o investigador (Denzin e Lincoln, 1989:44).

Noutra perspectiva conceitual, a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, no lugar da produção de medidas qualitativas de características ou comportamento (Richardson, 1999:90). Esta colocação do autor pretende explicar as convicções dos entrevistados comuns da etnografia, observação participante, pesquisa-acção e os vários outros tipos de pesquisas qualitativas.

A pesquisa qualitativa exige, entre outras peculiaridades, muita disciplina, rigor, a verdade, criatividade, organização, honestidade e humildade do pesquisador, que geralmente está em conflitos com os interesses da pesquisa e pessoais, com o objecto da pesquisa, com os indivíduos e o ambiente envolvente, que o obrigam a uma constante reavaliação da sua metodologia do trabalho, e renúncia de princípios para acomodar o interesse geral da pesquisa.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi *método qualitativo* e compreendeu a construção de entrevistas semi-estruturadas, onde o rigor científico foi observado garantido através de um guião criado para responder aos seus objectivos.

Os instrumentos da recolha de dados utilizados são: *entrevistas semi-estruturadas*, realizadas de Junho a Novembro de 2017, todas gravadas, com uma previa permissão do entrevistado, através da exibição ou não de uma credencial passada pela Directora da Tese, sendo que para alguns casos tivemos que deixar a cópia da credencial a pedido do entrevistado. Na TVM acontecem muitos debates sobre a TDT em ambientes de trabalho e ou de convívio, onde periodicamente, a TMT é convidada a partilhar o seu “ponto de situação”; *análise*

*documental* (uma parte de documentação interna da empresa TVM não publicada, foi-nos bastante útil).

No campo da filosofia da ciência, distingue-se claramente entre o contexto da descoberta e o da justificação para se referir a dois factores muito diferentes no conhecimento científico (Soriano, 2007:25). Soriano avança que o primeiro factor refere-se ao mundo que encoraja os cientistas a ter ideias ou a encontrá-las, enquanto o segundo factor tem a ver com o rigor, o público e o refutável que é necessário aplicar para provar a validade dessa ideia a encontrar.

Em Sociologia, o trabalho da escola de Chicago na década de 1920 e de 1930 do século passado estabeleceu a importância da investigação qualitativa para o estudo da vida dos grupos humanos (Denzin e Lincoln, 1989:44). Em antropologia, durante o mesmo período, os estudos de Boas, Mead, Bateson, Evans-Pritch e Radcliffe-Brown e Malinowski definiram o marco da disciplina do método de trabalho de campo em que o observador se estabelecia no estrangeiro para estudar costumes e hábitos de outras sociedades e cultura (Denzin e Lincoln 1989:44).

Esta questão da convivência com outras sociedades<sup>6</sup> faz com que o processo seja participativo e envolvente, da parte do investigador que para ser percebido e alcançar os seus objectivos tem que se adaptar aos valores doutra sociedade, entretanto desenvolve formas de colheita de informações em indivíduos que respondem à um guião previamente desenhado, daí julgado uma investigação colonialista e imperialista europeia (Richardson, 1999:79).

A investigação qualitativa se empregaria em outras disciplinas sociais de forma distinta e peculiar, em campos que incluem a educação, psicologia, a história os estudos organizacionais, as ciências médicas antropologia e a sociologia (Denzin e Lincoln 1989:46).

Em relação à definição, Denzin e Lincoln (1989) consideram que a investigação qualitativa constitui um campo de investigação que entrecruza disciplinas, áreas objectos de estudo. Trata-se de uma complexa intersubjetividade familiar dos termos, conceitos e pressupostos.

Todas as definições de investigação qualitativa devem operar dentro de um complexo campo histórico, pois a investigação qualitativa significa diferentes casos em cada um desses

---

<sup>6</sup> Para os efeitos deste trabalho, com vista a explorar este conceito, consideramos comunidade os funcionários da TVM e da TMT que constituem um cenário significativo.

momentos. Assim, todos podem oferecer uma definição inicial e genérica, tais são os casos abaixo citados:

Taylor e Bogdan (1986:20) citados por (Gómez, Flores e Jiménez, 1996) consideram em sentido amplo a investigação qualitativa como aquela que produz dados descritivos; as próprias palavras das pessoas, faladas ou escritas, e a conduta observável. Estes autores chegam a avançar uma característica própria da investigação qualitativa. Ela é *indutiva* – o investigador faz parte do cenário.

Mais abaixo, quando falamos das entrevistas explicamos a situação real e concreta que caracterizou esta pesquisa, falamos dos riscos das entrevistas qualitativas, da característica a ela associada, como é o caso da proximidade por exemplo.

Neste nível a investigação qualitativa implica um enfoque interpretativo e naturalista do mundo, o que significa que os investigadores qualitativos estudam as coisas nos seus cenários como eles são tratando de entender ou interpretar os fenómenos em função dos significados que as pessoas lhes dão. Porque os observadores qualitativos observam os fenómenos na situação em que elas acontecem, resultando disso a ideia de que a investigação qualitativa é naturalista (Denzin e Lincoln, 1989).

O *objectivo* da investigação qualitativa é a compreensão centrada na indagação e os feitos; enquanto a investigação quantitativa fundamentará a sua busca nas causas, perseguindo o controlo e a explicação (Gómez, Flores e Jiménez, 1996).

Assim, da investigação qualitativa o que se espera é uma “descrição densa”, uma “compreensão experiencial” e múltiplas realidades. O investigador não descobre, mas sim, constitui o conhecimento (Stake, 1995). Foi nesta perspectiva que recorreremos a pesquisa qualitativa porque responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 2002: 21 e 22). Ou seja, trabalha com universo de significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos a operações de variáveis.

### 1.7.2. Plano de amostragem

O plano de amostragem constitui um passo muito importante nesta fase, pois ajuda a definir os indivíduos bem como o tamanho da amostra com que se vai operar. Neste caso, o plano de amostra significou a escolha das pessoas a entrevistar observando critérios cientificamente aprovados.

Tratando-se de um método qualitativo, onde o tamanho da amostra não confere necessariamente a quantidade, o nosso universo foi de apenas 15 pessoas todas ligadas ao processo da digitalização da televisão terrestre em Moçambique. Assim, elegemos em primeira mão, membros e dirigentes das seguintes entidades: Comissão Nacional para a Migração da Radiodifusão para Digital (COMID) - criada em 2011, cuja missão era definir as premissas de orientação da migração digital em Moçambique, bem como coordenar e planear o respectivo processo da migração da radiodifusão. Em representação da COMID entrevistamos Simão Aguilaze, antigo Vice-presidente, que se notabilizou bastante na comunicação das acções da COMID, para além de ser uma peça chave do processo pelo domínio da área da televisão, jornalista que de (2005 -2009) ocupou o cargo de PCA da TVM.

Entre 2010 e 2012 a COMID elaborou a “Estratégia Nacional da Migração da Radiodifusão Analógica para Digital” contendo linhas gerais de orientação, modelo empresarial e de negócio, plano de implementação, entre outros aspectos. Tanto Victor Mbebe, PCA da TMT, quanto Simão Anguilaze, desdobraram-se a explicar a estratégia, enquanto membros da COMID.

O Instituto Nacional das Comunicações (INCM) – Entidade reguladora das telecomunicações em Moçambique, principal responsável pela TDT em Moçambique, liderou o desenvolvimento do plano estratégico para a televisão digital terrestre (TDT) no país, que envolveu a complexa transição da radiodifusão analógica para a digital. No INCM entrevistamos Edmundo Manhiça, chefe do departamento de comunicação e imagem. A Televisão de Moçambique (TVM) – Única empresa pública de televisão, responsável pela implementação da digitalização através dos seus meios infra-estruturais, humanos e financeiros, por isso a maior beneficiária da tecnologia digital para a radiodifusão. É accionista da empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT). Entrevistamos o

director técnico, dois técnicos do ramo de projectos e rede de transmissão respectivamente, para percebermos como se processa a relação TVM/TMT.

A empresa de Transporte Multiplexação e Transmissão (TMT) – Empresa pública, responsável pela gestão, manutenção e distribuição do sinal digital da radiodifusão, que vai transportar o sinal das televisões nacional em sinal aberto, mediante a aquisição do STB para televisões que não estão dotados de túnel digital. Aqui ouvimos os únicos gestores, Victor Mbebe e Amarildo Ho-Poon, PCA e Administrador respectivamente.

Gabinete de Informação (GABINFO) e Conselho Superior para Comunicação Social (CSCS) só duas reguladoras, onde a primeira é responsável pelo licenciamento dos órgãos de comunicação social, não é comparação a segunda intermedeia contendas nas relações dos órgãos de comunicação social com outras entidades e a sociedade. Nesta última entrevistamos Tomas Vieira Mário, jornalista, jurista e pesquisador da comunicação social, que também escreve sobre a TDT em Moçambique na vertente da regulação.

Destacamos dois académicos, Celestino Joanguete e João Miguel, que estudam a digitalização, e se distanciam dos discursos do protagonismo político do processo TDT.

Numa busca qualitativa, o pesquisador deve preocupar-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão do grupo social, ou organização que está a ser estudada (Minayo, 2002).

Assim, na definição da nossa amostra privilegiamos sujeitos que possuíam os atributos que pretendíamos conhecer. Neste caso, os nossos entrevistados, para além de serem os mais referenciados na imprensa e com alguma documentação publicada, foram os de autorização consensual das organizações por terem sido os indicadores sabidos do assunto

Para exercício pretendido os entrevistados foram “suficientes” e permitiram alguma reincidência das informações, pois tivemos em consideração que o conjunto de informantes devia ser diversificado de forma a possibilitar a apreensão de semelhanças e diferenças (Minayo, 2002). Pela maturidade do fenómeno da digitalização da televisão em Moçambique e pelo domínio da área, julgamos ter sido uma amostra significativamente qualificável para conferir cientificidade da nossa pesquisa.

### **1.7.3. Obtenção de dados primários**

Os recursos utilizados para a recolha de dados primários foram: entrevistas através de um guião de perguntas abertas, observação participante que a seguir descrevemos como se desenvolveram.

### **1.7.4. Observação participante**

É um dos procedimentos de observação mais utilizados na investigação qualitativa e um dos elementos mais característicos deste tipo de investigação (Gómez, Flores e Jiménez, 1996). Ela “... caracteriza-se por um conjunto de princípios, normas e procedimentos metodológicos que permitem obter conhecimento colectivo sobre uma determinada realidade social” (1996: 55).

A observação participante apresenta diferenças significativas à outras formas de observação. Desde a definição do contexto, a selecção da amostra, e a estratégia de registo não são distintas das utilizadas noutras formas de observação não participantes (sistemas de categorias e sinais, lista de controlo, etc). É precisamente a natureza da participação a ela associada que a distingue e a caracteriza (cit 165).

Nesta pesquisa, o observador goza do privilégio de trabalhar efectivamente dentro da Televisão de Moçambique desde 2008, e próximo dos técnicos que gerem este processo de digitalização da televisão por ondas, o que lhe facilita o acesso à informação relevante em tempo útil, embora nem sempre essa proximidade lhe é benéfica, quando necessita de distanciamento do fenómeno ou cenário e se posicionar como mero pesquisador, contribuindo por vezes, para um conflito permanentemente latente por viver dentro do cenário que observa, logo, actor. Aqui, o pesquisador tem duplo papel; observador e observado.

O processo da digitalização da televisão terrestre por ondas em Moçambique assumiu posições controversas entre diferentes intervenientes. Com frequência, as autoridades nacionais anunciaram prazos de conclusão de fases decisivas da migração, sem certeza se o concessionário chinês iria executar tais actividades dentro daquele prazo. O sector técnico da TVM, ligado à digitalização, não apresenta nenhuma estratégia de partilha de informação

com as restantes áreas com vista a tornar o processo mais social. Os trabalhadores da TVM desconhecem elementos básicos da TDT como um simples STBx, por exemplo.

Podemos assim considerar que há um encaixe na aceção que se avança atendendo que observação participante é um método interactivo de recolha de informação que requer uma implicação do observador nos acontecimentos ou fenómenos que está a observar. A implicação pressupõe participar na vida social e partilhar as actividades fundamentais que realizam as pessoas que formam parte da comunidade que se observa (Gómez, Flores e Jiménez, 1996:165; Soriano, 2007:222).

Para Soriano, esta vivência supõe um equilíbrio entre o papel de participante e o de observador. “... por um lado, quer-se conhecer a realidade observada como é conhecida e vivenciada por quem é protagonista ou participante, mas, por outro, sem perder a distância do observador sócio-científico (Soriano, 2007:223).

Para o alcance desta coexistência é necessário dedicar muito tempo de frequentar os mesmos espaços com os membros de ambiente do objecto do estudo, que neste caso a situação do pesquisador é satisfatória uma vez que é trabalhador da TVM.

A observação participante pressupõe ademais aprendizagem de modos de expressão de um determinado grupo social. O processo da TDT, essencialmente do domínio técnico, traz novos termos para o seio dos técnicos de diferentes áreas constituindo de certa forma nova linguagem. Também, esta convivência permite o domínio de uma série de habilidades de convivência social que as quais se somam com as do observador.

A observação participante favoreceu uma aproximação do doutorando às discussões sobre o processo de TDT sem necessariamente se identificar como estudante, colocando-se apenas na posição de colega de trabalho, o que lhe permitir acesso natural às informações sem constrangimentos.

#### **1.7.5. As entrevistas**

As nossas entrevistas consistiram em conversas, orais, portanto do tipo *pessoais ou cara a cara*, entre o doutorando (entrevistador) e o entrevistado. As entrevistas tiveram como propósito recolher dados que depois foram analisados de forma qualitativa (Soriano,

2007:113). Foram entrevistas longas, de difícil concretização, por dependerem da disponibilidade do entrevistado.

Este método, a pesar de ser caro e longo na recolha da informação, proporcionou uma maior taxa de resposta, respostas mais exactas e, inclusive, maiores garantias no que diz respeito a sinceridade das mesmas, como consideram (Conde e San Román, 2005:197).

Esta técnica de recolha de dados exigiu que as entrevistas fossem feitas na íntegra pelo doutorando, que se apresentou diante do entrevistado e lhe formulou um conjunto de questões com o objectivo de obter dados de interesse para a pesquisa (Lundin, 2016:162).

O papel do entrevistador e do entrevistado pode variar dependendo do tipo de entrevista. Tomando em conta que todos os entrevistados tinham maior domínio do processo em relação ao entrevistador, este não se deixou intimidar, e aplicando perguntas abertas, teve o cuidado de não deixar que os entrevistados tomassem o controlo da conversa, por exemplo, aprofundando mais os assuntos do seu interesse ou de maior domínio, ou mesmo da ordem do dia, já que a pesquisa decorre em simultâneo com o processo da TDT, daí a constante variação dos dados ou da posição do entrevistado.

Quisemos assim vincar que todas as entrevistas têm uma finalidade que dá carácter à entrevista (Pardinas, 1969) que (Soriano, 2007) designou “dramaturgia da entrevista”. Esta é determinada pelas diversas formas como se administra o questionário. Todas as entrevistas têm uma estrutura que serve para controlar e mais ou menos medir a interacção entre o entrevistador e o entrevistado.

Tal como escrevem Benny e Hughes (1970) citados por Taylor e Bogdan (1994:100), a entrevista é “a ferramenta de cavar” favorita dos sociólogos. “Para adequar os conhecimentos sobre a vida social, os cientistas sociais repousam em grande medida sobre relatos verbais”.

Geralmente, quando as pessoas ouvem a palavra “entrevista”, a maioria pensa num instrumento de investigação estruturado como os inquéritos de atitudes de opinião e os questionários. Para (Taylor e Bogdan, 1984), as entrevistas são tipicamente “administradas” a um grupo grande de “sujeitos”. Segundo os autores, embora os enfoques investigatórios tenham diferenças, elas adoptam uma forma estandardizada: o investigador tem as perguntas e o sujeito da investigação tem as respostas. No entanto, para as entrevistas mais estruturadas a todas as pessoas lhes são formuladas as perguntas de forma idêntica para assegurar que os

resultados sejam comparáveis. O entrevistador serve como um cuidadoso colector de dados; o seu rol inclui o trabalho de conseguir que os sujeitos relaxem o suficiente como para responder por completo a uma série de perguntas predefinidas (Taylor e Begdan, 1994).

Ao longo da realização das entrevistas encontramos uma pequena resistência para abordar sobre o assunto e prestar informações, enquanto outros simplesmente evitam e adiam as conversas por falta de informação segura e tecnicamente válida, ou simplesmente pela insegurança no que dizer e como dizer. A imprensa independente e a sociedade civil, geralmente classificam o processo de pouco transparente, sinuoso e pouco inclusivo por ser maioritariamente liderado por entidades públicas (CIP, Newsletter, 2014)<sup>7</sup>.

### **1.7.5.1 Entrevistas Semi-estruturadas**

*A frase da metodologia qualitativa refere-se no seu mais amplo sentido a investigação que produz dados descritivos: as próprias palavras, faladas ou escritas, e a conduta observável (Taylor e Begdan, 1994).*

Estes autores abordam a questão qualitativa numa óptica comparativa e destacam que a metodologia qualitativa, à semelhança da metodologia quantitativa, consiste em mais do que um conjunto de técnicas para recolher dados (Ray Rist, 1977) em (Taylor e Bagdan, 1994: 20). É um modo de encarar o mundo empírico. Este posicionamento é explicado em oito características fundamentais:

1. *A investigação qualitativa é indutiva* – os investigadores desenvolvem conceitos (*insights* – *intuições*) e compreensões partindo das pautas dos dados e recolhendo dados para avaliar modelos, hipóteses ou teorias preconcebidas. Nos estudos qualitativos os investigadores seguem um desenho da investigação flexível. A indução é um processo pelo qual, partindo de dados ou observações particulares constatadas, podemos chegar a proposições gerais (Richardson, 1999:35). Este método fundamenta-se em premissas – factos observados – que servem de base para um raciocínio. Exemplo: *Na Europa, alguns países não cumpriram com os prazos inicialmente acordados na UIT para a conclusão do processo da TDT. Na África*

---

<sup>7</sup> CIP – Centro de Integridade Pública de Moçambique. Maputo, Newsletter, N. 2 Abril de 2014.

*Austral muitos países não cumpriram com o prazo inicialmente estipulado para o Swich-Off das emissões analógicas. Muitos países africanos e europeus não cumpriram com os prazos da conclusão do processo da TDT. Logo, todos os países que abraçaram o processo da TDT não conseguem cumprir com os prazos inicialmente acordados*<sup>8</sup>. Assim, o método indutivo parte de premissas dos factos observados para chegar a uma conclusão que contem informações sobre factos ou situações não observados

2. *Os investigadores qualitativos são sensíveis aos factos que eles mesmos causam sobre as pessoas que são objecto do seu estudo. Ao dizer que os investigadores qualitativos são naturalistas significa que interagem com os informantes de forma natural e não intrusivos.*
3. *Os investigadores qualitativos tratam de compreender as pessoas dentro do seu marco de referência. Estes identificam-se com as pessoas que estudam para compreender como vêm as coisas.*
4. *O investigador qualitativo suspende ou afasta as suas próprias crenças, perspectivas e predisposições.*
5. *Para o investigador qualitativo, todas as perspectivas são valiosas. Este investigador não procura a “verdade” ou a “moralidade” senão uma compreensão detalhada das perspectivas das outras pessoas. A todos vê-os como iguais.*
6. *Os métodos qualitativos são humanistas. Os métodos utilizados para estudar as pessoas influenciam necessariamente sobre o modo em que as vemos. Quando reduzimos os actos e as palavras às equações estatísticas perdemos de vista o aspecto humano e da vida social. Se estudamos as pessoas qualitativamente, chegamos a conhecê-las na sua personalidade e experimentar o que elas sentem nas suas lutas quotidianas na sociedade. Aprendemos sobre conceitos tais como beleza, dor, fê, sofrimento, frustração e amor cuja essência perde-se em outros enfoques investigativos.*

---

<sup>8</sup> Exemplo adaptado pelo doutorando a partir do texto (Richardson, 1999:35).

7. *Os investigadores qualitativos dão ênfase à validade da sua investigação.* Os métodos qualitativos permitem-nos permanecer próximos do mundo empírico (Blumer, 1969, citado por Taylor e Bogdan, 1994). Estão destinados a assegurar um estrito ajuste entre os dados e o que realmente as pessoas dizem e fazem. Observando as pessoas na sua vida quotidiana, ouvindo-as falar sobre o que têm em mente e vendo os documentos que produzem, o investigador qualitativo obtém um conhecimento directo da vida social, não filtrado por conceitos, definições operacionais e escalas classificatórias. O autor termina frisando que enquanto os investigadores qualitativos sublinham a validade, os quantitativos fazem o finca-pé na confiabilidade e reprodutibilidade da investigação.

Um estudo qualitativo não é uma análise impressionista, informal, baseada numa olhada superficial, a um cenário ou a pessoas. É uma forma de investigação sistemática conduzida com procedimentos rigorosos, embora não necessariamente estandardizada (Taylor e Bagdan, 1994: 20).

Para o investigador qualitativo, todos os cenários e pessoas são dignos de estudo. A investigação qualitativa é uma arte. Os métodos qualitativos não foram tão refinados e estandardizados. Os pesquisadores qualitativos são flexíveis quanto ao modo em que tentam concluir os seus estudos. O investigador é um artífice. O cientista social qualitativo é atento a criar o seu próprio método.

As oito características acima descritas têm elevada validade nesta pesquisa pois, elas encontram bastante campo de aplicação. O facto de uma parte dos entrevistados e o doutorando trabalharem na TVM, e por via disso viram-se obrigados a aprender e a importarem novos conceitos para além de vivenciar situações do processo de digitalização de forma permanente. O doutorado desde que se interessou-se pela pesquisa sobre a TDT, a sua relação e o interesse com o processo mudou a sua forma de observar e lidar com estas matérias. Com o tempo da pesquisa, sem descorar a aplicação das outras características do método de (Taylor e Bagdan, 1994: 20), a quarta característica identifica melhor as atitudes e comportamentos tomados pelo doutorando, que aperfeiçoou ainda mais as suas relações e aprendeu a compreender o tipo de intervenção que a TVM faz do processo. Esta tentativa de aproximação e compreensão deste órgão abriu espaço para vários ângulos de observação do

fenómeno, compreendendo as posições e limitações para a eficácia e eficiência da participação da TVM no processo

#### **1.7.5.2. Selecção dos entrevistados.**

O processo de selecção dos entrevistados obedeceu dentre outros critérios os seguintes: a) *O papel do pelouro das comunicações* – a responsabilidade da digitalização foi confiada essencialmente ao Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), através do Instituto Nacional das Telecomunicações de Moçambique (INCM). O MTC para além de ter a responsabilidade de promover o desenvolvimento dos transportes é igualmente responsável pela regulação e gestão do espectro radioelétrico. Através de um Decreto Ministerial, o MTC no dia 07 de Fevereiro de 2011 criou a COMID, cuja missão era definir as premissas de orientação da migração digital em Moçambique, bem como coordenar e planear o respectivo processo da migração da radiodifusão. O Director Geral do INCM, Américo Muchanga, foi indicado para Presidente da COMID, tendo acolhido a comissão nas instalações do INCM, para garantir o seu funcionamento uma vez que não dispunha de instalações próprias. Da COMID, onde entrevistamos o Vice-presidente, Simão Anguilaze, porta-voz da comissão.

b) *Responsabilidade pela implementação* – os órgãos públicos a Televisión de Mozambique (TVM), Radio Moçambique (RM) e as Telecomunicações de Moçambique (TDM) foram inicialmente indicados como responsáveis primários para a constituição da TDT, por deterem de infraestrutura do ramo da radiodifusão. A RM e a TVM se valeram da experiência e infraestruturas de *broadcasting*, ficando a TDM é responsável pelas comunicações, visto ser a instituição moçambicana responsável pelas telecomunicações. Foram entrevistados: o Danilo Langa – Director Técnico; Ema Canda e Felisberto Martins – Chefe do Departamento de Projecto; Zacarias Mabui – Chefe do Departamento de Transmissão.

c) *Instituições de consulta* - foram identificados o Gabinete da Informação (GABINFO) e o Conselho Superior para a Comunicação Social (CSCS). Sendo que o GABINFO licencia a média, o CSCS que monitora os conteúdos e regula a relação entre os médias e a sociedade. Foram entrevistados: Cecília Napido Gonçalves – Chefe de Departamento de Estudo Planificação e Orçamento – GABINFO. Tomas Vieira Mário – Presidente do Conselho Superior para Comunicação Social

d) *Pesquisadores e académicos* – os indivíduos selecionados são detentores de um olhar holístico e crítico do processo. Estes detêm conhecimento científico fundamental para uma interpretação menos parcial possível. Foram Entrevistados: Celestino Joanguete – Professor Investigador da Universidade Eduardo Mondlane (UEM); Joao Miguel – Professor investigador, Director da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane

Portanto, “amostra” previamente definida foi composta por indivíduos que são gestores nas instituições públicas, que lidam directamente com o processo da TDT selecionados por uma prévia avaliação da chave, que foi a posse de informação e vontade e autorização para partilhar.

e) Empresa de Transporte Multiplexação e Transmissão (TMT) – Victor Mbebe, Presidente do Conselho de Administração da (TMT) e Amarildo Ho-poon – Administrador Executivo da TMT

**Tabela no 1. Relação dos entrevistados, cargo e data da entrevista**

<b>N.</b>	<b>Entrevistado, Cargo e Instituição</b>	<b>Data</b>
1	Amarildo Ho-poon – Administrador da TMT	06/10/2017
2	Cecília Napido Gonçalves – Chefe de Departamento de Estudo Planificação e Orçamento – GABINFO	05/06/2017
3	Celestino Joanguete – Professor Investigador, docente da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	24/11/2017
4	Danilo Langa – Director Técnico da TVM	06/10/2017
5	Edmundo Manhiça - Chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem do Instituto Nacional das Telecomunicações	14/12/2017
6	Ema Canda – Técnica Superior de Projectos na TVM	04/06/2017
7	Felisberto Martinho – Chefe de Departamento de Projectos na TVM	04/06/2017
8	Helena Dima – Coordenadora dos Centros de Transmissão Provinciais TVM	24/10/2017
9	João Miguel – Professor Investigador da Escola de Comunicação – UEM	06/06/2017
10	João Ribeiro – Produtor, Crítico de Televisão e Cinema –	24/10/2017

	StarTimes Moçambique.	
11	Simão Anguilaze - Ex-Vice-Presidente da Comissão Técnica para Migração Radiofónica de Manual para Digital.	11/10/2017
12	Tomas Vieira Mário – Presidente do Conselho Superior para Comunicação Social	20/10/2017
13	Victor Mbebe – Presidente do Conselho de Administração da TMT	03/10/2017
14	Zacarias Mabui – Chefe de Departamento de Manutenção – TVM	06/10/2017
15	Zacky Mussagy – Assessor para Digitalização – TVM	06/11/2017

Fonte: Elaboração própria

#### **1.7.5.4 A condução da conversa**

As entrevistas aplicadas nesta pesquisa sobre o processo da TDT em Moçambique foram semi-estruturadas como nos referimos anteriormente, compostas por perguntas abertas e sem rigidez da ordem de colocação nem das respostas, e deixamos claro na prévia abordagem aos entrevistados que o encontro tratar-se-ia apenas de uma conversa à volta do processo da TDT. Uma conversa livre, num ambiente à escolha do entrevistado, cuja maioria preferiu o seu espaço de trabalho (Gabinete), e cada entrevista era composta em média por 12 perguntas por entrevistado. Não obstante, tratou-se de entrevistas dirigidas, semi-estruturadas, controladas e guiadas, dentro da liberdade de escolha aleatória das perguntas (Pardinas, 1969:80). Assim, surgiram perguntas complementares em cada entrevista.

Ademais, estas entrevistas em profundidade desenvolvem-se com amostras não representativas, e mais ainda, não apresentam sequer um esquema homogéneo de entrevista para todos os interrogados, cada entrevistado encontra-se no seu meio a responder a versão relativamente diferente de cada pergunta (Wimmer e Dominick, 1996). Em anexo, encontram-se guiões de perguntas para cada entrevistado, com pequenas variações por área específica, e ainda transcrições de dados fornecidos pelo entrevistado que não estavam previstos no esquema da recolha de informação, mas que, entretanto, resultaram do desenvolvimento da conversa.

O entrevistador socorreu-se de um guião de perguntas, todas abertas, exploratórias que deixavam os entrevistados falar sem obedecer a uma ordem cronológica das questões, a duração de cada entrevista variou de 15” minutos a 1’45”h, conforme a disponibilidade e o desenvolvimento de uma conversa, a vontade em que se sentiam na formulação das respostas. Enquanto uns eram de respostas frias, secas e curtas, outros eram mais expressivos respondiam mais do que o questionado.

Esta forma de estruturar as entrevistas tem a sua importância, pois permita dar múltiplas utilidades segundo o tipo de pessoa que se entrevista, a finalidade da entrevista, e o tipo de dados que recebemos.

A utilização de entrevistas na recolha das informações, se justifica pelo objectivo metodológico de explorar com profundidade as posições dos pesquisadores como actores chave na produção do conhecimento. As entrevistas são também um poderoso instrumento de pesquisa quando pretendemos obter acesso às experiências destes actores, possibilitando uma análise em maior profundidade das informações sobre as inter-relações entre os agentes que produzem o conhecimento.

#### **1.7.5.5 Riscos das entrevistas**

A entrevista é uma técnica amplamente usada e os seus resultados têm sido comprovados uma e outra vez (Pardinas, 1969). No entanto, as entrevistas também apresentam riscos importantes que o investigador deve levar em consideração, primeiro, mesmo que não seja o mais importante ou principal, é a abordagem a uma entrevista, sobretudo quando se trata de entrevistar mulheres ou homens muito influentes sem uma preparação e informação adequada para poder colocar perguntas ao mesmo tempo estar claro da verdadeira utilidade geral.

O principal perigo da entrevista promove da dupla ocasião de distorção, uma proveniente do entrevistador e outra do entrevistado (Pardinas, 1969: 82). De seguida, o autor anota alguns problemas principais: o entrevistado que recusa responder voluntariamente e involuntariamente, deixando-se levar pelos processos selectivos da memória, refere detalhadamente acontecimentos e experiências muito deformadas, ou simplesmente confessa ter esquecido experiências importantes que caíram no seu subconsciente.

O problema do vocabulário é também muito importante, o investigador, geralmente falando, chega com uma percepção/treinamento académico de que as palavras têm um significado completamente determinado e muitas vezes distinto do significado familiar ao entrevistado. Daqui, percebe-se que uma entrevista não estruturada dificilmente se prestará a uma codificação ou a um tratamento estatístico (Pardinas, 1969: 82).

Para ganhar a confiança dos nossos entrevistados, o entrevistador recorreu à procedimento concreto. Utilizou recomendação de pessoas conhecidas e influentes na área da TDT, uma credencial devidamente passada pela directora da tese, que nos foi útil para o acesso aos entrevistados. O doutorando fez pessoalmente todas as abordagens de marcação das entrevistas, todas realizadas em Maputo.

O entrevistador teve especial cuidado de não deixar ficar as suas próprias opiniões para que o entrevistado, voluntária ou involuntariamente, deliberada ou indeliberadamente, não tratasse de dar gosto ao entrevistador. Naturalmente, em muitos casos, o entrevistado desejará que o material que forneceu fosse tratado confidencialmente e anonimamente. Para garantir que a informação fornecida não lhes comprometesse no futuro. Embora, com isso as entrevistas fossem gravadas por consenso, alguns entrevistados solicitavam no fim da entrevista o guião das perguntas, que para o conforto dos mesmos foram satisfeitos.

O investigador deve mostrar respeito aos seus costumes, isto é, é preciso que seja cuidadoso para evitar ferir susceptibilidade: deve aceitar moderadamente o que oferecem de comer ou beber, sem que seja obrigado de consumir tudo. Particularmente em grupos sociais com forte carga emocional em sentido político, religioso ou (personalista), tenha-se muito cuidado de nunca tomar partido das decisões nas decisões que existam, e uma deverá haver uma habilidade para não quebrar a corrente.

#### **1.7.5.6 Relação com os entrevistados**

A relação com os nossos entrevistados no campo da proximidade é heterogeneia, onde encontramos técnicos acessíveis pela personalidade e outros que mesmo ocupando cargo de chefia, estiveram sempre disponíveis para conversar. A proximidade com o fenómeno pode

ser considerada uma vantagem. Entretanto, (Nigel Fielding 1993:158 citado por Richardson, 1999:96) coloca vantagens e desvantagens:

O pesquisador participa para obter informações detalhadas, não para ser mais um membro do grupo. O pesquisador deve manter certo distanciamento para poder obter informações e interpretá-las. *Mas existe um problema mais importante e não enfatizado na leitura especializada, o facto de “não se aproximar o suficiente” e se faça um “relatório superficial que aparentemente proporcione plausibilidade a análise à qual o pesquisador está obviamente comprometido.”* (Richardson, 1999).

## **1.8. Estrutura da tese**

Excetuando a introdução e as conclusões, os resultados da pesquisa são apresentados em oito capítulos subdivididos em duas partes que corporizam a tese; a primeira parte diz respeito ao marco teórico, a segunda é um estudo de caso.

### **A primeira – Marco teórico, Capítulo II**

O Marco teórico apresenta principais conceitos que ajudam a operacionalizar os objectivos da pesquisa, pois constitui resumo de discussões feitas por outros autores sobre a Televisão Digital Terrestre, que nos propusemos estudar.

O marco teórico é uma ferramenta que serviu para produzir conhecimento, por isso, o capítulo nele tratado já traz uma avaliação crítica e contribuições relevantes sobre a TDT. Ajudou a tomar decisões dentro do contexto da pesquisa, na busca de perspectivas de julgamentos para compreender o processo da TDT no contexto moçambicano.

### **O capítulo é constituído pelos seguintes subtemas:**

1. *Conceito de políticas públicas* – segundo Deubel (2010), que apresenta três termos diferentes – *polity, politics e policy*. Atribuindo a responsabilidade de criação das políticas públicas ao governo, considera que são, portanto, um lugar fundamental para o exercício da democracia. Quer o Governo aja directa ou indirectamente na construção das políticas, elas devem servir aos interesses públicos. Já para Bucci (2006), “Políticas públicas são metas colectivas conscientes e, como tais, um

problema de direito público, em sentido lato.” O Estado pode escolher ou não fazer políticas, isso também pode ser considerado como política. Assim como pode fazê-lo com apoio de organizações não governamentais.

O Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), no seu manual de 2010, analisa os actores do processo de definição e implementação de políticas e identifica dois tipos de actores: “Comunidade da Política” e a “Rede Política” (MASC, 2010).

A produção das políticas apesar de ser da responsabilidade das autoridades políticas, ela exige, em bom senso, a participação. O subcapítulo traz vários ângulos de abordagem da criação e implementação de políticas públicas.

2. *O Estado na perspectiva moçambicana* – a abordagem do Estado neste subtema, divide o Estado em colonial (1974/1975); o Estado Pós-colonial em dois: o primeiro no intervalo de 1975 a 1980, onde vigorou o regime marxista-leninista, e o segundo de 1980 a 1992, que marca o fim da guerra civil.

O percurso histórico e identitário que consubstanciou o actual Estado democrático que se vive em Moçambique deve observar os regimes políticos que vigoraram desde a independência, o conflito armado que durou 16 anos, opondo a Renamo e a Frelimo e as sucessivas vitórias do partido Frelimo nas eleições multipartidárias, que se mantém no poder desde 1975.

O capítulo, com recurso à Constituição da República, elabora sobre o Estado Democrático para enquadrar a Lei de Imprensa em vigor no país.

3. Política de Comunicação – recorreu-se ao trabalho do Van Cuilenburg e McQuail *Media PolicyParadigmShifts: Towards a New Communications Policy Paradigm* (2003). Para Van Cuilenburg e McQuail, (2003:182). “As políticas, em geral, referem-se a projetos conscientes (públicos) para alcançar algum objetivo, juntamente com os meios propostos e o cronograma para alcançá-los”.

Para mostrar a evolução histórica da política de comunicação avançam três fases: a primeira *A fase de políticas emergentes do sector das comunicações (até a Segunda Guerra Mundial)*; II - a fase da política *de media* do serviço público (1945 – 1980/90); III - a fase de um novo paradigma de política de comunicação.

Os autores caracterizam a primeira fase como sendo uma fase “não políticas”, que se notabilizou por normas *ad hoc*, sem objectivo coerente, além de proteger ou promover os interesses do governo e da nação, e desenvolver o sistema de comunicação.

A segunda fase preocupa-se mais por considerações normativas e políticas do que tecnológicas e pela busca de coerência e estabilidade nacional. Nesta fase, verifica-se uma ligação clara, pela primeira vez, entre a liberdade de imprensa e a "responsabilidade social", significando uma obrigação de fornecer notícias e informações confiáveis e relevantes, bem como oportunidades para diversas vozes serem ouvidas na arena pública. Em geral, foram tomadas várias medidas para manter a diversidade de imprensa incorporarem o espírito de uma "imprensa livre e responsável" como uma directriz para a política.

A terceira fase é marcada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação TIC's, quebrando barreiras entre a tecnologia de informação e redes de comunicação. O subtema trata da convergência tecnológica onde os equipamentos são de multiuso, os telefones celulares suportam plataformas de tv, rádio, jornal, redes sociais, etc. A convergência coloca um desafio maior de regulação de diferentes conteúdos, constituindo um novo paradigma da indústria de comunicação, observando aspectos económicos. Finalmente, o subtema dedica espaço para falar do acesso às comunicações, liberdades, controlo/responsabilidade.

4. *Sistema de media* - Hallin e Mancini (2012:301) encaram os sistemas da *media* de forma holística. No entendimento dos autores o conceito da *media* não tem necessariamente que implicar unidade, de coerência e estabilidade, mas liminarmente “padrão” e “interconexões”. Para os autores trata-se de um subsistema de um campo mais amplo, do sistema político de uma nação.

O sistema da *media* poderá variar de sociedade para sociedade e apresentar configuração e funcionamento próprio, geralmente condicionada por factores económicos, políticos, legais e tecnológicos, que determinam a forma como a media se estrutura e funciona.

Hallin e Mancini em 2004 publicaram o livro *Comparing Media Systems: three models of media and politics* foi um ponto de virada para estudos comparativos de

*media*, mas é a abordagem em edições subsequentes de 2010 e 2012 que incluem estudos sobre África.

Ainda neste subtema, Hallin e Mancini identificam quatro dimensões de análises comparativas: I) A circulação da imprensa e a estrutura dos mercados dos meios de comunicação; II) O grau de vinculação ou o “paralelismo político” que há entre os *media*, os partidos políticos e outras instituições da sociedade civil como, por exemplo, os sindicatos e os grupos religiosos; III) O nível de profissionalismo existente no mundo do jornalismo; IV) A presença e a forma de intervenção estatal no campo da comunicação mediática.

*O papel do Estado nas Políticas Públicas* - O Estado na sua relação com a *media* desempenha papéis diferenciados onde se destacam: a) proprietário, b) regulador e c) financiador dos *media* (Hallin e Mancini, 2010:63). Os autores acrescentam que são dois os níveis do papel do Estado: ao nível mais básico, a distinção pode ser feita entre as *democracias liberais* -como os Estados Unidos- e as *democracias do Estado-providência*, predominantes na Europa, em particular no continente.

As democracias emergentes mereceram atenção dos autores que falam da influência dos movimentos de libertação que ganharam a legitimidade de conduzir os destinos das suas nações. As democracias africanas apresentam características peculiares, diferentes das ocidentais, o fundamental é procurar adaptar quaisquer sistemas à realidade do local onde se vai aplicar.

5. *A televisão pública como motor da TDT* – este subtema releva os papéis que os *media* desempenham no funcionamento do Estado, sendo, portanto, um verdadeiro espaço de interação do governo e governado. Quando exercem o jornalismo investigativo, ajudam a controlar o secretismo das ações governamentais. Muitas vezes o governo serve-se da *media* para se manter no poder. Sendo a TDT uma evolução das plataformas de radiodifusão, a televisão é tem o papel de mostrar e explicar tudo sobre o processo da TDT.
6. *A relação da media e as democracias africanas* – este subtema está ligado ao anterior numero 6. Em McQuail (2003:83-93) a *media* pode assumir cinco funções sociais: a) função de informação; b) função de correlação; c) função de continuidade; d) função de entretenimento, e por fim e) função de mobilização. Em África, muitos estados

democráticos violam as liberdades e direitos preceituados nos sistemas democráticos. Os processos políticos condicionam o tipo e a estrutura da *media* bem como a sua funcionalidade. Devido a fragilidades múltiplas como analfabetismo e o fraco acesso à energia eléctrica, o meio de comunicação social mais viável em África é a rádio, que apresenta grandes vantagens pela disponibilidade e uso de línguas locais. Os Estados controlam a media.

7. *Gestão e monitoria do espectro* – o espectro, recurso escasso e caro para as nações, constitui preocupação na sua gestão que em Moçambique está a cargo do Ministério dos Transportes e Comunicações. A TDT vai permitir a libertação do espectro para outras actividades para além da radiodifusão.
8. *Regulação e convergência*. Da discussão havida, e, sobretudo com a evolução das TICs, mostra-se cada vez amais difícil apresentar uma regulação que abranja vários sectores. O pior é quando não há regulação específica, nem políticas. As autoridades reguladoras reivindicam a independência da sua actividade para conferir isenção da pressão política ou económica.

## **Segunda parte**

Capítulo III - Este capítulo faz o enquadramento do surgimento das actividades televisivas em Moçambique, que coincidem com a Televisao de Moçambique (TVM), uma estação pública que por inerência de funções abraçou a migração digital, e na pesquisa foi eleita o estudo de caso. Assim, este capítulo relata a TVM de forma sucinta, apresentando a sua estrutura e funcionamento, e explica como se relaciona com a nova realidade da nova era digital.

Capítulo IV- O capítulo procura mostrar a relevância da acção regional sobre um processo de carácter global. Os países das SADC apresentam algumas características e estágios do processo TDT em comum. Os Países Membros da SADC escolheram o mesmo padrão europeu (DVB-T2), excepto Botswana que escolheu o modelo (ISDB-T) nipónico-brasileiro. A SADC acredita que a escolha mútua beneficia a economia de escala. Pensaram na tecnologia, conteúdos e políticas. Os países membros encontraram mecanismos de desenvolver medidas e acordos de protecção regional. Todos debatem-se com problemas de capacidade financeira para investirem neste projecto. Muitos

dependem de investimentos estrangeiro, que encontra barreiras de penetração em certas áreas que os estados protegem.

Capítulo V - Este capítulo apresenta o processo da TDT em Moçambique no intervalo (2006 – 2017). Pela dimensão temporal considerou-se o intervalo longo, por isso, o período foi subdividido em três etapas analíticas que constituem a cronologia da TDT, que se encontra relatada nos próximos três capítulos VI, VII, e VIII. Cada etapa corresponde a um capítulo. O Governo de Moçambique, ao aprovar o modelo europeu, criou uma comissão de gestão de todo o processo designada COMID. Igualmente, criou uma empresa designada TMT, responsável pela distribuição e manutenção da rede digital.

**Capítulo VI. Primeira Etapa (2006 – 2010).** Este capítulo relata o início do percurso das actividades da TDT, que começam com a subscrição de Moçambique, em Genebra, do compromisso internacional de migrar de radiodifusão analógica para digital. Os primeiros passos consistiram na publicação de documentos da parte do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) para regular as actividades da TDT. Embora marcado por baixa produção de informação, o Governo aprovou o DVB-T2 para a TDT em sede do Conselho de Ministros em Novembro de 2010.

**Capítulo VII. Segunda Etapa (2011 – 2013).** Esta etapa relata a constituição da COMID, cuja principal actividade consistiu na criação de estratégia nacional de digitalização da radiodifusão do analógico para o digital. Como estratégia de comunicação e formação dos quadros da área de comunicação social, a COMID realizou vários seminários ao longo do país.

**Capítulo VIII. Terceira Etapa (2014-2017).** Uma etapa marcada pela aprovação da Estratégia Nacional de Digitalização. Por isso, este capítulo é reservado a explicar a estratégia e o respectivo plano de comunicação da TDT. Trata-se de um período de muita agitação, pois falava-se de um possível apagão em 2015, que não houve; aconteceu a correcção da adjudicação directa do projecto da TDT à Startimes, pelo concurso internacional em 2016, ganho pela mesma Startimes, arranque das obras de instalação da rede de emissores a nível do país.

**Capítulo IX- O Papel da Televisão de Moçambique no Processo da TDT –** O capítulo procura compreender a participação da TVM no processo, olhando para as suas

atribuições. Se por um lado a TVM é uma empresa responsável pela aplicação prática da TDT, por outro, ganhou a responsabilidade de suportar o investimento para a criação da TMT. A TVM participou desde a criação da COMID emprestando os seus recursos humanos para integrar as equipas de preparação, entrega de emissores para o projecto-piloto, formação de quadros para integrar a equipa da TMT, suporte de parte das despesas com a TMT.

A TVM criou um espaço televisivo dentro da sua grelha de programação para a divulgação das actividades ligadas à digitalização da televisão terrestre.

Enquadramento teórico e as políticas públicas de comunicação



## CAPÍTULO II

### 2. MARCO TEÓRICO

#### 2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO

##### 2.1.1. Conceito de Políticas Públicas

Para conceptualizar as políticas públicas encontramos em Deubel (2010) que a política no contexto da expressão inglesa apresenta três termos diferentes – *polity*, *politics* e *policy*. *Polity* refere-se a uma esfera política em geral; *politics* corresponde as actividades políticas realizadas para lograr o controlo do poder político, finalmente *policy* designa as actividades resultantes da *politics* (as suas consequências, resultados ou outputs). É de modo que o termo *policy* em inglês significa actividade em curso, conjunto de acções adaptadas por um indivíduo, grupo ou governo, ou uma série de princípios sobre os quais essas acções estão baseadas correspondem ao conceito de público, onde se insere o conceito de “política pública”. Para o autor, o conceito espanhol de “política pública” traduz perfeitamente o conceito inglês de “*public policy*”, entendendo por esta a actividade, o curso da acção posto em acção pelas autoridades, governamentais em particular (Deubel, 2010:19).

Como instrumento de manutenção da ordem social, as políticas públicas são, portanto, um lugar fundamental para o exercício da democracia. Os governos contemporâneos não dispõem de um monopólio exclusivo sobre a acção pública, dispõem de legitimidade necessária para decidir intervir ou não intervir em qualquer tema, solicitado ou não por uma parte da cidadania, na medida que a considera oportuno para a facilidade da sociedade e os seus habitantes, ou para os fins do Estado (Deubel, 2010).

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública (Souza, 2003). Políticas públicas, ou “Política Publica” é a soma das actividades dos governos, que agem directamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (Peters, 1996). Num campo mais abrangente, pode-se considerar as Políticas Públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer" (Dye citado por Deubel, 2010), ou a “uma acção governamental dirigida até o conseguir fins fora da mesma” (Deubel, 2010).

Vargas Velasques (citado por Deubel, 2006) define o termo como "conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e acções do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis".

Já para Bucci (2006), "políticas públicas são programas de acção governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as actividades privadas, para a realização de objectivos socialmente relevantes e politicamente determinados". A autora considera que "Políticas públicas são metas colectivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato."

Através de políticas, o Estado atende determinados sectores de actividades em particular e combinando-os com outros se necessário for, segundo interesses e ou atribuições de sector da sociedade civil. As políticas podem ser desenvolvidas em parcerias com organizações não-governamentais e, como se verifica mais recentemente, com a iniciativa privada nas novas democracias.

Nos anos de 1990 regista-se um elevado número de Organizações Não Governamentais (ONG's) que entraram no cenário africano seja de dentro ou de fora de África. As organizações internacionais são apenas hospedes e não podem ser estabelecidas como movimentos. Algumas ONG's como OXFAM envolveram-se na tentativa de emponderar grupos locais, o seu papel de democratização é limitado ao nível secundário (Hyden e Okigbo, 2017). Os autores acrescentam que as ONG's locais são menos eficazes na promoção da democracia ou do respeito dos direitos humanos, porque não são membros de uma organização e carecem de base de poder (círculo eleitoral) que lhes permita desempenhar tal papel.

Em Moçambique, as ONG's e a sociedade civil têm papel fundamental na participação social embora anda aquém do desejável. Para Berger (2002) os Estados africanos fracos, geram uma sociedade civil fraca, entretanto, pertinente para a construção de uma sociedade civil. O Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (MASC), no seu manual de 2010 analisa os actores do processo de definição e implementação de políticas e identifica dois tipos de actores: "Comunidade da Política" e a "Rede Política" (MASC, 2010).

a) A *Comunidade da Política* inclui os indivíduos e as instituições envolvidas na formulação de uma determinada política pública. Envolve, portanto, actores sociais interessados em analisar, opinar e corrigir alguns aspectos relativos à essa política pública de forma a fornecer

alternativas para o seu melhor enquadramento na comunidade, um enquadramento que vá de encontro às necessidades da comunidade.

A comunidade de uma determinada política é aquela que tem um conhecimento sobre essa política pública. Por exemplo, no sector de água e saneamento, a comunidade desta política pode envolver indivíduos e agências dentro do governo, responsáveis pelo sector de água e saneamento, assim como as ONGs relacionadas com o sector de água e saneamento, consultores, advogados, instituições académicas e de pesquisa e catalisadores de ideias ou *think tanks*.

b) *Rede da Política* - A Rede da Política é formada por uma parte dos actores da Comunidade da Política. Trata-se de actores que trabalham em conjunto ou interagem regularmente para alcançar mudanças específicas, relacionadas com algo que preocupa a comunidade. A Rede da Política pode incluir Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil (OSC), os seus aliados da comunidade de doadores, assim como departamentos do governo afins. Por exemplo: uma rede de uma política de combate ao abuso sexual de menores nas escolas pode ser formada por representantes da Organização da Sociedade Civil, Organização Nacional dos Professores (ONP), Representantes dos Conselhos de Escola, Direcções da Educação, membros da Polícia local (Open Society, 2009).

As sociedades político-administrativas<sup>9</sup> actuam através das políticas públicas que constituem um conjunto de decisões que tem como objecto, na maior parte das vezes, um problema de alocação dos bens e de recursos (Hermet, Badie, Birnbaum e Braud, 2014:268).

Assim, põem em prática políticas de saúde, habitação, ordenação turística, educação, acesso água, comunicações etc. Está em causa a transformação de objectivos particulares em colectivos, no decurso dos quais se confrontam múltiplos interesses, objectivos que se traduzem na utilização de importantes meios orçamentais e administrativos, estas questões devem aparecer na agenda política de uma administração central ou periférica (Hermet, Badie, Birnbaum e Braud, 2014:268). Por isso, a definição de políticas públicas é tarefa das autoridades públicas investidas de legitimidade pública ou governamental.

---

<sup>9</sup> As unidades político-administrativas são criação humana que definem e organizam entidades territoriais de manipulação criados pelo Estado para o serviço da população. Sociedade Geográfica de Colômbia, Plano de ordenamento Territorial. <https://sogeocol.edu.co/documentos/cuencap3.pdf>

Souza cita Heclo (1972) para quem “uma política pode consistir também no que não se está a fazer”. E pergunta-se como o governo de Moçambique cria políticas de digitalização da televisão terrestre por ondas, que atendam assuntos privados e públicos na indústria da *media* através de políticas, o Estado atende determinados sectores de actividades em particular e combinando-os com outros se necessário for, segundo interesses e ou atribuições de sector da sociedade civil.

A participação exige para além da vontade expressa pelas autoridades e os visados. É necessário observar factores que podem facilitar ou dificultar a participação.

Em relação às políticas públicas, em Moçambique é preciso ter em conta dois aspectos que nos parecem interessantes; o facto de a democracia ser recente, e pelo facto de começar a dar espaço de participação.

Se por um lado, a democracia em Moçambique conheceu os primeiros sinais de participação, com a realização das eleições multipartidárias em 1994, marcadas por uma participação massiva da população, sob o olhar das Forças Nações Unidas, responsáveis pela pacificação do país saído da guerra de 16 anos que opôs a FRELIMO e a RENAMO. As primeiras eleições foram ganhas pelo partido FRELIMO que se mantém no poder desde 1975, altura da Independência Nacional até a esta parte.

Por outro lado, é preciso observar o contexto em que esta democracia acontece; o país debate-se com altos índices de analfabetismo, pobreza extrema, desemprego, falta de infra-estruturas estratégicas como vias de acesso (estradas e pontes).

Por isso, o mecanismo de participação democrática é mais expressivo nos pleitos eleitorais através de voto, e não se registam avanços sob ponto de vista de participação na criação de políticas públicas – um requisito em democracia. Mais ainda, apesar de alguns progressos que se observam desde a aprovação da nova Constituição da República de 1990, que permitiu a aprovação da Lei 18/91, que cria a liberdade de imprensa e de expressão, o que significou a liberdade de pensamento, a abertura para a imprensa independente ou comercial, embora maior parte dos órgãos de comunicação social se concentrem nas cidades servindo para uma pequena elite deixando de fora a maioria da população, que depende da media pública de radiodifusão.

É sob cumprimento da Lei 18/91 de 30 de Agosto que converge o exercício das actividades de *media* e a interpretação dos fenómenos da imprensa em Moçambique que, enquanto não se aprova outra lei, esta vigora e regula todas a actividade de comunicação social. A continuar assim, o desafio de uma televisão digital cada vez mais moderno ficará aquém da competitividade.

As rádios e televisões privadas utilizam a língua portuguesa nas suas emissões, somente a RM, a TVM e as rádios comunitárias do Instituto Nacional da Comunicação (ICS) utilizam as línguas nacionais permitindo que as populações possam captar as informações em primeira mão (Open Society, 2009).

O tamanho da população susceptível de participar remete-nos a uma questão anteriormente levantada. Quem são os atores das políticas e como estes articulam entre si neste processo? Os atores políticos são as partes envolvidas nos conflitos (Ferreira, 2003). Porém, como vimos em (Deubel, 2006), nem sempre as Políticas Públicas emergem de conflitos. Ou seja, não é necessariamente fundamental, a existência de um conflito para que as partes ou entidades competentes desencadeiem um processo de criação de políticas públicas. Aliás, o mais importante é que estas sejam funcionais, que respondam às necessidades para as quais foram criadas e que acomodem situações, actuando de modo concertado.

Quando os atores actuam em conjunto após o estabelecimento de um projeto a ser desenvolvido onde estão claras as necessidade e obrigações das partes, chegam a um estágio de harmonia que viabiliza a política pública (Ferreira, 2003). Para ele, os atores se dividem em **Atores Públicos** - políticos pleitos, burocratas, tecnocratas, deputados e outros, e **Atores Privados** - Empresários, trabalhadores etc.

Viana (1996) cita John W. Kingdon (1984; 1995; e 2014) no seu livro *Agendas, Alternatives and Public Policies*, que dá prioridade ao entendimento de quatro fases ou etapas da política: a) construção da *agenda*; b) *formulação* de políticas; c) *implementação* de políticas; e d) *avaliação* de políticas. Kingdon procura explicar a difícil interacção de *intenções*, construídas na fase de formulação de políticas, e *acções*, presentes na fase de implementação - isto é, o processo contínuo de reflexão para dentro e acção para fora, tão comum na rotina pública (Viana, 1996). Assim, encontramos posição semelhante no trabalho de Van Cuilenburg & McQuail (2003), que consideram que as acções dos governos, em nome do “interesse público” em matéria de comunicação têm sido há tempos complicadas pela ambígua relação

do Estado com seus cidadãos em matéria de liberdade de comunicação. Eles defendem que o Estado apesar de se posicionar como promotor das constituições jurídicas que promovem as actividades da comunicação social, fiador das liberdades, porém, tem sido historicamente conotado como inimigo do gozo da liberdade de expressão individual.

Geralmente, o governo ao exercer a sua alta capacidade administrativa tem a obrigação de resolver problemas “transcendentais” para a sociedade, como podem ser o complexo saúde, emprego, habitação, abastecimento de água, segurança, comunicações etc., Para prevenir, inclusive resolver estes problemas é necessário uma eficiente implementação das políticas públicas, às quais deve-se contar com um aparato administrativo adequado, que dê satisfação aos cidadãos no cumprimento das suas obrigações, para que a sociedade tenha elementos para catalogar se o Governo é efectivo ou não (Ferreira, 2003).

Um governo pode ser classificado como efectivo se o objectivo que lhe da vida é alcançado, ou se os seus rendimentos permanecem e crescem, perante os imperativos públicos que tem encomendado. O grau de alcance de tal objectivo é variável e, por conseguinte, variável também é o grau de governabilidade (Ferreira, 2003).

O surgimento de políticas de comunicações e *media* tem as suas na interacção entre a prossecução dos interesses nacionais dos Estados e das operações das empresas comerciais ou industriais (Van Cuilenburg & McQuail, 2003). Tanto o Governo como a indústria têm procurado mútua vantagem por meio de privilégios, regulamentos e restrições. Para a concepção dos autores, as Políticas em geral, referem-se a projectos conscientes (públicos) para alcançar algum objectivo, juntamente com os meios propostos e o calendário para a sua realização.

Os conteúdos específicos das políticas do governo reflectem um acordo havido num determinado tempo e lugar e o equilíbrio do poder e vantagem entre governo e a indústria. Trata-se de um conceito generalista que Van Cuilenburg e McQuail, usam numa concepção mais democrática do governo e tendências crescentes para a globalização, num olhar às variações das tecnologias de comunicação e informação e o aumento da importância da comunicação na sociedade “Pós-Industriais”, mais conhecidos como “Sociedades de Informação”.

Segundo podemos depreender das afirmações anteriores, a formação política no campo de comunicação, bem como noutras áreas é geralmente guiada por uma noção de "interesse público", o que os estados democráticos são esperados exercer em nome de seus cidadãos.

Em geral, uma questão de "interesse público" é aquela que afecta a sociedade como um todo (ou partes dele) ao invés de apenas os indivíduos directamente envolvidos ou afectados directamente (Van Cuilenburg & McQuail, 2003). Para os autores, as acções dos governos, em nome do "interesse público" em matéria de comunicação têm sido há tempos complicados pela ambígua relação do Estado com seus cidadãos em matéria de liberdade de comunicação. Na relação entre os Estados e os meios de comunicação é necessário distinguir três políticas importantes: as políticas de comunicação estatal, políticas de comunicação pública e políticas de comunicação privada. De acordo com Gomes (1997:122), a política de comunicação estatal é aquela estabelecida pelo governo, onde normaliza o agir do Estado e da sociedade no campo da comunicação social, enquanto, as políticas de comunicação pública são mais abertas à sociedade civil, embora elas também indiquem a presença do Estado. Nesta política ainda segundo Gomes (1997), o Estado desempenha um papel de regulador mínimo deixando que as organizações tenham acesso e controle o uso dos meios de comunicação social. Para terminar, define a política de comunicação privada como sendo aquela que é desenvolvida por iniciativa privada que exploram os meios de comunicação.

Posto a discussão sobre a política pública a este nível, escolhemos o conceito trazido por Van Cuilenburg e McQuail, por se mostrar o mais ajustado para a nossa pesquisa pois, embora Moçambique seja um Estado que goze de uma democracia recente, por via disso, apresentar-se com muitas dificuldades na sua gestão da coisa pública, o País procura responder algumas lições democráticas no seu sistema como um todo, acomodando subsistemas, como o da *media* por exemplo, lutando por conquistar maior espaço possível de uma democracia participativa. Por conta da nossa escolha, dedicamos em seguida, à luz de Van Cuilenburg & McQuail (2003), a política de comunicação.

### **2.1.2. Conceito de Estado na perspectiva do Estado Moçambicano**

Moçambique ganha a independência no dia 25 de Junho de 1975, por via da luta armada liderada pelo movimento designado Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO), e abre-se uma página na sua história que é constitucionalmente marcada pela devolução ao povo moçambicano dos seus direitos e liberdades fundamentais. Em 1977 abraçou o regime marxista-leninista. Viveu uma guerra sangrenta de desestabilização protagonizada pelas forças armadas da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a FRELIMO, força

governamental, durante 16 anos (1976-1992). Em 1987, a FRELIMO introduziu um programa de ajustamento estrutural patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Dois anos mais tarde, abandonou formalmente o regime marxismo-leninismo (Dinerman, 2007), uma decisão tomada numa plena guerra fria, um Estado numa fase embrionária, mergulhado na sua maior crise de sempre, devido à guerra e às calamidades naturais, um período de desestruturação de infra-estrutura, do tecido social, com registos de elevados índices de deslocados de guerra das zonas de conflito para dentro e fora do país. (Brito, Castelo-Branco, Chichava e Francisco, 2012).

A ruptura formal com o socialismo de Estado coincidiu com a decisão de entrada em negociações directas com a RENAMO, um movimento militar rebelde que havia sido criado por procuração pela Rodésia e subsequentemente herdado pela África do Sul do apartheid. As negociações de paz entre o governo e a RENAMO ocorridas em Roma culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), a 4 de Outubro de 1992 (Dinerman, 2007). O acordo de paz pós fim ao conflito militar sanguinário entre moçambicanos, no seu próprio território independente, tendo ceifado a vida de mais de um milhão de mortos.

É neste contexto histórico que se constrói o Estado moçambicano que em 1990 aprovou uma nova Constituição da República e, finalmente, o povo moçambicano começa a sonhar com os direitos, liberdades fundamentais descritos na (Carta das Nações Unidas) e começa a conhecer a paz, a liberdade, a independência propriamente dita, e marca um passo gigantesco ao organizar as primeiras eleições multipartidárias em Outubro de 1994, sob os auspícios de uma força de manutenção da paz das Nações Unidas, que supervisionou o processo de transição (1992-1994).

O regime político em Moçambique é presidencialista: O chefe do Estado é igualmente chefe do Governo. Nos governos sucessivos da FRELIMO é também Presidente do Partido e Comandante e Chefe das Forças Armadas, segundo os nº1, 3 e 4 do Artigo 146 da Constituição da República. No entanto, existe desde 1985 a figura do Primeiro-Ministro, que tem a função de coordenador e pode dirigir as sessões do Conselho de Ministros na ausência do Presidente da República (CR, 2004).

No âmbito das competências do Governo, ao abrigo do disposto no artigo 204 da Constituição da República compete nomeadamente ao conselho de Ministros garantir o gozo dos direitos e liberdades sociais (CR, 2004).

*Os textos constitucionais demonstram que a nova constituição reafirma, desenvolve e aprofunda os princípios fundamentais do Estado moçambicano, consagra o carácter soberano do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (CR, 2004).*

Para fazer um enquadramento conceptual do Estado moçambicano recorreu-se a abordagem do Ribeiro (2004), que na base da proposta de Hirschmen (1970) avança modelo que caracteriza três modalidades de participação social (*exit, voice e loyalty*), uma participação que é sempre feita no quadro de instituições formais ou informais (desde as famílias, passando pelas empresas, associações, partidos políticos, para se chegar ao Estado propriamente dito). Ribeiro sublinha que o modelo remete à avaliação para a fronteira entre o pensamento e os comportamentos (práticas sociais).

O Estado moçambicano constitui-se como elemento central na orientação do pensamento social sobre o político, ou seja, está-se na dimensão política apenas quando o Estado aparece como referente (directo ou indirecto) (Ribeiro, 2004). Este posicionamento é intencional, pois a política não se esgota no Estado, ela inclui a esfera privada.

Quando se analisa o Estado em Moçambique tem-se em mente três fases fundamentais que explicam a sua evolução, ao nível do pensamento social, o Estado em Moçambique apresenta-se como uma entidade com características específicas que nos permitem identificar modelos distintos (Ribeiro, 2004)

- a) Estado colonial (até 1974-1975)
- b) Estado pós-colonial da I República (até os anos 1980 – regime marxista-leninista) e
- c) O Estado pós-colonial da II República (desde o início dos anos 1990, particularmente após o Acordo Geral da Paz (AGP) de Roma de 1992 e as primeiras eleições gerais de 1994).

Estas etapas são fundamentais para uma distinção epistemológica entre a história, por um lado, (enquanto realidade objectiva ou área de conhecimento que versa sobre o que “de facto” aconteceu), e por outro lado, as representações sociais (como é que determinadas inserções sociais contribuíram para a construção do Estado moderno), que na nossa perspectiva, olhando para esta distribuição, enquadraria como a IV fase; em que se registam sucessivas eleições gerais em 1999; 2004; 2009 e 2014, sempre ganhas pela Frelimo enquanto o maior partido da oposição, a Renamo, reivindicou os resultados.

Estas sucessivas vitórias indicam que a Frelimo está estreitamente ligada ao aparelho do Estado (Lourenço, 2009). A despartidarização do Estado é o assunto recorrente na arena política, largamente debatido pelos partidos da oposição e pela sociedade civil Moçambique.

De Brito atribui a vitória da Frelimo nas eleições gerais de 2004 a estratégia adoptada por Guebuza, que consistiu em revitalizar as células e os comités do partido a todos os níveis, desenvolvendo um sistema clientelista e reconstituindo em grande medida a organização e o modelo de controlo social e territorial que tinham sustentado o poder da Frelimo desde a independência como partido-Estado (Brito, 2015).

De 1994 a 2004 – o Governo liderado por Chissano preocupou-se com a reconciliação nacional com maior enfoque à cultura de paz, há registos de sinais de recuperação da economia do país, que experimenta a liberalização do mercado. O Estado é de providência social que acumulou muitos erros (corrupção e “deixa andar”), com aparente distribuição da riqueza, mas sem crescimento económico assinalável.

Seguiram-se 10 anos do mandato do Presidente Armando Guebuza que, à semelhança do Governo cessante, que combateu o regime do Samora Machel, abandonando o regime socialista para o liberal, impôs uma velocidade verdadeiramente mercantilista, também com atrocidades, desmandos, corrupção, que culminou na contratação de dívidas ocultas, um escândalo que desvendou/desmentiu o falso crescimento económico. Aliás, os estudos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) têm demonstrado que o país tem problema por resolver a “pobreza”. Embora os estudos indiquem que há *“menos pobreza”, mas há mais pobres* – Brito explica que a população moçambicana aumenta a um ritmo elevado. Em condições de grande crescimento demográfico, uma pequena redução percentual da pobreza não é suficiente para que haja uma redução efectiva da pobreza (Brito, 2012:26).

Brito quando avalia a pobreza evidencia três pontos: a) em primeiro lugar diz que a pobreza não é uma simples relação estatística, mas a expressão de uma situação concreta, de pessoas concretas; b) em segundo lugar, analisando as prioridades e objectivos fixados pelos Parpas<sup>10</sup> para a área de governação, na sua maior parte, são demasiados gerais, vagos e demasiadamente articulados entre si para constituírem a base de um determinado plano; c) em terceiro lugar, a descentralização, que dura muito tempo na fase embrionária, desenvolve alianças políticas entre o poder central aliado ao seu interesse de manutenção no poder através das eleições e das elites locais.

A Constituição da República de Moçambique no seu artigo 1º estabelece: “A República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social”<sup>11</sup>. Assim, no que refere ao seu papel, a mesma Constituição, através do artigo 11, estabelece: O Estado moçambicano tem como objectivos fundamentais: ” a) a defesa da independência e da soberania; b) a consolidação da unidade nacional; c) a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos; d) a promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país; e) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei; f) o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual; g) a promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz; h) o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; i) a afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores socioculturais; j) o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados”<sup>12</sup>.

No que tange a relação do Estado moçambicano com a *media*, à luz do artigo 48 da Constituição da República de 1990, revista em 2004, foi concebida a Lei 18/91 de 10 de Agosto que define os princípios reguladores dos meios de comunicação social.

---

<sup>10</sup> O termo “Parpas” é aqui usado para referir o conjunto dos quatro planos de redução da pobreza que foram adoptados em Moçambique: o “Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004)”, elaborado na sequência da aprovação em Abril de 1999 pelo Governo das “Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza absoluta”, neste texto referido como PARPA (MPF 2000);

<sup>11</sup> Moçambique, 1990. Constituição da República. Imprensa Nacional

<sup>12</sup> Moçambique, 1990. Constituição da República. Imprensa Nacional

Da análise feita aos autores conclui-se que o Estado desempenha diferentes papéis no seu relacionamento com a média, assumindo-se como regulador, como patrão e como gestor. O Estado toma o papel de regulador na relação com a *media* privada, de proprietário na relação com a media estatal e gestor na relação com a media pública. Nesta última relação, deseja-se que a intervenção do estado seja mínima.

## **2.2. Política de Comunicação**

Para debruçarmos sobre a política de comunicação onde se insere o nosso objecto de estudo recorreremos ao trabalho do Van Cuilenburg e McQuail, *Media Policy Paradigm Shifts: Towards a New Communications Policy Paradigm, 2003*, onde autores destacam que as origens das políticas de comunicação residem na interação entre a busca de interesses nacionais pelos Estados e as operações pelas empresas comerciais – industriais. Tanto Governo como os industriais buscam vantagens mútuas por meio de privilégios, regulamentos e restrições.

“As políticas, em geral, referem-se a projetos conscientes (públicos) para alcançar algum objetivo, juntamente com os meios propostos e o cronograma para alcançá-los” (Van Cuilenburg e McQuail, 2003:182).

A política de comunicação não pode, por si só, proteger nenhum princípio delineado. Cada política depende de vários factores dentre outros, o funcionamento do mercado de *media* e os desenvolvimentos profissionais e institucionais na própria media.

O Séc. XX é marcado por reformas mais democráticas de governos e pelas tendências crescentes para a globalização. Van Cuilenburg e McQuail (2003) consideram que no campo da política de *media* houve desenvolvimentos significativos, referentes a novas tecnologias de comunicação e a importância crescente da comunicação em sociedades “pós-industriais”, que são mais conhecidas como “sociedades da informação”.

Van Cuilenburg e McQuail (2003) destacam três momentos fundamentais que constituem as fases que marcaram a história da comunicação na decisão política:

I - *A fase de políticas emergentes do sector das comunicações (até a Segunda Guerra Mundial)* - É uma fase transitória desde a época de “não-política”, e consistiu numa coleção de medidas ad hoc destinadas a regular e facilitar a introdução de uma série de inovações, a partir de meados do século XX até aproximadamente o início da Segunda Guerra Mundial. Não há objetivo coerente, além de proteger ou promover os interesses do governo e da nação, e promover o desenvolvimento de sistemas de comunicação, seja por investimentos estatais ou de capital privado. As linhas foram estabelecidas para política e lei para telégrafo, sem fio, filme, televisão, transmissão a cabo, fonografia e vários meios de comunicação relacionados. Regista-se a separação de regimes para diferentes tecnologias, com particular referência aos meios de distribuição.

Nesta fase inicial das políticas de comunicação emergentes, as funções políticas das comunicações não eram amplamente reconhecidas nem regulamentadas.

O pressuposto comum era de que o meio para comunicação abertamente política deveria ser o jornal impresso, para o qual não havia política exceto a liberdade de censura e sujeição ao estado de direito do país em que operavam. O que era bom para o capitalismo era bom para os Estados Unidos: isto é, a indústria privada operando num ambiente competitivo de *antitruste* era considerada o mecanismo mais importante para serviços de telecomunicações inovadores e de alta qualidade.

Na Europa (Grã-Bretanha), a lei reservava todos os serviços de telegrafia para o Escritório de Correios já em 1868 e um padrão similar foi seguido na Alemanha, França, Holanda e Suécia. A política europeia era tornar o telégrafo e a telefonia, juntamente com os serviços postais, um monopólio público e, como utilidade pública, efetivamente um ramo do governo.

Para Van Cuilenburg e McQuail (2003), não é fácil ajustar a história inicial da elaboração de políticas nos Estados Unidos e na Europa no mesmo contexto, já que os meios de política, em termos de propriedade e controlo, parecem tão divergentes. O modelo americano também levou a uma expansão mais rápida no uso popular das "novas medias" da era (o telefone em particular). Tanto o modelo de "utilidade pública" dos PTTs europeus quanto o modelo capitalista norte-americano prometiam um princípio de acesso universal, embora o segundo fornecesse mais da realidade.

No entanto, ambos modelos compartilham certas características gerais, como segue:

- ✓ Tratar os meios de comunicação como ramos da indústria com importância estratégica;
- ✓ Separar diferentes setores para regulação de médio-específico (diferentes regimes baseados em tecnologia);
- ✓ Subordinar a comunicação ao imperativo do interesse nacional (econômico e militar).

Essas características estão logicamente relacionadas, pois cada uma delas trata o campo da comunicação como um assunto essencialmente técnico que deve ser resolvido.

II - *a fase da política dos media do serviço público (1945 – 1980/90)* – Esta fase, que termina na década de 1980, quando os meios de comunicação se desenvolviam com base em melhores meios de distribuição e informatização, caracterizou-se mais por considerações normativas e políticas do que tecnológicas e pela busca de coerência e estabilidade nacional. É uma fase dominada por preocupações estratégicas sociopolíticas e não econômicas ou nacionais, onde domina um tipo de política de media auto-consciente que a fase anterior, e reflete um espírito mais coletivista e o amadurecimento da política de democracia, que se desenvolveu apenas após a virada do século 20 em muitos países industrializados.

No início do século XX há lições sobre o poder da propaganda, na sociedade totalitária e nas sociedades capitalistas dominadas por grandes empresas com "barões da imprensa" como seus aliados. Em alguns países, notadamente na Grã-Bretanha e nos EUA, a imprensa em meados do século parecia menos uma componente saudável da vida democrática do que um instrumento de poder político injustamente influenciado contra a reforma trabalhista e progressista.

Para Van Cuilenburg e MacQuail (2003) verifica-se uma ligação clara, pela primeira vez, entre a liberdade de imprensa e a "responsabilidade social", significando uma obrigação de fornecer notícias e informações confiáveis e relevantes, bem como oportunidades para diversas vozes serem ouvidas na arena pública.

O espírito geral da época estava favoravelmente disposto à mudança progressiva e ao planejamento social em todas as esferas da vida.

Em vários países da Europa a pressão foi exercida (por vários meios, incluindo a legislação) para promover a diversidade de propriedade e conteúdo, limitar o monopólio e lidar de forma mais eficaz com as denúncias contra a imprensa.

Em geral, as várias medidas tomadas para manter a diversidade de imprensa incorporaram o espírito de uma "imprensa livre e responsável" como uma diretriz para a política. Mas eles também envolveram vários tipos de apoio econômico, incluindo subsídios diretos a jornais, sob certas condições e limites de propriedade (Smith, 1977).

III - *a fase de um novo paradigma de política de comunicação* - Esta fase é marcada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação TIC's, quebrando as fronteiras entre as tecnologias de informação e as redes de comunicação onde Van Cullenburg e McQuail (2003) realçam que: "a informática e as telecomunicações estão a convergir para a telemática; os computadores pessoais e a televisão tornam-se mais similares; e as redes anteriormente separadas, se tornam mais e mais interligados para fornecer o mesmo tipo de serviços". É convergência tecnológica quando a multimídia, integra texto, áudio e vídeo.

Em paralelo a convergência tecnológica existe a convergência econômica no setor de comunicação e *media*, que é a fusão dos ramos de computação, comunicação e conteúdo (publicação). Van Cullenburg e McQuail atribuem a convergência tecnológica e econômica o nascimento da ideia de "política de comunicação" no final do século XX. Igualmente, citam o Antigo Escritório de avaliação tecnológica dos EUA, que publicou o seu estudo pioneiro *conexões críticas* (OTA, 1990). Mais tarde, depois de uma década, a União Europeia adotou o mesmo tema para a sua nova abordagem da política de comunicação (CEC, 1997).

Na convergência tecnológica, a regulação dos *mass media* tornou-se cada vez mais ligada à regulamentação das telecomunicações. Além das mudanças tecnológicas, as mudanças socioculturais também são centrais. Para Van Cullenburg e McQuail (2003) "declínio da ideologia" que se refletiu na queda do comunismo, o aumento do alcance e da respeitabilidade do mercado livre e a mudança para o direito na política europeia, é uma característica notável dos desenvolvimentos recentes.

O pragmatismo e o populismo impulsionam cada vez mais a política. A globalização da comunicação e a permeabilidade das fronteiras nacionais pela *media* multinacional também são novas na escala de seu impacto. A globalização ajuda a impulsionar a expansão, mas não

reduz significativamente o papel da política nacional de comunicação, uma vez que os governos nacionais, juntamente com as corporações nacionais e multinacionais, ainda são os principais atores da arena política (Van Cuilenburg e McQuail, 2003).

Van Cuilenburg e McQuail (2003) explicam que as corporações querem desenvolver novos mercados internacionais e também expandir e fundir-se cruzando antigas fronteiras regulatórias. Os governos estão a retirar-se da regulamentação em que interfere com o desenvolvimento do mercado e dão uma prioridade relativamente mais económica ao bem-estar social-cultural e político, quando devem ser estabelecidas prioridades.

O enfraquecimento e a transformação do compromisso normativo só podem prosseguir no que diz respeito ao sistema político, mas há uma boa quantidade de provas que demonstram que o pragmatismo económico e a reavaliação dos custos e benefícios dos intervenientes políticos têm dado muito espaço para mudar. O paradigma da política emergente para a *media* e as comunicações é impulsionado principalmente por uma lógica económica e tecnológica, embora mantenha certos elementos normativos (Van Cuilenburg e McQuail, 2003).

As normas pertinentes são, de facto, visivelmente mais "comunicativas" e menos "políticas" ou "culturais" no carácter. Esta observação depende, evidentemente, de significados convencionais desses termos, em que "cultural" refere-se à arte tradicional e língua de uma nação, região ou grupo, enquanto "político" é definido em termos da instituição política estabelecida (especialmente público a comunicação apoia para eleições, legislar e a prática do governo).

A emergência de um "novo paradigma de políticas de comunicação" não é fácil representar numa estrutura única devido as incertezas do processo de desenvolvimento da comunicação, das contradições contínuas e dos dilemas não resolvidos que enfrentam a formulação de políticas. Além disso, qualquer novo paradigma deve reconhecer o fato de aumentar a convergência e abranger o domínio da atividade atendida pelas telecomunicações, bem como pela radiodifusão e pela impressão. Assim, a política de *media* e a política de telecomunicações ainda estão em curso, em direção a uma política de comunicação integrada.

Van Cuilenburg e McQuail (2003) avançam princípios e práticas para uma diretriz que regule os meios eletrônicos, além da televisão, e se apropriam do (CEC, 2000) como documento de consulta, onde se indicam as seguintes principais diretrizes gerais de política:

- 1. as regras de concorrência devem ser o principal veículo para regulamentar o mercado da comunicação electrónica;*
- 2. devem continuar a ser regulamentos sectoriais específicos, embora as infra-estruturas devam ser tratadas conjuntamente;*
- 3. as obrigações devem ser mantidas a um mínimo;*
- 4. o serviço universal deve ser mantido ou alargado;*
- 5. os regulamentos entre Estados-Membros devem ser harmonizados;*
- 6. devem existir autoridades reguladoras nacionais independentes e imparciais.*

Esta disposição sugere-nos que a mudança de valor na política de comunicação em geral, a filosofia da política europeia de comunicação está sintonizada com a ideia de que um mercado grande e dinâmico, com fronteiras abertas, deve, num quadro claro e acordado, ser capaz de prever a expansão das necessidades de comunicação da sociedade. Assim, o campo de comunicação deixa de ser visto como uma área adequada para políticas de bem-estar colectivo, embora a UE esteja empenhada em manter os direitos humanos (como consagrados na CEDH). Torna-se oportuno lembrar que os valores que orientam a política em muitos países europeus, foram derivados da ideia de liberdade, igualdade e solidariedade, e esperava-se que a política criaria expressão institucional desses e valores relacionados. Alguns destes são encontrados nas políticas sociais europeias (Van Cuilenburg e McQuail, 2003)

Para Van Cuilenburg e McQuail, em condições emergentes, a política tem geralmente de seguir a lógica do mercado e da tecnologia e os desejos dos consumidores (e cidadãos) em vez de impor os seus objetivos. Os autores relatam que esta abordagem geral tem a ver com experiência bastante negativa das políticas intervencionistas nos estágios iniciais da "nova revolução das comunicações", e fortemente reforçada desde então por sinais claros sobre a imprevisibilidade do sucesso (em termos do consumidor e do mercado) para qualquer tecnologia ou aplicação de comunicação dada.

**Figura n. 1. Objectivo final / Interesse Político**

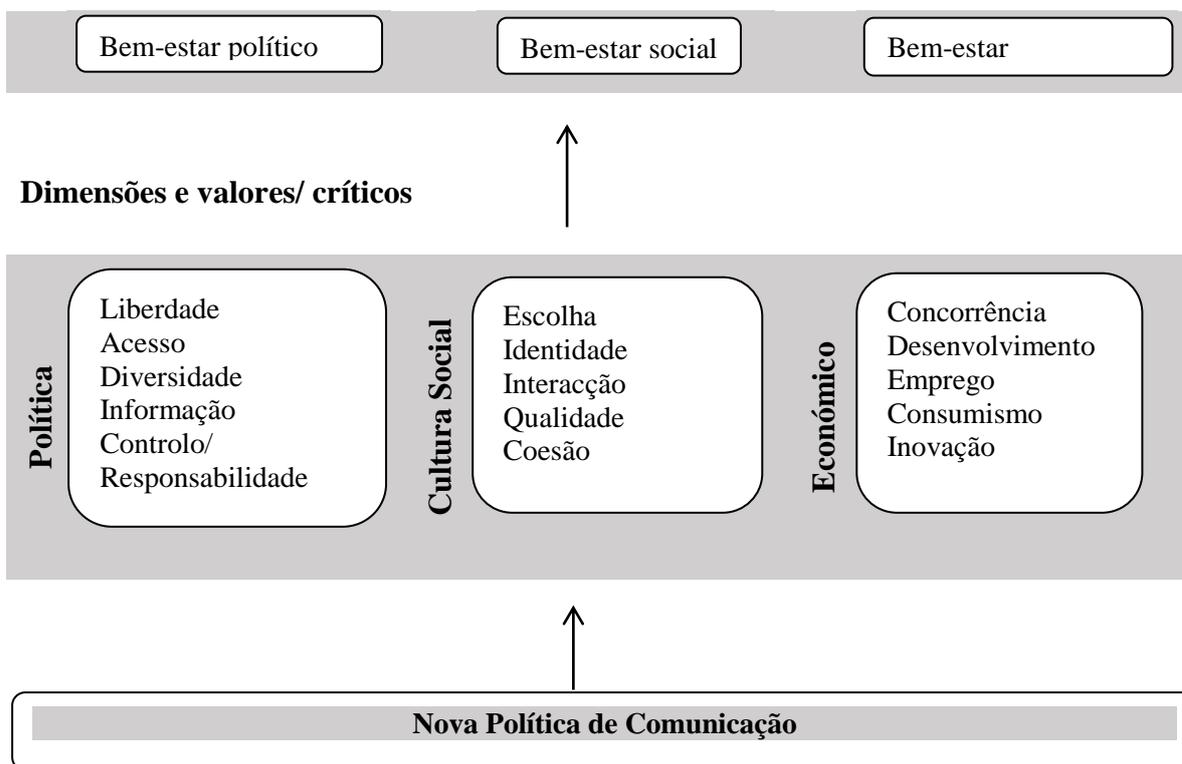


Figura 1 Fase III (1980/90–): emergência de novo paradigma da política de comunicação.

Fonte: (Van Cuilenburg & McQuail, 2003:202). Tradução própria.

A Figura 1 mostra uma meta geral de política para servir o interesse público, na busca do equilíbrio dos valores dos componentes que moldam a definição de "interesse público". Em geral, o bem-estar econômico aumentou em importância em comparação com o bem-estar político, e o bem-estar social foi redefinido com maior referência aos valores de comunicação.

O novo paradigma esboçado é ilusoriamente firme nas suas indicações e é improvável que reflita a realidade de qualquer política nacional real. Destina-se principalmente a sublinhar a amplitude e a bifurcação (entre objetivos económicos e não económicos) do campo das políticas.

Van Cuilenburg e McQuail questionam se se está perante uma “convergência política?” De seguida respondem que a questão de se a política convergirá, seguindo a lógica da tecnologia, escolhendo os mesmos objetivos e aplicando os mesmos princípios e meios, dentro de algum tipo de aparato regulatório, provavelmente não será respondido por um simples sim ou não.

Há razões para redesenhar fronteiras, mas não é necessário ter apenas um regime para diferentes tipos de serviço.

Também é possível, até mesmo necessário, usar diferentes meios regulatórios para diferentes propósitos. Isto é importante, no interesse da liberdade, não concentrar muito o poder sobre a comunicação num único corpo, e sempre deve haver exceções e caminhos alternativos a seguir. Talvez manter um espaço para pôr em prática valores culturais e políticos em favor das pessoas afetadas pela comunicação, audiências e cidadãos.

Para finalizar a discussão, Van Cuilenburg e McQuail (2003) consideram que para um novo paradigma de política de comunicação, embora muito permaneça incerto, há espaço para fazer um julgamento provisório sobre os princípios centrais do paradigma emergente. Esta afirmação é baseada em certas tendências claras em tecnologia, política e economia, além de um reconhecimento de insumos e restrições sociais e políticas.

Mais, embora seja improvável que o serviço público de radiodifusão e o serviço universal de telecomunicações desapareçam da agenda política, a convergência na tecnologia, a liberalização dos mercados de comunicação e a abundância de informação e comunicação exigem uma conceituação diferente da política de comunicações.

Van Cuilenburg e McQuail (2003) avançam três conceitos centrais para qualquer novo modelo de política de comunicação, ou seja, *liberdade de comunicação, acesso e controle / prestação de contas*.

a) a liberdade de comunicação deve continuar sendo o principal objetivo de qualquer política de comunicação a ser desenvolvida. A liberdade pode ser expressa tanto negativamente quanto positivamente (Lichtenberg, 1990 citado por Cuilenburg e McQuail, 2003). A liberdade negativa refere-se à independência dos participantes da comunicação do governo (sem censura), das forças econômicas e outras que impedem a troca de mensagens (por exemplo, monopólios econômicos e outras posições dominantes de mercado), bem como de grupos de pressão social e política. No seu aspecto positivo, a liberdade refere-se a todas as atividades que as pessoas na sociedade podem ter com a liberdade, por exemplo. Contribuir para o debate cívico sobre política ou para expressar a criatividade artística. As metas políticas devem prever ambos senários

A regulação da comunicação diz respeito a diferentes dimensões do sistema de comunicações, ou seja, a estrutura do mercado de comunicação, a conduta de mercado dos participantes da comunicação ou o conteúdo da comunicação (Van Cuilenburg e McQuail, 2003).

A liberdade negativa de comunicação refere-se principalmente à estrutura do mercado, ligado ao segundo princípio, o de acesso.

b) O "*acesso as comunicações*" – que se aplica à estrutura, conteúdo e público e pode, em geral, ser definido como a possibilidade de indivíduos, grupos de indivíduos, organizações e instituições compartilharem os recursos de comunicação da sociedade; isto é, participar do mercado de serviços de distribuição (infra-estrutura de comunicações e transporte) e no mercado de serviços de conteúdo e comunicação, tanto como remetentes quanto receptores.

A liberdade de comunicação e o acesso livre e igualitário estão relacionados à questão de quem está no controle do processo real de comunicação. Legitimados por espírito de democracia e ideia de cidadania – princípio fundamental e democrático que justifica ou legitima a regulação da *media* cujo o objetivo é assegurar que uma gama diversificada e de alta qualidade de media seja disponibilizada a todos os cidadãos para evitar a exclusão social. O acesso deve ser entendido em termos de poder receber e enviar.

c) *Controle / responsabilidade* - Este conceito dualista pode ser definido como controle sobre o acesso acoplado à responsabilidade pelo uso feito desse acesso. O elemento de controle na política futura requer justificação por uma definição apropriada tanto do "interesse público" quanto dos direitos privados ou pessoais (individuais e coletivos). Também deve ser consistente com a definição e a realidade da liberdade de comunicação.

Van Cuilenburg e McQuail definem o controle sobre o acesso às comunicações é o controle sobre a decisão de quem obtém acesso a quais recursos de comunicação, quando, onde, como e em quais condições. Responsabilização significa a possibilidade de proteger daqueles que controlam e fazem uso do acesso, alguma prestação de contas por suas ações e intenções em atender ou respeitar as necessidades de comunicação de outros (como sociedade, grupo ou indivíduo) e pelas consequências da publicação.

A política de comunicação não pode, por si só, proteger nenhum dos princípios delineados. Cada um deles depende de vários outros fatores, especialmente o funcionamento do mercado de *media* e os desenvolvimentos profissionais e institucionais na própria *media*.

O principal objetivo de qualquer política de comunicação pode ser descrito como o de garantir o acesso livre e igualitário a um sistema de comunicação social que forneça de maneira diversificada as necessidades de informação e comunicação na sociedade.

Em um contexto de convergência tecnológica e crescente concorrência no mercado, as políticas de comunicação tendem a ser primordialmente políticas de acesso.

Qualquer política de comunicação insere-se na busca de percepção da intervenção da Televisão de Moçambique (TVM) no processo de migração da televisão analógica para digital terrestre por ondas. Pretende-se determinar se o cenário político emergente em Moçambique, que resultante da aprovação da nova Constituição da República em 1990, que permitiu o exercício de um governo de democracia multipartidária, emprega um novo modelo que gera uma participação estatal sobre o sector da radiodifusão pública, como consequência de novas políticas democráticas, pluralistas e inclusivas.

Pera responder as estas questões, analisamos algumas publicações que relatam a vida política de Moçambique no tratamento da *media* na sua relação com o Estado (Chichava 2010; Mário, 2012; Miguel, 2012; Joanguete, 2013).

O surgimento de políticas de comunicações e *media* vem da sua interacção entre a prossecução dos interesses nacionais dos Estados e das operações das empresas comerciais ou industriais (Van Cuilenburg & McQuail, 2003). Tanto o Governo como a indústria têm mútuas vantagens por meio de privilégio, regulamentos e restrições.

Segundo se pode depreender das afirmações anteriores, a formação política no campo de comunicação, bem como noutros outros, é geralmente guiada por uma noção de "interesse público", o que os estados democráticos são esperados exercer em nome de seus cidadãos.

Em geral, uma questão de "interesse público" é aquela que afecta a sociedade como um todo (ou partes dele) ao invés de apenas os indivíduos directamente envolvidos ou afectados directamente (Van Cuilenburg & McQuail, 2003). Para os autores, as acções dos governos, em nome do "interesse público" em matéria de comunicação, têm sido há tempos

complicadas pela ambígua relação do Estado com seus cidadãos em matéria de liberdade de comunicação.

Eles defendem que o Estado apesar de se posicionar como promotor das constituições jurídicas que promovem as actividades da comunicação social, fiador das liberdades, porém, tem sido historicamente conotado como inimigo do gozo da liberdade de expressão individual.

O Estado moçambicano está marcado por sucessivas vitórias eleitorais do Partido FRELIMO, que permanece no poder por ter ganho, por cinco vezes consecutivas, as eleições legislativas e presidenciais, que tiveram lugar em 1994; 1999; 2004; 2009 e 2014. As próximas eleições estão marcadas para Outubro de 2019. Desde a independência nacional em 1975 a esta parte, ainda não se assistiu a alternância do poder prevista na Constituição. Traz-se aqui este elemento da governação sucessiva do partido Frelimo porque entende-se que tem influenciado a história do sistema político do país, onde se encontra o subsistema da *media*.

Assim, a pesquisa tentará trazer elementos que ajudem a compreender as características das políticas públicas sobre a televisão da propriedade estatal e as consequências da sua aplicação, tendo em conta o novo paradigma de políticas de comunicação apontado por (Van Cuilenburg e McQuail, 2003).

A Televisão de Moçambique, que começou as suas transmissões em 1981, foi o primeiro canal na história do país, inicialmente estatal, denominado Televisão Experimental (TVE), que com a aprovação da nova constituição em Novembro 1990, que cria-se a Lei 18/91, de 30 de Agosto, também designada Lei da Imprensa, esta que permitiu o maior gozo das liberdades de imprensa e de expressão, o direito à informação. Só em 1994, através do Decreto 19/94, de 16 de Junho foi criada a Televisão de Moçambique - Empresa Pública TVM- E.P.

A Constituição da República de 1990 pode ser considerado um documento de muito largo alcance, criado no ambiente mono partidário para servir ao período subsequente, multipartidário, o que revela a capacidade e espaço de participação anterior à implantação de multipartidarismo. Pela abrangência da lei de imprensa, embora actualmente considerada ultrapassada e não cobrir a radiodifusão como tal, não mais se conseguiu aprovar uma outra Lei.

Procurar-se-á perceber a lógica do funcionamento e articulação entre os actores públicos, privados e sociais nas políticas de radiodifusão a partir das concepções e conflitos de interesse em torno do campo político, com o fim de analisar se a televisão pública sobre alteração na sua estrutura política, no seu modelo de gestão e nos mecanismos de participação das sociedades em torno da sua gestão, se ela abre espaço de participação, controlo e fiscalização das suas do seu sistema de gestão de conteúdos, financeira, equipamento.

Olhando para as funções da media em (Van Cuilenburg e McQuail, 2003) e a posição que ela ocupa em Moçambique é natural entende-se que a media tem um papel de relevo no sistema político, económico e social do país. Logo, o sistema público de radiodifusão um lugar central no exercício do direito à comunicação e é assumido como um serviço estratégico para a governabilidade do país. Eis a razão da sua eleição pelo poder político do Partido Frelimo imediatamente após as eleições, como sector chave para promover o desenvolvimento do país através da busca da unidade nacional, divulgando dos percursos e identidades nacionais (Chichava e Pohlmann, 2010).

### **2.2.1 Sistema da Media**

Um sistema corresponde a uma prática social estável, ou a um modelo de comportamento organizado, no qual se pode diferenciar o que lhe pertence e o que lhe é estanho (Hennet, Badie, Birnbaum e Braud o Broud, 2014:281). Para estes autores, os sistemas procuram prosseguir conservando a sua autonomia em contextos complexos.

Hallin e Mancini (2012:301) encaram os sistemas da *media* de forma holística, para o efeito relevam o seu percurso histórico e as inter-relações que se estabelecem entre as várias componentes. No entendimento dos autores o conceito da *media* não tem necessariamente que implicar unidade, de coerência e estabilidade, mas liminarmente “padrão” e “interconexões”.

No presente subtema, discorramos sobre o sistema da *media*, o papel do Estado e sua importância para a constituição de uma sociedade democrática e seguimos para a compreensão do processo de digitalização, tendo como elemento fulcral o papel que o Estado desempenha neste processo mediático. As relações entre os *media* e a democratização são complexas e entrelaçadas. É impossível separar uma da outra. Assim, nos propusemos

analisar o papel do estado na indústria da mídia, e num outro subtítulo analisar o papel da *media* na construção democrática, partindo do pressuposto de uma relação de interdependência.

O sistema da *media* poderá variar de sociedade para sociedade e apresentar configuração e funcionamento próprio, geralmente condicionada por factores económicos, políticos, legais e tecnológicos, que determinam a forma como a *media* se estrutura e funciona. Para McQuail (2003), os *media* são instituições cujo regras de funcionamento e responsabilidade satisfaz ao tipo de relacionamento que estabelecem com outros subsistemas da sociedade onde se inserem. O autor reconhece nos *media* a capacidade de atingir as massas em número considerável de receptor, trabalhando em grandes proporções e à distância. Desse modo os *media* influenciam na organização política e cultural, promovendo espaço para discussão e distribuição de informação no âmbito político, fomentando ambientes de entretenimento e fornecendo ideias para conceitos de realidade social (Freitas, 2011).

A publicação do livro de Hallin e Mancini (2004) *Comparing Media Systems: three models of media and politics* foi um ponto de virada para estudos comparativos de *media*, donde surgem diferentes correntes de pesquisa sobre a *media* procurando interpretar cada situação de diferentes sistemas, à luz dos três modelos propostos pelos autores em 2004 que de seguida se abordam em edições subsequentes de 2010 e 2012.

O livro é considerado por muitos autores como mais adiante exploramos, um estudo pioneiro no campo da investigação internacional que compara os sistemas dos meios de comunicação. O livro embora recente já pode ser considerado “clássico” no campo dos estudos da comunicação política e já mereceu vários prémios (Busquet, 2010).

O estudo compara os sistemas dos meios de comunicação de 18 países democráticos ocidentais, seleccionados a partir da metodologia dos mais similares (Albuquerque, 2012), onde inclui nove países da Europa do Norte (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Suíça, Suécia, Países Baixos, Alemanha, Noruega), cinco países do sul da Europa (Itália, Espanha, Grécia, Portugal e França), e finalmente quatro países do Atlântico (Reino Unido, Canadá, Irlanda e os Estados Unidos de América).

Para melhor enquadramento destes modelos comunicativos, Hallini e Mancini preferiram fazê-lo mediante o estudo dos veículos e das interdependências que se estabelecem entre o

sistema mediático e o sistema político nos países analisados. Os modelos devem-se entender, pois, como sistemas de relações (Busquet, 2010).

Hallin e Mancini identificam as quatro dimensões de análise principais que eles permitem estabelecer estas comparações:

- I) A circulação da imprensa e a estrutura dos mercados dos meios de comunicação;
- II) O grau de vinculação ou o “paralelismo político” que há entre os *media*, os partidos políticos e outras instituições da sociedade civil como, por exemplo, os sindicatos e os grupos religiosos;
- III) O nível de profissionalismo existente no mundo do jornalismo;
- IV) A presença e a forma de intervenção estatal no campo da comunicação mediática.

Hallin e Mancini (2010a) classificaram três tipos de sistemas de *media* e política: a) *pluralista polarizado*, b) *corporativista-democrático* e c) *o liberal*, que de seguida nos propomos analisar.

- a) *Modelo pluralista polarizado ou Mediterrâneo* – é um modelo que apresenta como principais características, jornais com baixa circulação e tipicamente orientados para a *elite* política, com meios electrónicos (rádio e televisão) com um papel significativo no acesso à informação. Em detrimento da baixa tirada de imprensa impressa, os meios da radiodifusão jogam um papel importante na formação da opinião pública. Este modelo apresenta igualmente; liberdade de imprensa e o desenvolvimento dos meios comerciais são tardios e recentes (somente na segunda metade do Século XX), os jornais são economicamente frágeis, dependentes do financiamento do governo e da publicidade. Predomina neste modelo o paralelismo político, pluralismo externo, um jornalismo opinativo orientado para a defesa dos interesses ideológicos, políticos e económicos. Este modelo é característico dos países do sul da Europa Grécia, Portugal, Espanha e Itália e França (Hallin e Mancini, 2010a).
- b) *Modelo corporativista-democrático* – este modelo é encontrado em países do centro e norte da Europa continental, como Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suíça e Suécia. Apresenta um desenvolvimento precoce da indústria jornalística e de liberdade de imprensa, alta circulação dos jornais e uma imprensa ligada a grupos socialmente organizados. São países de uma notável tradição cultural onde a imprensa alcançou e ainda mantém elevados níveis de

tiragem. O seu jornalismo apresenta um alto grau de paralelismo político, é tipicamente de informação embora também de opinião. O campo jornalístico apresenta um profissionalismo elevado, os *media* são vistos pela sociedade como instituições bastante úteis que o Estado apesar da sua forte intervenção deve proteger para garantir a liberdade de imprensa. É particularmente forte a intervenção nos serviços públicos da radiodifusão na Escandinávia.

- c) *Modelo liberal* – este modelo é encontrado nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Irlanda; apresenta um desenvolvimento precoce da imprensa comercial e de massas num ambiente de mercado, com uma forte liberdade de imprensa. O nível de paralelismo político é baixo a mercê do elevado profissionalismo só no campo jornalístico. O modelo apresenta um elevado nível de profissionalismo, robustez da indústria jornalística e um elevado nível de circulação de imprensa de massa. A intervenção regulamentar legal do Estado é mínima, entretanto, encontram-se variações entre os países que constituem o sistema. A Inglaterra notabiliza-se por evidenciar o sistema da radiodifusão pública, diferentemente dos Estados Unidos de América, onde se denota uma forte orientação histórica para um jornalismo informativo.

Os autores apresentam ambivalência na sua abordagem destes modelos. Se por um lado, Hallin e Mancini reconhecem que “os modelos desenvolvidos aqui não podem ser aplicados sem uma considerável adaptação à maior parte das outras áreas do mundo”, por outro acreditam que “os modelos que prevalecem na Europa Ocidental e na América do Norte tendem a ser os modelos dominantes em todo mundo” (Hallin & Mancini, 2004, citados por Albuquerque, 2012). Entretanto, os autores acreditam que “os modelos Liberal e Pluralista Polarizado podem servir de base a uma análise comparativa de escopo mais amplo, embora por razões distintas. Neste modelo, os autores identificam uma tendência global de convergência dos sistemas mediáticos em torno do mesmo” – “que poderia levar à homogeneização destes sistemas, ao menos sob alguns aspectos – num fenómeno que tem sido relacionado a factores diversos, como a americanização, a modernização, a globalização, a comercialização e a secularização dos sistemas mediáticos” (Albuquerque, 2012).

Dado o extraordinário impacto do livro que suscitou muitas pesquisas, surgiu logo a questão de se seria possível aplicar as categorias propostas por Hallin e Mancini num esforço comparativo mundial mais amplo (Hadland, 2012). Para Hadland, a relevância deste ensaio está patente na criação de uma viva discussão académica em particular no que diz respeito ao marco da educação que se sugere para atender às variações entre os sistemas de comunicação ao estabelecer uma relação entre a *media* e os sistemas políticos nas mais variadas especificidades de sistemas do mundo, localizados em diferentes sistemas culturais, sociais e políticos cujas características lhes são particulares.

Entretanto, a primeira maior proposta para analisar o sistema de *media* em todo o mundo apresenta quatro teorias de imprensa atribuída Siebert, Peterson, & Schramm (1956), que procuraram teorizar sobre o relacionamento de sistemas de *media* e o contexto social e político, examinaram como a *media* assumiu a forma e a cor das estruturas políticas e sociais em que operam (Mellado e Lagos, 2013; Ostini e Fung, 2002). A sua proposta acabou por ser muito influente para o estudo do jornalismo e tornou-se um instrumento didáctico relevante para treinar jornalistas dos anos 60 em diante (Mellado e Lagos, 2013).

Hallin e Mancini assumem o legado da obra de Siebert, Peterson, & Schramm (1956) que enfatiza que a imprensa reflecte o sistema do controlo social por meio do qual são ajustadas as relações de indivíduos e instituições – os *media* - serão sempre a variável dependente em relação ao “sistema do controlo social” que elas “reflectem” (Hallin e Mancini, 2010a:22).

Embora Hallin e Mancini reconheçam os trabalhos de Siebert, Peterson, & Schramm (1956) e adoptem a sua agenda de pesquisa, preferem alargar o campo de indagação a outros aspectos da estrutura social, como é o caso do sistema de político. Assim, se para Siebert, Peterson, & Schramm a diferença entre os sistemas de imprensa reside nas filosofias ou ideologias da imprensa, o modelo analítico que apresentam Hallin e Mancini é diferente – perspectivam os sistemas da *media* como sistemas heterogéneos, complexos e dinâmicos (2010a:25 -26). Para estes autores, os sistemas de *media* não são estáticos, mas sim dinâmicos, neles operam mudanças históricas substanciais, onde deve assentar qualquer análise do sistema da *media* que se faça (Hallin e Mancini, 2010a:29).

As quatro teorias que Siebert, Peterson, & Schramm apresentam são: a) O Autoritarismo, b) O Libertário, c) A Responsabilidade Social, d) As Concepções Comunistas Soviéticas o que a imprensa deveria Ser e Fazer.

As quatro teorias são uma combinação linear de duas subdimensões analíticas baseadas no sistema do Estado: *autoritário e libertário* – referiram-se à dimensão autoritária como protótipo original e mais difundido de todas as dimensões (Ostini e Fung, 2002). Ou seja, esta dimensão continua a influenciar as práticas da imprensa, mesmo quando um governo pode assistir outros sistemas. Para os autores é do ponto de vista estrutural-funcionalista que o Estado tem um interesse maior na manutenção e estabilidade da estrutura de poder a seu favor. Neste modelo, a teoria libertária é considerada o ideal em que a função da sociedade é promover os interesses dos seus membros individuais (Siebert, 1956 citado por Ostini e Fung, 2002).

O modelo comunista soviético é visto como uma aplicação extrema das ideias do autoritarismo – a *media* está totalmente subordinada aos interesses e funções do Estado (Ostini e Fung, 2002). O modelo de responsabilidade social é baseado na ideia de que a *media* tem uma obrigação moral para com a sociedade de fornecer informações adequadas para os cidadãos tomarem decisões informadas.

Este modelo comunista soviético vigorou na imprensa dos países que abraçaram o regime comunista, como foi o caso de Moçambique, entre (1977-1981)<sup>13</sup>, um Governo de gestão centralizada, com o predomínio da censura e autocensura sobre a imprensa, essencialmente a estatal, que obedecia a único e exclusivo comando do governo central, mesmo com a democracia e abertura do mercado, abolição formal da censura (1991), os meios de comunicação social públicos (RM e TVM) herdaram e conservam alguns desses valores. O mais sensato, é pensar que a amarra não só tem a ver com os indivíduos que transitaram de um regime para o outro, mas também deve se olhar para a questão da subordinação da imprensa pública sobre o estado. a pensar em fornecer a informação adequada aos cidadãos, o Estado mantém os órgãos públicos e com a TDT criou uma empresa pública, buscando satisfazer os interesses dos cidadãos a todos os níveis.

---

<sup>13</sup> O Partido Frelimo adoptou o regime Comunista dois anos depois da independência (1977) até 1989

Hadland (2012) teve a missão de avaliar os sistemas políticos e mediáticos da África do Sul a partir do paradigma de Hallin-Mancini, tarefa espinhosa pois, a África do Sul exhibe características dos três modelos em simultâneo, com particularidade o modelo *pluralista polarizado*, mas também apresenta elementos dos modelos *corporativo-democráticos* e *liberal*. A segunda tarefa foi construir uma base para o desenvolvimento de um novo modelo ou modelos de *media* e política, baseados na experiência africana. É sobretudo nesta parte que centramos a nossa análise pela proximidade geográfica entre África do Sul e Moçambique, respeitando à partida, algumas diferenças desde as suas histórias de colonialismo, britânico e português respectivamente, e a potencialidade económica que a África do Sul é no continente africano, contudo, Moçambique e África do Sul partilham muitos valores socioculturais e pertencem ao mesmo bloco económico da SADC. Portanto, a análise que Hadland faz sobre a África do Sul serve para olhar para Moçambique e para outros países da região.

Quando Hadland analisa os modelos do Hallin e Mancini encontra que os próprios autores discutem no seu livro a questão da aplicação das suas categorias de forma comparativa mundial, e imediatamente reconhecem que a consistência dos modelos que propuseram é devida, em parte, ao facto de terem estudado um grupo relativamente limitado e homogéneo de países (Hadland, 2012; Gumede, 2015). Uma homogeneidade que não conforta vários estudiosos nórdicos, autores da resposta crítica dos sistemas da *media* comparada, que questionam até que ponto a sua estrutura pode iluminar os sistemas de *media* de sua região, ou seja, até que ponto os países nórdicos realmente são tão semelhantes uns aos outros como sugerido por Hallin e Mancini<sup>14</sup>. Assim se pode avaliar e considerar que qualquer modelo que for aplicado em qualquer país africano, deve ter em conta as reais condições culturais, políticas, económicas, tecnológicas de cada país.

Uma pesquisa desenvolvida por Mellado e Lagos (2013) da Universidade de Navarra, sob o título *Redefinición de los análisis comparativos de los sistemas de comunicación desde la perspectiva de las nuevas democracias*, sublinha que a maior parte da pesquisa sobre sistemas de *media* vem do Ocidente, em sociedades capitalistas altamente desenvolvidas,

---

<sup>14</sup> Hallin, D. e Mancini, P. (2010b) "Comparing Media Systems": A Response to Critics. *Media & Journalism*, nº 17, Vol. 9, Nº 2 - Outono/Inverno 2010 pp. 53–67) Disponível em [http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/17\\_4-artigo.pdf](http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/04/17_4-artigo.pdf)

enquanto a Ásia, África, Europa Oriental e América Latina já experimentaram diferentes níveis de dependência conceituais neste campo de estudo (Mellado e Lagos, 2013).

Já Voltmer (2008) destaca que vários estudiosos tentaram aplicar a estrutura a outros países além do grupo de democracias avançadas que são abordados em *Comparing Media Systems* distribuídos em três zonas a considera; para o Brasil Albuquerque (2005); para a África do Sul, Hadland (2007) Esses estudos tentam classificar um país em particular num dos três modelos – pluralista polarizado, corporativista democrata ou liberal - geralmente com a conclusão de que é o modelo pluralista polarizado que capta melhor as características do país em estudo (Voltmer, 2008).

Ao centrarmos a discussão sobre o sistema de *media* em Hallin e Mancini (2012), elegemos a participação do Adrian Hadland, cujo capítulo designou “Africanizing Three Models of Media and Politics: The South African Experience” (Hadland, 2012:96-118).

Hadland discute a aplicação destes modelos na nova democracia sul-africana pós-Apartheid. A partir da situação concreta sul-africana, os debates são de consenso de que os países africanos apresentam muitas similaridades em relação aos valores culturais, étnicos, linguísticos, económicos, pobreza, classe social, género e *raça*, esta última, peculiar do regime do Apartheid África do Sul (Voltmer, 2008; Hadland, 2012; Gumede, 2015; Berger, 2010;) aspectos de interesse para a nossa pesquisa. No mesmo diapasão colocam-se Mellado e Lagos (2013) que afirmam que os estudos sobre sistemas de *media* devem identificar diferentes características políticas, económicas, sociais e culturais que determinam o contexto em que operam os meios de comunicação, e a sua conexão com o trabalho jornalístico.

O estudo de Hallin e Mancini (2004), embora centrado no mundo ocidental tende a ser generalizado, pelo que Hadland (2012) considera que o objetivo de estender a estrutura de Hallin e Mancini às dezenas de democracias que surgiram durante a “Terceira Vaga” dos anos 90 é uma tarefa assustadora e ambiciosa. A maioria das democracias do mundo é relativamente nova e sistemicamente diversificada (Diamond, 1996, citado por Hadland, 2012). Para o autor, dentro da África subsaariana, várias tipologias têm sido propostas com o objetivo de capturar as características dos regimes políticos, muitos dos quais estão a passar por processos de mudança social e política.

As tendências gerais no desenvolvimento de *media* em sociedades que sofreram transições políticas desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, certas trajectórias do

desenvolvimento de *media* tornam-se visíveis (Gumede, 2015). A autora explica que essas sociedades enfrentaram dilemas semelhantes nas suas primeiras duas décadas de governo democrático. Embora existam grandes diferenças entre países como a Rússia, China e África do Sul em termos de história e política e como esses factores moldaram a sociedade, também existem muitas semelhanças e lições para ser aprendido sobre os processos de transição política (Gumede, 2015). No nível mais básico, o que estas sociedades compartilham é o facto de que todos passaram por transições políticas de regimes autoritários antidemocráticos para a democracia (Sparks, 2011 citado por Gumede, 2015).

Para Hadland, o processo muitas vezes carregado de consolidação democrática colocou em jogo os interesses e papéis contestados do Estado e da *media* – “... as experiências das novas democracias oferecem uma crítica ao paradigma dos três modelos que é altamente relevante e que exige expansão e revisão da estrutura original” (Hadland, 2012).

Estas mudanças políticas em sociedades de transição, não garantem necessariamente a transformação social, e como resultado, as notícias e a *media* também não conseguiram se transformar (Gumede, 2015). Ainda Gumede, as novas instituições são formadas de forma remanescente do antigo regime e transformação alojada dentro das estruturas sociais políticas mais antigas e, como resultado, o que prevalece é muitas vezes uma cultura alojada dentro de um antigo sistema político autoritário que é transposto e internalizado pela nova disposição política democrática.

Hadland observa que os jornais e revistas sul-africanas, historicamente, eram orientados para a defesa de direitos ou caíam mais no modelo liberal clássico. Eles ou faziam campanha com objetivos políticos específicos em mente, seja o apoio do apartheid ou o seu fim, ou adotavam uma postura mais “neutra” e objetiva (Hadland, 2012:98).

Hadland subdivide a imprensa sul-africana em três grades categorias: “Imprensa de língua inglesa”, “Imprensa Afrikaans” e “Imprensa Negra”. Esta última, nascida na década de 1940 e 1950, logo declarada ilegal, permaneceu pequena. Os leitores negros liam jornais ingleses e afrikaans, e foi somente nos anos 90, que uma imprensa de propriedade negra voltada especificamente para leitores negros foi autorizada e se desenvolveu, e, em 2004 é lançado o primeiro *tabloide* que impulsionou a imprensa negra num fenómeno de massa pela primeira vez na história da África do Sul (Hadland, 2012).

Embora a indústria de jornais da África do Sul tenha deixado de ser primariamente focada em uma elite urbana para um apelo mais baseado em massa e sua influência na política provavelmente supere o seu tamanho, a impressão continua sendo a prima pobre da transmissão em termos de audiência.

Mesmo com a chegada dos *tablóides*, a *media* impressa sul-africana permanece fortemente focada em leitores instruídos (alfabetizados) que residem principalmente nas áreas urbanas (Hadland, 2012). Hadland afirma que em comum com o modelo democrata corporativista, o mercado sul-africano de *media* tem um grau de paralelismo político, um estado intervencionista forte com limites tradicionais do poder do Estado e um padrão sofisticado de vida cívica.

### **2.3. O papel do Estado nas políticas públicas da media em África**

A intervenção do Estado nos *media*, primeiro na imprensa impressa e depois na radiodifusão foi vista em duas perspectivas contraditórias: por um lado como um poder limitativo das liberdades de expressão. E por outro, como intervindo em defesa do pluralismo e liberdade de expressão populista (Serrano, 1998).

Hallin e Mancin (2010a) discutem sobre o papel do Estado, trazendo uma visão mais moderna sobre a função do Estado na sociedade, e discorrem sobre o papel que o Estado desempenha para a abertura e funcionamento da *midia* nas sociedades mais evoluídas, emancipadas e democratizadas.

Hallin e Mancini (2010a: 57) afirmam que “em qualquer sociedade o Estado desempenha um papel significativo na modelação do sistema dos media”. Para os autores, a intervenção do Estado abrange a propriedade, o investimento e a regulação, a mais importante dos quais é, porém, a extensão dessa intervenção no serviço público de televisão. O serviço público de rádio e televisão em Moçambique tem na história a intervenção do Estado.

O Estado na sua relação com a *media* desempenha papéis diferenciados onde se destacam: a) proprietário, b) regulador e c) financiador dos *media* (Hallin e Mancini, 2010:63). Estes papéis estão enraizados de forma bastante clara das diferenças mais gerais do lugar que o Estado ocupa na sociedade. Os autores acrescentam que são dois os níveis do papel do

Estado: no nível mais básico, a distinção pode ser feita entre as *democracias liberais* - como os Estados Unidos, como exemplo mais óbvio – e as *democracias dos Estado-providência*, predominantes na Europa, em particular no continente.

Percebemos dos autores que as diferenças acima apontadas não são absolutas, visto que o Estado desempenha um papel significativo, mas também limitado em todas as democracias capitalistas. Os autores acima referenciados, além de reconhecerem a responsabilidade do Estado sobre os assuntos culturais, enfatizam igualmente a atenção do Estado com a *media*, caso particular da televisão.

Assim como se espera que o Estado desempenhe um papel activo na mediação dos conflitos entre o capital e o trabalho, ou na manutenção do bom funcionamento das indústrias nacionais, também se espera que intervenha nos mercados dos *media* para levar a cabo uma variedade de objectivos colectivos, desde o pluralismo político e a melhoria da qualidade da vida democrática (Hallin e Mancini, 2010) à harmonia racional e à manutenção da língua e da cultura nacionais

Embora Hallin e Mancini (2004) enfatizem as relações “estado-media”, como elas influenciam tanto o ambiente de política de *media* externa quanto interna, é na sua publicação de 2012 que os autores incorporam estudos das democracias emergentes, de África inclusive, onde aproxima a realidade sul-africana à dos países da região da África austral (Hallin e Mancini, 2012:96-118).

Hadlnad (2012) não estabelece necessariamente um estudo comparativo dos sistemas da *media* entre os países da região, mas é a proposta do Mellado que entende que é necessário comparar o tamanho das indústrias da media, não apenas entre países ocidentais e não-ocidentais, mas dentro da mesma região, para estudar o desenvolvimento do mercado de media, uma característica fundamental no estudo de sistemas de *media*, sem excluir os tipos de *media*, como no modelo de Hallin e Mancini (2004). Portanto, o estudo do Hadland peca por focaliza-se apenas a realidade sul-africana, e não avalia os outros elementos de outras nações, e deixa uma lacuna para os países da região que são abordados superficialmente.

Apesar da Constituição da República da África do Sul de 1996 consagrar liberdades de imprensa e os governos reconhecerem que a *media* é um parceiro óbvio e essencial, Hadland aponta que a *media* experimenta restrições de espaço pois, o Estado sul-africano, no domínio legislativo, continua a usar a legislação da era do Apartheid para reduzir a liberdade de

imprensa (Hadland, 2012). Ademais, para o autor o Estado também tentou competir com a *media* na África do Sul, inicialmente com planos de publicar um jornal diário sob os auspícios do partido no poder, e então, impedido através do lançamento em 2005, da maior revista livre do país, Vuk'uzenzele (circulação de até dois milhões de cópias).

A política de *media* estatal na África do Sul, desde 1994 tem sido descaradamente intervencionista, com sucesso, como na regulação do sector de radiodifusão e menos no que diz respeito ao sector de impressão (Hadland, 2012).

O Estado na sua actuação interferiu na geração de conteúdo mediático, por exemplo, por meio da manipulação da emissora pública; mobilizou raças e acusações de racismo na tentativa de moldar a agenda noticiosa (a Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos realizou audiências controversas sobre racismo na *media* em 1999), e pediu à *media* que adopte uma postura de desenvolvimento que restringiria a crítica da *media* (Hadland, 2012).

Um traço comum de muitas sociedades de transição e de democracias emergentes tem sido o surgimento de poderosos partidos políticos, que incentivaram uma rápida mercantilização e liberalização da economia (Sparks, 2005, 2009, 2011; citado por Gumede, 2015). Gumede acrescenta que em muitas sociedades pós-coloniais, a distinção entre o Estado e o governo foi largamente corroída pelos antigos movimentos de libertação que, uma vez no poder, tornaram-se estados de partido único com ou sem nenhuma oposição. Portanto, a questão do papel do Estado vice-versa as notícias a *media* e as contestações sobre o desenvolvimento da *media* estão frequentemente interligadas. Chichava e Pohlmann (2010) afirmam que em Moçambique, o governo do Partido FRELIMO, quando ganhou a Independência em 1975, tomou a imprensa como parceiro estratégico para a governação, com missão específica de divulgar a ideologia político-partidário, promover o desenvolvimento e a unidade nacional.

Desde a década de 1990, altura que se regista maior emergência de democracias no mundo e em África em particular, denota-se um realinhamento significativo na relação entre a *media* e o Estado ao nível dos países da África Subsaariana, em destaque no estudo da Hallin e Mancini (2012). Para o caso de África do Sul que só registou a mudança de regime do Apartheid em 1994, com a eleição do Nelson Mandela para Presidente da República e do Partido do Congresso Nacional Africano (ANC), Hadland considera que o realinhamento era inevitável com a mudança para democracia, mas é claro, em retrospectiva, que tanto a *media* quanto o Estado lutaram para chegar a um acordo com os seus novos papéis e

responsabilidades (2012:108). Como consequência, registou-se um aumento de tensão entre o partido maioritário no governo ANC e a *media*, que Johnston citado por Hadland classificou como sendo distante e neuroticamente suspeita, na pior das hipóteses patologicamente “hostil” (Hadland: 2012:108).

A base da hostilidade segundo Hadland assenta no grau e na amplitude da intervenção do Estado que se encontra em ascensão, embora a África do Sul tenha consagrado a liberdade de imprensa na sua constituição de 1996. Isso pode parecer paradoxal perante a teoria da modernização escreve Hadland. No entanto, a tendência em si é delineada por uma dicotomia inerente à formação do Estado pós-colonial: por um lado, o imperativo de abraçar os princípios e processos políticos da democracia e, por outro lado, a força de valores como lealdade ou respeito à democracia. Em suma, “na génese é um entendimento do Estado que a *media* possui grande poder social e político” (Hadland, 2012:108).

Hadland corrobora com a posição de Wasserman e Beer, (2005:199-200), na aceção de que a “a *media*, como uma instituição, não é uma vítima esperando para ser abusada. É um repositório de imenso poder ideológico, económico, social e político” (p.108). Assim, a nossa percepção é de que, a sua relação com o Estado deve ser de interdependência, até porque vários estudos indicam que, para uma verdadeira liberdade de imprensa e de expressão, o sector de *media* deve possuir uma entidade reguladora independente, o que não se verifica em muitos países africanos.

A extensão do intervencionismo estatal é uma das dimensões que Hallin e Mancini consideram relevantes para a compreensão dos sistemas de *media* (Mellado, 2010). Entretanto, o intervencionismo do Estado não tem o mesmo entendimento nas democracias consolidadas e nas não consolidadas: a extensão, as áreas e o tipo de intervenção do Estado nestes contextos são muito mais amplo e complicado do que o que se poderia esperar de uma democracia estável. Para a autora, em alguns casos, até mesmo alguns governos usaram mecanismos ilegais para controlar a *media* (Mellado, 2010), e dá exemplos da América Latina, onde o desenvolvimento do mercado de *media* foi possível graças a um certo grau de impulso do Estado, por meio de subsídios ou de políticas públicas um tanto imparciais.

O Estado procura aproveitar de todas as formas de poder para projectar a transformação social e política, o que torna a *media* um parceiro óbvio e essencial. Entretanto, o papel da *media*, especialmente a *media* de transmissão, no que diz respeito à construção da nação e à

construção de uma identidade nacional comum, tem sido frequentemente enfatizado em muitos países de democracias jovens e sociedades de transição (Gumede, 2015). Mais adiante falaremos do papel da *media* na construção das sociedades democráticas.

Em Moçambique, imediatamente após a proclamação da independência, o Governo da Frelimo decidiu controlar a imprensa que era vista como essencial à defesa dos interesses nacionais. Também, a imprensa era vista pelos líderes da Frelimo como um importante instrumento para transmitir as ideias e os ideais do novo regime, desencorajar ou controlar sectores hostis<sup>15</sup> ou considerados como tal, e consolidar a unidade nacional (Chichava e Pohlmann, 2010:127).

Gumede cita McQuail, Sparks e Rozumilowicz como estudiosos da *media* que notaram que, nas sociedades de transição, há uma repolitização da media que sugere que, enquanto a liberalização da *media* e liberdade de imprensa têm sido encorajados na transição de um quadro político anteriormente autoritário, a nova liderança achou difícil apoiar uma media totalmente liberalizada e, como resultado, empregou várias estratégias para restringir a liberdade de imprensa (Gumede, 2015). Isto é exemplificado pelas intervenções em radiodifusores públicos reestruturados pós-libertação, e através do "autoritarismo de mercado", ou seja, amolgamento de interesses (p.137).

Voltmer (2012) adota a ideia e argumenta que, na maioria das vezes, a media nas democracias emergentes e nas sociedades de transição se tornam sistemas híbridos com tensão entre estrutura e agência, onde as relações entre a *media* e a política estão interligadas e sobrepostas.

A emergência da *media* independente na década de 1990 representou grandes desafios para os sistemas monopartidários habituados a controlar, a ditar regras, a dirigir as redacções, a filtrar todos os conteúdos da media, em fim, a censurar; - uma característica predominante do regime comunista (Herrero, 2017; Siebert, Peterson, & Schramm, 1956).

Embora os indicadores de Hallin e Mancini se concentrem na probabilidade de intervenção estatal em si, a *Comparing Media Systems* não dedica muito tempo à análise de diferentes formas de tal intervenção, particularmente do tipo coercitivo em jovens democracias

---

<sup>15</sup>Na altura da Independência, ganha através de uma longa guerra civil (que durou 10 anos), a imprensa sobretudo a mais importante (*Notícias de Lourenço Marques* e *Notícias da Beira, Tempo, Diário de Moçambique, Voz Africana*), era controlada por grandes capitalistas hostis à Frelimo e próximos ao poder colonial (Chichava e Pohlmann, 2010:127).

(Hadland, 2102). Para o autor, essa falta de atenção talvez não surpreenda, porque é pouco improvável que os governos da Dinamarca ou da Grã-Bretanha enviem policiais paramilitares às redacções. Infelizmente, este é um fenómeno mais comum nas democracias mais recentes, mais particularmente em África. Os governos africanos controlam as redacções das estações públicas nomeando os seus órgãos directivos.

Em Moçambique, os órgãos directivos da Rádio Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM) e do Instituto de Comunicação Social (ICS), órgãos de comunicação social públicas de radiodifusão são nomeados pelo Governo<sup>16</sup> ouvidos os reguladores; Gabinete de Informação (GABINFO) – regula o licenciamento; Conselho Superior para Comunicação Social (CSCS) – que tem como funções assegurar a independência dos meios de comunicação social no exercício dos direitos à informação, à liberdade de imprensa, bem como dos direitos de antena e de resposta; e o Instituto Nacional das Telecomunicações (INCM) – regula o espectro. Estas instituições são posteriores a constituição de 1990.

O controlo da imprensa pelo executivo se manteve até finais dos anos 80, quando no “contexto de transição para a democracia multipartidária, com a promulgação da constituição pluralista e liberal de 1990 (Artigo 74) e da Lei de Imprensa (Lei n. 18/91), uma série de liberdades e garantias individuais antes vistas como burguesas foram estendidas aos moçambicanos, de entre elas a possibilidade de se exprimirem livremente e de criarem uma imprensa independente, não mais sujeita às interpretações do Partido no poder, garantias estas que foram consolidadas e reafirmadas com a Constituição de 2004” (Chichava e Pohlmann, 2010).

Desde as liberalizações, os *media* massivos estatais têm prestado a sua contribuição ao fortalecimento e edificação democrática em Moçambique, local onde se pode gozar de um espaço privilegiado para encarar um clima de pluralismo de ideais: praticando a cidadania (The Media Institute of Southern Africa - MISA, 2018:79)

Para Hadland, os estados africanos exercem diferentes formas de intervenção coercitiva, muitas vezes em flagrante violação das disposições legais ou constitucionais de um país africano. Estes modos de intervenção pouco ortodoxos incluem “vários actos de reciprocidade silenciosa ou aberta” entre os governos africanos que visam sufocar os meios de comunicação social, castigos corporais, o uso de *media* estatais para desacreditar os

---

<sup>16</sup> Ver a Constituição da República de Moçambique de 1990 e a Lei 18/91 de 30 de Agosto.

críticos da media, a aprovação de leis que insultam o presidente ou membros do parlamento puníveis, e uma série de “maneiras muito indirectas de ferir a *media*, usando os cidadãos ou os seus apoiantes como agentes de intimidação e violência” (Tettey, 2001: 17, citado por Hadland, 2012).

As democracias emergentes, por mais diversas que sejam, parecem apresentar uma categoria diferente de democracia na qual os valores inerentes ou tradicionais militam contra o tipo de desvio em direcção ao modelo liberal descrito em *Sistemas Mediáticos Comparados* (Hadland, 2012:111). A forma como estas novas democracias pós-coloniais exercem o poder, dão a ideia da importação de modelos democráticos que não satisfazem a cada situação em concreto, conflituam com os valores culturais, ocultos e ou expressos que vezes sem conta chocam com as normas constitucionais. O que cria ambiguidade na discussão da democracia propriamente dita.

Da análise feita sobre África, denotam-se alguma discrepância entre os direitos constitucionais e a prática do Estado real, ao se registar constantes violações das leis, de forma clara ou omissa como vimos em diferentes exemplos acima discutidos. As democracias africanas, muito recentes e frágeis devido a pobreza e ao estilo de gestão das suas autoridades, condicionam o gozo das liberdades, dentre elas a liberdade de imprensa e de expressão. Ora vejamos, se por um lado os órgãos directivos do sector público são de indicação do governo do dia, por outro lado, os órgãos privados mais relevantes, são chefiados por membros próximos do governo, como aconteceu no Perú, sob regime do Fujimori (de 1990-2000), o Estado cooptou a imprensa por compra de executivos e profissionais com responsabilidade editorial na *media*, de todos os tipos (Mellado, 2012:61).

Para Hadland, o sistema político estabeleceu um marco constitucional e legal que inclui a protecção fundamental para uma imprensa livre, mas um Estado democrático poderoso é mais do que capaz de retardar, se não inverter, o processo de diferenciação entre *media*. Estado para garantir que a sua própria narrativa é o que predomina na *media* de massa (Hadland, 2012). O autor observa em Hallin e Mancini que, quanto maior é o grau de intervenção do Estado, mais longe o sistema de media é do modelo liberal.

Para Berger (2002:27), a questão da intervenção do Estado na *media*, evidencia que, nos estados economicamente fracos, a *media* esta directamente ligada ao Estado e, as lideranças usam a *media* para o culto de personalidade. Todavia, estes estados fracos continuam a

desempenhar um papel preponderante para a construção de uma fraca sociedade civil. Este autor afirma ainda que, contrariamente, os estados africanos mais desenvolvidos economicamente também podem contribuir para a existência de um sistema de *media* fraca e consequentemente uma sociedade civil também muito fraca e pouco interventiva.

Advoga ainda Berger, que não há uma relação directa entre desenvolvimento económico dos estados africanos e a independência dos *media*, existência de uma sociedade civil fortificada e ou enfraquecida, isto varia de país para país e da realidade que demarca estes países. Ou por outra, cada contexto se apresenta enquanto uma realidade distinta, uma vez que, encontramos Estados africanos cujas lideranças políticas têm feito de tudo para enfraquecer as organizações da sociedade civil, assim como a abertura para um mercado mediático mais competitivo e democrático.

Numa outra perspectiva, Hallin e Mancini (2010:110-125) ao analisarem a relação entre os *média* e o sistema político - o papel do estado – conceberam três dimensões, nomeadamente: o paralelismo político, profissionalismo e, a autonomia. À luz daquelas dimensões, essa relação pode traduzir-se, nos termos de Berger, como sendo crítica, considerando “contradição perigosa” entre o Estado que está sendo árbitro (regulador de regras), treinador (selector dos jogadores) e operador principal. Uma maneira de minorar os conflitos de interesse aqui é o recurso a uma regulamentação de “todo o terreno” que é independente dos interesses governamentais (mesmo que não divorciados dos políticos).

Para (Berger, 2006) a intervenção do governo pode ser em graus variados - através da definição das regras do mercado; determinar quem entra no mercado; e o próprio Estado como actor neste espaço (proprietário de uma emissora nacional e de distribuidor). Ele recomenda um afastamento do último para o anterior. Contudo, muitos países africanos - impulsionados pelo pensamento do "estado desenvolvimentista" e / ou centralização e governos orientados para o controlo - estão exactamente no terceiro modelo.

Há sim pouca probabilidade de que os estados voluntariamente renunciem ao seu papel de proprietário e regulador de um grande sector da infra-estrutura nacional de informação, assim como (Hills, 2003:34)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Hills, Jill. (2003). Regulatory Models for Broadcasting in Africa. In: Article 19, Global Campaign for Free Expression. *Broadcasting Policy and Practice in Africa*, p. 34-70. Disponível em: <https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/africa-broadcasting-policy.pdf>. consultado 04/07/19

Berger, quando analisa o papel do Estado evoca uma relação que a considera crítica pela dualidade, mas entende que a radiodifusão digital poderia ajudar a dar algum impulso ao desenvolvimento de reguladores independentes em África.

No caso concreto do Estado moçambicano, a Constituição da República no seu artigo 1, estabelece: “A República de Moçambique é um Estado independente, soberano, democrático e de justiça social”<sup>18</sup>.

Assim, no que refere ao seu papel, a mesma Constituição, através do artigo 11, estabelece que o Estado moçambicano tem como objectivos fundamentais”: a) a defesa da independência e da soberania; b) a consolidação da unidade nacional; c) a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos; d) a promoção do desenvolvimento equilibrado, económico, social e regional do país; e) a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei; f) o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual; g) a promoção de uma sociedade de pluralismo, tolerância e cultura de paz; h) o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; i) a afirmação da identidade moçambicana, das suas tradições e demais valores sócio- culturais; j) o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados”<sup>19</sup>.

No que tange a relação do Estado moçambicano com a *media*, à luz do artigo 48 da Constituição da República de 1990, revista em 2004, foi concebida a Lei 18/91 de 10 de Agosto que define os princípios reguladores dos meios de comunicação social.

Da análise feita aos autores conclui-se que o Estado desempenha diferentes papéis no seu relacionamento com a *media*, assumindo-se como regulador, como patrão e como gestor. O Estado toma o papel de regulador na relação com a *media* privada, de proprietário na relação com a media estatal e gestor na relação com a media pública. Nesta última relação, deseja-se que a intervenção do estado seja mínima.

---

<sup>18</sup> Moçambique, 1990. Constituição da República. Imprensa Nacional

<sup>19</sup> Moçambique, 1990. Constituição da República. Imprensa Nacional

Os governos têm um papel fundamental na criação de um ambiente para a radiodifusão digital, independentemente de haver ou não um regulador independente (incomum na maioria dos países africanos) (Berger, 2006).

#### **2.4. A televisão pública como motor da TDT**

Num ambiente de pluralismo mediático e da democracia onde pode-se experimentar um bom ambiente de liberdade de expressão e o direito à informação, como está consagrado na Constituição da República de Moçambique no artigo 48, os órgãos de comunicação social desempenham vários papéis que acomodam o funcionamento do Estado, ao se tornarem verdadeiro espaço de interacção entre os governantes e os governados. Os *media*<sup>20</sup>, são ainda a única forma que os políticos têm para chegar ao eleitorado pois, somente estes podem alcançar uma população numerosa (televisão, rádio e jornais) desempenhando um papel político central nas sociedades contemporâneas. (CRM, 2004),

Actualmente, a Internet e as redes sociais ocupam um papel fundamental no processo de comunicação social facilitando o acesso rápido a conteúdos validos para diferentes plataformas. Em países democráticos, os *media* têm outras funções importantes e não se limitam a ser meio de propaganda governamental.

Bettham e Boyle (1995) apontam a função investigativa e informativa com vista a combater o secretismo nas acções governamentais; a função de construir um fórum para o debate público; a função servir de canal para a opinião pública e exercer uma pressão popular sobre o Governo. Mais, um governo só pode ser tido como responsável perante os cidadãos se estes sabem o que ele está a fazer, e que disponha de um meio independente de verificação das afirmações oficiais sobre as suas políticas. Assim, os *media* podem desempenhar o seu papel de vigilante da actuação do Governo e não servidores apenas dos seus interesses, mas, promotora inclusive da participação política.

---

<sup>20</sup> Medias. Quando falamos da media, observamos os meios de comunicação tradicionais e cada vez mais os virtuais (Internet, as redes sociais massificados pelos *smartphones*). Estes tem sido preferidos pelos políticos para realizar campanhas (Barack Obama, em 2008 lançou a sua campanha às presidenciais, nas redes sociais online facebook (Gomes, Fernandes, Reis e Silva, 2008) [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782009000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300004));

Esta participação política deve assentar em políticas públicas de comunicação, um conjunto de princípios e dispositivos processuais consubstanciados, em última instância, em leis, normas e demais mecanismos regulatórios que orientam o funcionamento dos meios de comunicação, das tecnologias a eles associados e de seu papel público na sociedade (Peruzzo, 2009).

Posto isto, podemos afirmar que o debate sobre o futuro do Serviço Público de Media para além de filosófico, ideológico e cultural, não deve esquecer o papel do Estado e do sector público na satisfação das necessidades individuais e sociais. Mais, os países africanos cujas democracias são recentes, em construção, precisam de apostar em mecanismos de participação, a comunicação social é fundamental para aproximar os governantes dos governados.

A TVM tem por objecto principal a prestação do serviço público de radiodifusão televisiva, através da transmissão de imagens e sons.

Para a realização das suas atribuições estatutárias, a TVM produz e emite programas informativos, desportivos, recreativos e culturais, que tenham em atenção os interesses, as necessidades e aspirações de população, possuindo para o efeito, recursos humanos, materiais, financeiros, edifícios, equipamentos de televisão, emissores estúdios e outros meios de trabalho.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Corporativo da TVM 2015-2019 aponta que é de entendimento que a empresa não tenha conseguido absorver na íntegra o seu objecto de prestar o serviço público. Sobre a matéria, realça que o nível de desequilíbrio na distribuição de conteúdos traduz a não observância daquilo que a TVM pretende ser, uma televisão generalista de serviço público. Por isso, afigura-se racional e dimensional o conceito do serviço público, tónicas do presente capítulo (TVM, 2015).

*- Actividade de interesse geral assumida por uma pessoa pública ou privada, mas sobretudo de uma pessoa pública;*

*- Distingue-se serviço público de ordem e de regulação (defesa, justiça) dos outros que tem por objectivo a prestação social e sanitária, dos que tem uma vocação educativa e cultural e os de carácter económico;*

- O regime do serviço público é definido em torno de três lógicas<sup>21</sup>: continuidade, igualdade e mutabilidade.

Do Plano Estratégico da TVM, retivemos três grandes princípios que guiam a missão de serviço público audiovisual, designadamente: a) um sector público generalista, que informa educa e diverte; b) um sector público que favorece a criação e a produção de obras originais; c) um sector público que estende a sua oferta de programas e desenvolve novas tecnologias de produção e difusão.

Segundo Jambeiro (2008) existem três principais modelos de exploração da televisão no mundo: o estatal, o comercial e o *public service* (serviço público).

- a) O *sistema estatal* é dividido em três grandes variantes; todas tendo o Estado como suporte económico: a comunista, a cultural educativo, e a político-partidário. A primeira – comunista - tem aderência na teoria marxista-leninista e é encontrada somente em países com o mesmo sistema de governo como (actualmente na China, no Vietname, em Cuba e na Coreia do Norte). O modelo visa atender ao próprio sistema económico, político e ideológico na sua criação simbólica. O segundo a *cultural - educativo* visa contribuir para a conquista de objectivos culturais e educacionais, como concebidos no interior das estruturas do Estado. O terceiro, *político-partidário* é estabelecido para permitir que os governos mantenham influência política e controle social, de acordo com as estratégias políticas de seus braços regionais e central – como regulado em alguns países da Ásia e da África e em alguns dos países do leste europeu, por exemplo.
- b) O *sistema comercial* - Jambeiro (2008) faz a sua análise baseada no mercado das audiências. O mercado é avaliado por pesquisas de audiências, de gostos, preferências e vontades dos telespectadores, de formas a oferecer o que o público deseja para além de atender os interesses económicos, políticos e ideológicos dos anunciantes e dos estratos dominantes da sociedade.

O seu negócio resulta da venda de espaço publicitário com base nas audiências. Os anunciantes fazem exibição ou menção dos seus produtos e serviços no interior dos

---

<sup>21</sup> PEDCTVM 2015-2019: 30

programas ou inserem publicidade nos intervalos da programação baseada em audiências.

- c) O sistema *public service*, disseminado na Europa ocidental e em algumas ex-colônias europeias, pensa sobre si mesmo com um só objectivo: dar ao público não o que ele quer, mas o que necessita. Tendo como mote “educar, entreter, informar”, o seu suporte financeiro é composto por compulsória contribuição da audiência geral do meio (a *license fee* na Inglaterra, por exemplo, é paga anualmente por cada residência que possua aparelho de TV, e custa o equivalente a 130 libras, aproximadamente 11.258 Meticais), fundos públicos e, em alguns casos, publicidade (Jambeiro, 2008).

Esta análise de Jambeiro leva-o a considerar que a concepção original deste sistema tem como base ideológica uma visão paternalista e elitista da sociedade e de suas instituições. Para ele, é baseada numa premissa autoritária, expressa-se claramente na crença de que a rádio e a televisão devem educar, informar e moldar o povo, de acordo com os mais altos padrões culturais e ideológicos da sociedade. E explica, o povo pode pensar que sabe o que quer, mas as elites é que sabem de que o povo necessita.

Para Coelho e Carvalho (2012) a matriz do conceito da televisão culturalista é a defesa da diversidade cultural e o enfoque na cultura nacional. A *media* pública, como aparelho do Estado, existe para garantir os interesses do Estado. Trata-se, portanto, da televisão governamental. É o governo que gera o conteúdo da sua programação e controla o seu fluxo. Esta realidade espelha-se na TVM, através da constituição dos seus órgãos, na sua linha editorial, o financiamento do Estado.

Os três sistemas são considerados conflituantes, havendo hoje forte tendência para um esmagador domínio do sistema comercial, sobretudo no que se refere aos valores básicos que o conceituam: racionalidade económica de gestão, obediência às leis do mercado, busca – e construção – sistemática dos gostos e preferências da audiência, criação e manutenção de audiências específicas para produtos específicos (Jambeiro, 2008).

Uma televisão pública é, em princípio, acessível a todos, privilegia o interesse geral em detrimento dos interesses particulares. Ela tem por missão dirigir-se à sociedade no seu conjunto, a todos os públicos e não à determinada “alvos” particulares. Ela é a televisão de todos os cidadãos, do público visto em todos os seus componentes. Procura juntar uma

audiência larga e equilibrada do conjunto do público. Presta uma atenção particular à vida nacional, regional, aos assuntos da juventude, da família, das crianças e das pessoas idosas ou isoladas. Entendemos que estes são dentre outros valores, os que norteiam o papel da TVM dentro do processo da digitalização da televisão.

## **2.5. Relação da *media* e democracia em África**

No desenvolvimento das suas actividades a *media* pode assumir vários papéis que a projectam e a destaca no sistema social tornando este sector um subsistema de relevo. Em McQuail (2003:83-93) a *media* pode assumir cinco funções sociais: a) função de informação; b) função de correlação; c) função de continuidade; d) função de entretenimento, e por fim e) função de mobilização. Estas funções não têm que necessariamente pertencer aos meios de comunicação de massas, os multimédias por exemplo, o telefone e o computador encontram campo com maior eficiência através do aprofundamento e personalização.

Quando abordamos os modelos dos sistemas mediáticos em Hallin e Mancini, constatamos que os processos políticos condicionam o tipo e a estrutura da *media* bem como a sua funcionalidade, e é cada vez mais evidente nos processos democráticos que a *media* ocupa um espaço de relevo condicionando não raras vezes, a conduta social. É cada vez mais evidente a relação de interdependência entre o poder político e a *media* na relação de coexistência social, embora não equilibrada. Para todos os efeitos, pode-se entender que a interface entre a *media* e a democratização deve respeitar múltiplas dimensões como culturais, políticas, económicas, tecnológicas. Para além destas dimensões, (Hyden e Leslie, 2002) chamam a atenção à necessidade de observar não somente a *media* formal, mas também a informal pela maneira como os africanos se comunicam de boca em boca e outros meios do que os meios de comunicação convencionais.

Alguns autores que dedicaram os seus estudos à *media* africana supõem que esta tem sido relativamente mais influente na formação das democracias emergentes, mas ainda numa cultura democrática incipiente em África (Hyden e Leslie, 2002). Denota-se um reconhecimento de que a comunicação social molda o processo de democratização, mas as questões da interdependência não apresentam um equilíbrio na medida em que não se

manifesta com clareza, até que ponto os atores políticos permitem a liberdade de expressão que influenciaria o comportamento do pessoal da *media*.

Um aspecto importante quando se fala da *media* em África, esta supera o espaço mediático tradicional dos meios de comunicação de massa porque, infelizmente, grande parte da população africana é analfabeta (cerca de 50%), onde *media* impressa ainda é publicada nas línguas coloniais, os jornais nunca foram fontes primárias de informação em massa (Veur, 2002). Outrossim, a população é pobre, viver sem energia eléctrica, condições básicas para o acesso e benefícios que a *media* electrónica oferece. Aqui, o meio mais eficaz é a rádio, pela facilidade e acessibilidade da sua aquisição e, com a cada vez maior disponibilidade de telemóvel, há mais populações a escutar rádio nas suas línguas maternas (Veur, 2002).

Veur dedicou uma pesquisa intitulada “Radiodifusão e a reforma política”, onde releva a importância da rádio face à outra imprensa formal para o exercício da liberdade de imprensa, fundamental para o estabelecimento e a continuidade da democracia e se torna um indicador primário da existência de uma sociedade democrática.

Ainda Veur (2002), a rádio tem sido o principal veículo para alcançar a grande maioria que vive em áreas rurais. Essa abrangência torna a rádio o meio considerado mais democrático dos *media* “o meio mais popular”: a rádio atravessa vastos territórios que dividem as pessoas, ligando pessoas isoladas do resto do mundo, expandindo a compreensão e ampliando as pessoas.

A relevância da rádio na *media* africana é incontornável mesmo quando a discussão é a televisão digital terrestre, pelas razões acima citadas. Ela cobre cerca de 80% da população da África Subsaariana vivendo em áreas rurais e com acesso limitado a outros, uma compreensão abrangente do desenvolvimento do rádio torna-se essencial (Veur, 2002). Os governos africanos vêem a *media* de radiodifusão com significativa importância na governação dos seus países.

As estações de rádio e televisão controladas pelo Estado continuaram, de modo geral, a cobrir as actividades políticas do partido no poder, deixando de fora a oposição. Isto tornou-se uma questão especialmente importante em épocas de eleições (Veur, 2002). A televisão oferece

conteúdos mais atraentes do que rádio, pela carga emocional protagonizada pelos espectáculos que caracterizam as suas emissões.

Para compreender o papel da *media* na democratização de África, (Hyden e Okigbo, 2017) analisam a contribuição que os meios de comunicação em África fizeram para a sua democratização desde a independência na década de 1960, e avançam três variáveis políticas que adoptam: I) o grau do controlo exercido pelo Estado; II) Em que medida os *media* representam grupos ou comunidades particulares na sociedade; e III) A extensão das conexões internacionais da media.

Hyden e Okigbo (2017) distinguem os *media* em três tipos - impressão, áudio e electrónicas, os quais desempenharam e continuam a desempenhar um papel importante na democratização africana.

Apesar dos estudos que analisamos referenciarem com frequência o papel da *media* na vida política, este ganhou maior notabilidade a partir dos anos 1990, altura que se regista a liberalização do mercado, que portanto, deu origem a novas formas de estar comunicação, para transmitir mensagens para baixo, para cima e para os lados (Hyden e Leslie, 2002). É nesta década que em África assiste-se o início do multipartidarismo, a liberalização do mercado, as alterações das constituições dos movimentos da libertação numa perspectiva histórica. Hyden e Leslie (2002) referem que o lugar das comunicações no desenvolvimento nacional recebeu uma atenção considerável no auge do pensamento de modernização no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

O foco naquele período não era directamente na democracia, mas sim no desenvolvimento socioeconómico, na suposição de que a democracia só seria viável assim que a sociedade fosse modernizada. A industrialização, urbanização, educação moderna, em combinação com a difusão da economia de mercado, forneceria condições que seriam compatíveis com o crescimento de democracia (Hyden e Leslie, 2002). Foi em 1958 que a Assembleia Geral das Nações Unidas pediu um programa para ajudar os países em desenvolvimento a expandir os seus meios de comunicação de massa. Segue o trabalho preparatório sob os auspícios da UNESCO, a Assembleia General decidiu quatro anos depois encorajar os membros dos seus governos incluírem meios de comunicação nos seus planos de desenvolvimento económico (Stevenson, citado por Hyden e Leslie, 2002).

Americanos e europeus que haviam experimentado a influência revolucionária da televisão na década de 1950, prontamente compraram a ideia de que a comunicação poderia impulsionar as novas nações do Terceiro Mundo em direcção ao ponto de partida de que o desenvolvimento se tornaria autossustentável e acelerado (Hyden e Leslie, 2002).

Os esforços em curso para aumentar a democratização em África têm a sua inspiração na propagação global da democracia liberal, bem a partir de uma reafirmação do desenvolvimento que enfatiza a interactividade, o diálogo, e participação de base (Veur, 2002).

Entretanto, como referimos acima, a comunicação em África ainda é restrita para um número muito reduzido de cidadãos por várias razões tais como, jornais lidos por um segmento muito pequena da populaça. Os líderes nacionalistas que queriam criar movimento de massas estiveram inclinados a confiar mais na comunicação de directa com o povo através de comícios políticos<sup>22</sup>. Assim, a imprensa é colocada numa posição secundária (Hyden e Okigbo, 2017).

A colocação menos abonatória da indústria da *media* não é a sua secundarização, mas sim é quando os governos africanos começaram a controlar os media obrigando-os a servir principalmente como instrumentos de propaganda oficial. Somente nos anos 90 a *media* experimenta novo sistema político com as alterações das cartas constitucionais. Nas primeiras três décadas depois das independências africanas regista-se um controlo maior dos partidos nacionalistas sobre a imprensa.

Veur (2002) nota que os primeiros sistemas de radiodifusão em África, não surgem com o desejo de promover a imprensa para os africanos, mas sim, com do desejo de manter a ordem estabelecida no sentido de aumentar o prestígio global e influenciar o desenvolvimento internacional. Portanto, os governos locais, coloniais implementam a radiodifusão para responder os desejos da metrópole e não das comunidades colonizadas. Assim, surge, das

---

<sup>22</sup> Uma experiência própria, foi a participação em comícios orientados pelo então Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moises Machel, numa onda de mobilização, onde cidadãos idos de locais longínquos eram transportados por qualquer tipo meio de transporte, assistiam os longos comícios com a paralisação de todas as actividades. Em Moçambique, os comícios não deixaram de existir, evoluíram em alguns aspectos como a liberdade de participar ou de não participar, com uma designação de “Presidência Aberta”, e mantêm a figura do tradutor/interprete dos discursos dos políticos, 44 anos depois da independência (Brito, 2015).

mãos de privados, a primeira instalação de transmissão no continente africano em Johannesburg em 1920. Em 1928, e o Quênia colônia britânica inicia transmissões regulares em África (Veur, 2002).

Os propósitos da instalação das estações radiofônicas foram diferentes em cada país, assim, em Bechuanalândia (Botswana), os fundos e ferramentas educacionais foram apropriados às necessidades de propaganda da administração. Veur anota que, embora servindo os interesses da administração colonial tanto localmente quanto na Europa, as transmissões para os africanos eram vistas como privilégios fornecidos pelo Estado.

Hyden e Okigbo destacam três "modelos" de envolvimento da *media* na primeira onda de democratização. *A primeira foi a imprensa de língua indígena* que emergiu como resultado da falta de interesse nas causas africanas na *media* metropolitana ou controlada pelos colonos. Exemplo, a conexão que Jomo Kenyatta teve no Kênia colonial com a revista Muigwithania, que serviu como porta-voz da Associação Central de Kikuyu, um precursor do movimento nacionalista de base mais ampla naquele país. Na Uganda surgiu uma imprensa vibrante em Luganda, a Uganda mais próxima tem uma língua franca indígena. Jornais como Munno, Taifa Empya e Kizito tiveram uma tiragem de cerca de 10.000 exemplares, quando Uganda se aproximou da independência em 1962 (Ochieng citado por Hyden e Okigbo, 2017).

Na Tanzânia, onde o Suaíli foi estabelecido como língua franca, Mfanyakazi ("O trabalhador") tornou-se o porta-voz do movimento sindical politicamente poderoso. A imprensa indígena parecia importante na luta nacionalista onde quer que houvesse língua africana amplamente usada ou onde uma imprensa impressa em idioma europeu ignorasse as preocupações africanas, de auto-governo ou independência. Em suma, os africanos eram socializados através do idioma do colono, a *media* estabelecida em língua inglesa apesar de ter agenda diferente da dos nacionalistas, alguns editores apoiavam os nacionalistas uma mais liberais, caso da França.

O segundo padrão de *media* impressa significativa na linguagem do poder metropolitano nas colônias era especialmente aparente nessas colônias inglesas, embora em menor grau, elas aparecessem também nos países francófonos, inclusive no Congo.

O terceiro padrão foi o papel desempenhado pela imprensa metropolitana, que não só relatou as lutas nacionalistas nas colônias, como também publicou opiniões que apoiavam esses

esforços. Aqui, a *media* francesa parece ter desempenhado um papel mais proeminente, porque o próprio público francês estava muito dividido sobre a questão da liberdade de suas colónias (Hyden e Okigbo, 2017). Os autores consideram que o papel da *media* francesa tornou-se especialmente significativo na determinação do resultado das reivindicações políticas. Os nacionalistas africanos podiam falar directamente com a equipe editorial dos jornais e periódicos mais radicais, influenciando mais efectivamente a opinião francesa do que as suas contrapartes nas colónias anglófonas, onde a acção nacionalista era efectivamente confinada à colónia.

Hyden e Leslie (2002) anotam que muitos países africanos tiveram uma imprensa indígena incipiente na época da independência, mas a maioria destas publicações foram tomadas por corporações mais poderosas ou forçadas a fechar por razões financeiras ou políticas. O facto de pertencerem a empresários que transitaram de um regime para outro, não abonavam a favor do nacionalismo razão pela qual, o Partido Frelimo por exemplo, no seu sistema centralizado, imediatamente à conquista da Independência Nacional, a 25 de Junho de 1975 nacionalizou a então Rádio Clube, hoje Radio Moçambique, para garantir a consolidação da independência e da unidade nacional (Chichava e Pohlmann, 2010).

À semelhança de Moçambique, Zimbabwe dirigido pelo partido - ZANU – experimentava um sistema que controlava os subsistemas centralmente. Assim, os vinte ou mais jornais locais que recebiam assistência do governo colonial morreram por falta de tal apoio da nova liderança nacionalista (Hyden e Leslie, 2002).

Hyden e Leslie estudam a media e o seu papel na democratização de novas democracias africanas e afirmam que a media terá sido mais participativa na era colonial, nas décadas de 1950 e 1960, do que nos anos subsequentes às independências, período que consideram que os africanos (nacionalistas) perderam a liberdade de imprensa, alegadamente porque com as independências e formação de governos centralistas, os media independentes que existiram fecharam por falta de financiamento.

É no Século XX (nos anos 1960) que se assiste a expansão do mercado, caracterizado por maior concorrência no mercado ocidental, maior poder de compra entre os consumidores, altura que os EUA tiveram um *boom* de produção e a sua sociedade se tornou consumista. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, assiste-se a um crescimento da indústria da *media*

alavancada pelo surgimento da rádio como meio de comunicação de massa e mais tarde com a televisão, que na década de 1950 tornou-se o principal meio de comunicação (Freitas, 2011)

Não obstante, na década de 1970, registam-se crises petrolíferas nos anos 73 e 74 que induziram a uma crise industrial. É o período em que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e alguns Países Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) com exceção da África do Sul, sob domínio do Apartheid (1948 – 27 de Abril de 1994), os investimentos nos países independentes foram cortados, os nacionalistas herdaram dívidas e ruínas, sem nenhuma experiência de gestão, as empresas de *media* fecharam pois os patrões abandonaram-nas, e é obvio que nesta altura a media não encontra campo para promover uma democracia. Por outro lado, torna-se contraditório concluir que a imprensa nas décadas de 1960 e 1970 tenha promovido mais democrática, quando comparada com a praticada nas ex-colónias imediatamente após as independências, porque democracia pressupõe a salvaguarda de um conjunto de direitos e liberdades de pensamento, de expressão de acesso a informação dentre outras, longe de se encontrar no contexto colonial, onde a imprensa servia a uma pequena elite colonial, letrada, cidadina com poder de compra dos jornais.

No geral, a media em África beneficia de uma evolução tecnológica no processo de produção e divulgação das matérias, embora enfrente as forças políticas que a pretendem usar para os interesses próprios, sem contar com as constantes crises económicas e as políticas coloniais. Durante a primeira década da independência a imprensa funcionou como “despertador”, embora as notícias ainda estivessem bastante abafadas, inadequadas para as tarefas esperadas, e muitas vezes controladas e assediados por interesses egoístas.

Hyden e Leslie (2002) sublinham que os jornais de propriedade privada que surgiram a partir da década de 1990 em diante desempenham um papel primordial no processo da democratização em África. Criaram novos espaços de debate e participação, conquistaram novas audiências. A televisão privada é uma janela complementar à televisão pública, ela mostra reportagens que trazem actividades desenvolvidas por entidades não necessariamente governamentais, promove o sector comercial e faz questionamentos às políticas e ao Governo. Com o advento da TDT abre-se espaço para o surgimento de canais temáticos para acomodar ainda mais assuntos e grupos sociais menos privilegiados nos canais tradicionais. Moçambique deve tomar a migração digital como uma excelente oportunidade de

modernização da indústria nacional da radiodifusão; uma indústria robusta, equilibrada e sustentável.

Para Hyden e Leslie, o primeiro aspecto de destaque é que os *media* indagam as políticas e o comportamento do governo. Os autores relatam que os governos africanos nos anos oitenta estavam habituados a serem vistos como quem fez para além do escrutínio público. A *media* pública não tende a criticar livremente as acções do governo, para o fazer carece de uma prévia autoridade de uma autoridade políticas. Os governos preocuparam-se em salvaguardar os arquivos para que não sejam acessíveis ao público, tão pouco aos investigadores e jornalistas. A nova legislação, para o caso de Moçambique a Constituição de 1990 (CRM, 1990 e 2004), a constituição da África do Sul de 1994 deram maior alavanca aos jornalistas para investigar questões públicas, mas segundo Hyden e Leslie, o comportamento do governo pouco mudou.

Os oficiais continuam a proteger informações que em princípio são do domínio público. A imprensa privada, com recursos a taxas ou subornos, vazam informação, e com baixos salários dos funcionários públicos, isso evoluiu para negócio informal significativo. Os autores tecem críticas a este método de lidar com as fontes, porque para casos de jornais com sem experiência e responsabilidade editorial fraca, este método aniquila a construção da democracia porque mina a credibilidade da media sabotando qualquer esforço do tornar o governo uma instituição pública mais responsável, transparente. Em fim, fica uma gestão esquisita na medida em que o governo que cria a legislação para uma boa gestão da coisa pública, se torna promíscuo pelas vontades lucrativas dos agentes do Estado em convivência com certa imprensa privada sem profissionalismo.

Hyden e Leslie (2002) consideram como segundo papel da *media* independente a formação de um diálogo discursivo do domínio público, onde os assuntos de interesse nacional ou local são discutidos de uma forma aberta e livre. Analisaram os movimentos “desenvolvimentistas” que caracterizaram das primeiras duas décadas após as independências que tendiam para uma abordagem instrumentalista que baixou a significância compreensão popular e o apoio à política governamental.

O papel que os meios de comunicação têm é de contribuir para a industrialização de um espaço comunicativo que cria expectativas nos atores sociais. Para o sucesso de um bom clima político é necessário um espaço onde as opiniões de diferentes pessoas possam ser

ouvidas e respeitadas, nas expectativas de que serão partilhadas, desta forma se cria o caminho para a institucionalização democrática.

Hyden e Leslie citam John Dryzek (1990), que aponta o potencial da *media* na criação de espaço para debate, e que este serve para o fortalecimento da sociedade civil, e portanto, da democratização. Para garantir a existência de espaços de debate, muitos países africanos criaram novas constituições e, conseqüentemente órgãos que tutelam os *media*, a aprovação de legislações o que criam conselho de imprensa, sindicatos, em suma, reguladores da *media*.

Ainda sobre o modelo da *democracia discursiva* do Dryzek (1990), em Mendonça (2010) tal modelo baseia-se na premissa de que a troca pública de argumentos envolvendo os indivíduos potencialmente afectados por uma questão é o melhor caminho para a produção de soluções políticas. De seguida elabora o conceito na seguinte formulação – “A *democracia discursiva* é uma abordagem que afirma que os fluxos discursivos de uma sociedade são a base da democracia” - ou seja, o aprofundamento democrático requer processos discursivos capazes de coordenar a interacção em diversas instâncias sociais – arenas decisórias formais como nas interacções informais (Dryzek citado por Mendonça, 2010). A abordagem de Dryzek enfatiza “a deliberação como um encontro difuso de discursos, ultrapassando visões mais restritas de comunicação democrática e apostando na vivacidade da esfera pública” (Mendonça, 2010:59).

A abordagem do modelo da *democracia discursiva* do Dryzek sugere uma maior participação de instituições no processo da construção democrática, afastando a ideia de macroprocessos isolados ou perfeitos. O processo não deve pertencer a um único indivíduo ou lugar decisório. Assim, a democracia discursiva retira o peso ou mérito individual. Para o sistema deliberativo o importante é que haja conversação pública em vez de “quem está a falar em cada momento”. Ele coloca o foco no discurso e não nas instituições sociais (Mendonça, 2010). Ou seja, a unidade básica são os discursos, até porque os indivíduos são atravessados por diversos deles. A democracia não se configura com a contagem do “número de cabeças”, mas com um processo reflexivo do qual uma sociedade se apresenta colectivamente.

Ainda em Mendonça, (2010: 67-68) Parkinson apresenta reservas em relação ao papel da *media* no processo, em virtude das suas características o seu *modus operandi* mediático. Evoca os critérios de noticiabilidade, as exigências da narrativa, a necessidade da dramatização e as restrições físicas dos dispositivos inviabilizariam o tratamento das

complexidades morais e técnicas de muitos assuntos. Portanto, Parkinson nesta análise do Mendonça, destaca que a publicidade entre as esferas é fundamental, mas nega a centralidade da *media* na articulação do sistema deliberativo. Para suportar este argumento, Parkinson (citado por Mendonça, 2010) construiu uma tabela que retrata o *estágio de decisão*, onde alista instituições como: rede de activistas; especialistas; burocracia; microprocessos deliberativos; *media*; assembleia eleita e técnicas directas.

Para avaliar a influência elegeu quatro fases do processo deliberativo: definição, discussão, decisão e implementação: sobre os *media*, destaca em cada fase, elas fazem o seguinte: 1ª Levantam questões e as tornam salientes; 2ª Apresentam os argumentos a favor e contra de diferentes soluções a partir de várias fontes; 3ª Reportam as decisões e as razões pró e contra; e 4ª Monitoram os resultados e os questionam se necessário. Portanto, retira o papel central da *media* na influência directa no processo de democracia discursiva. Ela é um elemento de subsistema que participa do processo como outro subsistema.

## **2.6. Gestão e monitoria do espectro**

O espectro radioelétrico é um recurso público disponível em todos os países, no entanto cada vez mais escasso devido a demanda de serviços radiométricos cada vez crescente que, observadas necessárias salvaguardas, pode ser utilizado para melhorar a eficiência e produtividade do país, assim como contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos ao facilitar o fluxo da circulação da informação em diferentes sectores (PEE, 2016). O espectro atende várias áreas como nos da segurança, saúde, interesse público, cultural, científico, social, ambiental e técnico (PEE, 2016).

A Assembleia da República de Moçambique criou a Lei 8/2004, de 21 de Junho, que define as políticas do acesso ao espectro radioelétrico. Esta Lei tem por objecto a definição de bases gerais do sector de telecomunicações, de forma a assegurar a libertação do mercado e um regime de concorrência, segundo disposto no artigo 2.

A lei tem, dentre vários objectivos; a promoção da disponibilidade de serviços de telecomunicações de um público de alta qualidade, investimento privado no sector de telecomunicações, serviços de acesso universal com vista a garantir a existência e

disponibilidade de serviço público de telecomunicações, garantir a existência e disponibilidade e a qualidade das redes de telecomunicações dos cidadãos e das actividades económicas e sociais.

O disposto na Lei não se aplica aos aspectos relacionados com os conteúdos dos programas dos serviços de radiodifusão sonora e televisiva, segundo disposto n.1 do artigo 4.

O uso crescente das radiocomunicações, com recurso ao espectro radioelétrico, devido em particular à necessidade progressiva de mobilidade, bem como as oportunidades que esta utilização pode criar para o desenvolvimento da sociedade, fazem ressaltar a importância para cada país um sistema eficaz de gestão do espectro.

## **2.7. Regulação da Radiodifusão**

O termo regulação tem sido utilizado de diversas formas, pois apresenta significados múltiplos, e para diferentes campos de conhecimento. Interessa-nos sobretudo o campo da relação do Estado com o sector da *media*, em concreto, a *media* pública, onde maioritariamente o Estado actua como regulador, financiador e promotor da liberdade de expressão.

A intervenção do Estado nos *media* foi sempre vista em duas vertentes contraditórias: por um lado, como poder limitativo das liberdades de expressão e, por outro, como defensor do populismo e da liberdade de expressão (Serrano, 1998), numa discussão do espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação, baseado em Seaton, Curran 1991-1995 e na “esfera pública” do J. Habermas, 1978.

A regulação é um conceito oriundo da teoria dos sistemas, que designa os processos de controlo pelos quais um todo ou mecanismo social determinado mantém um mínimo de ordem e de integração (Hermet, Badie, Birnbaum e Broud, 2014:268).

No contexto da mundialização deve-se enquadrar a internacionalização da televisão digital, olhando como o conceito de regulação descreve, de forma mais ambiciosa, a capacidade de fazer coexistir os diferentes atores internacionais e transnacionais maximizando os interesses de cada um.

Nas sociedades modernas o Estado perderia a sua capacidade de impor sozinho a sua ordem e a sua autoridade, porque as decisões seriam cada vez mais elaboradas tanto por atores públicos como privados; a retracção do Estado no quadro também da globalização e da integração, por exemplo, no espaço europeu limitaria grandemente a sua capacidade de agir sozinho, a partir do alto (Hermet, Badie, Birnbaum e Broud, 2014:109).

Segundo Conselho Nacional de Regulação de Televisão de Chile (2011), as regulações nascem devido à necessidade de proteger e promover diferentes âmbitos que se consideram de relevância pública e privada<sup>23</sup>.

No geral, o termo regulação é utilizado como uma observação acerca das intenções dos governos – impulsionados por uma variedade de razões – de promulgar normas já seja por meio da legislação ou por decisões administrativas. (Blundell, J; Robisson.C. citados por CNTV, 2011).

No contexto actual, tanto em nível global, quanto África em particular, os debates de política de radiodifusão giram em torno da criação de pluralismo e diversidade de propriedade e conteúdo.

A regulação deve obedecer alguns princípios que suportam diferentes modelos que destacam uma independência editorial e programática, um pluralismo, um sistema de difusão diferenciado e diversificado em três níveis; públicos, comercial e da comunidade (Hills, 2003:34).

Para Hills, o quadro regulamentar deve abordar tanto os aspectos estruturais quanto comportamentais. A regulação estrutural refere-se ao sistema radiodifusão e arranjos institucionais; enquanto regulação comportamental se refere à programação e conteúdo.

A regulação estrutural determina quem pode transmitir, quantas emissoras, onde transmitem e com que potência, com que tecnologia e em que parte do espectro, juntamente com o seu financiamento. A regulação comportamental estabelece os princípios pelos quais se espera que eles trabalhem. Consideramos os aspectos financeiros das estruturas primeiro regulamento.

---

<sup>23</sup> CNTV (2011) Consejo Nacional de Televisión. Regulación en Televisión. Contenidos Emergentes/Escenarios Convergentes. Departamento de Estudios. Disponível em: <https://studylib.es/doc/7274600/ver---consejo-nacional-de-televisi%C3%B3n>

O sector de Radiodifusão em Moçambique tem três reguladores: O Instituto Nacional da Comunicações de Moçambique (INCM) que assume a regulação técnica, no que diz respeito à gestão do espectro radioelétrico; O Gabinete de Informação (GABINFO) que assume a regulação do sector público da comunicação social e faz o registo e licenciamento de actividade e o Conselho Superior para a Comunicação Social (CSCS) é um órgão de disciplina de comunicação social e detém o papel de arbitragem e garantia de liberdade de expressão nos meios de comunicação social. Todas são entidades tuteladas pelo Governo, o que lhes retira o mérito de independência (Lei da Imprensa, 18/91). Não existe, em Moçambique, um regulador independente do sector da radiodifusão (Barómetro Africano da Media – Moçambique, 2014).

Perante a inexistência de entidades reguladora que promovam o desenvolvimento da indústria da radiodifusão, numa altura em que o mundo das TIC's disponibiliza plataformas que facilitam o intercâmbio, colocando a radiodifusão no ambiente de convergência, é desejável que o sector da radiodifusão seja regulado por uma entidade independente, que seja adequadamente protegida por lei contra a interferência, e cujo órgão de gestão é nomeado - de forma transparente – com o envolvimento da sociedade civil, e que não seja dominado por um partido político em particular (Barómetro Africano da Media – Moçambique, 2014).

Assim, a regulação da radiodifusão em Moçambique no âmbito da digitalização é um desafio que pressupõe a distinção e o reconhecimento prático de duas áreas de regulação: por um lado, a regulação do sistema de distribuição do sinal e do licenciamento das difusoras de conteúdo e, por outro, a regulamentação do próprio conteúdo – regulação programática<sup>24</sup>. Ainda Mário, a regulação deve estar orientada para garantir uma programação abrangente e equilibrada e orientados para o interesse público; garantir uma sã concorrência no mercado, com respeito pelos direitos de autor e direitos conexos; e por fim contribuir para a sustentabilidade da indústria nacional da radiodifusão, através de tarifas, taxas e outras medidas fiscais.

Para além da inexistência de um regulador independente, a regulação na radiodifusão em Moçambique é deficitária, não existe uma lei de radiodifusão. “A radiodifusão é regida pela Lei número 18/91, de 10 de Agosto (Lei de Imprensa), que é muito desajeitada para ela [radiodifusão], e por alguns regulamentos e diplomas ministeriais que incidem,

---

<sup>24</sup> Mário, Tomás (2017). Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social. Comunicação apresentada no seminário “Moçambique, na era digital”, promovido pela TVM em Maputo no dia 6 de Abril de 2017.

essencialmente, em questões como atribuição de frequências”<sup>25</sup>. Para as rádios comunitárias, um sector específico da radiodifusão, onde a regulação é igualmente ineficiente.

Para colmatar as lacunas da legislação na radiodifusão, o governo lançou um processo para a preparação da Lei da Rádio Televisão (2005-2009)<sup>26</sup> destinado a estabelecer um quadro legal específico para regulamentar radiodifusão no país, bem como um processo de revisão da Lei de Imprensa de 1991, para que esteja em conformidade com a Constituição de Novembro de 2004 (Mário, 2012).

Acontece, porém, que a Lei 18/91 de 10 de Agosto é, na realidade, uma lei geral da comunicação social, que cobre todo o sector, quer público, quer privado, impresso ou radiodifusão, bem como cinema e quaisquer formas de comunicação audiovisual disseminadas para o público em geral (Mário, 2012). Ela define os princípios que regem a actividade da imprensa e estabelece os direitos e deveres dos jornalistas<sup>27</sup>.

Para Hills (2003) regular a competição entre operadores também é parte da regulação estrutural, a regulação do conteúdo local é importante, assim como de programação específica ou a dita "regras obrigatórias", são o garante da promoção do pluralismo e diversidade de conteúdos, interpretado como condição da presença ou ausência da democracia da *media* – Entretanto, uma diversidade de *media*, ou uma pluralidade de *media* não necessariamente democracia.

Os modelos sugeridos enfatizam a regulação independente e agências reguladoras cuja independência é assegurada por meio de processos de consultas transparentes, que são participativos e não refém de qualquer interesse político e económico (Hills, 2003).

No cômputo geral, os países da África Subsaariana enfrentam a dificuldades similares quando se trata de criação de organismos públicos, a sua viabilidade e acessibilidade são críticas no contexto africano, onde os recursos financeiros e humanos são uma restrição. Uma regulação ineficaz sufoca o crescimento do sector da radiodifusão e supera as metas políticas. Para o efeito, ela deve estabelecer princípio e normas que devem governar o sistema e deve ser

---

<sup>25</sup> Barómetro Africano da Media - Moçambique. (2014). Disponível em [http://www.fesmedia-africa.org/uploads/media/AMB\\_Mozambique\\_2014.pdf](http://www.fesmedia-africa.org/uploads/media/AMB_Mozambique_2014.pdf) consultado 15-02-2019

<sup>26</sup> Barómetro Africano da Media – Moçambique, 2014

<sup>27</sup> Conceito da Imprensa a luz da Lei 18/91 de 10 de Agosto, “Para os efeitos da presente lei entende -se por imprensa os órgãos de informação cuja actividade principal é a recolha, tratamento e divulgação pública de informação, sob a forma de publicações gráficas, rádio, televisão, cinema ou qualquer reprodução de escritos, som ou imagem destinada à comunicação social”.

capaz de manter o funcionamento equilibrado do mesmo sistema através de meios de controlo. Pressupõe aplicar a focalização, supervisão e inspecção, podendo traduzir-se no controlo hierárquico ou de tutela Mário (2107).

A regulação deve estimular a produção de conteúdos de qualidade, através de políticas que estimulem o crescimento da indústria.

A migração digital pretende-se não somente tecnológica, mas também social. O processo deve garantir que o cidadão tenha mais do que direito a um sinal, mas sim a facilidade de aquisição segundo critérios claros a serem definidos pela TMT conforme nos debruçamos no capítulo.

### **2.7.1 Regulação e Convergência**

O fenómeno de convergência envolve uma combinação de transformações integradas e interdependentes, de vários campos como: tecnológica, comercial, social, cultural que, em princípio, devem afectar a regulação das comunicações (Othon, Ferreira e Barros, 2011). Os autores salientam que a convergência, na sua vertente tecnológica, pode ser entendida como fusão entre diversas plataformas de indústria de *media*.

Olhando o raciocínio de Dantas (2009), a convergência tecnológica deve ser compreendida na sua relação na forma horizontal da cadeia produtiva da indústria cultural (Jambeiro, Ferreira, Barros, 2011). Ou seja, a forma horizontal da cadeia produtiva ocorre entre produtores, programadores e distribuidores de conteúdo, de olhos postos à indústria fabricante de equipamentos e sistemas presentes em todas as etapas.

Ainda citando (Dantas, 2009), os autores indicam que estas entidades passam a partilhar as funções de tal sorte que a clássica distinção entre as telecomunicações e a radiodifusão deve ser desconsiderada para dar lugar às opções convergentes de comunicação que oferecem os seus pacotes de serviços e possibilidades (Jambeiro, Ferreira, Barros, 2011).

Em termos conceituais, a convergência define-se como sendo “a homogeneização dos suportes, produtos, lógicas de emissão e consumo das indústrias info-comunicacionais”.

Inicialmente tecnológico, esse processo também chamada “revolução digital” (Jambeiro, Ferreira, Barros, 2011).

Para além da tecnologia, os usuários também se tornam convergentes, dependendo dos níveis de competência técnica e acesso à tecnologias, indivíduos envolvidos numa cultura de participação intensa, e do ponto de vista da sua localização geográfica e social, graças à convergência cada vez mais extensa.

Se as novas tecnologias de informação e comunicação criam desafios e oportunidades para as indústrias de *media*, também o fazem para seus usuários, crescentemente envolvidos numa cultura participativa intensa e, do ponto de vista do seu alcance geográfico e social, graças à convergência, cada vez mais extensa (Othon, Ferreira e Barros, 2011).

Com a convergência tecnológica dos *media* poderão existir conflitos de regulação. Assim sendo, a TDT pode ser uma oportunidade para uma reflexão de fusão de todos os reguladores (GABINFO, INCM e CSCS) tendo em vista a alteração da situação.

A convergência coloca alguns novos problemas de regulação, nomeadamente: tendência do monopólio do mercado pela empresa Multiplexadora do sinal digital (TMT), telecomunicações ou provedores da Internet podem atingir uma posição de domínio em múltiplos mercados; a existência de recursos que impedem a concorrência, como podem ser as infra-estruturas de transmissão do Estado como os da TMT e TDV pode provocar dificuldades em terceiros (operadores comerciais da televisão), que são parte interessada na facilidade do acesso.

Há desafio de regular os diversos sectores que integram o processo de convergência. Como por exemplo a imprensa digital, a televisão, *webrádio*, cinema, televisão por cabo, TDT, radiodifusão por satélite, que ainda não estão sujeitos a uma regulação ou não podem ser tão facilmente controlados<sup>28</sup>.

À medida que vai surgindo um sistema cada vez mais competitivo e globalizado, a regulação vai se tornando cada vez mais difícil<sup>29</sup>. Nesta medida, a regulação na Era digital deverá

---

<sup>28</sup> <http://www.gmcs.pt/pt/consulta-publica-convergencia-e-regulacao-2002-contributo-da-rtp-e-da-portugal-global-historico?Regula%C3%A7%C3%A3o>

<sup>29</sup> Consulta Pública Convergência e Regulação (2002) – contribuição da RTP e da Portugal Global (histórico), disponível em <http://www.gmcs.pt/pt/consulta-publica-convergencia-e-regulacao-2002-contributo-da-rtp-e-da-portugal-global-historico>. consultado em 21/02/19

abarcam novos sectores, mas terá que se basear mais provavelmente na convergência das regulações dispersas numa única “super-regulação” que inclua todos os sectores pertinentes (rádio, televisão por cabo, televisão digital e Internet).

A aposta dos reguladores de imprensa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLC) é promover a criação de regulador independente capaz de promover a convergência da *media* e as TIC's (Mário, 20/10/2017).

A regulação audiovisual está tradicionalmente dividida entre a produção audiovisual (cinematográfica e outras) e a indústria de retransmissão, reguladas nos conteúdos que oferecem para garantir que se podem alcançar os objectivos do interesse público. A TDT vai disponibilizar uma grande variedade de serviços por meio de formatos de radiodifusão segmentados de forma variada, como por exemplo os sistemas de pagamentos de conteúdos (COMID, 2013). Esta vai dedicar duas linhas de distribuição de conteúdos. Uma linha aberta para todos os cidadãos bastando dispor de descodificador e, outra fechada para canais mais comerciais nacionais e estrangeiros.

Mário (2017), na sua reflexão, coloca alguns desafios de regulação para a era de convergência poderá compreender os seguintes pontos:

- ✓ Uma entidade reguladora com total independência política e do governo, tendo como objectivo principal os espectadores e o interesse público;
- ✓ Um regime flexível, capaz de se adaptar a um ambiente de rápidas mudanças;
- ✓ Reconhecimento da interdependência entre conteúdos;
- ✓ Especificidade das reais necessidades dos diferentes espectadores.

A regulação do sector da televisão deverá interligar diferentes mercados e actividades abrangendo três grandes áreas: celeuma

- ✓ Regulação de conteúdos – assegurando a qualidade e a diversidade da programação;
- ✓ Regulação económica – mantendo os equilíbrios entre os interesses dos públicos e o desenvolvimento da indústria da televisão.
- ✓ Regulação técnica – controlando a compatibilidade das normas técnicas, de forma também a permitir novas tecnologias de transmissão que beneficiem os espectadores.

A regulação dos conteúdos poderá ser classificada consoante as plataformas da seguinte forma (Mbebe, 2017; Mário, 2017):

- Para os serviços de acesso livre, dirigidos a grandes audiências, obediência a altos padrões de diversidade, respeito pelo indivíduo e pela sociedade;
- Para serviços a pagamento e serviços interactivos, obediência a regras elementares de bom gosto e respeito pelos direitos humanos;
- Para os novos serviços de média (Internet), obediência a auto-regulação apoiada em acordos internacionais efectuados para o efeito.

A regulação deve continuar a apoiar o desenvolvimento comercial dos serviços da televisão digital e estimular a sã concorrência entre as diversas plataformas.

À medida que aumenta a importância da Internet, crescem também as expectativas dos utentes. Na perspectiva da convergência, a Internet coloca problemas de regulação como consequência da aparição da interactividade e dos níveis crescentes de capacidade de áudio e vídeo que se incluem nas suas aplicações, nomeadamente o desenvolvimento de portais interactivos, cada vez mais parecidos com “emissoras de retransmissão”, na medida em que oferecem tecnologias convergentes através de um único ponto de acesso. Estes avanços tornam ainda mais pertinente discutir a criação de uma e única entidade reguladora embora em Moçambique, em matéria de digitalização, parece inútil discutir. (ANACOM, 2002)

A criação de um órgão regulador único surge como uma forma de concentrar sob o mesmo “tecto” todas as questões que se colocam com a nova oferta de conteúdos e o desenvolvimento de novas redes.

Estudos sobre a unificação de reguladores, na era de convergência, concordam pela não separação orgânica da regulação de conteúdos da regulação das redes e dos acessos, admitindo a possibilidade de uma entidade única ser responsável pela regulação das duas realidades, apesar dos interesses e dos valores divergentes que presidem a cada uma delas.

A defesa de uma unificação orgânica - caracterizada pela existência de um regulador único a nível nacional, conjugando diversas atribuições e competências necessárias à regulação em causa e hoje dispersa por vários organismos – assenta em considerações de eficácia, e não

deverá nunca se confundir com uma identificação de duas regulações que tem objetivos e valores diferentes.”(Spectru, 2002).

Não existe um método uniforme para regular os diversos sectores que integram o processo de convergência<sup>30</sup>. A tecnologia não conhece limites, nem legais, nem reguladores e a medida que vai surgindo um sistema cada vez mais competitivo e globalizado a segmentação reguladora vai parecer cada vez mais difícil.

---

<sup>30</sup> <http://www.gmcs.pt/pt/consulta-publica-convergencia-e-regulacao-2002-contributo-da-rtp-e-da-portugal-global-historico?Regula%C3%A7%C3%A3o>



## CAPÍTULO III

### 3. ESTUDO DOS ANTECEDENTES

#### 3.1. Contextualização da televisão em Moçambique

A história das emissões televisivas em Moçambique pode ser olhada em três momentos marcantes: primeiro o início das transmissões em 1979; o segundo em 1990 com a aprovação da Constituição da República, e o terceiro momento, nos anos 2000 onde se verifica uma maior concorrência através das televisões independentes em sinal aberto e por subscrição.

As emissões de televisão produzidas e emitidas em Moçambique pela primeira vez iniciaram em 1979, durante a Feira Internacional de Maputo (FACIM), na qual cerca de 80 televisores foram colocados em alguns bairros da cidade de Maputo. O equipamento usado ficou em Maputo, montado nas instalações que constituíram o primeiro espaço de televisão de Moçambique, na Avenida Julius Nyerere, no centro da cidade, marcando desta forma o início de um projeto de formação, daí o mérito da TVM na abordagem histórica da televisão em Moçambique (TVM, 2015)<sup>31</sup>.

O êxito da experiência deu início a 3 de Fevereiro de 1981<sup>32</sup>, das emissões da Televisão Experimental de Moçambique (TVE). Nessa altura, a TVE era instituição do Ministério da Informação, para a formação de quadros que integrariam mais tarde o sector público televisivo moçambicano.

Durante o período que compreendeu o início das transmissões em 1981 até 1991, as emissões da Televisão Experimental de Moçambique TVE começaram por ser apenas aos Domingos à tarde. Aos poucos, os dias das transmissões aumentaram e se tornaram regulares. Com um investimento estatal, a TVM contou sempre com apoio de estados amigos em equipamento, conteúdos, formação e outros tipos de apoio.

A partir de 1992 a TVE iniciou o processo de levar a emissão a todo o país, com a abertura das Delegações Provinciais. Assim, 22 de Abril de 1992, inaugura o Centro de Televisão Provincial (CTP) - Beira na província de Sofala e em 1994 abre a delegação de Nampula, para em 1997 inaugurar a de Lichinga em Niassa. Para melhor ilustração e interpretação,

---

<sup>31</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Corporativo da TVM 2015-2019, Maputo, 2015.

<sup>32</sup> Esta data marca o início oficial das transmissões da Televisão Experimental, designada TVE.

abaixo apresentam-se os CTPs pela ordem da sua fundação e ou oficialização do seu funcionamento.

Quadro n. 2. Distribuição dos CTPs por província, total de funcionários e o ano da fundação.

<b>Províncias</b>	<b>Nome do CTP</b>	<b>Total Funcionários</b>	<b>Ano de criação</b>
<b>Sofala</b>	Beira	33	22.04.1992
<b>Nampula</b>	Nampula	29	25.09.1994
<b>Niassa</b>	Lichinga		15.05.1997
<b>C. Delgado</b>	Pemba	17	20.09.1999
<b>Zambézia</b>	Quelimane	23	19.10.1999
<b>Inhambane</b>	Inhambane	20	25.06.2004
<b>Gaza</b>	Xai-Xai	14	25.06.2011
<b>RSA</b>	RSA	2	00.08.2014
<b>Manica</b>	Chimoio	11	10.11.2014
<b>Maputo</b>	Matola	18	11.11.2014
<b>Tete</b>	Tete	14	19.12.2015

Fonte primária TVM, 2017.<sup>33</sup>

Desde Junho de 1999, através do satélite, as emissões da TVM são captadas em qualquer ponto de Moçambique, em quase toda a África e em partes da Europa.

A partir dos 2014/2015 o mercado televisivo moçambicano caracteriza-se por um grande dinamismo, e competitividade com a concorrência directa de televisões nacionais de sinal aberto, e ainda a concorrência indirecta de vários provedores de sinal fechado de televisão (**TV Cabo, DSTV, StartTime, Zap e a GoTV**), bem como de outros meios de entretenimento e obtenção de informação, tais como: **jornais, revistas e a própria Internet**. Este cenário alarga o leque de escolha do telespectador, que para além de cada vez mais exigente no que concerne à qualidade do produto televisivo tem várias alternativas de obtenção de entretenimento e de informação. Por isso, a quota de mercado em 100%, que até o início da década de 2000 era detida pela TVM, por exemplo, passou a ser partilhada entre vários canais televisivos.

<sup>33</sup> Paralelamente à estas delegações existem subdelegações de: Sofala – Caia (15.03.2013); Nampula - Nacala Porto (29.04.2011) e Zambézia - Mocuba.

Em 2011, o Governo criou a TMT, liberando, desta forma, as responsabilidades de transmissão às empresas produtoras de conteúdos no processo da TDT, a TVM, particularmente, tem tripla responsabilidade: a) garantir a prestação do serviço público de televisão; b) apoiar a Migração do Sistema Analógico para o Digital, no país, e c) Contribuir para que a TMT se constitua e funcione.

### **3.2. Marco legal**

No quadro das transformações introduzidas pela Constituição de 1990, foi aprovada a Lei n.º 18/91, de 10 de Agosto, conhecida por Lei de Imprensa, a qual estabeleceu, no seu artigo 11.º 1, que a Televisão Nacional (TVE)<sup>34</sup> integra o sector público de imprensa.

Tendo em conta o novo contexto político e legal que regia a comunicação social era necessário definir o quadro jurídico e organizacional em que devia funcionar a Televisão de Moçambique, e adequá-lo aos princípios e normas reguladoras das empresas públicas que constam da Lei n.º 19/94 de 16 de Junho, também conhecida como Lei das Empresas Públicas<sup>35</sup>.

O enquadramento do marco legal da Televisão de Moçambique (TVM) observa cinco fases da evolução que regem o seu funcionamento desde a sua criação, onde se identificam as seguintes Leis e Decretos: Lei n.º 2/81, de 30 de Setembro; Lei n.º 17/91, Decreto de 3 de Agosto; Decreto Presidencial n.º 2/94, de 21 de Dezembro; Lei n.º 6/2012, de 8 de Fevereiro; e Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, que introduzem medidas que procuram responder às mudanças operadas pelo Estado desde a criação da TVM.

Para esta pesquisa centramos a nossa atenção para a Lei n.º 6/2012, de 8 de Fevereiro por ser aquela que rege a TVM durante o período em análise, e na Lei n.º 3/2018, de 19 de Junho, porque começou a vigorar antes do fim da tese, tendo introduzido mudanças que se reflectem tramo final do objecto do estudo. Eis as cinco fases da evolução legal da TVM por ordem cronológica:

---

<sup>34</sup> Refira-se que a Lei 18/91 designa a radiodifusão nacional para se referir a Rádio Moçambique e a televisão nacional para se referir à Televisão de Moçambique.

<sup>35</sup> Moçambique, Lei n.º 19/94, de 16 de Junho

**Primeira fase** - Em 1981, quando nasceu a estatal Televisão Experimental (TVE) foi regida pela Lei n.º 2/81 de 30 de Setembro, que estabeleceu as regras de organização e funcionamento das empresas estatais. Por um lado, as filosofias subjacentes aos princípios consignados na referida lei mudaram pela necessidade de implementação de reformas económico-financeiras, por isso, assiste-se à introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), por outro lado, o regime jurídico aplicável às empresas estatais já se encontrava ultrapassado. Desta forma, o Governo introduziu novos mecanismos jurídicos no sentido de garantir maior eficiência e rentabilidade do sector empresarial público. Em simultâneo, houve oportunidade de mudança de designação das empresas estatais para públicas, que para além do aspecto meramente formal, acarretou profunda alteração na gestão das empresas dotadas de capital do Estado<sup>36</sup>.

**Segunda fase** – Esta fase de regulação das actividades da Televisão de Moçambique data de 1991, à mercê da nova Constituição da República de 1990, que permite a criação da Lei n.º 17/91, de 3 de Agosto, que aprova a Lei das Empresas Públicas. A Constituição de 1990 provocou profundas alterações no aparelho estatal para acomodar a mudança do regime socialista para liberal. Abriu espaço para o exercício dos direitos e liberdades de imprensa e de expressão. As empresas públicas de radiodifusão deixaram de ter o monopólio do mercado, e passaram a dividir o espectro com novas empresas do sector das comunicações.

Uma emissora pública representa a garantia do direito que o cidadão tem de estar informado. As emissoras públicas não ajudam a sociedade apenas a realizar o ideal da imprensa, mas também para um papel contributivo na melhoria da vida dos membros de uma sociedade. Este é o princípio orientador a ser tido em conta em todas as reflexões deste género.

A Lei 17/91, de 03 de Agosto esclarece que “as empresas criadas pelo Estado, com capitais próprios ou fornecidos por outras entidades públicas, realizam a sua actividade no quadro dos objectivos sócio económicos do mesmo”. Iniciavam assim os primeiros passos de separação entre o Estado e as Empresas Públicas. O Artigo 2 da Lei 17/91 dota as empresas públicas de personalidade e capacidade jurídicas, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. No mesmo artigo lê-se que “as empresas públicas são criadas por decreto do Conselho de Ministro que aprova os respectivos estatutos.”

---

<sup>36</sup> (Moçambique. Boletim da República, 30 de Setembro de 1981).

Ao abrigo do Artigo 5, alínea 2 e 3 da Lei 17/91, a denominação das empresas públicas deve ser seguida das palavras [Empresa Pública] ou das iniciais [E.P], assim se encontra toda comunicação empresarial (o nome da empresa seguido das iniciais E.P.) precisamente para distinguir as empresas públicas das estatais pois, muitas mantêm a designação que ostentavam quando estatais. A maioria dos nomes das empresas designa a principal actividade, objecto da sua criação.

**Terceira fase** – Nestes termos, ao abrigo do disposto no Artigo 3, n.º 1 desta Lei, o Conselho de Ministros decretou: Artigo 1. É criada a Empresa Publica denominada Televisão de Moçambique, EP., também designada abreviadamente por TVM-EP e aprovados os respectivos estatutos (...).

Pelo Decreto Presidencial n.º 2/94, de 21 de Dezembro, foi extinto o Ministério da Informação. Desta forma, a Televisão de Moçambique passa para a tutela do Gabinete de Informação – GABINFO<sup>37</sup>.

Em 1994, a Televisão Experimental (TVE) é extinta. Através do Decreto n.º 19/94, de 16 de Junho, foi criada a Empresa Pública denominada Televisão de Moçambique, EP, também designada abreviadamente TVM. E.P e aprovados os respectivos estatutos. A TVM é de natureza pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e contando com 148 trabalhadores (em 1994).

Através do Decreto n.º 31/2000, de 10 de Outubro foi revogado o Estatuto da Televisão de Moçambique, aprovado pelo Decreto n.º 19/94, de 16 de Junho.

**Quarta fase** - A legislação que regula a actividade da TVM E.P. é a Lei n.º 6/2012, de 8 de Fevereiro, que aprova a Lei das Empresas Públicas. Esta Lei revoga a Lei n 17/91, de 3 de

---

<sup>37</sup> GABINFO - Criado pelo Decreto Presidencial n.º 4/95. Tem como principal missão divulgar actividades do Governo, promover o desenvolvimento e contribuir para o cumprimento da Lei de imprensa. O extinto Ministério da Informação foi criado em 1975 à luz dos Acordos de Luzaka assinados entre o Governo Português e a Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO). Era Mandato do então Ministério a Informação defender e difundir a ideologia do Partido no poder, a FRELIMO, como força de vanguarda do povo moçambicano. Tinha também o controlo editorial dos órgãos de comunicação social do sector público, nomeadamente a Rádio Moçambique (RM), o Jornal Notícias (JN) a Agência de Informação de Moçambique (AIM) e o Instituto de Comunicação Social (ICS). O Instituto Nacional do Livro e Disco (INLD), o Instituto Nacional de Cinema (INC) e a Televisão Experimental TVE.

Por força da Constituição da República de 1990, que aboliu o mono partidarismo e instituiu o sistema multipartidário, a democracia e os direitos fundamentais como seja o direito à informação, a liberdade de expressão, foi extinto o Ministério da Informação. [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)

Agosto. A nossa pesquisa decorre e analisa a TVM no período da vigência desta Lei, por isso, nesta fase, debruçámo-nos de forma extensa. Uma das coisas que a Lei prevê é o estabelecimento de um contrato-programa entre o Estado e as empresas públicas. Na base de plano de exploração ou Plano de Negócios, as empresas acordariam com o Estado a garantia de desembolso de um valor para o funcionamento e investimento, uma vez que deixaram de ser empresas estatais. No entanto, durante toda a vigência da Lei 06/2012, nenhuma empresa pública de comunicação social beneficiou do contrato-programa de forma efectiva, ou seja, o Estado não desembolsou quaisquer valores ao abrigo do contrato, fragilizando o seu funcionamento, postura e autonomia no desenvolvimento das suas actividades.

Acima de tudo, a Lei 6/2012 surge marcada pelas preocupações de prever mecanismos de acompanhamento e intervenções governamentais nas actividades das empresas públicas e de assegurar meios eficientes e adequados de gestão dessas empresas. Assim, por um lado, cumpre destacar a evidência de concentração de competências a nível governamental, em particular, no Ministro responsável pela tutela sectorial e no Ministro que superintende a área das Finanças, que vêm reconhecidas amplos poderes de acompanhamento, fiscalização e intervenção na actividade das empresas públicas.

Neste sentido, foram consagrados diversos mecanismos e instrumentos destinados a assegurar a gestão equilibrada das empresas públicas, dos quais sobressai, desde logo, um novo instrumento de planificação, execução e controlo da política sectorial do Governo designado “Contracto-programa”, a celebrar entre os Ministros competentes e a empresa, o qual será estabelecido para um período de quatro anos e que deverá conter, designadamente, o estabelecimento das políticas de desenvolvimento da empresa e a quantificação dos objectivos a alcançar, bem como a explicitação das políticas de investimento e dos critérios do respectivo financiamento (TVM, 2015).

O Contrato-programa é um documento estratégico de gestão financeira previsto por lei, que nunca foi assinado entre a TVM e o Governo, por consequência esta nunca beneficiou de nenhum orçamento coberto nesse âmbito. A razão apontada pelo Estado para não assinar o contrato-programa com as empresas é a sua fraca capacidade financeira (TVM, 2015).

**Quinta fase** - O Parlamento aprovou uma nova Lei das empresas públicas Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece o quadro legal para o Sector Empresarial do Estado, nos termos dispostos no nº 2, do artigo 99 e do nº 1, do artigo 179, da Constituição da República,

conjugado com o artigo 106 da lei nº 7/2012, de 8 de Fevereiro, que aprova a Base da Organização e Funcionamento da Administração Pública (Boletim da República, 19 de Junho de 2018). A Lei 3/2018 de 19 de Junho adopta novos modelos de gestão baseados na meritocracia, assegurando que as empresas públicas procurem de forma estratégica, a satisfação do interesse público. O Artigo nº 2 delimita o âmbito da aplicação da Lei, que se aplica a todo o Sector Empresarial do Estado, abreviadamente designado por SEE. Nos termos do disposto no nº 2, do Artigo 2, pode se ler que: “O sector empresarial do Estado é constituído pelo conjunto das unidades produtivas e comerciais do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas exclusivas ou maioritariamente participadas pelo Estado.”

Havendo a necessidade de combater actos ilícitos no exercício das suas funções, a Lei prevê nos termos dispostos nas alíneas b); c); e); f); g); h) do Artigo 12 promover a transparência e garantir que as empresas públicas são geridas por gestores em obediência a meritocracia, ao serem indicados através de um concurso público e a obediência de auditoria interna e externa. A norma preconiza que a relação entre as empresas públicas e o Governo sejam regulados por via de um contrato-programa sujeito a critérios de desempenho. As empresas deverão apresentar os planos anuais de actividades e os respectivos orçamentos, bem como os relatórios de gestão e as contas do exercício.

O legislador ao destacar o contrato-programa em sucessivas leis mostra reconhecimento da necessidade de o Estado alocar fundos às empresas públicas, com vista a garantir a prestação do serviço público de qualidade conforme proposto e planificado.

De acordo com disposto na Artigo 21 da Lei 3/2018, o Contrato-programa é um acordo celebrado entre o Governo e as empresas do sector empresarial do Estado que visa garantir a cobertura dos custos da componente social do serviço pública prestar, sujeito a aprovação do Ministro que superintende a área financeira. O contrato deve fixar critérios de terminação de subvenções do Orçamento do Estado e suas correlações com os objectivos e metas programadas.

### 3.3. Regulamentação da TVM

O artigo 56 do Estatuto da Televisão de Moçambique – EP aprovado pelo Decreto número 31/2000, de 10 de Outubro, determina a necessidade de elaboração do Regulamento Interno da empresa, o qual, para além de definir a organização estrutural, deverá fixar as principais normas especiais cuja aplicação decorre do objecto da TVM.

O Regulamento Interno, aprovado pela Ordem de Serviço<sup>38</sup> número 13/CA/12, de 24 de Setembro, sistematiza, aperfeiçoa e clarifica o regime aplicável aos trabalhadores, com vista à satisfação dos seguintes objectivos fundamentais:

- ✓ Construir um marco normativo susceptível de tornar claras e acessíveis as normas e procedimentos de pessoal;
- ✓ Construir um guião capaz de orientar todos os dirigentes, chefes e quadros da empresa;
- ✓ Elucidar os trabalhadores da empresa, dos direitos, deveres e garantias;
- ✓ Facilitar as relações internas na empresa e as relações com a envolvente externa, contribuindo para uma melhor eficiência e eficácia da organização.

O Estatuto da TVM-EP, aprovado pelo Decreto nº 31/2000, de 10 de Outubro, diferentemente do que acontecia no anterior Estatuto aprovado pelo Decreto n 19/94, de 16 de Junho, não consagra a existência do Conselho Directivo.

O atual Estatuto estabelece apenas no seu artigo 34<sup>a</sup> obrigatoriedade da nomeação dos Directores Executivos para as grandes áreas da estrutura da empresa, reservando a competência para definir o modo de sua actuação e funcionamento para o Conselho de Administração. O Conselho de Administração reunido na sua 6<sup>a</sup> Sessão Ordinária no dia 16 de Novembro de 2012 deliberou a criação o Conselho Directivo da TVM. O modo da sua actuação e funcionamento consta do Regulamento Interno.

A legislação que regula a TVM apresenta lacunas graves conforme escreve TVM (2015) no seu Plano Estratégico da 2015-2019 (2015). Destaca que, com a entrada em vigor da Lei 6/2012, de 8 de Fevereiro, o Decreto 31/2000, de 10 de Outubro que aprova os Estatutos, encontra-se desfasado, assim como o Regulamento Interno encontra-se desajustado, O Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros de 1999 encontra-se desajustado à

---

<sup>38</sup> TVM - Ordem de Serviço número 13/CA/12, de 24 de Setembro.

realidade. A Empresa não possui Contrato-Programa<sup>39</sup> com o Governo, previsto no artigo 35 do estatuto da TVM, condição para o exercício cabal das suas tarefas. Ou seja, o funcionamento das empresas públicas de comunicação (RM e TVM) não observa um conforto na sua gestão encontrando a contratação de publicidade como condição para fazer face algumas despesas.

O Plano Estratégico TVM -2015-2019, por sinal, o primeiro documento orientador, dá primeiros passos rumo à uma boa gestão da coisa pública, ao se revestir de informação bem elaborada e estruturada. Trata-se de um documento produzido internamente, que analisa a vida da televisão frontalmente e independente, bastante crítico e realístico, nutre bastante esperança aos técnicos, de verem alterado o cenário da empresa, caracterizado por uma burocracia acentuada, de uma gestão danosa que desencadeou um desconforto generalizado causando uma desmotivação interna, que o documento aponta como factor de baixa qualidade.

### **3.4. Estatuto da Televisão de Moçambique E.P.**

O Estatuto da TVM foi aprovado pelo Decreto nº 31/2000, de 10 de Outubro. Em conformidade com o disposto no artigo nº 2, do Estatuto da Televisão de Moçambique, esta tem âmbito nacional e a sua sede na cidade de Maputo, podendo sempre que o exercício da sua actividade o justificar abrir delegações em qualquer local do território nacional ou no estrangeiro.

A Lei de Imprensa atribui a esta estação televisiva o dever de prestar um serviço público de radiodifusão televisiva, transcrito para o estatuto da TVM como primeiro objecto. Em segundo lugar, a TVM prosseguirá através da transmissão de imagens e sons, efectuada por meio de ondas electromagnéticas, propagando-se no espaço, ou por meio de cabos,

---

<sup>39</sup> Contrato Programa. No Decreto 31/2000 que aprova o estatuto da TVM lê-se que as actividades da TVM-EP são inscritas em contrato-programa celebrado por um período mínimo de três anos, entre o Ministério do Plano e Finanças, a Entidade de Tutela e o Presidente do Conselho de Administração da Empresa. Assim, o contrato-programa define: as orientações estratégicas da empresa; os objectivos globais da expansão e cobertura da rede de radiodifusão televisiva no país; as grandes orientações sociais, económicas e financeiras da empresa, em especial a massa salarial, os investimentos e as necessidades de financiamento; o princípio de aplicação e apreciação dos resultados esperados e a natureza dos indicadores correspondentes.

destinados à recepção directa pelo público em geral. A TVM poderá dedicar-se a actividades comerciais bem como a outras complementares ou afins do seu objecto estatutário, devendo para efeito tomar todas as medidas necessárias com vista à cobertura televisiva a nível nacional, conforme os números 1, 2, 3 e 4 do artigo 4 do Estatuto da TVM.

A Lei de Imprensa abre espaço para boas práticas de jornalismo em Moçambique sem censuras, assim, as empresas públicas de radiodifusão (RM e TVM) criaram uma, estatuto próprio que prevê direitos e liberdades de participação.

Pela natureza, gestão e fontes de financiamento dos órgãos de radiodifusão pública em Moçambique, a grelha de programação da TVM regista um desequilíbrio em matérias da participação da elite política. Um estudo conduzido pela própria televisão, que culminou com a elaboração do Plano Estratégico, 2015-2019, revela que a TVM é excessivamente oficial e governamental (TVM, 2015). Neste documento lê-se que a TVM, com a entrada do sector privado na indústria de comunicação social, ela tem vindo a perder a liderança das audiências em certos espaços da sua grelha de programação de maior procura, quedando-se pelos noticiosos (Telejornal (20h00 -21h00), Bom dia Moçambique (06h00 – 08h00) e Primeiro Jornal (13h:00 – 14h00)).

Por um lado, as críticas às empresas públicas de comunicação social nomeadamente (TVM e RM) são cada vez mais presentes devido ao excesso da presença de figuras do governo nas peças destes canais (Nhanale, 2017). Este facto é mais notório na TVM porque as suas matérias são televisionadas, e os cidadãos vêem e comentam, mesmo os que não percebem nada do que se trata, interpretam as imagens e os vídeos, isso produz um impacto forte nas sociedades. A televisão é um *show* pela capacidade de agregar no mesmo conteúdo (imagens, som e texto). Não se denota um equilíbrio da presença dos partidos políticos nesta estação.

Por outro lado, é importante notar que a TVM, desde o início das suas actividades na década de 1981, ela granjeou simpatia pelos moçambicanos, sobretudo enquanto operadora única, com uma orientação clara na sua linha editorial, uma televisão estatal (Miguel, 2008).

A função principal da Televisão de Moçambique, Empresa Pública, é produzir e emitir programas informativos, recreativos e culturais que tenham em consideração os interesses, necessidades e aspirações dos moçambicanos. Para cumprimento integral destas obrigações, torna-se necessário definir claramente a política editorial que orienta esta estação televisiva.

Assim, o Conselho de Administração da TVM, reunido na sua V Sessão Ordinária, no dia 24 de Agosto de 2001, deliberou a aprovação do Estatuto Editorial<sup>40</sup> da TVM, E.P. nas linhas abaixo:

- ✓ A Televisão de Moçambique (TVM) é um órgão de comunicação social cujo objecto principal é a prestação do serviço público de difusão televisiva;
- ✓ TVM guia-se, no âmbito da sua actividade, pelos princípios consagrados na Constituição quanto à liberdade de imprensa, pela legislação atinente à comunicação social e pelos estatutos da Empresa;
- ✓ TVM considera que a existência de uma opinião pública informada, activa, interveniente e participativa é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, sem fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião;
- ✓ TVM orienta-se pelos princípios deontológicos da comunicação social e pela ética profissional dos jornalistas;
- ✓ TVM pratica um jornalismo baseado em critérios de rigor profissional e criatividade editorial;
- ✓ TVM pugna por uma informação actual, verdadeira e mais completa possível;
- ✓ TVM aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividades e correspondendo aos interesses de um público plural.
- ✓ TVM estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos sectores de actividade;
- ✓ TVM privilegia, nos seus espaços informativos, assuntos nacionais ou acontecimentos internacionais com impacto na vida do País;
- ✓ TVM participa na promoção do desporto cobrindo as diversas actividades, a nível nacional e internacional e divulgando a prática das diferentes modalidades desportivas
- ✓ TVM divulga as actividades dos poderes legalmente constituídos no interesse público e com base em critérios profissionais;

---

<sup>40</sup> Televisão de Moçambique. Estatuto Editorial. TVM-EP, Ordem de Serviço N°23/CA/2001 de 19/11/2001.

- ✓ TVM encoraja a busca de soluções para os problemas nacionais, através do debate franco e aberto de ideias e no diálogo entre os cidadãos;
- ✓ TVM prioriza na sua programação matérias de produção nacional;
- ✓ TVM colabora com instituições públicas, organizações sociais e religiosas na promoção de iniciativas visando a educação cívica e o desincentivo de comportamentos anti-sociais;
- ✓ TVM baseia-se na lei e no senso comum no tratamento de assuntos e imagens violentas ou de índole moral;
- ✓ TVM privilegia na sua programação temas de educação formal ou informal, particularmente de crianças e jovens;
- ✓ TVM dedica um espaço central à divulgação das diversas manifestações culturais do País, tais como: música, dança, teatro, literatura e arte;
- ✓ TVM respeita o direito dos cidadãos ao tratamento igual e justo, independentemente da sua condição social, raça, origem geográfica, grupo étnico, confissão religiosa ou filiação partidária;
- ✓ TVM valoriza a mulher pelo seu lugar na sociedade e papel desempenhado na família e no desenvolvimento social e económico no País;
- ✓ TVM rejeita a exploração gratuita e abusiva da mulher e da criança, particularmente em programas publicitários;
- ✓ TVM valoriza as línguas moçambicanas, como meio fundamental de comunicação para a grande maioria dos cidadãos e contribui para o seu uso e desenvolvimento;
- ✓ TVM participa na divulgação de programas que promovam a saúde e a preservação do meio ambiente.
- ✓ TVM trata de qualquer assunto de interesse público independentemente de quaisquer compromissos comerciais;
- ✓ TVM apenas veicula propaganda partidária nos períodos eleitorais, nos termos da lei.

A TVM é um canal de televisão generalista, que exhibe todo o tipo de programas, cuja programação se destina a todo o tipo de público.

Pela dinâmica do mercado televisivo, caracterizado por crescimento de canais independentes e comerciais, aliado à necessidade de conquistar novas audiências através de conteúdos mais interativos, a TVM criou, em Março de 2012, o canal 2, também designado TVM2<sup>41</sup>, que cinco anos depois é extinto, para dar lugar ao canal Internacional, designado TVM INTERNACIONAL.

### **3.4.1. Estrutura Orgânica da TVM**

A estrutura que abaixo se apresenta mostra a forma como a TVM.E. P se encontra organizada de forma hierárquica e comunicacional. Esta estrutura define como é feita a gestão das suas actividades e a comunicação entre os seus sectores, visando atingir os seus objectivos estratégicos.

Em primeiro plano, encontram-se os órgãos da TVM compostos por: a) Conselho de Administração e b) Conselho Fiscal. De acordo com o disposto no artigo 23, do Estatuto da TVM aprovado pelo Decreto nº 31/2000, de 10 de outubro, compete ao Conselho de Administração (CA) todos os poderes necessários para assegurar a gestão e o desenvolvimento da empresa.

Ao Conselho Fiscal (CF) compete verificar se os actos do CA são conforme com à Lei, estatutos e demais normas aplicáveis.

O Conselho de Administração integra um Presidente e cinco Administradores, três dos quais executivos - com pelouros, um não executivo eleito pelos trabalhadores e um administrador representante do Estado - Ministério da Economia e Finanças, ambos sem pelouro, conforme o artigo 20 do estatuto da TVM. O mandato dos membros do CA tem a duração de três anos e poderá ser renovado por igual período.

A TVM possui a seguinte estrutura orgânica

- ✓ Órgão deliberativo e órgãos executivos;
  - O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da TVM
- ✓ Os órgãos executivos são:
  - PCA;

---

<sup>41</sup> Ver detalhes da criação do canal 2, mais adiante, no subtítulo “Diversificação da produção de conteúdo”

- Administradores;
- Direcções;
- Departamentos e
- Centros de Televisão Provinciais.

O Conselho de Administração tem seis membros, designadamente:

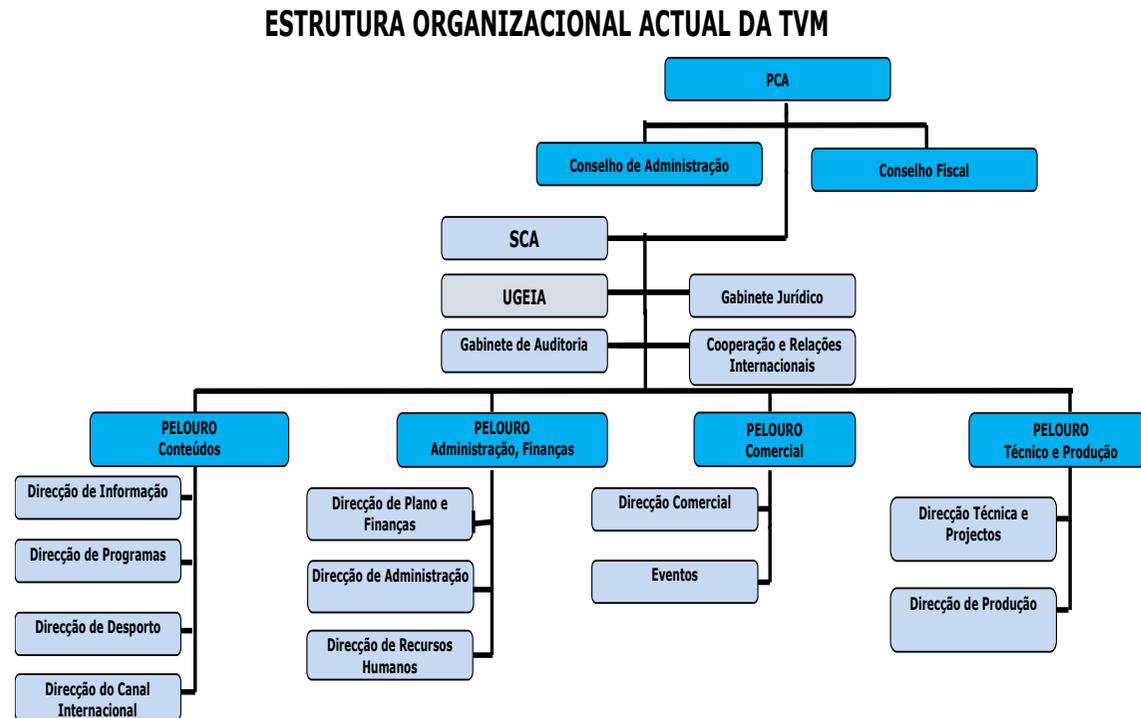
- ✓ Presidente;
- ✓ Cinco Administradores:
  - Três executivos;
  - Um representante do Estado;
  - Um eleito pelos trabalhadores.

O Presidente do Conselho de Administração toma posse perante o Primeiro-Ministro, e os restantes membros dos órgãos da TVM perante a entidade de tutela da comunicação social (Artigo 21 da do Estatuto da TVM). Por este artigo depreende-se que o PCA da TVM responde directamente ao Primeiro-Ministro, e que a sua nomeação é feita ouvido o órgão de tutela, o GABINFO. Tendo em conta que a principal missão do GABINFO é divulgar actividades do Governo, promover o desenvolvimento e contribuir para o cumprimento da Lei de imprensa, fica evidente a que o exercício das actividades da TVM é essencialmente governamental. Para um País governado pelo mesmo partido político há 40 anos, tendo somado vitórias sucessivas nas eleições multipartidárias desde 1994, também fica clara a dificuldade da TVM de trazer com equilíbrio das elites políticas, que critica as acções do Governo.

Este Conselho de Administração é por sua vez assessorado por um Gabinete do Conselho de Administração, Gabinete Jurídico, Auditoria Interna, Coordenação dos CTPs, Departamento de Protocolo e Relações Públicas e o Assessor Editorial.

A comunicação entre os trabalhadores e áreas é feita através do princípio escalar, principalmente no topo, face à centralização das decisões e autoridade. A comunicação é lenta e sujeita a perturbações e distorções, devido ao facto de ter que obedecer rigidamente à escala hierárquica. Há burocracia excessiva na tramitação dos processos o que faz com que as decisões sejam tomadas de forma lenta (TVM, 2015).

Figura n. 2. Organograma Institucional<sup>42</sup>



<sup>42</sup> Organograma saído do último III Conselho Consultivo da TVM, realizado em Chidenguele, nos dias 24 e 25 de Abril 2019. Documentos não publicados.

### 3.4.2 TVM Internacional

A televisão pública nacional tem um segundo canal, a TVM INTERNACIONAL, igualmente generalista, que tem por objectivo a veiculação da imagem de Moçambique além-fronteiras.

O contexto em que surge o canal Internacional da TVM, à semelhança do extinto Canal 2 é político e não resulta da capacidade ou mera iniciativa da marca de se expandir e conquistar novos mercados, é sim, pelo facto de operadores privados prestarem um serviço público além-fronteiras, antecipando-se ao canal público. Portanto, no panorama audiovisual, ao se encontrar operadores privados de televisão a transmitir, tanto em sinal aberto como em plataformas pré-pagas, oferecendo conteúdos sobre Moçambique, além-fronteiras, impulsionou ao Governo a agilizar a criação da TVM Internacional lançado no dia 07 de Abril de 2017. Fecha-se assim, a lacuna da ausência do operador do serviço público (TVM) no mercado de difusão de conteúdos além-fronteiras.

No contexto geral, o investimento no canal internacional tem que ver com a necessidade de responder dentre vários desafios: a) ao aumento da demanda de conteúdos sobre Moçambique, no seio da sua diáspora e da opinião pública internacional; b) o facto de se oferecer conteúdos através de fornecedores não sistematicamente organizados para projectarem a imagem de Moçambique; c) e porque na lógica dos canais internacionais, a grelha de programas que privilegia a boa imagem, assente no bom jornalismo (TVM, 2017)<sup>43</sup>.

A entrada tardia da TVM na arena internacional resulta da fraca capacidade financeira e o processo da tomada de decisões para investimentos no sector público. A TVM possui quadros com bastante experientes e altamente qualificados, recursos técnicos e tecnológicos, parcerias com várias instituições nacionais e internacionais.

São objectivos do canal internacional<sup>44</sup>: a) Divulgar a realidade social, política, cultural e desportiva de Moçambique além-fronteiras; b) Prestar um serviço televisivo de alto

---

<sup>43</sup> Projeto da criação do canal internacional, apresentado 2017 na Cidade da Matola pelo director de programas.

<sup>44</sup> (TVM, 2017).

nível de qualidade informativa sobre a actualidade do país; c) Apresentar uma programação diversificada e identificada com os valores da moçambicanidade.

A criação do canal internacional representa um custo adicional conforme vimos antes; como forma de suavizar, estrategicamente, a televisão seleccionou numa primeira fase os melhores programas e conteúdos da TVM e da extinta TVM2, e se propõe um desafio na sua (missão, visão e valor)<sup>45</sup> (TVM, 2017).

No quadro legal, a titularidade da propriedade da TVM, E. P., detentora, igualmente, da marca TVM Internacional, possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A TVM lançou o seu Canal TVM Internacional, no dia 7 de abril de 2017, depois das necessárias autorizações (do Instituto Nacional de Comunicação (INCM), responsável pelo espectro e do Gabinete de Informação (GABINFO), instituição que tutela a comunicação social em Moçambique).

A TVM reserva-se o direito de veicular através do canal internacional conteúdos nacionais dos diversos serviços televisivos, observando-se, sempre, o disposto nos Estatutos da Empresa quanto à programação, na Constituição da República, no que diz respeito aos objectivos e limitações que o sector da Comunicação Social observa em Moçambique.

O perfil da programação é baseado em conteúdos generalistas, com forte incidência na informação, entretenimento, cultura, desporto, música e ficção nacional, a TVM Internacional é um canal de serviço público que aposta nos melhores programas produzidos pela TVM e outros produtores de conteúdos. Outro desafio da nova emissão é difundir programas com os quais os moçambicanos melhor se identificam.

Em relação a plataforma de transmissão, o canal herdou os meios do extinto Canal 2. O processo de transmissão é feito por sinais provenientes directos dos Estúdios 1 e 2 e do

---

<sup>45</sup> **MISSÃO:** Veicular a imagem de Moçambique no exterior, informando, formando e entretendo as comunidades moçambicanas; oferecer uma alternativa fiável de acesso a informações atuais, diversificadas e de qualidade sobre a realidade do país; reforçar a identidade dos moçambicanos.

**VISÃO:** Ser o canal por excelência dos moçambicanos na diáspora; ser referência enquanto plataforma global de comunicação.

**VALORES:** Com um património audiovisual de inigualável riqueza e importância histórica, a TVM INTERNACIONAL: participa do reforço da coesão e identidade nacionais; afirma a consolidação da unidade nacional, paz, soberania, democracia e estabilidade política, económica, social e cultural; reafirma valores culturais, hábitos e costumes nacionais de forma transversal.

exterior, através da Central Técnica. As emissões da TVM no geral são feitas através do segmento espacial no *INTELSAT 906 a 64° E*. A TVM INTERNACIONAL, é transportada em sinal fechado nas plataformas pré-pagas como: DSTV, ZAP, StarTimes, TMT e TV Cabo<sup>46</sup>. Igualmente, à semelhança da TVM, este canal internacional é transmitido via *live tv streaming on demand* e outros conteúdos *on demand*.

A TVM ao fechar o Canal2 deixou para a concorrência todos os cidadãos que encontravam naquele canal público conteúdos feitos de jovens para jovens, embora os *media* no geral estejam concentrados nas principais cidades moçambicanas.

Portanto, quer ao nível do CTC como a nível do CTP, as relações formais que se estabelecem tendem levar à rigidez e inflexibilidade da empresa, o que constitui um obstáculo à inovação e à adaptabilidade a novas situações. Ainda no tocante ao modelo organizacional constatou-se uma fragilidade na supervisão e monitoria das actividades das áreas.

A nível de conteúdos, a TVM privilegia os espaços de informação de actualidade e da participação do cidadão em programas interactivos, nomeadamente: Educação, Infra-estruturas, Programas sobre Desenvolvimento Institucional, Boa Governação, Legalidade e Justiça, Desenvolvimento Económico, Cultura, Desporto, Género e Juventude (TVM, 2015).

### 3.4.3. Programação

O artigo nº 9 do Estatuto da TVM reserva a esta estação a competência de decidir sobre a composição da grelha dos seus programas. “Uma dor de cabeça que não acaba”. Palavras do autor. Todo o esforço da televisão fica gorado na dificuldade de encontrar uma grelha que satisfaça os interesses públicos no verdadeiro sentido, pelo disposto no Capítulo VI, dedicado ao órgão da empresa.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Folha de Maputo, (2017, April 4) A Televisão de Moçambique (TVM) lança canal Internacional. Disponível em: <https://moznews.co.mz/2017/04/04/televisao-de-mocambique-tvm-lanca-canal-internacional/>

<sup>47</sup> Conferir os artigos 20; 21; 30; 33; e 34.

Para a realização das finalidades que lhe são estatutariamente cometidas, deverá a TVM produzir e emitir programas informativos, recreativos e culturais, que tenham em atenção os interesses, as necessidades e as aspirações da população e que permitam, designadamente<sup>48</sup>:

- a) Proporcionar uma informação actual, isenta, rigorosa e completa sobre os factos da realidade nacional e internacional;
- b) Diversificar a programação, tendo em atenção a realidade das diversas regiões do país;
- c) Promover a divulgação da língua, música e cultura moçambicana através de programas didáticos, culturais e recreativos;
- d) Contribuir para a integração na sociedade de minorias ou grupos específicos como os de criança e jovens atentas as componentes educativas e recreativas;
- e) Promover, com regularidade, a informação desportiva e estímulo pela prática de desportos;
- f) Assegurar, em sintonia ou em colaboração com os serviços responsáveis, a educação cívica e o desincentivo dos comportamentos antissociais.

Ainda nas finalidades, é proibida a transmissão de programas e mensagens que:

- a) Envolvam desrespeito às leis ou ponham em causa a segurança do Estado, a ordem pública e os bons costumes;
- b) Incentivem comportamentos que atentem contra a unidade nacional;
- c) Incentivem o desrespeito pelo meio ambiente, pelos animais e pela flora.

A produção de conteúdo é uma questão crucial que tem sido a maior dor-de-cabeça para as produtoras, devido aos elevados custos envolvidos em cada operação, tornando uma discussão obrigatória quando se aborda a televisão em ambiente digital, razão pela qual deverá passar por grandes transformações no que diz respeito ao seu processo metodológico na cadeia de produção de conteúdos.

A evolução tecnológica é determinante para a migração digital, porque fornece o equipamento necessário para tornar possível o estágio dos diferentes processos do

---

<sup>48</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento Corporativo da TVM. E.P 2015-2019.

analógico para digital, mas brilharão aqueles que melhor souberem tirar o seu máximo proveito dela.

#### 3.4.4. Cadeia de produção

A cadeia de produção televisiva da TVM compreende os estudos centrais da TVM em Maputo, 10 estúdios de menor dimensão localizados nos Centros Provinciais de Televisão (CTP's) que funcionam respectivamente nas 10 capitais provinciais e três carros estúdios.

Ao nível dos CTP's nota-se uma estrutura cuja actuação é equiparada a nível da direcção, não se tratando de uma representação propriamente dita, o delegado da TVM na província, é equiparado a figura do director adjunto. O seu campo de actuação é limitado, cingindo-se apenas na obrigatoriedade dos CTP's produzirem conteúdos para a programação geral e da província em particular.

A instalação e manutenção dos CTP's representam uma grande vantagem na produção de conteúdos pois, por um lado a TVM já está lá, por outro lado, oferece um espaço de participação local para assuntos específicos, para além do factor linguístico de modos a abranger maior número da população que não fala a linha nacional.

Ao CTP ainda se reserva o papel de correspondente e não de representação da empresa no seu todo, pesa embora alguns já estejam estruturados nessa perspectiva (TVM, 2015).

Outro campo de debate sobre a produção de conteúdos é trazido pela (SADIBA, 2017)<sup>49</sup> que adaptamos para a TVM porque encontramos muita similitude. Do estudo entendemos que este debate conduz-nos a uma reflexão de que a discussão da produção

---

<sup>49</sup> **SADIBA** (the Southern African Digital Broadcasting Association) is a voluntary industry forum dedicated to promoting the co-ordinated market driven introduction of digital broadcasting technologies in the Southern African region. Aliás, a SADIBA é considerada principal centro de conhecimento em transmissão digital que influencia significativamente a introdução bem-sucedida de tecnologias digitais que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

de conteúdo televisivo deve observar toda a cadeia: desde pré-produção, aquisição e produção, a pós-produção, e a sua distribuição, armazenamento e reutilização.

Elegemos estes itens por considerar que a abordagem da televisão digital terrestre tem eco quando se procura completar o ciclo da cadeia de produção, porque estes elementos se interligam numa espécie de interdependência, onde a fragilidade de um condiciona o sucesso dos demais. Aliás, a digitalização televisiva não é somente a tecnológica e preciso encontrar benefícios sociais. Assim, são avançados quatro elementos que em seguida se destacam:

a) – Pré-produção - os pesquisadores, produtores e editores de conteúdos usam sistemas baseados em computador para iniciar o ciclo do programa, planificação e preparação *off-line*. Desta forma, todas as discussões havidas ao longo da planificação da pré-produção ficam em princípio, registadas e armazenadas, facilitando a sua consulta e alterações sempre que necessário for, para além de facilitar o envolvimento de outros membros de equipa localizados em qualquer lugar.

Na TVM, a maioria dos materiais de arquivo de vídeo está em formato analógico no presente, e isso certamente se aplica à maioria da África. O acesso a este material analógico é muito demorado para além do perigo da sua degradação. Alguns materiais estão perdidos devido a falta de equipamento compatível para leitura e captação. A operação de recuperação do material analógico é onerosa, por vezes para materiais degradados que não justificam o investimento.

b) – Aquisição e Produção – TVM nos processos de produção utiliza uma grande variedade de análises e equipamento digital, geralmente controlado manualmente em tempo real, com diferentes graus de assistência automatizada. Mas ainda é basicamente um processo analógico. Equipamento de conversão é necessário para alterar ou reproduzir material de formato digital. Nas notícias, as equipas da redação central, das delegações provinciais, da (África do Sul inclusive)<sup>50</sup>, já enviam as peças em formato digital, a emissão por sua vez, converte o digital em analógico. Nas publicidades, as equipas das TVM-Comercial, utilizam duas câmaras (uma digital 4K e uma analógica), as mesas de montagem são usadas digitais (software - Final Kat). Mas, à semelhança das notícias, enviam a publicidade em cassetes, recentemente em disco externo, porque

---

<sup>50</sup> A TVM instalou uma Delegação na RSA, em 2014, alocando um Jornalista e um Cameraman.

existem ainda colegas que só operam em ambiente analógicos. A publicidade da agência passa pelo mesmo processo, embora recebido por email ou flash, o seu alinhamento obedece os mesmos tramites.

c)– Pós-produção – A maioria das pós-produções na África do Sul, pelo menos, é digital. A SADIBA aponta para a eficiência no fluxo de trabalho através de transferência de material mais rápida do que em tempo real e no acesso a conteúdo armazenado centralmente. As redes ATM e Ethernet são implantadas para distribuir conteúdo no ambiente de pós-produção. Já na TVM, ainda analógica, esta apreciação é futurista.

d)– Distribuição – A maioria da distribuição de vídeo de transmissão na África anglófona é feita no formato analógico PAL-I (SADIBA, 2017). A tecnologia de micro-ondas ou ATM é usada para expandir esse material para as estações de transmissão terrestre. Alternativamente, existem ligações ascendentes para o satélite. Em Moçambique, essa será da responsabilidade da TMT.

Ao abrigo do disposto na Lei 6/2012, das empresas públicas, a televisão desenvolve parte da sua produção à coprodução. Por outro lado, está avançada na digitalização das suas unidades de produção.

#### **3.4.4.1. Diversificação da produção de conteúdo**

Na Televisão de Moçambique verifica-se que o custo com o pessoal representa mais de 65% da despesa de funcionamento (custos de estrutura) o que significa que se gasta mais com remunerações do que com a produção ou com os meios de produção (TVM, 2015). Aqui questiona-se a essência do negócio da TVM. O custo com pessoal é considerado um custo fixo e está directamente associado às vendas, o que significa que a contratação de mais pessoal deve ser condicionada ao aumento do volume de vendas e, não havendo vendas, o custo com o pessoal deve ser reduzido (TVM, 2015).

A Lei das empresas públicas recomenda a necessidade de autossustentabilidade das empresas, para tal prevê a assinatura do Contrato-Programa entre o Governo e as empresas públicas, que preconize entre outros a criação de unidades comerciais como

uma das formas de maximização e diversificação das receitas das Empresas. Foi a contar com o contrato-programa que TVM criou o Canal 2, também designado abreviadamente como TVM2 em março de 2012 (TVM, 2015). A visão era fazer da TVM2 um canal competitivo no mercado, um meio de comunicação, por excelência, orientado para a recreação, desporto nacional e internacional, ficção, humor e economia. Nesse sentido, esperava-se que o Canal2 contribísse para elevar as receitas da TVM, concorrendo com os canais privados existentes, enquanto a TVM1 cumpre a sua função pública.

A TVM2 operava no mercado em sinal aberto, era vista nas cidades de Maputo, Beira, Nampula e Nacala e noutros pontos, somente por via de canais fechados como a TV Cabo<sup>51</sup>, Zap<sup>52</sup> e Startimes<sup>53</sup>. O Canal 2 não conseguiu conquistar espaço, conforme era expectativa e pouco contribuiu com receitas significativas para a TVM. Por outro lado, cerca de 65% dos conteúdos eram partilhados com o Canal1, o que, ao olho do mercado, oferecia pouca diferenciação entre a TVM2 e a TVM1, resultando tal facto numa pouca atractividade do canal ou ausência de coisas novas (TVM, 2015). O plano estratégico 2015-2019 aponta como principais razões de falta de expressão deste canal as seguintes: a) A fraca cobertura territorial, que não satisfaz os anunciantes com desejo de levar a sua mensagem para um grande número de pessoas; b) Falta de implementação de um modelo de gestão Autónoma (Operacional, Conteúdos, Recursos Humanos, Recursos

---

<sup>51</sup> A TVCABO, marca pioneira na distribuição de dados e conteúdos por cabo no continente africano, é detida pela Telecomunicações de Moçambique-TDM-EP e pelo Grupo Visabera, reconhecidos especialistas na área de telecomunicações. A TVCABO iniciou a construção da sua rede em Moçambique em 1995 na grande cidade de Maputo. (<https://www.tvcabo.mz>).

<sup>52</sup> Zap – Distribuidora de televisão por satélite, presente em Moçambique desde 2011. Lidera a distribuição de canais com conteúdos em português (<http://www.zap.co.mz/sobre-a-zap/a-zap>). A DSTV e a Zap TV funcionam no sistema Direct to Home-DTH (direto para casa). É uma modalidade de transmissão de informação que encaminha o sinal de TV por assinatura ao ponto de recepção do consumidor, passando os dados pelo satélite e recebidos por receptores, com auxílio de antenas parabólicas (Miguel, 2015)

<sup>53</sup> Startimes StarTimes Media (Moçambique) Co., Ltd é uma *joint venture* estabelecida pela StarTimes e Focus 21 Moçambique. Desde que obteve a sua primeira licença de operação de TV digital em Ruanda em 2007, a StarTimes estabeleceu a construção da plataforma de transmissão de TV digital na Nigéria, Tanzânia, Guiné, Uganda, Quênia, Burundi e África Central e o projeto em Moçambique e Senegal. Na África, a StarTimes adotou a tecnologia DTV para estabelecer uma plataforma de transmissão de TV digital sem fio, multifrequências e multicanal, poderosa, aberta e segura. Combinando satélite com terrestre, opera serviços de TV paga e TV móvel, vende produtos de terminais e fornece serviços de transmissão de sinais para estações de TV públicas e comerciais (<http://en.startimes.com.cn/projectbrief/index.htm>).

Financeiros, Equipamentos, e infra-estruturas); e c) Pouco intercâmbio e parceria com canais similares de outras estações.

De entre outras lacunas, a natureza do Canal 2 assemelhava-se à de uma direcção dentro da TVM. Era (mais) um centro de custos, não possuía autonomia financeira. Funcionou com pouca clareza em termos da sua hierarquia e subordinação na empresa. Assim, todos os recursos necessários para o seu funcionamento provinham da TVM1. Consequências, importou a cultura organizacional do canal mãe, embora com algumas equipas de jovens muito proactivas, sobretudo de colaboradores não efectivos, que impunham um dinamismo, mas sem grandes resultados por falta de espaço e incentivos. Aliás, como dissemos, o funcionamento do canal obedecia totalmente às regras do canal mãe, com uma “buropatologia” político partidário (TVM, 2015).

A TVM2 serviu de viveiro para a criação e lançamento de novos conteúdos e talentos (apresentadores e criativos), tendo sido uma prática constante a sua transferência para o Canal 1. Esta prática fragilizou e descaracterizou o canal que nunca se afirmou no mercado, de tal sorte que em novembro de 2016, o Governo solicita a TVM propostas para dinamizar a TVM2. O resultado dessa reflexão foi a transformação da TVM2 num Canal Internacional. Assim, no dia 5 de dezembro de 2016, a TVM realiza na Matola, um seminário sobre a criação do Canal Internacional da TVM, de onde saíram orientações – ver o relatório ou ordem de serviço (TVM, 2015).

#### **3.4.4.2. Fontes de receitas**

A Lei 3/2018, de 19 de junho, coadjuvado com o Decreto 31/2000, de 10 de Outubro, consagra como receitas e rendimentos para a empresa pública como sejam: as receitas resultantes da sua actividade; rendimento dos bens próprio; o produto das receitas de publicidade e actividades comerciais que lhe sejam lícitas; os dividendos recebidos pela sua participação no capital de outras sociedades; as participações, dotações e subsídios do Estado e outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Igualmente, o produto de alienação ou oneração de bens próprios e quaisquer outros rendimentos ou valores que provenham do exercício da sua actividade que, por lei ou por outro contrato lhe devam apresentar.

A obtenção de receitas é regida por regulamentos e normas com vista a assegurar um bom funcionamento e a sua relação com outras entidades. A venda de espaço de publicidade<sup>54</sup>, a troca de serviço<sup>55</sup>, e o apoio à produção<sup>56</sup> são práticas comerciais regulamentadas na TVM que produzem resultados que garantem a sua sustentabilidade. A publicidade é a forma mais expressiva de obtenção de receitas TVM através da venda do espaço publicitário.

As receitas em publicidade derivam das seguintes frentes: contratos institucionais; agências de publicidade; publicidade directa; produção de publicidade e vídeos.

---

<sup>54</sup> A Contratação da publicidade a difundir pela TVM rege-se por normas gerais de contratação de publicidade aprovadas pelo conselho de Administração da TVM-EP em 07/07/2008, pelo Regulamento de Publicidade em vigor na TVM, pela legislação aplicável, designadamente à Lei de Imprensa e outros diplomas pertinentes.

<sup>55</sup> As trocas de serviços na TVM regem-se através de um Regulamento das trocas de serviços aprovado pelo Conselho da Administração da TVM em 13 de /09/2016. O Regulamento escreve: Por troca de serviço entende-se as transacções efectuadas ao abrigo de um contracto, entre a TVM e uma entidade que é simultaneamente cliente e fornecedor; A troca de serviços é um processo da TVM, de carácter interno e excepcional; as trocas de serviço têm como objectivo garantir a prestação de um serviço ou o fornecimento de um bem à TVM, mediante o pagamento não monetário e a prestação, pela TVM, de contrapartidas publicitárias ou de outra natureza.

<sup>56</sup> Segundo Regulamento de Apoio à Produção que versa sobre esta matéria, aprovado pelo CA da TVM em 21 de Marco de 2017, entende-se por Apoio à Produção, para efeitos do mesmo Regulamento, a ajuda de pessoas singulares ou colectivas que não exerçam a actividade televisiva ou de produção de obras audiovisuais na produção de quaisquer obras audiovisuais, programas, reportagens, serviço noticioso, rubricas ou outros programas, para a sua difusão na TVM, sem envolver quaisquer desembolsos em numerário e sem fins comerciais. Destaca dois objectivos: primeiro – o apoio do terceiro visa assegurar à TVM-EP condições necessárias à produção e difusão televisiva de quaisquer obras audiovisuais, programas, reportagens, serviço noticioso, rubricas ou outros. Segundo – Apesar de o apoio à produção não ter como finalidade principal a actividade publicitária, ela envolve a possibilidade de o terceiro fazer a promoção do nome, marca ou imagem bem como das suas actividades, bens e serviços. O apoio à produção pressupõe a anuência e acordo bilateral entre a TVM-EP e terceiro, na prestação, por este, de ajuda à TVM-EP na produção e difusão de qualquer programa televisivo. A ajuda a ser prestada por terceiro à TVM-EP não envolve o desembolso de recursos em numerário, sendo efectuado mediante prestação de facto.



## CAPÍTULO IV

### 4. POLÍTICA DE DIGITALIZAÇÃO DA TELEVISÃO POR ONDAS NA SADC

#### 4.1. Notas Introdutórias

O advento da radiodifusão digital é a realidade que todos os países do mundo enfrentam e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em inglês, *Southern Africa Development Community*, SADC, destaca-se ao seu ritmo. Embora a maioria dos Estados Membros não tenham concluído os seus processos de migração da radiodifusão analógica para digital dentro dos prazos, é confortante saber que estão todos engajados. Segundo um relatório da ITU 2016, 66 países no mundo concluíram a Migração Digital enquanto 66 estavam em andamento, 61 desconhecidos e 14 não iniciados<sup>57</sup>. Existem desafios comuns que os Estados Membros da SADC enfrentam com relação ao financiamento, definição de políticas digitalização, ao lançamento das redes e à disponibilização dos Set-Top-Box.

Depois dos Estados Membros da SADC falharem a data de transição da UIT em Junho de 2015, resta partilharem experiências, em benefício da região, uma aposta na produção de conteúdos atraentes, de cultura local, que produzam demandas de conteúdos regionais, uma tarefa difícil. O secretariado executivo da SADC tem vindo a encorajar a *media* a produzir histórias que promovam a integração regional ([www.sadc.int](http://www.sadc.int))<sup>58</sup>.

*“We feel it is important that we interact with the media from time to time and share information, so that through the media, the citizens of the Region are constantly informed on what milestones SADC is making and are made aware of what SADC is doing”, Dr Tax said.*

A decisão da adopção do modelo DVB-T2 com MPEG4 como padrão para os Estados Membros da SADC foi anunciada como recomendação por Hon. Joel Kaapanda,

<sup>57</sup> Opening remarks by Minister Ayanda Dlodlo during the SADC-SABA broadcasting fórum: 25-29 Setembro 2017 (2017, 26 Setembro), em <http://www.polity.org.za/article/opening-remarks-by-minister-ayanda-dlodlo-during-the-sadc-saba-broadcasting-forum-25-29-september-2017-2017-09-26>

<sup>58</sup> SADC Executive Secretary encourages media to produce stories that promote regional integration: 21 Outubro 2018 (2018, 31 Out) em <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-executive-secretary-encourages-media-produce-stories-promote-regional-integration/> Consultado no dia 16/07/2019.

Ministro das Comunicações e Informação Tecnologia da República da Namíbia e Presidente do Comité de Ministros da SADC, responsáveis pela Tecnologia da Informação e Comunicação, numa Conferência em Lusaka, Zâmbia, em 24 de Novembro de 2010<sup>59</sup>.

A nota de imprensa lida pelo Ministro Hon. Joel Kaapanda naquela conferência indica que a Comunidade de Desenvolvimento da África do Sul (SADC) tinha uma população de mais de 250 milhões, que adoptaria o DVB-T2, o padrão de televisão digital terrestre de segunda geração do DVB. Mais ainda, é que a decisão de adoptar DVB-T2 foi tomada após testes rigorosos e análise aprofundada dos ISDB-T, DVB-T e DVB-T2. O dado da população é um golpe forte para o bloco da Europa que conseguiu se impor na concorrência e ganhou meio mundo. Por lado, a população anunciada representa fortes oportunidades de negócio, mas por outro, a população africana tem, no geral, baixo poder de compra, sem acesso à energia, para além das políticas internas, o negócio exige dos estados grandes investimentos.

Segundo DVB (2010) Phil Laven, Presidente do DVB, saudou a decisão dizendo que “Esta recomendação em favor do DVB-T2 permitirá que a região da SADC se beneficie do maior avançado padrão de TV digital terrestre. Ao adoptar um padrão comum, a SADC região alcançará economias de escala, facilitando assim uma mudança bem-sucedida da televisão terrestre”.

Em 2006, os países membros da UIT: da Região 1 (Europa, África, Oriente Medio...) da UIT acordaram, em Genebra, que o limite do prazo da Global Digital seria 2020. Os estados da Europa, África, Médio Oriente e o Golfo comprometeram-se em desligar o sinal analógico até Junho de 2020, o mais tardar<sup>60</sup>.

A transição está muito avançada nos países da Europa e Médio Oriente, porém, em África, tudo indica que há muito trabalho pela frente escreve Isabel Dala (10/05/2018) no jornal “o País” de Angola. Entre os precursores da África Austral, estão as Ilhas

---

<sup>59</sup> Digital Video Broadcasting (DVB) 2010. *DVB Confirmed for Southern Africa. Press release.* Disponível em: [https://www.dvb.org/resources/public/pressreleases/DVB\\_pr204-SADC-Choose-DVB-T2.pdf](https://www.dvb.org/resources/public/pressreleases/DVB_pr204-SADC-Choose-DVB-T2.pdf). Consultado no dia. 16/7/2019.

<sup>60</sup> Dala, Isabel (10/05/2018). 2020 é o prazo para concluir a migração digital em África.. Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2018/05/10/2020-e-o-prazo-para-concluir-a-migracao-digital-em-africa/>. Consultado no dia 16/07/19

Maurícias, seguidas pela Tanzânia, Namíbia, Moçambique e Malawi. A África do Sul, também iniciou a transição que será concluída em finais de 2019<sup>61</sup>.

#### 4.2. Breve historial do nascimento da SADC

A *Southern Africa Development Community* (SADC), em Português Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, é um bloco económico e político composto por 15 países da África Austral<sup>62</sup> que existe desde 1992, que resultou da transformação da *Southern Africa Development Co-ordination Conference* ou Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)<sup>63</sup>, criada por nove membros uma população estimada em 310 milhões de habitantes. A sede do bloco fica na cidade de Gaborone, Botswana, fundada em 1992.

A formalização da criação das estruturas para a promoção da cooperação e integração regional começou em Maio de 1979, com apenas sete (7) países da África Austral, Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, República Unida da Tanzânia e Zâmbia<sup>64</sup>. A Iniciativa tinha como objectivos a libertação política da Região, a redução da dependência económica, particularmente da África do Sul, a cooperação entre os

---

<sup>61</sup> Dala, Isabel (10/05/2018). 2020 é o prazo para concluir a migração digital em África.. Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2018/05/10/2020-e-o-prazo-para-concluir-a-migracao-digital-em-africa/> Consultado no dia 16/07/19

<sup>62</sup> Os 15 países que compõem o Bloco da SADC são: Angola, África do Sul, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe.

<sup>63</sup> A formação do SADCC foi o culminar de um longo processo de consultas dos líderes dos então apenas sete (7) países da África Austral, Angola, Botswana, Lesoto, Moçambique, Suazilândia, República Unida da Tanzânia e Zâmbia, trabalhando juntos como Estados da linha de frente. Em Maio de 1979, realizaram-se consultas entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros e os Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Económico em Gaborone, no Botswana. Posteriormente, uma reunião foi realizada em Arusha, na Tanzânia, em Julho de 1979, que levou ao estabelecimento do SADCC a 01 de Abril de 1980, em Lusaka, Zâmbia. Disponível em: <https://www.sadc.int/media-centre/frequently-asked-questions/> Em 17 de Agosto de 1992, na Cimeira realizada em Windhoek, Namíbia, os Chefes de Estado e de Governo da SADC assinaram o Tratado e a Declaração da SADC que transformaram efectivamente a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O objectivo também passou a incluir a integração económica após a independência do restante dos países da África Austral.

<sup>64</sup> SADC, (2012) Frequently Asked questions: em <https://www.sadc.int/media-centre/frequently-asked-questions/>

estados membros em projectos sectoriais que concorressem para o balanceamento das respectivas economias<sup>65</sup>.

Mais tarde, a iniciativa foi alargada para tratar das agressões militares e destabilização desencadeada pelo regime do *Apartheid* da África do Sul contra os estados independentes da região. A intensificação da luta em ambas frentes forçou os laços de solidariedade e a necessidade de uma acção concertada (CONSADC<sup>66</sup>, Agosto de 2005)

Com base nas conclusões emanadas da Conferência de Arusha, Nigéria, em Julho de 1979, na qual acordou-se numa estratégia de lançamento de Conferência para a Coordenação de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC), os então nove países independentes da África Austral: Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia (Eswatini), Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe, reuniram-se ao nível de Cimeira, a 1 de Abril de 1980, em Lusaka, Zâmbia, e adoptaram a Declaração de Lusaka intitulada “África Austral: Rumo à Libertação Económica”, e um programa de acção para as áreas dos Transportes e Comunicações, Alimentação e Agricultura, Indústria, Desenvolvimento da Mão-de-obra e Energia<sup>67</sup>.

A fim de abordar as prioridades nacionais, por meio de acções regionais, a maioria dos Estados Membros recebeu a responsabilidade de coordenar um ou mais sectores<sup>68</sup>. Até 2001, Moçambique ficou responsável por coordenar a implementação dos projectos de Cultura, Informação, Desporto e a Comissão de Transportes e Comunicações

---

<sup>65</sup> Chichava, José (2011) Economia, política e desenvolvimento. Capítulo 1. "As Vantagens e Desvantagens Competitivas de Moçambique na Integração Económica Regional". Revista Científica inter-universitária. Disponível em: [https://www.academia.edu/9114431/Vantagens\\_potencias\\_de\\_Mocambique\\_na\\_SADC\\_pelo\\_dr\\_Jose\\_Chichava](https://www.academia.edu/9114431/Vantagens_potencias_de_Mocambique_na_SADC_pelo_dr_Jose_Chichava)

<sup>66</sup> CONSADC – Comissão Nacional da SADC, criada em 2003, pelo decreto 280816262

<sup>67</sup> SADC (2012) – Estratégia de mobilização de recursos da SADC [https://www.sadc.int/files/7213/7234/8976/SADC\\_RMS\\_Portuguese\\_Booklet.pdf](https://www.sadc.int/files/7213/7234/8976/SADC_RMS_Portuguese_Booklet.pdf)

<sup>68</sup> Eis as responsabilidades por Estado Membro de: África do Sul -Finanças e Investimentos; Angola - Energia; Botswana - Investigação Agrária e Produção animal e Controle de doenças de animais; Lesoto - Conservação da Água e solo e utilização da e Turismo; Malawi - Florestas e fauna bravia; Moçambique - Transportes e comunicações e Informação e Cultural; Namíbia - Pescas; Eswatini (antiga Suazilândia) - Recursos Humanos; Tanzânia - Indústrias e Comércio; Zâmbia – Minas; Zimbabwe - Segurança Alimentar; E sem responsabilidade expressa: Congo, Seychelles e Ilhas Maurícias. <https://www.sadc.int/about-sadc/>

(SATTCC)<sup>69</sup>, um dos sectores mais activos do bloco, em termos de investimentos e realizações.

Pela relevância do sector, foi instalada uma estrutura de coordenação das actividades para responder à complexidade e o papel estratégico dos transportes e comunicações na economia dos países da região (Chichava e Pohlmann, 2010).

A escolha de Moçambique para transportes e comunicações deveu-se, sobretudo, à sua localização geográfica numa vasta costa marítima no Oceano Índico, dotada de condições naturais para o desenvolvimento de infra-estruturas como: portos e caminho-de-ferro, estradas e pontes, condições que favoreceram à criação de três grandes corredores de desenvolvimento; “Corredor de Maputo”, “Corredor da Beira” e “Corredor de Nacala”, nas zonas Sul, Centro e Norte de Moçambique respectivamente, prestando assim a sua contribuição para o transporte dos produtos dos países da *interland*.

O Corredor de Maputo foi criado em 1996 por Moçambique e África do Sul como uma rede de estradas, transportes ferroviários e facilidades logísticas que ligam o porto do Maputo à África do Sul e Suazilândia. Desde a sua criação, tornou-se um dos corredores de desenvolvimentos de sucesso na SADC, atraindo mais de 5 (cinco) biliões de dólares norte-americanos em investimentos (SADC, 2015)<sup>70</sup>. A SDAC acrescenta que o valor inclui 500 milhões de USD investidos no porto de Maputo desde 2003, a construção de uma estrada com portagem de Gauteng para Maputo, a um custo de cerca de 400 milhões de dólares e um valor adicional de 200 milhões de dólares investidos na linha férrea entre Ressano Garcia (fronteira terrestre entre África do Sul e Moçambique) e Maputo.

O Corredor de Maputo é um dos exemplos de sucesso e, por sinal, um dos mais importantes dos 18 corredores de transporte na região da África Austral, alinhado às iniciativas de desenvolvimento do espaço da SADC – uma estratégia que visa criar facilidades às indústrias dos países da *interland* sem acesso ao mar.

---

<sup>69</sup> Southern African Development Community (SADC): History and present status. Em <http://www.dirco.gov.za/foreign/Multilateral/africa/sadc.htm>. consultado no dia 15-10-18

<sup>70</sup> SADC (2015 Agosto) “Histórias de Sucesso SADC”, em *África Austral hoje*, vol. 17., N.5, p. 8, [https://www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/SADC\\_Today\\_17\\_5\\_port.pdf](https://www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/SADC_Today_17_5_port.pdf) consultado no dia 13-10-2018.

Os primeiros dez anos da SADC foram particularmente agitados devido às várias situações de mistura. A pobreza extrema, os movimentos revolucionários, a implantação de novos sistemas de governação, sem recursos humanos qualificados em todos os sectores de economias, e para piorar, as guerras de desestabilização nalguns países como Angola e Moçambique. O regime do *Apartheid* que vigorou entre (1948 e 27/04/1994) na África do Sul, estava no seu ponto mais alto de aplicação da lei, e apoiando guerras que atingiram Angola, Namíbia, Moçambique e Malawi. Malawi era governado com mão de ferro pelo Hastings Banda. Na época, os países mais pobres do mundo encontravam-se na região da África Austral e eram Malawi e Moçambique<sup>71</sup>. Moçambique viveu uma longa história de guerra sangrenta de 16 anos (1976-1992), entre as forças da RENAMO e as da FRELIMO que desestruturou todo o tecido social e dilacerou a economia, agudizando a pobreza e deslocação de famílias refugiando-se nos países vizinhos.

A década de 1990 marca a viragem na história do bloco da SADC, com a Independência da Namíbia, o processo do fim da guerra fria em Moçambique e Angola estava em consolidação, os marcos da democracia chegam através das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, a reforma política estava em curso na África do Sul.

Para além das riquezas do subsolo das terras sul-africanas em minérios, que tornam a África do Sul um país economicamente robusto, e daí exercer grande influência na região da SADC, a sua expressão notabilizou-se com o fim do regime do *Apartheid* em 1990<sup>72</sup>, e o começo de uma nova África do Sul, com a nomeação do Nelson Mandela para o cargo de Presidente da República de 1994 a 1999, considerado como o mais importante líder da África Austral (Kaufman, 2012). O fim do *Apartheid* foi interpretado por muitos como “milagrosamente”, pacífico, para o que se poderia representar, como forma de conquista da independência, olhando para a história sangüinária que caracterizou o regime do *Apartheid*. Os méritos foram atribuídos a Nelsom Mandela, ao que Kaufman chama atenção pois, para ele, as premissas, estavam

---

<sup>71</sup> CHANGEMUDANÇA é uma revista on-line com foco na integração regional da Africa Austral e no seu potencial para combater a pobreza, o número 8, publicado em Outubro de 2014, decidiu a 34ª cimeira da SADC. Edit. Southern Africa Trust Meeting. Disponível em <http://wings.issuelab.org/resources/19531/19531.pdf>, consultado 01/10/2018.

<sup>72</sup> Kaufman, Stuart J. (2012) The End of Apartheid: Rethinking South Africa's 'Peaceful' Transition. University of Delaware October. <https://www.sas.upenn.edu/polisci/sites/www.sas.upenn.edu/polisci/files/kaufman.pdf>

erradas: a transição não foi pacífica; a liderança que importava era mais que do Presidente F.W. de Klerk que de Nelson Mandela, cuja influência não foi totalmente benigna; e até mesmo a avaliação de que o resultado era uma democracia parece cada vez mais desgastante.

Quando, finalmente, os conflitos violentos deixaram de ser a principal agenda dos governos da África Austral, as questões importantes são o crescimento económico e a democracia, as relações entre os países da região, a partilha de recursos com vista à promoção do bem-estar e social da região.

A cooperação e integração da SADC é baseada em factores históricos, económicos, políticos, sociais e culturais, e os seus princípios foram delineados à margem da experiência retirada da União Europeia (EU)<sup>73</sup>. Estes valores ultrapassam as fronteiras ou barreiras tecnológicas das antenas das emisoras da radiodifusão de cada Estado Membro, o que exige dos governos destes membros, políticas equilibradas viradas para integração regional, rumo à redução das assimetrias.

À semelhança da UE, a SADC em particular, enfrenta graves problemas de assimetria entre os Estados Membros, que dificultam o cumprimento dos projectos regionais para funcionar como um verdadeiro bloco económico, capaz de agir de forma unânime, na busca de um equilíbrio regional para se fazer face à outras economias internacionais. Aliás, são as características particulares de cada Estado Membro que tornam a implementação dos acordos um desafio maior pois, condicionam o cumprimento das políticas regionais. Assim, para o sucesso da implementação da TDT na África Austral, os governos, individualmente e colectivamente, devem observar as diferenças de oportunidades que marcam a realidade de cada Estado Membro, e tirar proveito das diferenças e especificidades de cada, como vantagem, sempre num espírito de entreatada, cultivando a partilha de experiências.

À excepção da África do Sul, a seguir o Botswana, os países da África Austral registam um índice de pobreza muito alto, onde as populações debatem-se com problemas de orientação. As suas economias são fracas pois, a sua produção não é suficiente para

---

<sup>73</sup>- Aicep Portugal. (2012). Moçambique - Especial SADC. Disponível em: <http://portugalglobal.pt/pt/portugalnewsarquivo2012/revistaimpressanacional/macroeconomia/paginas/mo%C3%A7ambiqueespecialsadc.aspx>. Consultado no dia 16/07/2019.

promover o rápido crescimento económico da região. Os agricultores do sector familiar usam enxada de cabo curto nas suas machambas<sup>74</sup>, pequenas e dispersas, num sistema de produção de sequeiro sem garantia do excedente para as suas reservas para época seca. Os seus produtos agrícolas, embora orgânicos, são pouco competitivos no mercado quando comparados com industriais.

A apreciação do estilo de vida destes povos remete-nos às insuficiências nos restantes sectores de actividade, com particular atenção à posse dos equipamentos de recepção das emissões de radiodifusão. As populações da SADC enfrentam a falta de energia eléctrica, água e saneamento, estradas, escolas, hospitais, um grande desafio para a criação e implementação de políticas de desenvolvimento regional.

A rádio é o meio de comunicação mais barato e abrangente, quando comparado com a televisão e o jornal, e apresenta muitas vantagens como: mobilidade, integrado nos aparelhos de telefonia móvel, e facilidade na abertura de vários canais temáticos em línguas locais.

A SADC tem a sua sede em Gaborone, uma liderança rotativa, de chefes de Estado, anual, através de Conferências de Chefes de Estado, onde se produzem Declarações das Cimeiras que começam assim, “Nós” pronome, que simboliza o compromisso colectivamente assumido pelos Estados Membros, que obriga os signatários a cumprir de forma individual e colectiva. Em linhas gerais, a organização evolui de SADCC para SADC nas seguintes etapas (CONSADC, 2005)<sup>75</sup>:

*Julho de 1979: Realiza-se a Conferência, Southern Africa Aid Coordination Conference (SADCC), em Arusha, a nível de Chefes de Estado e do Governo.*

*1980: Cria-se, a 1 de Abril, a Southern African Development Coordination Conference (SADCC) através de uma Declaração intitulada “Africa Austral: Rumo à Libertação Económica”. Esta declaração inclui a adopção de uma*

---

<sup>74</sup> Moçambique. Local onde são plantados vegetais; herdade, quinta, horta. Designação comum para propriedade agrícola. Em : <https://www.dicio.com.br/machamba/>; Terreno agrícola para a produção familiar, terreno de cultivo em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/machamba> consultado 11/10/2018

<sup>75</sup> Para além da brochura, as etapas da evolução da SADC podem ser consultadas no site da SADC. *The Transformation from SADCC to SADC*. <https://www.sadc.int/about-sadc/overview/history-and-treaty/>

*estratégia para a reduzir a dependência dos Membros da SADCC em relação à África do Sul e pela participação financeira dos parceiros de Cooperação.*

*Em Setembro de 1980: realiza-se, em Salisbúria, (actual Harare- Zimbabwe), a primeira Sessão do Conselho de Ministros da organização, sendo seguida de uma outra a 26 de Novembro de 1981 em Maputo, evento que antecedeu a primeira Conferência Consultiva da SADCC.*

*Em Julho de 1981: realiza-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Harare, durante a qual foi assinado um memorando de entendimento que estrutura a SADCC com sectores coordenados e financiados pelos Estados Membros.*

*Em 1989, realiza-se a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Harare, a qual decidiu pela formalização da SADCC.*

*Durante a Conferência Anual Consultiva da SADC, realizada em Maputo, de 29 a 31 de Janeiro de 1992, foi adoptado o documento “SADCC Towards Economic Integration”. A 17 de Agosto de 1992, os chefes de Estado e de Governo reuniram-se, em Windhoek, e assinaram a Declaração e o Tratado que estabelece a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral).*

### **4.3. Funcionamiento de la radiotelevisión en el SADC**

A SADC, para materializar os mais variados projectos de desenvolvimento da região e garantir a articulação intersectorial entre os seus Estados Membros, criou vários órgãos representativos por sectores. As radiodifusões públicas nacionais criaram um órgão “guarda-chuva”, a Associação de Radiodifusão da África Austral (SABA), com a sua sede em Windhoek - Namíbia, em 1993, cujo principal objectivo é coordenar as actividades das radiodifusoras públicas sob a sua alçada<sup>76</sup>. Desde sua inauguração em 1993, a esfera de actuação da SABA foi expandida para incluir também as emissoras comunitárias, privadas e comerciais.

---

<sup>76</sup> Southern Africa Broadcasting Association. Em: <https://tmt.knect365.com/africacom/sponsors/southern-african-broadcasting-association>. Consultado no dia 16/07/2019.

A SABA procura continuamente envolver as partes interessadas no sector de radiodifusão, incluindo reguladores, prestadores de serviços de suporte e fornecedores de equipamentos de transmissão e infra-estrutura, com foco para facilitar o desenvolvimento interactivo do sector de radiodifusão da região da SADC<sup>77</sup>.

A SABA é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que foi criada para promover a transmissão de qualidade, aprimorando o profissionalismo e a credibilidade do serviço público de radiodifusão em todos os países da região.

No âmbito da TDT, o objetivo primordial da SABA é garantir uma transição perfeita para a televisão digital dentro do prazo e gerar qualidade da produção de conteúdo televisivo e da capacidade de gestão profissional da região da SADC.

Apesar de não poder intervir diretamente nos processos de digitalização de cada país, há esforços no sentido de harmonizar as políticas que favorecem a uma aproximação entre os Estados Membros, é o exemplo da adopção do DVB-T2, do projecto-piloto, a criação do bouquet onde todas as estações públicas da região têm, por direito, colocar as suas emissões durante o período de dupla iluminação, que na região começou em 2012 com as emissões da digitalização da televisão terrestre nas Maurícias e Botswana<sup>78</sup>.

A *Southern African Digital Broadcasting Association* (SADIBA) decidiu recomendar aos estados membros da SADC o modelo europeu BVD-T2 em detrimento do ISDB-T, a partir de uma comparação entre os dois estandartes partindo de uma informação independente fornecida pela União Internacional de telecomunicações (UIT)<sup>79</sup>. Fazendo uma comparação do nível de erro, o que supostamente pesou mais para a decisão pelo modelo europeu, tanto pela correcção de erros, como o quadro de dados, modulação e emissão em TDT, SADIBA tirou as suas próprias conclusões sobre o *standard* que era capaz de oferecer maior capacidade e cobertura com maior uso de espectro.

<sup>77</sup> @Digitising Africa (2018, 27 Apr) SABA Re-Appoints Cecil Nguvauva As Secretary-General em: <https://broadcastingandmedia.com/news/885>. Consultado, 16/7/19

<sup>78</sup> Botswana. Office of the President (2010 2 Dez) em: <http://www.gov.bw/en/Ministries--Authorities/Ministries/State-President/Office-of-the-President/Tools--Services/NewsPress-Releases/Outcome-of-Special-Sessions-on-Digital-Terrestrial-Television-Standards-for-SADC-Senior-Officials-and-Ministers-22-241110-Lusaka-Zambia/>. Consultado em 18/07/2019.

<sup>79</sup> Panorama Audiovisual (2010, 11 mar) SADIBA compara entre DVB-T y ISDB-T , recomendando el estándar europeo, em <https://www.panoramaaudiovisual.com/2010/11/03/sadiba-compara-entre-dvb-t-y-isdb-t-recomendando-el-estandar-europeo/>

A SABA orientou aos Estados Membros da SADC para criarem órgãos reguladores independentes, de modo a garantirem uma independência editorial. No entanto, a SABA não tem sido bem-sucedida nas suas exigências porque os seus membros continuam dependentes do orçamento do Estado para o seu funcionamento. Mais, a indicação dos seus órgãos directivos depende dos órgãos de tutela, nomeação por confiança. A situação é mais complicada ainda, quando os partidos que conquistaram as independências do regime colonial renovam vários mandatos, permanecendo no poder várias décadas subsequentes, como se pode verificar na maioria dos Países Membros da SADC<sup>80</sup>.

Quando a SABA recomenda uma regulação independente, certamente, está preocupada com o interesse público, com as garantias do exercício da liberdade de informação, com a livre participação, requisitos de licenciamento para o exercício da actividade, em cumprimento.

Por um lado, há uma necessidade de continuar a tarefa histórica de transformar as empresas de radiodifusão do Governo em empresas públicas, em conformidade com as disposições da Declaração de Princípios de Liberdade de Expressão, tal como aprovado pela Comissão Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (Berger, 2009). Para o autor, há falta de vontade política dos governos para abandonar política de controlo da *media* que tem impedido a transformação dos órgãos do Estado em organismos de radiodifusões verdadeiramente públicas. Entretanto, reconhecem-se os esforços de reforma para dar às democracias africanas o serviço público da radiodifusão que merecem. Por outro lado, as emissoras estatais coexistem no mercado, num ambiente de muita concorrência com outras empresas de radiodifusão, o que suscita novas questões sobre o seu modelo de negócio em ambiente pluralista.

As novas tecnologias trouxeram novos operadores, “não tradicionais” de comunicação de massa, e habilitam a participação do público, como nunca antes (Berger, 2009). Os cidadãos dos Estados Membros da SADC desfrutam de TIC’s modernas à semelhança das das outras nações ou blocos, embora não com a mesma proporção, o que lhes permite participar e, se calhar, num futuro próximo, poderão eleger os equipamentos portáteis como o celular ou computador para acompanhar as emissões de radiodifusão e

---

<sup>80</sup> A Frelimo em Moçambique esta no poder desde 1975; a ANC da África do Sul governa desde 1994, ZANUP do Zimbabwe desde 1980.

de jornais electrónicos, numa verdadeira convergência tecnológica, em detrimento dos televisores num ambiente familiar.

Os smartphones, que estão cada vez mais disponíveis e acessíveis em todas regiões do mundo trouxeram uma nova dinâmica nesta nova era de comunicação, pois tornam a distribuição mais acessível mundialmente através da convergência tecnológica.

Entende-se por convergência tecnológica a harmonização dos suportes, produtos lógicos de emissão e consumo das indústrias info-comunicacionais (Becerra, Martín, *apud* Miguel, 2010: 50).

Na era digital, todos os tipos de conteúdo de áudio e vídeo também estarão disponíveis através dos sites de jornais. Isto significa que nenhuma radiodifusora pública pode continuar a operar nos moldes tradicionais (Joanguete, 2011). As emissoras públicas devem se adaptar às mudanças globais, impulsionadas pelas tendências globais em economia, política, comportamento humano e avanço tecnológico. Por isso, há correntes que consideram que o *switch-off* da radiodifusão é a maneira mais eficiente de transmissão de mais canais de TV para as ondas (Berger, 2009).

A convergência tecnológica necessária não tem sido alcançada de forma igual entre os Estados Membros da SADC. Uns estão mais avançados que os outros, num desafio de busca de financiamento estrangeiro para digitalizar as unidades de produção das estações televisivas e a rede de transmissão. Para o sucesso da migração da radiodifusão analógica para digital, que se pretende social e inclusiva, os técnicos de toda a cadeia de valor devem beneficiar de formação. A capacitação é um investimento intelectual que pode acontecer no local de trabalho ou fora, geralmente no país fornecedor do equipamento.

A SABA auxilia as emissoras públicas associadas a capacitarem-se, oferecendo programas regulares de treinamento para desenvolver as habilidades e a paixão necessárias nos seus funcionários sobre a *media* digital. O foco da intervenção da Integração Regional da SADC e Gestão de Media na era Digital é uma prioridade. A SABA actua no Comité Internacional de Direcção da Aliança Global sobre Media e

Género e preside o Comité de Treinamento, Capacitação e Criação de Conteúdo e Facilitação em nível global<sup>81</sup>.

Para países subdesenvolvidos como Moçambique, onde o acesso à televisão (analógica) está apenas para 40% da população, esta mudança não é uma opção, é uma imposição. Ou o país, muda para a TDT ou o povo não vê a televisão<sup>82</sup>.

#### **4.4. Política da Digitalização da TDT por Ondas na SADC**

Nos países da SADC, a chegada de TDT constitui novas formas de fazer e ver a televisão. Nestas nações, as agendas da maioria dos Países Membros centra-se ainda em questões de criação das infra-estruturas básicas de desenvolvimento, numa necessidade de constante adaptação às políticas de desenvolvimento económico mundial, sem contudo descorar que a globalização das TIC's é uma realidade nestes países, mas não menos verdade que em quase todos Estados Membros, a capacidade de cobertura de radiodifusão está aquém de satisfazer, de uma forma equilibrada, às necessidades de informação das suas populações.

A sua satisfação responde ao oitavo pilar dos Objectivos do Desenvolvimento do Millenium (ODM), de “criar uma parceria mundial para o desenvolvimento”, subscritos na Declaração do Milénio, adoptado em 2000 por 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, que lançou um processo decisivo da cooperação global no século XXI. O pelouro de informação e comunicação, ressalva-se que, em cooperação com o sector privado, deve tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial nas áreas da informação e comunicação (TIC).

---

<sup>81</sup> Botswana Office of the President (2010 2 Dez) em: <http://www.gov.bw/en/Ministries--Authorities/Ministries/State-President/Office-of-the-President/Tools--Services/NewsPress-Releases/Outcome-of-Special-Sessions-on-Digital-Terrestrial-Television-Standards-for-SADC-Senior-Officials-and-Ministers-22-241110-Lusaka-Zambia/>. Consultado em 18/07/2019.

<sup>82</sup> Miguel & Tomas (2015) Uma abordagem histórica sobre a digitalização da radiodifusão em Moçambique. em: <https://radialistamocambique.files.wordpress.com/2015/05/uma-abordagem-histe3b3rica-sobre-a-digitalizac3a7ao-da-radiodifusc3a3o-em-moc3a7ambique.pdf> .Consultado em 18/07/2019.

Refira-se que os países menos desenvolvidos têm menos acesso à tecnologia quando comparados com os mais avançados. Contudo, o acesso às tecnologias da comunicação e informação está a aumentar em todo mundo. Em 1999, havia no continente africano apenas cerca de 80 milhões de telemóveis. Em 2008, já eram cerca de 500 milhões. Aproximadamente 60 por cento de todos os africanos utilizam um telemóvel. Outros dados apontam para cerca de mil milhões de telemóveis em 2015, em todo o continente africano<sup>83</sup>.

A estratégia da SADC é a de, num futuro comum, garantir o bem-estar económico, a melhoria dos padrões e qualidade de vida, a liberdade e a justiça social, assim como a paz e segurança para os povos da África Austral<sup>84</sup>.

Migrar do sistema analógico para digital é urgente, imperioso e incontornável. É urgente devido aos maiores ganhos em relação à qualidade das emissões, devido à eficácia e eficiência de novas tecnologias, num mundo cada vez mais competitivo e aberto, onde a maioria dos países pobres, e os africanos em particular, recebem mais conteúdos vindos de fora de África, num cenário ilusório de igualdade de acesso à informação mundial, mas ao mesmo tempo desafiante para que os países de destino, para também produzam conteúdos radiofónicos para diferentes segmentos.

As radiodifusoras da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) devem produzir mais histórias locais que promovam a identidade cultural e o património dos Estados Membros da SADC, conforme apelou o Fórum Anual de Radiodifusão organizado conjuntamente pela SADC e a Associação de Radiodifusão da África Austral em 2017<sup>85</sup>. O Fórum tinha como objectivo primário discutir estratégias para estimular a produção de conteúdo local e criar um ambiente propício para a apresentação sustentável das histórias da África, capazes de conquistar Investimento Directo Estrangeiro IDE.

---

<sup>83</sup> DW. (2016 Ago) A "revolução do smartphone" em África. 15.08.2016 <https://www.dw.com/pt-002/a-revolu%C3%A7%C3%A3o-do-smartphone-em-%C3%A1frica/a-19476049-0>

<sup>84</sup>LUSA (2018 Agos). *Implementação da estratégia para industrialização anima Comunidade da África Austral*. (19 Agosto, 2018) Em: <https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/implementacao-da-estrategia-para-industrializacao-anima-comunidade-da-africa-austral>

<sup>85</sup>SADC (2017 26 Sept), SADC broadcasters urged to promote the region's cultural identity <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-broadcasters-urged-promote-regions-cultural-identity/#>.

O investimento directo estrangeiro é mais do que um simples capricho da vontade de cada Estado Membro é sim, uma condicionante de forma que, o bloco destes países encoraja e acautela para a necessidade de criação de políticas que flexibilizam tais investimentos. Uma medida cautelar é a abertura de mercado para que investidores estrangeiros possam operar em áreas estratégicas. Acontece, porém, que se regista um proteccionismo dos estados. As radiodifusoras públicas precisam de regulamentar a terciarização de certas áreas para beneficiar de investimentos, e aliviarem o foço orçamental, para tornarem os seus conteúdos mais competitivos, defende a SABA.

Os países altamente corruptos e pobres enfermam por fraco profissionalismo até em cargos de chefia, e a radiodifusão não escapa do sistema. A SADC luta para combater as práticas corruptas, como progresso, foi assinado um Protocolo da SADC Contra a Corrupção em 2001, no Malawi<sup>86</sup>.

A TDT representa uma oportunidade para os países da SADC colocarem as suas emissoras públicas à disposição da maioria das populações a preços baratos e, oferecendo um sinal limpo que somente se conseguia através dos distribuidores de canais por subscrição ou por satélite.

Para a SADC, a convergência tecnológica vai ajudar a valorizar conteúdos locais, embora cientes das suas capacidades de resposta tecnológica e financeira, para acomodar esta mundialização de novas formas de fazer a radiodifusão, cada vez mais concorrencial, para telespectadores cada vez mais informados.

A implementação da digitalização da televisão na SADC, embora da responsabilidade do Estado, é um negócio que se pretende rentável, num mercado onde actuem distribuidores de canais de televisão com *buquetes* que respondem aos vários nichos em simultâneo. Se as televisões públicas não se adaptarem às mudanças, a TDT poderá constituir uma ameaça por causa da sua inércia.

- Que estratégia a adoptar para fazer face a estes distribuidores por subscrição, que conquistaram boa fatia de telespectadores nas principais cidades africanas?

---

<sup>86</sup> Protocolo da SADC Contra a Corrupção, assinado em Blantyre, Malawi, a 14 de Agosto de 2001, Ratificado através da Resolução No. 33/2004 do Conselho de Ministros, de 9 de Julho BR n° 027, I Série, 3° Supl. de 09 de Julho de 2004, pág. 260-(7) a 260-(11) em vigor a 6.7.2005.

- Bastará o facto de o acesso ao sinal de televisão pública ser gratuito para os cidadãos aderirem?

Esta vantagem pode não ser suficiente se os Estados não conseguirem implementar boas políticas de acesso aos STB pelos cidadãos mais carenciados, que são a maioria nos países da SADC. É uma maioria dispersa que ainda não mereceu a atenção dos operadores privados da radiodifusão, nem dos distribuidores dos canais de televisão por subscrição, por não representarem um atractivo ao negócio da venda de espaço de antena para o caso das televisões comerciais, que se concentram nas cidades (GFK, 2016)

Entretanto, a migração digital começa a ter impacto sobre as emissoras em países africanos que, gradualmente, vão eliminando as transmissões analógicas, para ganhar uma nova televisão de elevada qualidade (som, vídeo, interactividade,), com simplificação e redução de custos com a cadeia de produção e transmissão da TV. Em TDT, a produção de conteúdos ficará a cargo das televisões enquanto a distribuição do sinal com outra entidade (Berger, 2009; Leiva 2006)

A SADC não apresenta uma política de digitalização consolidada a nível dos países da região, encontram-se sim, esforços de cada Estado de forma isolada que avançam com as suas políticas adaptadas ao conjunto de acordos regionais sobre a TDT. Assim, os países têm de criar mais instrumentos de gestão da nova era digital que os outros ao nível da SADC. Neste segmento, analisaremos alguns documentos que acomodam a criação das políticas de digitalização pois, são documentos que resultam das decisões de todos Chefes dos Estados Membros, que os subscrevem, e são implementados na região.

Podemos assim considerar que a política de digitalização da radiodifusão na SADC está em construção. Através de Conferências de Chefes de Estados, Protocolos, Declarações, Comissões Nacionais e a Associação das radiodifusões públicas, dos reguladores, das empresas de Transporte Multiplexação e gestão do Sinal, mas cada Estado Membro criou a sua estratégia de implementação da TDT.

Existem algumas decisões que foram influenciadas a nível da SADC, que superam a visão da comunidade. Tudo começa em 2006, quando os países membros da UIT acordaram em Genebra migrar de radiodifusão analógica para digital, e em Novembro

de 2010 os países membros da SADC adoptaram o padrão tecnológico DVB-T2, e reafirmam o compromisso de migração da radiodifusão analógica para digital até 15 de Junho de 2015. Todos os Estados da Europa, África, Médio Oriente e o Golfo, deverão desligar o sinal analógico no limite do prazo da *Global Digital* até Junho de 2020<sup>87</sup>.

O bloco dos países da SADC uniformizou algumas medidas, com a perspectiva de uma acção conjunta rumo à integração regional, acreditando que é mais fácil aproximar as tecnologias, os padrões, até modelos de negócio. Por isso, os Estados Membros da SADC adoptam as normas do padrão DVB-T2 e MPEG-4 para a implantação da TDT, como padrão recomendado para a região.

#### **4.5. Escolha Isolada do Padrão ISDB-T do Botswana**

Botswana é o único país das África Austral, que em 2013, embarcou sozinho por um modelo de TDT diferente de todos os Estados Membros da SADC assumindo desde logo, o risco de fazer de forma isolada, todo o investimento em equipamentos relacionados com a implantação da sua televisão digital, ficando assim, na dependência absoluta dos fornecedores ou criando uma indústria local, sem poder contar com os países vizinhos na partilha dos equipamentos, o que certamente representaria um ganho na economia de escala.

A decisão de Botswana foi largamente criticada pela maioria dos países da região e especialistas internacionais que anteviam custos elevados para aquele o país. Embora admitindo que o Botswana é livre de decidir por uma escolha tecnológica própria, os especialistas estão unidos em enfatizar que dadas as circunstâncias peculiares do Botswana, especialmente uma pequena população e um pequeno número de famílias com televisores, a escolha feita pelo governo provavelmente será cara para os consumidores<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> The Malawi Digital Broadcasting Policy (2013 – 2018). Disponível em: <http://www.macra.org.mw/wp-content/uploads/2014/07/The-Malawi-Digital-Broadcasting-Policy.pdf>

<sup>88</sup> Sunday Standard (2013, 29 Sept) World experts question Botswana digital migration choices. disponível em <http://www.sundaystandard.info/world-experts-question-botswana%E2%80%99s-digital-migration-choices>

*Sunday Standard* (29/09/2013) cita Peter Siebert, um físico alemão que trabalha no campo da radiodifusão, disse que Botswana tem sido o único país da SADC a adotar a ISBD-T em execução em 8 megahertz. Ainda o mesmo semanário, Siebert disse que a decisão do governo de Botswana irá negar aos usuários de televisão, os benefícios que vêm com economias de escala. Comparado ao DVB-T, a escolha do Botswana era limitada, inclusive na funcionalidade.

“O DVB-T2 é muito mais robusto que o ISDB-T. Com o DVB-T2 existe uma caixa de redução de custos, incluindo electricidade. O DVB-T2 também é bom em telefones móveis, incluindo a uma velocidade mais alta de 134 km / h” (Siebert citado por *Sunday Standard*, 2013, Set 29). Outrossim, é o fato de o DVB-T2 cobrir tanto usos fixos quanto móveis confere grande vantagens ao utilizador.

O Governo de Gaborone ao longo dos anos que dura a implantação da sua televisão digital, foi gerindo críticas e situações embaraçosas da sua teimosa escolha para a sua pequena população que, à partida, atendendo ao tamanho e a reputação de boa governação, passando pela força que imprimiu desde o início do processo TDT, até 2015 teria o processo concluído.

Os tswanas sempre se orgulharam da sua escolha e evocaram visitas técnicas dos países vizinhos para colher “boa experiência”<sup>89</sup> como exemplo de sucesso. A população de Botswana é de 2.260.000 habitantes, numa superfície de 581.730 km<sup>2</sup>, a capital Gaborone possui 259.291 habitantes (Botswana, 2019 Abril)<sup>90</sup>.

Em 2016, o Governo ainda defendia veementemente a sua escolha de tecnologia considerando que a decisão tinha sido baseada no resultado de uma avaliação comparativa em aspectos como capacidades técnicas e capacidade de desempenho dos dois padrões.

---

<sup>89</sup> Sunday Standard (2013 6 Oct) Botswana digital broadcasting migration roadmap - correcting the misinformation. Em <http://www.sundaystandard.info/botswana%E2%80%99s-digital-broadcasting-migration-roadmap-%E2%80%93-correcting-misinformation>

<sup>90</sup> España Ministerio de Asuntos Exteriores. Oficina de Información Diplomática (2019 Abril) *Botswana. República de Botswana*. Disponível em: [http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA\\_FICHA%20PAIS.pdf](http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA_FICHA%20PAIS.pdf), consultado 20/7/2019.

Botswana não tem sido bem-sucedido na sua escolha tecnológica. O Ministro dos Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública Nonfo Molefhi admitiu em Novembro de 2018, que Botswana enfrentava grande dificuldade em migrar do analógico para o digital, num encontro com Akinihiko Miyamoto, Director Gral do Escritório Geral de Estratégia de TIC do Japão<sup>91</sup>. O problema prende-se com a escolha única na região, da tecnologia japonesa *Integrated Services Digital Broadcasting-Terrestrial* (ISDB-T), em detrimento da europeia *Digital Video Broadcasting – Terrestrial* (DVB-T2) comumente usada na SADC. O projecto ficou mais caro do que inicialmente projectado declarou o governante.

Em 2017, o então Ministro de Assuntos Presidenciais, Governo e Administração Pública Eric Molale revelou ao Parlamento de Botswana, que o Governo já tinha gasto 180 milhões de libras, em detrimento dos 130 milhões inicialmente planificados, e cumpria-se a premissa do alerta da Associação de Radiodifusão Digital da África Austral (SADIBA) em 2013. Por exemplo, ficou insuportável a importação e distribuição dos STBxs, e o governo se arrepende da escolha e diz... “a este respeito, em termos de economia de escala, se Botswana tivesse adoptado o padrão europeu, à semelhança dos restantes países membros da comunidade”, teria a possibilidade de colaborar para importar volumes maiores para fazer sentido económico ao reduzir os preços (*Sunday Standard*, 23/11/2018).

O semanário *Sunday Standard* (2018 Nov, 23) avança que os comentários do Ministro não constituem novidade pois, o país havia sido advertido muitas vezes sobre a adopção da tecnologia japonesa, adoptada por poucos países (países da América do Sul, Japão, Filipinas e Tailândia), enquanto o DVB-T2 permaneceu o padrão mais popular em todo mundo.

*Sunday Standard* (2018 Nov, 23), escreve que o alerta que veio da SADIBA à Botswana foi argumentado fundamentalmente sobre os equipamentos; “a largura de banda do canal de radiofrequência usada em África é de 8 MHz e não de 6 MHz, como é o caso em todos os países nos quais o ISDB-T foi implantado. Existe uma incompatibilidade fundamental entre os dispositivos ISDB-T produzidos em massa disponíveis e os

---

<sup>91</sup> *Sunday Standard* (2018 23 Nov) Botswana’s ignorance stalls digital migration. Disponível em <http://www.sundaystandard.info/botswana%E2%80%99s-ignorance-stalls-digital-migration>, consultado 18/07/19

necessários para Botswana”. acrescentando que os chipsets únicos e receptores ISDB-T precisariam de ser desenvolvidos exclusivamente para Botswana.

O semanário *Sunday Standard Journal* (2018 Nov, 23) relata sinais de corrupção e cita *Botswana Guardian*, um jornal local que revelou casos de empresas locais, que foram escolhidas a dedo para fabricar descodificadores necessários para a migração digital, ignorando o processo usual de licitação. Nesta empreitada, envolviam algumas empresas japonesas para fabricar dispositivos, gozando de informações privilegiadas o que levou a Direcção de Corrupção e Crime Económico (DCEC) a investigar a migração digital.

Botswana quando se destacou de todos os países da região pretendia, dentre outras coisas, afastar-se dos problemas comuns na região, e se tornar exemplo, como tem sido em muitos campos da gestão pública. Por isso, o Governo daquele país apresentou o processo de TDT mais organizado, partilhando grande parte da informação sobre TDT num site.

A actuação isolada do Botswana, no nosso entender, abre várias linhas de pesquisa das quais destacamos cinco:

*A primeira linha* de pensamento é de que a sua escolha pelo padrão nipónico tem a ver com o conhecimento tradicional, internacionalmente reputado, de que Japão goza em termos de domínio da tecnologia em várias áreas de conhecimento, afrontando não raras vezes, bloco ocidental (europeu);

*A segunda linha* é que avançando solitariamente, facilmente poderia concluir o seu processo sem depender de políticas regionais, nem de encomendas colectivas para atender a economia de escala. Sobre esta segunda, a UIT não obriga a nenhum país a seguir um determinado padrão, mas sim recomenda migrar a radiodifusão analógica para digital, para oferecer uma televisão de maior qualidade e padronizada.

A *terceira linha* tem a ver com factor estilo de governação. Entendemos nós que Botswana distancia-se de muitos países da SADC no seu comportamento político e na gestão dos processos estatais/ pública <sup>92</sup>.

A *quarta linha* de pensamento tem a ver com a crise que assolou a Europa nas décadas de 2008-2010, que se caracterizou pela redução de investimento no exterior, o que pode ter contribuído para que Japão e Brasil tivessem ganho terreno e fechado o negócio da TDT com Botswana.

A *quinta linha* tem a ver com as causas e não conclusão do processo, e a fragilidade que o processo ficou mergulhado na corrupção das empresas nacionais e japonesas.

#### **4.6. Escolha regional de padrão DVB – T2**

Em Novembro de 2010, os Ministros do Pelouro das Telecomunicações e/ou radiodifusão da SADC reunidos em Lusaka – Zâmbia decidiram adoptar o modelo europeu, designado DVB-T2 e MPEG-4 com a excepção do Botswana que adoptou a ISDB-T. Seguiram-se as aprovações pelos governos de cada Estado Membro da SADC, para legitimar a decisão e criarem instrumentos que regulem a implementação da norma nas relações soberanas. Cada Estado Membro aprovou em Sessão do Governo o padrão tecnológico DVB-T2 a ser implementado na região, dando o primeiro passo ao desenvolvimento das políticas de TDT, em cada Estado Membro. Assim, na 44<sup>a</sup> sessão ordinária do Conselho de Ministros, de 7 de Dezembro de 2010, foi aprovado o padrão tecnológico DVB-T2 a ser implementado na Republica de Moçambique, e criada a Comissão Nacional de Migração Digital (COMID), que tinha como missão principal a

---

<sup>92</sup> ANGOP PRESS – (2016 14 Apr) “O Botswana é um dos poucos países de África considerado pelas instituições internacionais como referência da boa governação. Em quase todas as avaliações, tem-se situado no topo dos dez países com índices positivos no continente, desde a questão dos direitos humanos, passando pela transparência da governação, à independência do funcionamento das instituições”. [https://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2016/3/15/Bornito-Sousa-inteira-sistema-governacao-Botswana,1e1867e0-81a3-44a1-a0aa-8b4bc6bd049e.html](https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2016/3/15/Bornito-Sousa-inteira-sistema-governacao-Botswana,1e1867e0-81a3-44a1-a0aa-8b4bc6bd049e.html)

elaboração da Estratégia Nacional de Migração da Radiodifusão do Analógico para Digital (INCM, 2016)<sup>93</sup>.

Os padrões de radiodifusão da TDT incorporarão a família de padrões DVB para TDT (Digital Video Broadcasting - Terrestre 2 (DVB-T2) (ETSI EN 302 755) e (Digital Video Broadcasting - Portátil (DVB-H)) (ETSI EN 302 304), conforme actualização de tempos em tempos<sup>94</sup>. O padrão DVB-T2 é uma adaptação no sentido evolutivo do padrão TV Digital europeu para transmissões de dados e áudio, constituindo uma variedade de padrões para transmissão da TV por satélite (DVB-S e DVB-S2), TV a cabo (DVB-C) e TV terrestre (DVB-T e DVB-T2, geralmente chamada TDT - Televisão Digital<sup>95</sup>.

A introdução da TDT nos países europeus caracterizou-se por ausência, à escala nacional, de debates em termos de que sistema padrão tecnológico a adoptar (Albornoz & García Leiva, 2012, citados por Romero 2012). Esta característica se repetiu em África. Uma vez adoptada pela SADC, os restantes estados seguiram, à excepção do Botswana que escolheu ISDB-T, uma norma nipónica/brasileira, tornando-se no primeiro estado africano a aderir aquele modelo. Entretanto, a África do Sul e Moçambique foram os primeiros países membros da SADC que acataram a recomendação a norma europeia DVB-T2 ([www.sadc.int](http://www.sadc.int)).

Para (Albornoz & García Leiva, 2012, citados por Romero 2012), a falta de debate na introdução da TDT contrasta com a introdução da televisão hertziana a cores, que foi largamente debatida, na altura em que o continente ficou dividido entre o emprego da norma PAL alemã e da francesa SECAM. Na SADC, se por um lado há fraco debate sobre o futuro das sociedades na era digital devido a falta de recursos financeiros, por outro lado há falta de visão sobre gestão deste projecto (Anguilaze, 11/10/2017; Mário, 20/10/2017)

O padrão DVB-T2 foi desenvolvido pelo projecto DVB, e no ano de 1993 foi tomada a decisão sobre a digitalização da televisão terrestre na Europa, e ficou decidido que a

---

<sup>93</sup> Moçambique – INCM (2016) *Relatório de Regulação das Comunicações: Situação das Comunicações em Moçambique*,—Maputo, INCM.

<sup>94</sup> SADC (2017 26 Sept) SADC broadcasters urged to promote the region's cultural identity. Disponible en?? <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-broadcasters-urged-promote-regions-cultural-identity/#>.

<sup>95</sup> Denicoli, Sergio (2011) *TV Digital Sistemas, conceitos e tecnologias*. Coimbra, © Grácio Editor.

televisão digital terrestre seria transmitida em conformidade com os sistemas de codificação e modulação DVB<sup>96</sup>.

A SADC, ao escolher o padrão DVB-T2, está atenta às vantagens do novo método de radiodifusão, onde se podem destacar duas mais importantes: a) Qualidade melhor e padronizada da imagem recebida e do som e b) Melhor eficácia de largura de banda resultando em espaço para mais canais<sup>97</sup>.

O modelo de negócio adoptado pela SADC é *Free to Air* (FTA), onde são difundidos canais de acesso livre, podendo ser sustentados essencialmente por receitas publicitárias, no caso de canais privados ou pelo governo central, no caso dos canais públicos. Entretanto, tudo indica que é mais adequado combinar dois modelos (*Pay TV* + *Free To Air*) nos países da SADC para acomodar os sectores industriais e incentivar a produção de conteúdos mais atractivos. Pelo menos é o que se vislumbra nas estratégias da TDT na região. Uma *TDT Híbrida*, onde se faz a combinação de dois modelos, que vão resultar numa variante de *Pay Per View*, na qual apenas se paga alguns conteúdos de um canal que seja transmitido a uma hora específica (*Impulse Pay Per View*)<sup>98</sup>.

A empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT) de Moçambique, avançou fortes indicações de fazer esta combinação de dois modelos (*Pay TV* mais *FTA*). Se por um lado vai transportar canais nacionais, por outro lado pretende transmitir alguns canais internacionais de maior procura e atingirá vários nichos específicos (Mbebe, 03/10/2017).

O sistema favorece a multiplicidade de canais e a flexibilidade no modelo de negócio. Trata-se de um modelo definido por empresas de telecomunicações e por sinal, o mais disseminado a nível mundial, o que constitui uma das vantagens que pesou para a sua eleição pelos países da SADC, mas também como resultado dos *lobbies* dos países europeus que foram superiores aos do padrão Brasil/Japão.

---

<sup>96</sup> A digitalização da TV terrestre - DVB-T/DVB-T2. disponível em: [https://www.dipol.pt/a\\_digitalizacao\\_da\\_tv\\_terrestre\\_-\\_dvb-t-dvb-t2\\_bib210.htm](https://www.dipol.pt/a_digitalizacao_da_tv_terrestre_-_dvb-t-dvb-t2_bib210.htm), consultado no dia 18/07/2019

<sup>97</sup> SADC (2017 26 Sept) SADC broadcasters urged to promote the region's cultural identity. <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-broadcasters-urged-promote-regions-cultural-identity/#>

<sup>98</sup> Benge, S.; Cunha, T. (s.f.) Televisão Digital Terrestre [pdf], Disponível em: [http://www.img.lx.it.pt/~fp/cav/ano2012\\_2013/Trabalhos\\_MEEC\\_2012\\_2013/Artigo9/html/content/TDT.pdf](http://www.img.lx.it.pt/~fp/cav/ano2012_2013/Trabalhos_MEEC_2012_2013/Artigo9/html/content/TDT.pdf)

O Brasil tentou trazer para África o ISDB-T Brasil/Japão sem sucesso, embora tivesse estabelecido conversações com alguns países da SADC, como a África do Sul que balançou entre as duas normas, mas já havia investido Randes 700 milhões no padrão DVB-T2 quando recebeu o *lobby* do Brasil e do Japão, entretanto, o padrão europeu foi mais consensual para a região da SADC, mas sobretudo em função da conformidade com os acordos da Genebra, assinados em 2006 entre os Estados Membros da UIT<sup>99</sup>.

Assim, a fim de beneficiar de economias de escala em toda a África, argumento utilizado também na Europa<sup>100</sup>, será necessário que os operadores nacionais adotem especificações comuns de receptores para DVB-T2. Isto evitará a fragmentação do mercado e garantirá que os telespectadores tenham acesso à ampla selecção de receptores DVB-T2 com o menor preço possível (DigiTAG, 2009).

Trata-se de uma responsabilidade maior para cada Estado Membro, garantir que os fornecedores dos equipamentos respeitem os padrões acordados.

É um sonho para as nações pobres da SADC criarem harmonia tecnológica, porque na sua maioria, o financiamento do projecto da TDT é estrangeiro, e o investidor pretende maximizar o negócio, daí que produz, fornece e instala quase todo o equipamento de produção e transmissão, e até de conversão (STB), cabendo ao regulador nacional, apenas a certificação e o controlo das especificações dos equipamentos.

Os Estados Membros da SADC de economias fracas, e que por força das circunstâncias tiveram que depender de financiamento externo para implantar o projecto da TDT, enfrentam dificuldades de vária ordem que vão desde o cumprimento dos prazos, discrepâncias entre as promessas do Governo e as acções no terreno, promoção de participação e socialização do projecto, da ausência de debate público franco e aberto em vários níveis. Situação contrária é encontrada na África do Sul onde o tesouro do Estado e o sector privado têm um papel decisivo e uma intervenção directa nas decisões

---

<sup>99</sup> Mawson, Nicola (2010 23 Sep). Brazil Slams ISDB-T Critics Itweb. Disponível em <https://www.itweb.co.za/content/VgZey7JVbjD7djX9>. consultado no dia 19/07/2019

<sup>100</sup> DigiTAG (2009) *Understanding DVB-T2. Key technical, business & regulatory implications*. Ginebra: DigiTAG\_The Digital Terrestrial Television Action Group [https://www.ncc.gov.tw/chinese/files/12040/2835\\_120409\\_2.pdf](https://www.ncc.gov.tw/chinese/files/12040/2835_120409_2.pdf)

das especificações dos equipamentos, os debates parlamentares neste sector são mais activos<sup>101</sup>.

Em Moçambique, por exemplo, o projecto está a cargo da multinacional chinesa *StarTimes Software* que ganhou o concurso internacional, lançado pelo Governo de Moçambique em 2016, orçado em 56 milhões de dólares americanos, que abrange a digitalização das unidades de produção da TVM, a colocação da rede de emissores digitais, fornecimento dos STBs, incluindo a construção de um edifício de raiz para albergar escritórios das empresas públicas TVM e TMT (Mbebe, 03/10/2017).

#### 4.6.1 Partilha de Conteúdos

A decisão da SADC pela norma europeia ponderou vários factores como a convergência regional de tecnologia e a partilha de conteúdos, numa visão económica a médio e longo prazos de usufruto dos equipamentos. Padronizar as plataformas responde à necessidade de desenvolver conteúdos locais e regionais que poderão despertar maior interesse no telespectador local e não só, através da elevação dos valores culturais, como consagrado no Protocolo sobre a Cultura Informação e Desporto (2001) da SADC<sup>102</sup>.

Perante o ambicioso desejo da universalidade da tecnologia o que mais se destaca nesta pesquisa, pois, a comunicação não pode nem deve ser entendida como um assunto nacional senão global (Albornoz e Garcia Leiva, 2012, citados por Romero, 2012), pode acrescentar também que é um assunto regional. No fundo, o desenvolvimento das TIC's produz alterações na actuação dos meios de comunicação (televisão inclusive que está a passar da emissão hertziana analógica à digital). Trata-se de um fenómeno global que afecta de forma simultânea os cinco continentes e que implica a totalidade do planeta que disponha de um aparelho receptor<sup>103</sup>. Equivale concordar que os *media* tradicionais

<sup>101</sup> Mzekandaba, S (2018, 16 jul) Has set-top bos reached its sell-by date?, em: <https://www.itweb.co.za/content/G98Yd7LxOPj7X2PD> . consultado no dia 19/072019

<sup>102</sup> O Protocolo da SADC sobre Cultura, Informação e Desporto, assinado em Blantyre, Malawi, a 14 de Agosto de 2001 [Ratificado através da Resolução No. 1997 [Ratificado através da Resolução No. 49/98 do Conselho de Ministros, de 28 de Julho] 1/2002 do Conselho de Ministros, de 14 de Fevereiro] BR nº 007, I Série, 3º Supl. de 14 de Fevereiro de 2002, pág. 104-(11) a 104-(17). Em vigor desde 07.01.2006.

<sup>103</sup> Romero, R (2012) Reseñas. ALBORNOZ, Luis A y GARCÍA LEIVA, M.ª Trinidad (eds.): *La televisión digital terrestre. Experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia*. Buenos

devem se adaptar às novas tecnologias em busca de uma resposta às necessidades dos telespectadores cada vez mais informados e exigentes.

É fundamental notar que quase todos os africanos têm agora uma escolha de media, mesmo se milhões ainda não uma única disposição de conteúdo na sua própria língua materna. Embora ainda muito limitada, a escolha é muito maior do que era, e ela vai se tornar cada vez mais diversificada. (Berger, 2009).

A migração digital é um processo muito caro para qualquer Estado que o implementa, em particular para os países da África Austral, cujas economias são fracas e os níveis de corrupção são muito elevados. Estes não só retraem os investimentos externos, como sufocam a vida das famílias de baixa renda com impostos altos que encarecem, cada vez mais, o custo de vida dos cidadãos.

Em 2014, o governo de Moçambique torna público que o projecto da TDT seria financiado através de um crédito concessionário do EXIM BANK, da China, avaliado em USD 220 milhões a ser executado pela *StarTimes Software Technology* da China<sup>104</sup>.

No entanto, o projecto foi reavaliado e em 2016, o mesmo processo é levado a cabo a USD 156 milhões pela mesma companhia, enquanto o processo de Angola é estimado em USD 387 milhões<sup>105</sup>, e o Governo mobiliza o investimento através dos sectores públicos e privados, e não exime um investimento chinês.

O investimento da China foi classificado em *The Mguldom Nation*<sup>106</sup> como salvador, dizendo que “chegou o resgate do prazo africano de migração digital”, é que, enquanto pelo menos 15 (Argélia, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Malawi, Maurícias, Ruanda, Sudão, Suazilândia, Tanzânia e Uganda), países africanos que concluíram os seus processos de migração digital, os restantes -

---

Aires, La Crujía Ediciones, 2012, 304 pp. ISBN 979-987-601-154-9, en CIC *Cuadernos de Información y Comunicación*, vol 17, p. 355-375, <https://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/viewFile/39905/38371>

<sup>104</sup> Centro de Integridade Pública (2014 10 Apr) Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial, disponível em: <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/45439-migracao-digital-entregue-a-empresa-da-familia-presidencial>. consultado no dia 18/07/2019

<sup>105</sup> Massala, G (2017, 4 gen) [Angola] Planos de migração para TV Digital serao definidos em 2017, en <https://www.menosfios.com/angola-planos-de-migracao-para-tv-digital-serao-definidos-em-2017/>

<sup>106</sup> Jackson, Tom (2018, 26 jul) China Comes To the Rescue On African Digital Migration Deadline, em <https://moguldom.com/152412/china-to-the-rescue-on-african-digital-migration-deadline/> Consulta: 18/7/2019

Moçambique inclusive - apresentam problemas comuns que se prendem com a capacidade financeira para responder ao processo.

De forma preocupante, Angola, Botswana, Camarões, Mali, Moçambique e Zimbabwe não têm sido capazes de especificar quando esperam migrar. No entanto, Moçambique e a África do Sul e Angola apontam para finais de 2019 pois, encontram-se muito avançados. Enquanto a África do Sul necessita de mais US\$ 500, Angola de USD \$380 para ampliar a capacidade de cobertura, Botswana queixa-se dos STB lê-se no *The Moguldom Nation* (Jackson, 2018 26 jul).

A SADC emite fortes sinais de encorajamento de produção de conteúdos locais com destaque à criação de canais temáticos que promovam a participação e o empoderamento da mulher, bem como a redução das assimetrias entre os países da região bem como dentro de cada país<sup>107</sup>. Estas medidas passam por valorização das línguas locais, devido ao elevado nível de analfabetismo, quando as emissões são feitas na língua oficial. Isto mostra que poderão no futuro nascerem canais temáticos, uma pura segmentação para satisfazer nichos do mercado local e vincar a sua cultura.

Moçambique, quando conquistou a independência em 1975, abraça somente a língua portuguesa como língua oficial, em detrimento das línguas nacionais, como estratégia para acelerar um rápido desenvolvimento na busca de construção de uma unidade nacional onde não houvesse discriminação etnolinguística<sup>108</sup>. Firminio (2009:8) refere que a oficialização do português está ligada ao desenvolvimento de um quadro ideológico que associava o português à promoção da unidade nacional e à criação de uma consciência nacional.

A decisão da adopção da língua portuguesa assinalou a primeira apropriação do português e a expurgação das suas conotações coloniais, pois esta língua, que era antes vista polos moçambicanos como língua do colonial, estava agora a servir propósitos anticoloniais. A principal motivação que levou à adopção do português durante a

---

<sup>107</sup> A Televisão de Moçambique e o Instituto Nacional das Telecomunicações promoveram um seminário no dia 27 de Dezembro de 2017 para debater canais temáticos na era digital.

<sup>108</sup> Firminio, Gregório (2009). A situação do português no contexto multilingue de Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. [gregorio.firmino@uem.mz](mailto:gregorio.firmino@uem.mz). Disponível em [http://dlcv.ffe.ch.usp.br/sites/dlcv.ffe.ch.usp.br/files/06\\_19.pdf](http://dlcv.ffe.ch.usp.br/sites/dlcv.ffe.ch.usp.br/files/06_19.pdf). consultado em 18/7/2019

sublevação anticolonial – preservação da unidade nacional – continuou a ser relevante no processo de construção da nova nação-estado (Firminio, 2009).

A importância exclusiva da língua portuguesa sobre as línguas nacionais é digna de debate, de tal sorte que, em 2000, o Governo de Moçambique oficializou a introdução de um sistema bilingue no sistema de educação, um sinal que reconhece o peso que as línguas locais têm na sociedade moçambicana, mas também é um sinal do insucesso do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Adulto, introduzido nos primeiros anos após a independência em todo o país. Os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997 demonstram que o conhecimento da língua portuguesa pela população moçambicana é muito reduzido. O português reconhecido como língua materna por 6,0% e usado como a língua mais falada por 9,0%<sup>109</sup>. Segundo Firminio (2009), a maioria dos falantes se localiza nas zonas urbanas, do sexo masculino e maioritariamente jovem. Nas zonas urbanas, a maioria sabe falar a língua portuguesa (72.0%), contrariamente às zonas rurais onde a maioria não sabe falar a língua portuguesa (73.0%).

A utilização apenas de línguas internacionais nos *media*, cobre também uma percentagem da população, e deixa de fora a maior parte não falante da língua oficial. Por um lado, é legítima a preocupação de fazer uma televisão nacional, uma radiodifusão pública mais abrangente e diversificada. A TDT abre oportunidades de maior número de canais (participação) e coloca o desafio de abrangência.

São cada vez mais presentes os apelos da comunidade da SADC para a utilização das línguas nacionais na radiodifusão e em outros serviços públicos. As rádios têm sido as que mais línguas nacionais usam nas suas emissões diferentemente das televisões. A Rádio Moçambique (RM) destaca emissoras completamente em línguas nacionais, e emite os principais blocos noticiosos em cadeia nacionais. Já a TVM, esta num processo de implementação de uma programação em línguas locais em todas as províncias,

---

<sup>109</sup> Firminio, G. (2009) A Situação do Português no contexto multilingue de Moçambique. Consultado em <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/mes/06.pdf>.

através de janelas locais da emissora provincial. Mais do que janelas locais, a TVM vai introduzir serviços noticiosos em línguas moçambicanas, em cadeia nacional<sup>110</sup>.

O desafio de maior produção de conteúdo local vai exigir das autoridades, a revisão da regulação para acomodar a dinâmica que as TIC's impõem aos *media* nas sociedades. Enquanto os canais públicos de televisão analógica na região, cobrem em média, uma percentagem inferior a metade da população, são notórios os sinais da perda da hegemonia das audiências que caracterizou as décadas 80 e princípio de 90, quando os canais públicos detinham o monopólio, com as novas leis que permitiram a entrada de canais comerciais nacionais e estrangeiros, o que demonstra que as coisas mudaram.

Não se vê bem o desenho de como os países irão explorar a disponibilidade do espectro, para elevar o número de canais temáticos por um lado. Por outro, certamente que os países não ganham mais televisão, com elevado número, mas sim, com prestação de serviço de qualidade que, para o caso, exige também uma forte produção local, vinculada à proximidade cultural dos clientes telespectadores, e destinada geralmente aos canais de pacotes básicos (Bustamante, 2003).

Entretanto, a criação de conteúdos temáticos por nichos é onerosa e impraticável para canais públicos. Para Bustamante (2003), a nova criação exige investimento financeiro dos produtores e deixa pouca margem à produção local, de forma que os seus custos compõem um “abanico presupuestario” inédito nas televisões procedentes (até dez vezes menos por hora de emissão e por pressuposto do canal); o que significa que os produtores clássicos dificilmente podem entrar nesse novo mercado, e que os novos produtores independentes nascidos nesse contexto irão mudar profundamente os seus métodos de produção, no momento que se virem obrigados a ampliarem profundamente os géneros, tipo e formas de produtos, incluindo a revalorização e reutilização dos arquivos e dos *stocks* de imagens. Trata-se de uma indústria precária, mas, mais ampla em estrutura, submetida a uma lógica económica muito mais estrita e de uma lógica de custo-benefício e uma extrema flexibilidade nos géneros e produtos.

---

<sup>110</sup> TVM (2017 Dez). A TVM assume o compromisso de produzir blocos noticiosos em línguas nacionais, veiculados em cadeia nacional, à margem do Seminário Sobre Canais Temáticos, na era digital, realizado em, Maputo, a 27 de Dezembro de 2017.

Em teoria, tal como aconteceu em muitas televisões generalistas, poderia tratar-se de uma etapa inicial que se iria superando com a maturidade do mercado da televisão digital, e os seus telespectadores vão exigindo, de forma crescente, doses de produtos nacionais de qualidade (Bustamante, 2003). O autor conclui que a maioria dos analistas independentes é séptica em relação à possibilidade de um impulso apreciável da produção local pela televisão digital de forma que, ao menos com a ausência de regulação adequada, este fenómeno pode acontecer a médio e longo prazo.

Esta é uma abordagem sobre produtores audiovisuais clássicos da Europa e dos Estados Unidos de América que, dificilmente, supõem uma transformação profunda das indústrias culturais e audiovisuais, mais para além da reestruturação interna que possam provocar o da disjuntiva substituição adição do seu consumo e do seu mercado.

#### **4.6.2. Política de Set-Top-Box (STB) em SADC**

Os Set-Top-Boxes são conversores que os cidadãos necessitam para captar sinal digital com televisores que não possuem túnel digital. A sua disponibilização constitui um desafio para os países da SADC, onde os governos têm a responsabilidade de garantir que aconteça de forma justa para a maioria dos cidadãos. Há consciência do nível de carência que caracteriza as economias familiares dos países da região, que torna a discussão das modalidades de disponibilização dos STBs uma grande preocupação.

A política da TDT na região pretende que todos os Estados Membros garantam uma migração adequada de todas as famílias que possuem aparelho de televisão em sinal aberto, para que nenhuma família fique de fora quando se efectivar o *Switch-off* das emissões analógicas.

Os países da SADC ao adoptarem um modelo comum, DVB -T2, assumiram igualmente produzir ou encomendar descodificadores com características que suportem plataforma nas melhores condições. Assim, quanto às especificações dos STB, a SADC

recomendou que todos os STB da TDT, independentemente de serem fabricados localmente ou importados para os países da região<sup>111</sup>.

- a) Cumprir a transmissão mínima (DVBT2) e a compressão dos padrões (MPEG4);
- b) Ser capazes de descodificar os serviços de radiodifusão gratuita. Os radiodifusores podem implementar sistemas de acesso condicional, desde que os STBs possam descodificar serviços gratuitos também; e
- c) Cumprir os requisitos determinados e aprovados pela autoridade nacional.

A colocação do STB no mercado da região, se por um lado representa um desafio para os governos, (através dos organismos que tutelam as telecomunicações, os órgãos de tutela dos meios de comunicação social, e/ou as que tutelam os órgãos de ciências e tecnologia), por outro lado representa uma oportunidade para sectores industriais colocarem equipamentos de qualidade a preços competitivos no mercado regional.

Cada país Membro da SADC desenvolveu estratégias da gestão do processo de migração da radiodifusão analógica para digital, na base de uma tónica de recomendação da região, que alerta para que a produção e distribuição de set top boxes seja um negócio nos seguintes termos (Joanguete, 24/11/2017).

- a) A fabricação e distribuição de STBs são actividades comerciais no contexto do negócio de televisão digital;
- b) A fabricação e distribuição de STB serão deixadas abertas ao mercado livre para se alcançar os melhores preços e níveis de serviço para o telespectador.
- c) As empresas de radiodifusão são encorajadas a trabalhar em conjunto para harmonizar a distribuição da STB;
- d) Os Ministérios que tutelam a pasta da Tecnologia da Informação e Comunicação irão promover e suportar as renúncias de funções de STBs.

---

<sup>111</sup> SADC. (2013 17 Apr) 5<sup>th</sup> SADC digital broadcasting migration forum. Disponível: [https://www.sadc.int/files/8413/6662/0670/Media\\_Statement\\_on\\_the\\_Fifth\\_SADC\\_Digital\\_Broadcasting\\_Migration\\_Forum.pdf](https://www.sadc.int/files/8413/6662/0670/Media_Statement_on_the_Fifth_SADC_Digital_Broadcasting_Migration_Forum.pdf). Consultado no dia 19/07/2019

Os países da região têm uma fraqueza comum na indústria de produção dos equipamentos de radiodifusão à excepção da África do Sul, que ostenta robustez na sua economia, mas sem vida facilitada pela economia à escala global cada vez mais renhida, mesmo para a colocação dos STB nas mãos dos usuários.

O governo da África do Sul comprometeu-se a fornecer 5,2 milhões de STBs gratuitos para as famílias que dependem de subsídios sociais e aqueles com uma renda de menos de R3 200. Os STBs são obrigados a converter sinais de transmissão digital em aparelhos de TV analógicos (Mzekandaba, 2018).

Quando a África do Sul começou a distribuir os STBs esperava abranger cerca de 23.000 famílias registadas, mas acabou entregando a 26.000 famílias, porque 3000 compraram televisores quando se aperceberam da distribuição, relata o Departamento de Comunicação, responsável pelo projecto da digitalização naquele país (Mzekandaba, 2018). Porque o regulamento do TDT é concebido para abranger todas famílias que utilizam a TV, não podia deixá-los de fora. Até finais de 2017, cerca de 87,3% dos sul-africanos estavam em condições de receber transmissões de televisão digital terrestre (TDT), enquanto os restantes 12,7% fora da cobertura da TDT podiam receber transmissões via satélite directo para casa (DTH).

Na África do Sul, os fabricantes produziram os (STBs) e as TV digital integrada seguindo padrões definidos pelo *Bureau of Standards* (SABS). Mais do que distribuir STBes pelas famílias com o salário mínimo, estão acautelados os indivíduos portadores de alguma deficiência, de tal forma que os conteúdos devem contemplar essa classe social.

A África do Sul produziu um regulamento da TDT que a SABC, televisão pública deve cumprir para acomodar as assimetrias e as pessoas portadoras de deficiência. Um dos problemas que se pretende resolver com o regulamento é a desigualdade de oportunidades e mesmo de acesso à informação, bem como a sua participação (Mzekandaba, 2018).

### 4.6.3 Regulação

A história da regulação da radiodifusão data de 1906, aquando da realização da Primeira Conferência Internacional da Radiotelegraph que teve lugar em Berlim, e que estabeleceu as primeiras regras de gestão da rádio (hoje chamada Regulação da Rádio) – o que se tornou uma missão da UIT para facilitar a comunicação mundial<sup>112</sup>.

Enquanto o surgimento das rádios remonta de 1920 e a televisão é relativamente nova, na África do Sul a radiodifusão iniciou em 1976, Moçambique em 1981, Tanzânia em 1994, Malawi em 1998, Botswana em 2000. As radiodifusões nacionais criaram um órgão “guarda-chuva”, a Associação de Radiodifusão da África Austral (SABA), com a sua sede em Windhoek Namíbia, cujo principal objectivo é coordenar as actividades das radiodifusoras públicas sob a sua alçada.

Não obstante, há esforços notórios que os Países Membros exercem para acompanhar a evolução Global radiodifusão, cada vez mais influenciada pelas TIC's, cuja característica primária é constante evolução o que exige actualização. Uma saída estratégica é a utilização de equipamentos robustos, actualizados, que confirmam às radiodifusoras públicas maior longevidade (Mbebe, 03/10/2017).

Esta adaptação às novas tecnologias vai alterar a dinâmica da rotina de produção analógica, que não sendo necessariamente estática, obedece a uma regulação própria que, para caso de Moçambique, é à Lei da Imprensa 18/91, com bastantes lacunas para a radiodifusão porque é essencialmente uma lei de imprensa escrita.

Os países da SADC, para acomodarem o processo da digitalização a nível da região, criaram comissões dentro da comunidade e em cada estado para desenhar estratégias e operacionalizar a implementação da TDT. Os Ministérios dos Transportes e Comunicações, através das instituições que regulam o espectro de radiodifusão,

---

<sup>112</sup>UIT. (2017). Relatório da União Internacional das Telecomunicações sobre a Medição de Sociedade da Informação de 2017. Disponível em [https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017\\_Volume1.pdf](https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017_Volume1.pdf).- Consultado no dia 19/07/2019 Primeira conferência de rádio internacional. A Conferência Internacional de Radiotelegrafia de 1906 foi realizada em Berlim, que estabeleceu os primeiros regulamentos que regeram governam a rádio (hoje chamados de Regulamentos de Rádio) - o que se torna uma pedra angular da missão da UIT para facilitar a comunicação em todo o mundo – tradução do autor.

aprovaram estratégias que auxiliam os respectivos governos a tomarem medidas para operacionalizar a TDT.

Foi acordado entre os estados membros da SADC o estabelecimento de um bouquet, em que as TV's públicas colocarão à disposição as suas grelhas de programação para SADC. De Junho a Novembro de 2015, decorreu uma experiência sobre a funcionalidade do bouquet, com a participação de algumas televisões públicas, incluindo a TVM (COMID, 2015).

A SADC, vendo que os seus Estados Membro não conseguiam cumprir com o prazo de 17 de Junho de 2015 para migração da radiodifusão do sistema analógico para o digital, permitiu que países vizinhos lavrassem acordos, como medida de mitigação de conflitos, entre si devido à possíveis interferências dos sinal digital sobre o analógico, inibindo a captação normal do sinal e vice versa (Mbebe, 03/10/2017 e Anguilaze, 11/10/2017).

#### **4.7. Índice de Desenvolvimento de TIC's**

A União Internacional das Telecomunicações (UIT) lançou o relatório anual de 2017, que analisa o Índice de Desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI) a nível mundial, por regiões por continentes e por países (UIT, 2016)<sup>113</sup>. Um instrumento que analisa o desenvolvimento das tecnologias, mostrando o acesso e a utilização das TICs, e permite mapear o seu uso pelo mundo. Os países com baixo IDI, por coincidência são aqueles cujos processos de TDT estão atrasados. Esta constatação remete-nos à uma reflexão das políticas de investimento das TIC's que, não sendo menos estratégicas para o desenvolvimento desses países, não são ainda, prioridade na escala dos sectores/factores de luta contra a pobreza. Mas, estes países devem reavaliar constantemente as suas políticas de investimentos em tecnologias, com recurso a fundos de tesouro público e parceria público-privado.

---

<sup>113</sup> UIT (2016). *Informe sobre la Medición de la Sociedad de la Información de 2017*. Ginebra, UIT. Disponível em [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf).

Na análise do IDI por regiões e por nações, a Islândia lidera o ranking da UIT em 2017. A Europa continua a liderar o IDI, e ostenta o valor premiado regionalmente, mais elevado do mundo (7.50 pontos), enquanto a África continua a ser a região com os valores IDI mais baixos. A região de África apresentou um valor médio de 2,64 pontos, um pouco mais da metade da média mundial de 5,11. Apenas um país africano, as Ilhas Maurícias, está posicionado na metade superior da classificação, enquanto 28 dos 38 países da região incluídos no IDI de 2017 estão entre os países menos conectados (LCC – *less connected countries*)<sup>114</sup>.

*... Este dado reflecte o nível geralmente reduzido de desenvolvimento económico de África. Não obstante, a região acolhe dois dos três países cujos valores registaram as melhores e mais dinâmicas durante o ano, a saber, Namíbia e Gabão*<sup>115</sup>

Tabela. N.3. Índice de Desenvolvimento das TIC's (IDI), 2017

Classificação do IDI 2017	Países /Economia	Valor do IDI 2017	Classificação IDI 2016	Valor do IDI 2016	Mudança de Classificação
72	MAURÍCIAS	5.88	-	-	↑
90	SEICHELLES	5.03	92	4.80	↑
92	AFRICA DO SUL	4.96	88	4.91	↓
105	BOTSWANA	4.59	102	4.51	↓
118	NAMIBIA	3.89	123	3.33	↑
133	LESOTHO	3.45	130	2.94	↓
136	ZIMBABWE	2.92	133	2.85	↓
146	ZÂMBIA	2.54	149	2.19	↑
150	MOÇAMBIQUE	2.32	147	2.23	↓
160	ANGOLA	1.94	156	2.00	↓
165	TANZANIA	1.81	164	1.73	↓

<sup>114</sup> UIT (2016) e Perez Cogle, Haymee I (2017, 31 dez) Sobre o Relatório da ITU 'Medição da Sociedade da Informação, 2017', iP - Revista da Associação Angolana de Provedores de Serviços de Internet. <https://revistaip.blog/2018/06/07/sobre-o-relatorio-da-itu-medicao-da-sociedade-da-informacao-2017/> Consultado no dia 19/07/2019.

<sup>115</sup> Informe sobre la Medición de la Sociedad de Información (2017). Disponível em [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf). consultado 28.10. 2018

167	MALAWI	1.74	169	1.58	↑
169	MADAGASCAR	1.68	167	1.70	↓
171	R.D. CONGO	1.55	170	1.48	↓
Sem Inf.	SUWAZILANDIA				

Elaboração própria, adaptado do IDI (2016)

Como se pode depreender da tabela 1, a partir do IDI da UIT 2017, constata-se que os países da SADC são liderados pelas Maurícias com 5.88, seguida de Seicheles com 5.03 e depois da África do Sul e Botswana com 4.96 e 4.59 respectivamente.

É notável que a maioria dos países classificados, baixaram de ranking de 2016 para 2017, com a excepção de Seicheles, Namíbia, Zâmbia e Malawi, que cresceram em média dois dígitos e, Malawi, a nível da região da SADC, superou Madagáscar e a República Democrática do Congo.

#### **4.8. Liberdade de Expressão e informação na SADC**

O capítulo dos direitos, deveres, liberdades de informação e de expressão que os países da SADC adoptam são inspirados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Declaração Universal não é um tratado que deve ser ratificado pelos estados e daí criando uma obrigação.

A Declaração Universal tornou-se lei costumeira internacional ou reflecte-se como tal. Contudo, todos os estados são obrigados a respeitar a liberdade de expressão como um direito humano, mesmo que não tenham ratificado qualquer tratado relevante (Mário, 2012).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) deve ser considerada “o principal documento” que serve de referência para o amplo exercício da cidadania e os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos do planeta.

A DUDH tem como objectivo definir medidas para garantir que os direitos básicos para uma vida digna sejam observados a todos os cidadãos do mundo, independentemente da

cor, raça, nacionalidade, orientação sexual ou religiosa. É garantido a todas as pessoas o direito à vida, à liberdade de expressão do pensamento. A liberdade de expressão é o direito fundamental do homem que garante a manifestação de opiniões, ideias e pensamentos sem retaliação ou censura por parte de governos, órgãos privados ou públicos, ou outros indivíduos, como transcrevemos fielmente o Artigo 19 da DUDH<sup>116</sup>.

*Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.*

A Constituição da República de Moçambique (CRM) de 1990, actualizada em 2004, consagra os Direitos, Deveres e Liberdade, no Artigo 48, onde anuncia as “Liberdade de Expressão e Informação”. Assim, em 1991 é aprovada a Lei nº 18/91, de 10 de Agosto, oficialmente designada “Definição dos Princípios que Regem a Actividade da Imprensa e Estabelece os Direitos e Deveres dos seus Profissionais”, também conhecida como Lei de Imprensa, responsável pela materialização do preceituado no artigo 48 da Constituição da República de Moçambique.

O quadro legislativo dos países da SADC está alinhado com os principais instrumentos internacionais que estabelecem padrões de políticas e de legislação neste domínio, com particular destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a carta Africana dos Direitos.

#### ***4.9. A Declaração de Windhoek sobre a Promoção de uma Imprensa Africana Independente e Pluralística, Maio de 1991.***

Aprovada pela Conferência Geral na sua sessão vigésimo sexto – 1991, a Declaração de Windhoek sobre a promoção de uma imprensa independente e pluralista africana, realizada em Windhoek, Namíbia, de 29 de Abril a 03 de Maio de 1991, pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura, afirma que<sup>117</sup>:

<sup>116</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH. disponível em:

[https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf).

<sup>117</sup> UNESCO (1991) DECLARAÇÃO DE WINDHOEK 1991. Disponível em <http://misa-angola.blogspot.com/2013/05/declaracao-de-windhoek.html> Consulta 19/7/2019

1. *Em harmonia com o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o estabelecimento, manutenção e promoção de uma imprensa independente, pluralista e livre é essencial para o desenvolvimento e a manutenção da democracia em uma nação, e para o desenvolvimento económico.*
2. *Por imprensa independente, queremos dizer uma imprensa independente do controlo governamental, político ou económico ou do controlo dos materiais e de infra-estruturas essenciais à produção e difusão de jornais revistas e periódicos.*
3. *Por imprensa pluralista, entendemos o fim do monopólio de qualquer tipo e a existência do maior número possível de jornais, revistas e periódicos que refletem a maior gama possível de opiniões dentro da comunidade.*
4. *Os Estados africanos devem ser encorajados a fornecer garantias constitucionais de liberdade de imprensa e liberdade de associação.*
5. *Os sistemas nacionais da media e as leis sobre as relações laborais dos países africanos devem ser regidos de forma a garantir que tais associações representativas possam existir e cumprir plenamente as suas tarefas importantes em defesa da liberdade da imprensa.*
6. *Tendo em vista a importância do rádio e da televisão no campo de notícias e informações, as Nações Unidas e a UNESCO são convidados a recomendar à Assembleia Geral e a Conferencia Geral a Convocação de um seminário similar de jornalistas e gestores de serviço de rádio e televisão em África, para explorar a possibilidade de aplicar conceitos similares de independência e pluralismo a esses meios de comunicação.*

#### **4.10. Protocolo sobre Cultura, Informação e Desporto da SADC (2001)**

O protocolo destaca a necessidade de harmonização de políticas sobre cultura, informação e desporto nos países membros das SADC. O protocolo apresenta o sector da informação do artigo 17, ao 23. No Artigo 17, destacam-se dentre vários objectivos os seguintes:

- a) Cooperação e colaboração na promoção, estabelecimento e crescimento de *media* comunitária, comercial, pública, regional e global para uma livre circulação de informação;
- b) Desenvolvimento e promoção da cultura local, opinião e talento através do incentivo ao conteúdo local nos *media* como revistas, rádio, televisão, vídeo, filmes e novas tecnologias de informação;
- c) Tomada de medidas para diminuir o fosso de informação entre as áreas rurais e urbanas, através do aumento da cobertura pelos *media* privada, pública ou baseada na comunidade;
- d) Encorajamento do uso de línguas nacionais nos *media* como veículos de promoção da intercomunicação local, nacional e regional;
- e) Garantir que os *media* sejam adequadamente sensibilizados sobre assuntos de género, de modo a promover a equidade de género e a equidade na disseminação de informação.
- f) Utilizar a comunicação para construir e consolidar a solidariedade e o entendimento com outras comunidades, especialmente os provenientes do mundo desenvolvido.
- g) Cooperação na protecção das crianças e dos produtos culturais das informações prejudiciais, como espaço para uma livre expressão das crianças e ao significado da comunicação.

Moçambique ratificou este Protocolo e, o que resulta que se encontra formalmente veiculado às disposições legais previstas (Mário, 2012).

O Artigo 18 destaca as Políticas de Informação e convida os Estados Membros a formular e harmonizar as políticas de informação, envolvendo parceiros e sociedade civil<sup>118</sup>. Os Estados Membros devem criar um ambiente político e económico conducente ao crescimento da ética para uma *media* diversificada e pluralista.

O Artigo 20 estabelece como *media* a independência editorial, longe de qualquer pressão (política ou económica). É pela independência editorial a SABA deverá elaborar políticas que favorecem e incentivam o surgimento de canais privados ou independentes

---

<sup>118</sup> MISA (2002) *MISA instrumento de Advocacia dos media – Livro de recursos*. Windhoek, MISA [https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd11\\_05livro\\_de\\_recursos.pdf](https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd11_05livro_de_recursos.pdf)

para complementar a meda publica. Com a libertação do espectro pelo aumento da largura da banda, muitos canais temáticos devem ser encorajados.

O artigo 23 dedicado às Infra-estruturas de Informação, fica mais próximo anda do nosso objecto de estudo. As infra-estruturas da rede e as unidades de produção televisiva, embora em entidades separadas, complementam-se.

1. Os Estados Membros devem actualizar as infra-estruturas da *media* nas áreas urbanas e rurais para garantir o acesso de mais parceiros/consumidores através da media.
2. Os Estados Membros devem promover museus, bibliotecas, arquivos, vilas culturais e serviços similares como provedores de informação.
3. Os Estados Membros devem cooperar no desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo radiodifusão, através de satélite e outras tecnologias.

Em relação à primeira e à terceira previsão deste artigo, os Estados Membros recomendam que, independentemente da fonte de aquisição do equipamento digital, esta deve garantir qualidade e capacidade /compatibilidade com o DVB-T2. Ou seja, os reguladores devem garantir a correcta indicação do tipo de equipamento e fiscalizar antes e depois da sua disponibilização no consumidor final.

#### **4.11. Protocolo Sobre Trocas Comerciais da SADC**

O Protocolo Comercial da SADC é um Instrumento Legal que regula as relações comerciais entre os Países Membros subscritores da SADC. Foi assinado em Maseru – Lesotho, em Agosto de 1996. Moçambique ratificou através da Resolução n.º. 44/99, publicada no BR n.º52, de 29 de Dezembro de 1999, I Série, entrou em vigor no dia 25 de Janeiro de 2000<sup>119</sup>

O protocolo visa satisfazer várias necessidades através de objectivos tais como: a liberalização do comércio entre os países membros, aumento de produção e das produtividades, melhorar o clima de negócios, a industrialização e o desenvolvimento dos países subscritores. Destas medidas, resultou a criação da zona do comércio livre (ZCL), em 2007, que está em vigor desde 2008. O resultado que se espera desta medida

<sup>119</sup> Protocolo sobre trocas comerciais da SADC, <http://www.mic.gov.mz/por/Comercio-Externo/Acordos-Bilaterais/PROTOCOLO-SOBRE-TROCAS-COMERCIAIS-DA-SADC>, consultado 30/10/2018.

é impulsionar o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização da região.

Derivado da baixa produção industrial, de uma forma imediata, o benefício que Moçambique tira do protocolo é a possibilidade de participar e acompanhar os fóruns internacionais de concertação de posições a nível da SADC, bem como acções de atracção de investimentos directos estrangeiros e nacionais. A livre circulação de bens (isenção de tarifas), acessos ao mercado regional são regalias plasmadas no Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas e bens na Região da SADC, assinado em Gaborone, Botswana, a 17 de Agosto de 2005 [Ratificado através da Resolução No. 31/2005 do Conselho de Ministros, de 8 de Novembro]. BR nº 044, I Série, Supl. de 08 de Novembro de 2005, pág. 400-(2) a 400-(7).

Em Julho de 2015, os Ministros do pelouro das telecomunicações da SADC reuniram-se em Comité de Direcção da TDT da SADC, nos dias 22 e 23, no “9.º Fórum da Migração de Radiodifusão Digital”, com as seguintes abordagens: Serviço de Roaming Interno e Além-fronteiras da SADC (SHAR); Quadro de Acesso Aberto a Infra-estruturas de Banda Larga das TIC; Implementação do Roteiro da SADC para a Migração Digital; Actividades do Gabinete de Gestão do Projecto (PMO) de Televisão Digital Terrestre (TDT) da SADC; Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da SADC; Plano de Acção a Curto Prazo (STAP) para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da SADC 2013-2017, incluindo o estabelecimento de Pontos Nacionais e Regionais de Intercâmbio de Internet (N/RIXP)<sup>120</sup>.

#### **4.12. Investimento Directo Estrangeiro na SADC**

Muitos países membros da SADC se esforçam para desenvolver as suas economias pois, apresentam muitas fragilidades internas ligadas à pobreza, por isso dependem de financiamento de outras nações para alcançar as suas metas de crescimento económicas de longo prazo. Perante esta necessidade, a SADC desenvolveu políticas e procedimentos que encorajam o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), de modo que fosse possível colocar o investimento estrangeiro directamente na produção.

---

<sup>120</sup> INCM (2015 24 Jun), Ministros da SADC abordam TIC e migração digital: disponível em <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/140-ministros-da-sadc-abordam-tic-e-migracao-digital> , consultado no dia 19/97/2019

Como resultado do IDE, os países da região criam projectos que forneceram emprego nos países membros, desenvolveram infra-estruturas que contribuem no crescimento económico<sup>121</sup>. Estas iniciativas de cooperação tais como: empreendedorismo, estrutura de incentivos fiscais mais atraentes (redução das taxas), tempo de espera para obtenção de licença de exploração, a regulamentação favorável é avaliada pela positiva pelos países porque, acabam respondendo ao maior objectivo da SADC, a integração económica regional.

Para salvaguardar os interesses de cada Estado Membro e da região, a SADC lavrou um Protocolo Sobre Finanças e Investimento que destaca a importância do Investimento Directo Estrangeiro. Assim, o Artigo 3 do Anexo 1 do referido Protocolo indica que os Estados Membros devem coordenar os seus regimes de investimentos e cooperação para criar um clima de investimento favorável na região. Este artigo reforça a necessidade da promoção do empreendedorismo por parte dos signatários, nas indústrias que atraem especificamente o IDE. No mesmo molde, o Artigo 4 do Anexo 3, orienta aos estados membros a desenvolver, de forma colaborativa, uma estrutura para incentivos fiscais, que atraiam o IDE na região.

A SADC reconhece que atrair IDE envolve competir com outras nações do mundo. Portanto, o Plano Estratégico Indicativo do Desenvolvimento (PEID) destaca factores que os investidores internacionais consideram ao avaliar uma região. Face a esta competitividade, encontra-se disposta no Protocolo, a necessidade da utilização das TICs para atrair investidores como se pode depreender no Artigo 9.

O Artigo 9 ressalva que os Estados Membros assegurarão a coordenação e a cooperação entre os seus respectivos Bancos Centrais em relação às operações na área de Tecnologia, Informação e Comunicação, tal como estabelecido no anexo 7. Fazendo valer a pertinência da cooperação entre Bancos Centrais e reconhecendo que as TIC's suportam soluções dos sistemas bancários centrais e financeiros dentro de cada Estado Parte e dentro da região, reconhecendo que a sua utilização baixa, mas que a ser adoptada pode atingir e manter altos níveis de eficácia e eficiência desempenho e competitividade global sustentável. Desta forma o protocolo recomenda a cooperação

---

<sup>121</sup><https://www.sadc.int/themes/economic-development/investment/foreign-direct-investment/>

entre os bancos de cada Estado Membro, apoiar iniciativas proactivas, criar a consciência de benefícios resultantes da utilização das TIC's.

Os pilares que conferem a elegibilidade de uma nação ou região a investimentos são vários, pode-se destacar o ambiente político e macroeconómico estável, as regulamentações favoráveis, infra-estruturas económicas de qualidade, recursos humanos qualificados e um sistema integral de transporte<sup>122</sup>.

Mais adiante, a SADC esclarece que “a recessão económica global que começou em 2008 afectou grandemente o investimento directo estrangeiro na SADC. Entre 2009 e 2010, o investimento directo estrangeiro total na região caiu quase 50%”. No entanto, predominam as assimetrias entre os Estados Membros da SADC em vários sectores de desenvolvimento económico. Os estados não são iguais na dimensão do seu mercado, em estabilidade política, qualidade de infra-estrutura ou disponibilidade dos recursos naturais, factores chaves para a atracção do IDE.

#### **4.13. Restrições ao Investimento Directo Estrangeiro**

Ainda que todos os Estados Membros da SADC encorajem o Investimento Directo Estrangeiro, através da ratificação do Protocolo de Finanças e Investimentos, cada Estado-Membro opera actualmente o seu próprio quadro regulamentar com o seu próprio nível de liberalização económica. Nota-se que muitos Estados-Membros estão totalmente abertos ao investimento estrangeiro em vários sectores, porém, certos sectores estratégicos ainda têm limites para o investimento estrangeiro (SADC, 2012)

A nível da *media*, os Estados Membros incentivam a necessidade de potenciar a produção de conteúdos locais com valores culturais, apostando, inclusive, no uso das línguas locais para garantir que a informação seja partilhada e utilizada pela maior parte das populações que, no computo geral dos países africanos, para além de possuírem muitas línguas em vários grupos sociais, o nível de alfabetização á ainda problema, o

---

<sup>122</sup> SADC (2012) Foreign direct investment (FDI), disponível em: <https://www.sadc.int/themes/economic-development/investment/foreign-direct-investment/> . Consultado 13/10/18

que leva a entender que as línguas oficiais (línguas da media) nos países da SADC é para uma minoria.

Cinco países da SADC limitaram o investimento estrangeiro em telecomunicações, com apenas Maurícias e Zâmbia permitindo 100% de propriedade estrangeira; Madagáscar e Moçambique apenas reduziu as telecomunicações de linha fixa, permitindo a propriedade estrangeira de serviços móveis; Angola diminuiu a propriedade estrangeira a 10% na banca, 50% no seguro e 80% no transporte; Tanzânia delimitou o investimento estrangeiro em seguros para 66%; e a maioria dos países da SADC diminuíram a propriedade de *media* por parte de investidores estrangeiros, especialmente a transmissão de televisão; somente Madagáscar e Zâmbia permitem 100% de participação estrangeira no sector de *media*.

Grande parte senão todo significativo do investimento directo estrangeiro é dedicado à indústria extractivas, e muito pouco no ramo das TIC's. Informações do Banco de Moçambique indicam que o fluxo de Investimento Directo Estrangeiro IDE para o país evoluiu de USD 347.3 bilhões para USD 4.9 Biliões entre 2002 e 2014 (Mucanze, 2016). Mais, O Governo de Moçambique vê o IDE com um papel estratégico para manter as taxas de crescimento económico, aumentar o nível de empregos, facilitar o desenvolvimento e actualizar a economia nacional em termos de transferência de tecnologias.

Se por um lado os investidores exigem políticas flexíveis aos estados do destino dos seus investimentos, como de maior rentabilidade em curto espaço de tempo, também é verdade que os países de origem dos investimentos não têm sido flexíveis como se verificou em Moçambique. “Os 220 milhões de euros concedidos a Moçambique para custear o processo de migração digital da televisão ainda não estão disponíveis, devido a procedimentos burocráticos exigidos pelo Exim Bank (Banco de Exportação e Importação da China)<sup>123</sup>.

Tabela N. 4 Investimento Directo Estrangeiro na SADC (2008-2009)

Países	FDI STOKE	FDI	FLUXO	GCF como%
--------	-----------	-----	-------	-----------

<sup>123</sup> DW (2014, 18 Dez). Televisão: Migração digital em Moçambique atrasada. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/televis%C3%A3o-migra%C3%A7%C3%A3o-digital-em-mo%C3%A7ambique-atrasada/a-18140406-0>. Consultado no dia 19/07/2019

	INTERNO 2009 (USD Bilhões)	ENTRADAS, 2008, (USD Bilhões)	INTERNO EM % FBCF	do PIB
	FDI stoke em 2009 (US\$ bilhões)	FDI Influxos 2008 (US\$ bilhões)	Fluxo de Entrada de IED como % da FBCF	GCF como % do PIB
ANGOLA	16.5	1.679	109.0	12.4
BOTSWANA	0.98	0.109	7.2	32.4
R.D. CONGO	3.10	1.000	4.0	23.9
LESOTHO	1.08	0.218	9.4	28.2
MADAGASCAR	3.50	1.477	26.3	-
MALAWI	0.82	0.037	15.4	26.5
MAURÍCIAS	1.90	0.378	11.7	27.2
MOÇAMBIQUE	4.70	0.587	32.1	18.5
NAMIBIA	4.00	0.535	25.1	25.7
CESHELLES	1.10	0.361	76.7	28.3
AFRICA DO SUL	125.00	9.611	8.9	22.8
SWAZILÂNDIA	0.81	0.010	15.8	16.5
TANZANIA	7.20	0.744	9.8	-
ZAMBIA	9.50	0.938	26.3	22.2
ZIMBABWE	1.60	0.052	9.9	-

Fonte: Elaboração própria do IDE a partir de SADC Foreign Direct Investment at Glance<sup>124</sup>

Na SADC, a África do Sul e Angola são países que se destacam com um histórico de IDE mais forte dos que dos outros, com valores de 125 mil milhões de USD e 16 mil milhões de USD respectivamente. Enquanto Moçambique posiciona-se em quinto lugar com 4.70 mil milhões de USD em 2009.

<sup>124</sup> Investimento Directo Estrangeiro (IDE), disponível em: <https://www.sadc.int/themes/economic-development/investment/foreign-direct-investment/> . Consultado 13/10/18



## CAPÍTULO V

### 5. A DIGITALIZAÇÃO DA TELEVISÃO POR ONDAS EM MOÇAMBIQUE

Este capítulo introduz a discussão do processo da TDT em Moçambique, descrito por etapas que corporizam os capítulos VI, VII e VIII, onde de forma cronológica, se elabora o percurso da digitalização da televisão terrestre (TDT) observando o período de 2006 a 2017, intervalo coberto pela tese.

A pesquisa estende-se por esse período de 11 anos, na tentativa de trazer ao debate a evolução dos acontecimentos da TDT e contribuir na percepção do mesmo. A escolha das etapas obedeceu um critério do comportamento da digitalização em si, baseado no fluxo da informação publicada ao longo desse período. Trata-se de um ensaio de buscar facilidade de avaliação e interpretação dos dados ao longo período indicado.

A TDT em Moçambique é liderada pelo Governo através do Ministério dos Transportes e Comunicações, e envolve empresas públicas do ramo da radiodifusão, a TVM e a RM.

A TDT igualmente pressupõe novas capacidades dos recursos humanos; recrutamento, formação de novos técnicos, formação e reorientação dos trabalhadores existentes.

Durante a elaboração do projecto de pesquisa constatamos que existiam períodos com maior volume de informação publicada que outros, por isso entendemos que o intervalo de 11 anos poderia ser subdividido em vários momentos que nos ajudariam a mapear e perceber a TDT em Moçambique e na região.

Os países membros da SADC encaram a migração digital como oportunidade para investir na actualização das suas tecnologias, um projecto que podia ser desenvolvido de forma conjunta ao nível regional, observando as particularidades soberanas de cada Estado Membro. Pela importância desta relação geopolítica dedicamos o Capítulo 4 para estudar as políticas de digitalização na região da SADC.

Constatamos que poucos países da SADC conseguiram migrar, realizar o desligamento das emissões analógicas dentro do prazo de 2015, embora muitos tenham avançado em vários estágios de TDT, ainda não apresentam as datas concretas para o *switch off*. Este

facto fez com que os países membros da SADC decidissem por políticas de protecção mútuas.

Victor Mbebe (03/10/2017) afirma que a principal causa do atraso do processo é o financiamento em muitos países da SADC.

Em 2015, quando os países da região falharam a migração, acordaram em implementar projetos-piloto que serviram para responder a dois objectivos centrais: proteger as emissões digitais dos países cujos processos estavam avançados e ensaiar a dupla iluminação, que não funcionou por falta de STB de 2015 a 2019. Segundo explicam (Ho-Poon, 06/10/2017 & Canda, 04/06/2017) este período serviria igualmente para testar a rede e corrigir os erros. A partir de 2015, os países da SADC têm renovado o compromisso para Dezembro da cada ano, mesmo cientes das suas fragilidades e das agendas governamentais.

Até ao fecho da elaboração da presente tese (Setembro de 2019), o Governo de Moçambique não havia fixada nenhuma data em concreto do *Switch off* as emissões analógicas, embora o processo se encontre bastante avançado.

### **5.1. Evolução cronológica da TDT por etapas**

Em Moçambique, o anúncio da chegada da nova tecnologia de televisão digital não foi acompanhado de políticas públicas nem de políticas de comunicações, muito menos de uma regulação, instrumentos necessários para acomodar as estratégias e sua implementação. O Governo através do Ministério dos Transporte e comunicações, que tutela a área, desenvolveu-se esforços para a criação da documentação que guiasse o processo.

Em Moçambique, a maioria das entidades envolvidas na implementação da TDT não apresentam conhecimento profundo do mesmo, e nas diferentes fases demonstraram dificuldade de lidar com mesmo, por desconhecimento e falta de visão do alcance e ou do impacto económico associado a este negócio.

Para analisar cronologicamente o processo TDT criamos três etapas seguintes:

- a) Etapa I (2006- 2010);
- b) Etapa II (2011 – 2013);
- c) Etapa III (2014 – 2017).

Cada uma das três etapas destaca os principais acontecimentos, documentados e complementados pelas entrevistas realizadas por nós, que nos auxiliaram no entendimento do processo, e, observando a realidade dos factos, destacamos algumas acções que pela natureza e relevância, fazem a história do processo. Tentamos explorar como o processo evoluiu nas mãos dos principais intervenientes. A criação dos órgãos de gestão, apropriação do processo pelo governo, as mudanças operadas em diferentes fases.

Cada etapa representa um estágio da evolução do processo de digitalização da radiodifusão em Moçambique. Nos intervalos que decorre de 2010/2013 e 2016/2017 registaram-se muitas actividades ligadas a TDT, entretanto, os anos 2006 a 2009 registaram-se pouca acções, sem grande expressão.

Quando analisamos os dados disponíveis destacamos como critério primário *o volume da informação* que corporiza cada etapa; *a transparência partilha de informação*; *a gestão do processo*, e *a implementação da digitalização* propriamente dita.

Assim, os primeiros anos (2006-2009) registaram um baixo nível de informação disponível, o que nos leva a entender que o assunto ainda era do domínio do nível de decisão. Este período normalmente é reservado para o desenvolvimento das políticas de digitalização, em paralelo com a mobilização de financiamento.

Neste período, destacam-se dois documentos emitidos pelo Ministério dos Transportes e Comunicações; em 2007 regista-se uma iniciativa de elaboração de um regulamento de digitalização da radiodifusão; e em 2008 um segundo documento que projecta o estabelecimento das directrizes e os passos que o governo e outras partes interessadas deverão observar na criação da estratégia de transição (Miguel, 2015). Estas são as ocorrências relevantes para este período que antecede a aprovação do padrão europeu BDV-T2.

A maioria dos nossos entrevistados considera que a falta de documentação revela parte das fragilidades do país, pois não há domínio do processo.

Decorrente da fraqueza do primeiro critério (fraca informação), a Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID) foi nomeada em 2011 para gerir o processo, que se dedicou a criação da estratégia nacional de digitalização da radiodifusão, do analógico para o digital. A comissão esteve muito alargada em termos de composição numérica (17 membros), mas fraca em contribuições. Muitos membros não entendiam nada sobre a TDT. Logo, não faziam nada. O critério da sua indicação não esteve claro, tudo indica que a preocupação era preencher lugares dos organismos convidados para a comissão (Anguilaze 11/10/2017, Joanguete, 24/11/2017; Mário, 20/10/2017).

Em 2010 registou-se o início das actividades de digitalização da radiodifusão, quando o Governo de Moçambique tornou público a decisão do Conselho de Ministros, que aprovou o modelo europeu DVB-T2.

Enquanto o Governo se desdobrava a procura de financiamento dentro e fora do país, a imprensa privada e a sociedade civil reivindicavam dentre outras coisas a sua participação, transparência do processo, o envolvimento de todas as forças interessada na cadeia de valor. O Centro de Integridade Pública em Moçambique acusa o Governo de desempenhar duplo papeis no mesmo processo, protelando negócio privado com discursos de uma migração tecnológica e social (CIP, 2011).

A introdução de televisão digital terrestre (TDT) possibilita, designadamente, a oferta de um serviço com melhor qualidade de imagem e de som e uma utilização mais eficiente do espectro radioelétrico, o qual constitui um recurso escasso, libertando-se frequências para outras utilizações, tanto no âmbito da própria radiodifusão televisiva como de serviços de comunicações electrónicas (Berger, 2012).

Foi na sequência dessas vantagens que Moçambique abraçou a digitalização como resposta ao desenvolvimento das TIC's, a irreversibilidade do processo, uma adesão voluntária que deve, em todo o processo, salvaguardar a soberania na esfera internacional sob o risco de ficar descontinuada e desprotegido.

O processo de digitalização, para além de não responder em princípio às agendas nacionais (educação, saúde, agricultura, democracia e outros) como escrevem (Berger, 2012; Mário, 2010; Miguel, 2014), maioria dos países em vias de desenvolvimento, têm sido

uma escola, onde as regras e perspectivas politicamente estabelecidas não encontram correspondência por falta de condições financeiras.

Moçambique é exemplo desta adopção voluntária, de um projecto da dimensão internacional, cuja maior dificuldade é a forte influência externa sobre o peso do Orçamento Geral do Estado (OGE).

A cronologia deste processo mostra-nos como a globalização e o avanço tecnológico rapidamente superam os interesses privados de cada Estado signatário da União Internacional das Telecomunicações (UIT), provocando alteração na dinâmica do sistema da governação dos países receptores das ideias, que se devem reinventar para cumprirem com os calendários da migração digital.

No geral, o processo caracteriza-se por incertezas, fraca transparência, fraca comunicação em todos os níveis (Machel, 2011).

No início do processo, o sector privado não esteve muito bem representado a todos em níveis, desde o da televisão até ao negócio da venda de equipamento radioelétrico. O Mercado de negócios, por sinal, o maior beneficiário, pois a digitalização da televisão é um negócio, deveria estar bem informado e participativo. Mas, o negócio que à partida, não se explica como tal.

Desde o início, o Governo passou a ideia de um processo social. Confundiu-se o interesse público com o privado (Anguilaze, 11/10/2017; Mário, 20/10/2017 e Joanguete, 24/11/2017). Por exemplo, a criação da estratégia de migração digital durou quase quatro anos para ser concluída e aprovada pelo Governo. A demora deveu-se sobretudo ao desconhecimento do processo, fragilidade da documentação, a fraca escolha dos representantes das instituições indicadas para a comissão nacional para migração digital.

Durante o período em análise (2006-2017), não encontramos políticas claras como a da distribuição do Set-Top-Box no mercado por exemplo. Na Estratégia Nacional de Digitalização, o Governo prevê que a migração da radiodifusão analógica para digital não seja meramente tecnológica, mas sim, também social e envolvente. Para o efeito, o Estado cria uma TMT, pública. A TMT que se pretende lucrativa não se mostrou agressiva num mercado onde já existem cinco distribuidores do sinal de televisão por subscrição

(DSTV, ZAP, TvCabo, Go TV, Satartimes), cada vez mais presentes nas grandes cidades.

O GABINFO chama a atenção a TMT para se empenhar e ombrear com as operadoras no mercado não se conformando com o facto de ser uma sociedade composta de capitais de empresas públicas. Ela rege-se pelo direito privado, não Estado, mas o Governo não sente a sua agressividade quando devia ocupar a sua posição para que, quando arrancar com as transmissões digitais, os cidadãos estejam familiarizados com os seus serviços, de modo que seja eleito, pelas vantagens como a qualidade e a ausência de mensalidade no seu serviço.

A estratégia recomenda que a TMT deve garantir a cobertura do sinal da televisão nos locais onde na altura da digitalização gozem do sinal de televisão e alargar a cobertura para novas áreas, de preferências as mais recônditas, sem obrigatoriedade.



## CAPÍTULO VI

### 5. PRIMEIRA ETAPA (2006 – 2017)

Ao longo deste período elegemos alguns factos que constituem a história do processo da TDT, na esperança de trazer uma contribuição para a análise e pesquisas ligadas à digitalização da televisão terrestre.

A TDT é um compromisso internacional que não depende da vontade soberana de cada país migrar ou não migrar. O que é independente é a escolha dos modelos e as formas de financiamento. Mas os estados comprometeram-se a cumprir com a evolução tecnológica.

Uma TDT que encontrou muitos países sem capacidade para responder de forma imediata a esta evolução tecnológica, registam-se esforços da parte dos estados em cumprir com os requisitos para uma transição tecnológica com qualidade, dentro dos padrões exigidos. Alias, o processo da transição da televisão analógica para digital é lento em muitos países porque para além de novo, e muitos países serem economicamente fracos (maioria dos africanos), a TDT exige padrões de equipamentos robustos. Dais os estados aproveitaram apetrechar os seus sectores de telecomunicação e em particular renovar a cadeia de produção de televisão (Mbebe, 03/10/2017)

A TDT traz a separação de actividades. Finalmente, as estações televisivas deixarão de se preocupar com transmissão. As televisões unicamente ocupar-se-ão pela qualidade do conteúdo, cujo sinal enviarão à TMT, responsável pela gestão da qualidade do sinal que estará disponível para todas as televisões nacionais em sinal aberto. Moçambique à semelhança de muitos países não cumpriu o prazo de migrar a sua televisão Julho de 2015.

Tabela. 5 Actividades da TDT por ano.

Ano	Principais actividades desenvolvidas de 2006 – 2017
2006	<p>Em 2006, o Governo de Moçambique anunciou a migração tecnológica na radiodifusão do país até 2015. A decisão de transformar o sinal analógico em digital foi tomada entre os dias 15 de Maio e 16 de Junho de 2006, em Genebra, na Suíça, durante a Conferência Regional de Radiocomunicações (RRC-06) para a Região 1 e partes da Região 3 (Irão e Mongólia), com vista à revisão dos acordos do serviço de radiodifusão televisiva ST61 (Europa) e GE89 (África), convertendo-os num novo acordo chamado GE06<sup>125</sup>.</p> <p>“Os primeiros passos para a migração começam em Novembro de 2007, quando o Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM) elabora as propostas de “Regulamento de Radiodifusão Terrestre Digital” e de “Implementação da Radiodifusão Digital”. Ambos documentos foram submetidos aos dois operadores de radiodifusão pública (RM e TVM), aos operadores privados e ao Gabinete de Informação (GABINFO), escreve (Mário, 2010). Basicamente, a proposta procura delinear estratégias, visando o uso partilhado das infra-estruturas de transmissão digital, e, portanto, abandona o modelo com base no qual cada operador estabelece a sua própria rede de transmissão” (Matimbe, 2015)</p> <p>Segundo o censo de 2007, menos da metade dos lares moçambicanos tem aparelho de TV, ou seja, a maior parte da população está excluída e não pode usufruir das possibilidades de informação, educação e entretenimento que podem ser proporcionadas por esta <i>media</i>, na era da convergência. Como se pode depreender, a TDT vai beneficiar, em princípio, a uma elite à semelhança do actual sistema analógico.</p> <p>A população moçambicana, estimada em cerca de 27.9 milhões (INE, 2017), acima da metade não tem acesso à energia, logicamente não tem televisão, para além da literacia, das vias de acesso e outras infra-estruturas básicas para a satisfação das necessidades de sobrevivência da população.</p>

<sup>125</sup>Matimbe (2015). Uma abordagem histórica sobre a digitalização da radiodifusão em Moçambique. Disponível em: <https://radialistamocambique.files.wordpress.com/2015/05/uma-abordagem-histc3b3rica-sobre-a-digitalizac3a7ao-da-radiodifusc3a3o-em-moc3a7ambique.pdf>. Consultado 2019-07-20.

	<p>A Revista “Every 1 Mobile” divulgou um relatório em 2014, sobre a África Subsaariana<sup>126</sup>, onde a partir de um pequeno estudo de caso comparou o acesso à media na vida rural e urbana e encontrou grandes desvantagens/diferenças entre as populações urbanas e rurais. A mesma descreve que a lacuna mais marcante é a sua capacidade de acesso à <i>media</i>. Ou seja, maior parte da população rural não tem acesso à TV e pode ouvir muito menos estações de rádio do que suas contrapartes urbanas. Devido às distâncias geográficas e à falta de boas estradas, os jornais chegam tarde ou fundamentalmente nunca chegam.</p>
2007	<p>O Ministério dos Transporte e Comunicações (MTC) publicou um documento que faz referência ao “processo de migração para a radiodifusão digital, estabelecendo as principais directrizes e passos que o governo e outras partes interessadas deverão tomar em conta no processo de desenvolvimento da estratégia de transição” (Miguel, 2015).</p>
2008	<p>Em Julho de 2008, o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), através do Instituto Nacional de Comunicações (INCM), publicou um documento que faz referência ao “processo de migração para a radiodifusão digital, estabelecendo as principais directrizes e passos que o governo e outras partes interessadas deverão tomar em conta no processo de desenvolvimento da estratégia de transição” (Matimbe, 2015). “O Documento visualiza a criação de “Comissão de Implementação da Radiodifusão Digital (uma comissão multidisciplinar), responsável pela supervisão do processo, definição dos passos a tomar e envolvimento de todos os sectores da sociedade que sejam partes interessadas”. (Matimbe, 2015)</p>

<sup>126</sup> Balancing Act (2014). The Sub-Saharan African Media Landscape – Then, Now and in the Future. A report by Balancing act August 2014. Mini Case Study 1: Every1Mobile. <https://www.balancingact-africa.com/docs/reports/SSA-Media-Landscape.pdf>

O estudo envolveu os seguintes países subsaarianos: África do Sul, Nigéria, Quênia, Gana, Tanzânia e Uganda. Principais conclusões: fragmentação das audiências de rádio e TV - Massa e nicho: A implicação futura de um maior número de canais de TV e rádio é que o público nacional de "massa" de TV e rádio irá diminuir ligeiramente em tamanho e estações menores ocuparão vários nichos diferentes. Esse padrão será reforçado no setor de TV com o impacto da mudança para a transmissão digital que torna mais fácil o lançamento de novos canais. No entanto, um pequeno número de estações (rádio e TV) continuará a ter uma audiência nacional significativa, geralmente mais de 25% do público em geral. As estações de TV vernácula também estão sendo lançadas em alguns países como a Nigéria. Esses canais de nicho - sejam eles de TV ou de rádio - podem não ter um impressionante público nacional, mas geralmente são nichos dominantes.

	<p>“A estratégia de migração digital é o documento que orienta o Governo a produzir legislação que determine os papéis e obrigações de todos os intervenientes no processo: Governo, entidades reguladoras, estações televisivas e radiofónicas, consumidores e seus defensores, potenciais operadores do sinal digital, montadores ou vendedores dos conversores e aparelhos de rádio e televisão digital” (Mário, 2010).</p> <p>Neste conjunto, o Governo deve actuar como: a) “Defensor do direito adquirido de acesso à informação por todos os cidadãos que já escutam rádio e têm acesso aos canais de televisão gratuitos; b) Promotor do alcance do direito de acesso universal (por todos os cidadãos moçambicanos), sobretudo dos serviços públicos de televisão e rádio; c) Supervisor da qualidade dos serviços e produtos a serem providos (delegando tal poder às entidades públicas legal e tecnicamente competentes); d) Guardiã da livre e sã concorrência entre os eventuais interessados em explorar o negócio como operadores dos sinais de rádio e de televisão digital e vendedores dos aparelhos receptores de televisão e rádio na versão digital” (Machel, 2011)</p> <p>Esta alínea ganha toda a importância da estratégia, pois foi violada, a avaliar pelo posicionamento da imprensa e da sociedade civil, como mais a frente apresentamos.</p>
2010	<p>Em 2010, o Conselho de Ministros deliberou e decidiu adoptar o padrão europeu de televisão digital (<i>Digital Video Broadcasting – DVB/T2</i>) à semelhança dos outros países da região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, com excepção do Botswana que ficou-se pela ISDB-T(INCM, 2013a).</p> <p>A decisão foi tomada pelos ministros responsáveis pelo pelouro das telecomunicações e/ou radiodifusão da SADC, reunidos em Lusaka, em Novembro de 2010. Foram também dados passos significativos na implementação do Quadro Estratégico da e-SADC, em 2010, adoptado pelos ministros responsáveis pelas TIC da SADC (Miguel, 2015).</p> <p>“O Padrão DVB-T2 é uma adaptação do padrão de TV Digital europeu para transmissão de áudio e dados, constituindo-se numa variedade de padrões para transmissão de satélite, distribuição de cabo e radiodifusão terrestre”, (Matimbe. 2015) mui-</p>

tos analistas e a imprensa em particular consideravam que o processo da TDT se encontrava num estágio fraco (Mário, 2010; Machel, 2011). Ou seja, as possibilidades de migração digital até 2015 eram ínfimas. Estava instalado um clima de incerteza, insegurança, “fraco engajamento do Governo na mobilização de financiamentos, instalação de redes de única infra-estrutura, compra de equipamentos, ensaios técnicos”, inexistência de uma estratégia de informação e educação pública clara para “maior adesão e eliminação de receio e resistências do sector privado”, importante estimulador dos consumidores neste processo” (Vieira, 2010).

O governo brasileiro manifestou o seu interesse através de uma carta compromisso para o executivo moçambicano, onde oferecia, dentre muitas garantias: a) a criação de laboratórios para a produção de materiais audiovisuais; b) o fornecimento de recursos humanos brasileiros e a capacitação de quadros moçambicanos para a implantação da radiotelevisão digital (Miguel, 2015).

A ambição brasileira estendia-se para mais 17 países africanos, entretanto não passou, pois, o lobby europeu foi mais forte e influenciou a escolha do DVB- T2 por parte da maioria das nações.

Brasil desenvolveu o seu sistema que designou “Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre” (SBTDV-T) adoptado para o sinal de transmissão de televisão aberta. O sistema brasileiro SBTDV-T tem como base o sistema instalado no Japão, designado *Integrated Services Digital Broadcasting* (ISBD).

Nos meados de 2010, entre Junho e Julho registou-se uma inquietação na imprensa moçambicana que relatou o envolvimento do Exim Bank Chinês e o governo do Presidente Armando Guebuza. Estava em causa o facto da Startimes – Moçambique ter anunciado “na altura que iria investir 140 milhões de dólares na digitalização da televisão, sem que tenha havido um concurso público”. Pretendia com isso, segundo Miguel (2013), liderar o processo de conversão do sinal analógico para o digital (Machel, 2011).

Startimes é uma firma chinesa que fez *joint venture* com a Focus 21, Holding da

família Guebuza (antigo Presidente da República, que governou o país entre 2005 e 2015). A Startimes-Moçambique que resultou dessa fusão era presidida por Valentina Guebuza, filha do Ex-Presidente da República de Moçambique (Lusa, 15 Dezembro 2016). A Agência Lusa escreve (03 Abril, 2013) que a adjudicação directa está a provocar a contestação de partidos da oposição Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e Movimento Democrático de Moçambique (MDM), da sociedade civil e dos operadores privados, enquanto o partido Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) desvalorizava a polémica, alegando que a Valentina Guebuza era apenas uma moçambicana.

O Centro de Integridade Pública (CIP) contesta a decisão do Governo moçambicano, "interrogando" a capacidade da empresa privada para implementar o processo de migração do sinal analógico para digital de televisão e rádio. A questão que se levanta é "*... até que ponto a empresa vai fazer o trabalho com a qualidade que se quer, sem que tenha havido uma apresentação pública das garantias e créditos que essa empresa tem*", afirmou o director do CIP, Adriano Nuvunga<sup>127</sup>

Entretanto, encontramos a imprensa em duas posições distintas. Por um lado, a Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique (RM) e Jornal Notícias (JN), cujo sector mediático é favorável ao Governo, alinhados acriticamente com os discursos oficiais sobre a digitalização (Miguel, 2015). Por outro lado, encontramos empresas cujos interesses não estão directamente alinhados com os do governo do dia. São elas, a SOICO Televisão (STV), a Televisão Independente de Moçambique (TIM), os jornais SAVANA e o Canal de Moçambique, que têm apresentado um ponto crítico em relação ao processo de digitalização de televisão em Moçambique (Miguel, 2015).

Portanto, é desejável que o Governo paute por equilibrar os debates com a materialização de experiências internacionais em particular da região da SADC, como a África do Sul e Tanzânia por exemplo, que já estão avançados (Miguel, 2015; Ber-

<sup>127</sup>“Sapo Noticias-(2014, 3 abr). Adjudicação directa a empresa de filha de Guebuza, contestada no país, disponível em <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/adjudicacao-directa-a-empresa-de-filha-de-guebuza-contestada-no-pais>, consultado 26/02/19

	ger, 2012) e criar um movimento à volta do TDT, com acções que envolvam vários parceiros, orientados por um grupo estratégico.
--	--

## CAPÍTULO VII

### 7. SEGUNDA ETAPA (2011 -2013)

Os principais factos assinaláveis neste período têm que ver com a criação da COMID, principal responsável pelo pensamento estratégico da implementação e monitoria de todo o processo. Assim, em 2013 criou a estratégia de digitalização, aprovada em 2014.

É o período que mais actividades se verificam que consistiram em maior interacção dos intervenientes, o governo com diferentes sectores, as comissões dos países da África Austral multiplicaram os seus encontros. O mecanismo mais utilizado para comunicar a TDT foi através de seminários em todas as capitais provinciais, privilegiando o contacto cara a cara para a primeira abordagem da TDT.

Paralelamente aos seminários regionais sobre a TDT, os encontros técnicos serviram para redimir possíveis conflitos de interesses ligados a gestão das frequências em espaços geográficos suscetíveis de interferência das ondas.

Tabela N.6 Segunda Etapa 2011 - 2013

Ano	Segunda Etapa (2011 – 2013)
2011	<p>A 7 de Fevereiro de 2011, através de um despacho do Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse, foi criada a Comissão Nacional de Migração Digital - COMID, para definir as premissas que orientam a migração digital em Moçambique bem como coordenar e planear o respectivo processo (Matimbe, 2015)</p> <p>A comissão tinha os seguintes objectivos: a) Elaborar uma estratégia de migração digital em Moçambique; b) Definir os processos, instrumentos legais e o papel de cada interveniente; c) Elaborar um plano de Implementação da Migração da radiodifusão analógica terrestre para digital, até 2013; d) Definir parâmetros técnicos e administrativos adequados ao processo de migração da radiodifusão em Moçambique (Miguel, 2015:94).</p>

Segundo Miguel (2015 ) “A comissão foi composta por 17 membros, em representação de 13 instituições públicas e privadas, nomeadamente: Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), Gabinete de Informação (GABINFO), Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Indústria e Comércio (MIC), Ministério das Finanças (MF), Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC); Telecomunicações de Moçambique (TDM), Rádio Moçambique (RM), Televisão de Moçambique (TVM); SOICO Televisão (STV) e Rádio 9 FM, estas duas últimas privadas”.

Foram traçados como principais objectivos da migração digital:

- a) “Utilização mais eficiente do espectro radioelétrico, compactando as frequências actualmente utilizadas para o *broadcasting* e libertando o espectro para outras utilizações;
- b) Maior qualidade de recepção dos conteúdos produzidos pelos operadores de televisão, através de um sinal de maior qualidade, para toda a população moçambicana;
- d) Maior robustez contra interferências na transmissão do sinal, decorrente da aplicação de novas tecnologias;
- e) Potencial de desenvolvimento de outros serviços de elevado valor acrescentado (serviços interactivos, *vídeo on demand*, entre outros) para pessoas e para as empresas;
- f) Promover a inclusão social” (INCM, 2011)

Com vista a garantir o serviço público de televisão, o Governo criou a empresa TMT (Transmissão, Multiplexação e Transporte), constituída por capitais das empresas TDM, TVM e RM, que vai operar o *Mux* (multiplex).

Em 2011, o CIP faz duras críticas ao Governo pela fraca divulgação do processo, pela falta de transparência o que torna pouco conhecido e polémico. No contrarrelógio, o governo de Moçambique está a conduzir o processo jogando dois papéis distintos em simultâneo, secundou (Miguel, 2015).

Adiante, Miguel (2015) escreve que o governo se adiantou em apadrinhar o interesse privado e, ao mesmo tempo, gerir em “banho-maria”, o interesse público que deveria estar em primeiro lugar.

Em cumprimento das recomendações de organismos internacionais, tais como a União Internacional das Telecomunicações (UIT), a Associação da Radiodifusão da África Austral (SADIBA) e a Associação das Autoridades Reguladoras do Sector das Comunicações da África Austral (CRASA), o Governo deveria preparar os mecanismos de transição, tal como os demais países deveriam fazê-lo ou já vinham fazendo.

Um acordo importante sobre possíveis interferências dos emissores analógicos sobre os digitais foi rubricado, no dia 01 de Junho de 2011, entre o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) e a Autoridade Reguladora das Comunicações do Malawi (MACRA), o Memorando de Entendimento sobre coordenação em serviços de telecomunicações e radiodifusão (INCM, 30/06/2011)<sup>128</sup>.

Moçambique e Malawi têm o interesse comum em minimizar os problemas relacionados com a gestão do espectro radioelétrico na fronteira comum. O memorando permite às entidades reguladoras das comunicações dos dois países resolver e cooperar em aspectos de radiodifusão tais como a propagação de rádio frequências, a sobreposição transfronteiriça do sinal, a troca de informação sobre as características das estações transmissoras e outros

---

<sup>128</sup> INCM (30/06/2011). Memorando de Entendimento entre INCM e MACRA sobre coordenação em serviços de telecomunicações e radiodifusão. Disponível em <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/262-memorando-de-entendimento-entre-incm-e-macra-sobre-coordenacao-em-servicos-de-telecomunicacoes-e-radiodifusao> , consultado 26/02/2019.

	<p>parâmetros, os acordos <i>deroominge</i> de interligação e os serviços em áreas sem cobertura (terra de ninguém) (INCM, 30/06/2011).</p> <p>Em Outubro de 2011, a SADC organizou o Terceiro Fórum Regional sobre a Migração para a Transmissão Digital, cujo objectivo principal era rever o roteiro para a Migração para a Transmissão Digital da SADC para 2013, levando em conta as decisões tomadas pelos Ministros de TIC durante a reunião especial realizada em Novembro de 2010. O fórum decidiu manter a data de transição da SADC em Dezembro de 2013 (Miguel, 2015).</p> <p>Mais adiante Miguel (2015) refere que “o fórum também produziu as seguintes recomendações”: deve ser criado um Gabinete de Gestão do Projecto, junto do Secretariado da SADC, dotado de um Perito em Transmissão Digital, para liderar o processo de migração dentro do prazo fixado pela SADC de 2013 e do prazo internacional fixado para 2015; deve ser criado um Comité Directivo composto por representantes de todos os Estados Membros da SADC; deve ser convocado um fórum sobre a Migração para a Transmissão Digital duas vezes por ano, até à migração em 2015.</p>
2012	<p>Em Agosto de 2012, a Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID) e o INCM, realizaram o 4.º Fórum da SADC sobre a Migração, onde participaram 13 estados membros (INCM, 2012).</p> <p>O Fórum tinha como objectivo: proceder à apreciação de um estudo recomendado pelo Comité dos Ministros responsáveis pelo Sector das Comunicações e TIC's da SADC; avaliar os progressos registados na implementação do roteiro da SADC para a Migração Digital; o desenvolvimento harmonizado do plano de banda de frequências para os serviços de radiodifusão digital; o modelo de licenciamento harmonizado e a garantia de que todos os cidadãos da SADC que têm acesso à radiodifusão analógica tenham acesso à tecnologia digital.</p> <p>A avaliar pelo estágio destes estados membros no processo de digitalização,</p>

o Fórum deixou as seguintes recomendações:

- a) Os objectivos da SADC e os calendários deveriam ser revistos e adequar o roteiro da SADC para evitar o atraso na execução;
- b) O roteiro da SADC para a migração da radiodifusão da TDT deve ser implementado com o envolvimento e colaboração de vários sectores da sociedade;
- c) Os benefícios da migração da radiodifusão da TDT devem ser comunicados para se apoiar o governo e facilitar a participação da sociedade civil;
- d) A migração da radiodifusão da TDT deve ser vista como um projecto do maior interesse público e nacional e não simplesmente um projecto de TIC;
- e) Devem ser explorados vários mecanismos de financiamento para financiar a migração da TDT, incluindo o Fundo de Serviço Universal (USF), Parcerias Público-Privadas (PPP) e o licenciamento do dividendo digital para outros Serviços de comunicações electrónicas.

A transparência e inclusão dominam os debates em cada estado membro da SADC que, por sinal, é o que inquieta os diferentes actores da sociedade, quando se considera que alguns governos apadrinham o processo favorecendo indivíduos da sua confiança (INCM, 2012).

Entretanto, analisado o processo da TDT, de 2011 até finais de 2013, a COMID estabeleceu as premissas de bases, visando a implementação do processo de migração digital em Moçambique, destacando-se a realização de seminários de Divulgação da Estratégia de Migração Digital nas capitais

	<p>de todas as 10 províncias; as negociações com a StarTimes Software Technology Co da China para o financiamento da construção da rede digital e a criação da empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT), entidade formada pelas empresas públicas Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique (RM) e Telecomunicações de Moçambique (TDM) com finalidade de operacionalizar a rede transporte e distribuição do sinal digital.</p>
2013	<p>Em 2013, foi prorrogado o mandato da Comissão Nacional de Migração Digital (COMID), o que deu mais impulso a divulgação do processo de Migração Digital. Nesta fase de divulgação foram realizados três seminários regionais direccionados às Rádios Comunitárias (RCs) na Vila do Bile-ne, e nas Cidades de Nampula e da Beira que colheram respectivamente nos dias 8, 18 e 21 de Julho de 2014, seminários que contaram com a participação de vários profissionais das rádios comunitárias (INCM, 2013).</p> <p>Com este tipo de encontros, a COMID visava especificamente ajudar os representantes das RCs a dominarem os principais conceitos sobre a Televisão Digital Terrestre (TDT), esclarecer dúvidas sobre a digitalização da rádio e televisão, recolher subsídios para estabelecer uma parceria permanente entre a COMID e as RCs, no âmbito do processo de divulgação da Estratégia Nacional de Migração Digital (INCM, 2013).</p> <p>Igualmente, os encontros serviram para colher experiências e expectativas dos participantes, para melhorar o processo de modo a procurar responder da melhor forma possível às necessidades dos diferentes intervenientes e beneficiários. No mesmo período, registou-se a criação uma rede piloto de seis emissores digitais para cobrir as cidades de Maputo, Matola, Beira, Nampula, Quelimane, Tete e Pemba, escreve o INCM no seu relatório (INCM, 2013).</p> <p>Esta fase foi marcada por muita aparição do Governo na imprensa, desdobrando-se em seminários e conferências de imprensa, lançamento de pro-</p>

grama de televisão na TVM “Tecnologia” e “Moçambique Digital”, maior divulgação do mascote, distribuição de uma pequena brochura em tamanho A6, contendo elementos básicos de apoio aos telespectadores moçambicanos em fase de ambientação ao processo de migração digital em curso.

Américo Muchanga, Director Geral do INCM, e simultaneamente Presidente da COMID, convidou a imprensa no dia 11.04.2013 em Maputo, e disse “...mais que divulgar queremos contribuições que nos ajudem a aperfeiçoar o processo de migração digital, rumo à migração verdadeiramente dita... (INCM, 2013).

De olhos postos ao mercado, com uma cobertura televisiva de cerca de 1.8 milhões de habitantes com televisores analógicos, considerados potenciais consumidores da TDT, Muchanga falou nos seguintes termos: “...os que têm a cobertura analógica, hoje, têm de ter garantia da cobertura digital. Porém, queremos ter uma abrangência ainda maior que essa, com mais população” (INCM, 2013).

Vantagens são inúmeras relacionadas com a qualidade da emissão, a rapidez do processo de produção e veiculação de conteúdos, a utilização das *smartphones* e a convergência de meios e técnicas na partilha do mesmo conteúdo. Não obstante, a COMID tem a consciência da necessidade de formar técnicos, jornalistas sobretudo, para lidar com a TDT.

Os ministros da SADC responsáveis pelas Telecomunicações, Correios e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) reuniram-se, de 20 a 23 de Maio de 2013, em Maseru, Lesotho para abordar, dentre vários assuntos, o ponto de situação da implementação do roteiro da SADC para a Migração da Radiodifusão Analógica para Digital, o projecto da SADC sobre *roaming* intra e extra regional, o Relatório de progresso sobre o projecto de infra-estrutura de informação regional da SADC em banda larga e o relatório sobre a transposição pelos Estados-membros da SADC do quadro legal para a harmonização da Segurança Cibernética (INCM, 2013).

Por estas alturas, denota-se a preocupação do Governo em intensificar o uso da palavra “inclusão” nos seus discursos. Percebe-se que, perante os ataques da imprensa e dos partidos da oposição bem como da sociedade civil, havia a necessidade de mudar, ou sensibilizar a opinião pública sobre o processo.

Num seminário de divulgação da TDT em Nampula, no dia 04.07.2013, Cidália Chaúque Oliveira, Governadora daquela Província nortenha, defendeu a necessidade de inclusão digital nos seguintes termos. “...*O Governo pretende que a migração digital seja um processo inclusivo de excelência e de satisfação das enormes expectativas populares...*” (INCM, 2013).

Para explicar a importância da inclusão, recorreu a uma metáfora nos seguintes termos: *a Migração Digital equipara-se a um comboio: “quando arranca, quem fica só lhe resta apanhar o último vagão! Até, pode não vir a apanhar. Mas nós não queremos estar na situação deste quem não conseguiu embarcar. Vamos embarcar neste comboio porque é um imperativo do tempo. O processo da migração digital é irreversível”.* (INCM, 2013).

O seminário serviu para discutir a Estratégia de Migração Digital, os estágios e desafios de Migração na Televisão de Moçambique e na Rádio Moçambique. Os representantes das rádios comunitárias questionavam sobre o futuro das suas estações nas zonas rurais. As rádios temem as consequências directas da migração digital, devido a sua fraca capacidade financeira para adaptação à mudança tecnológica.

As rádios comunitárias são, na sua maioria, repetidoras das emissões da rádio e de televisão nalguns casos. Funcionam na base de doações de ONG e de instituições governamentais (Baloi, 2008)<sup>129</sup>.

<sup>129</sup> Baloi, Filipe. (2008). Levantamento das Necessidades para a Divulgação das Mensagens de Extensão Agrária Através do Uso das Rádios Comunitárias nas províncias de Maputo, Zambézia e Niassa., uma consultoria do Banco Mundial para Ministério da Agricultura. Maputo.

Um outro seminário de esclarecimento do processo cuja tónica foi “inclusão e participação” teve lugar no dia 2 de Outubro de 2013, na Matola-Rio, província de Maputo, organizado pela COMID (INCM, 2013).

Já na província de Inhambane, onde aconteceu o 10º seminário do género a nível do país, o Governador Agostinho Trinta defendeu a capacitação de jovens para a garantia do sucesso de divulgação do processo de migração digital em Moçambique. Agostinho Trinta disse: “... *são eles que, juntamente com os mais experientes farão chegar a mensagem aos distritos e locais mais recônditos...*”. Os jovens são a maioria neste país, e o Governo deve investir muito nesta massa activa, a “seiva da nação” ou “flores que nunca murcham” como dizia o saudoso Samora Machel<sup>130</sup>, o primeiro presidente de Moçambique independente (1975 - 1986)<sup>131</sup>.

O 31 Conselho Coordenador do Ministério dos Transportes e Comunicações que se realizou, de 28 a 30 de Agosto de 2013, na cidade de Pemba, capital da Província de Cabo Delgado, avaliou o processo de Migração Digital (INCM, 2013).

Ainda em Pemba, província de Cabo Delgado, realizou-se, no dia 22.08.2013, mais um Seminário de Divulgação do Processo de Migração da Radiodifusão Analógica para Digital sob a égide da Comissão Nacional de Migração Digital (COMID). Estiveram presentes representantes do Governo Provincial, Município de Pemba, operadores de radiocomunicações, ONGs, entre outras entidades. Estas acções visavam responder à estratégia de difusão e inclusão de diferentes actores no processo da TDT.

<sup>130</sup> Samora Moises Machel proclamou a Independência e governou de 1975 ate 1986. Pereceu num acidente aéreo, no Mbuzine, Montes Libombos na vizinha África do Sul, no dia 19 de Outubro de 1986.

<sup>131</sup>

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUK Ewjrvqup5bXkAhV URUIHevyC7oQFjAAegQIAhAB&url=http%3A%2F%2Fwww.incm.gov.mz%2Findex.php%2Fsaladeimprensa%2Fnoticias%2F227-migracao-digital-governador-de-inhambane-defende-capacitacao-de-jovens&usg=AOvVaw0OVctxHNOCbDqdu9bFM3-Y>

O Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, instou, em 31 de Julho, em Maputo, Ema dos Santos Chicoco, Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) a dar uma resposta rápida aos desafios da expansão da rede de telecomunicações e da migração do analógico para o digital na radiodifusão e televisão (CIP, 2013)

Chicoco disse estavam criadas as condições para a implementação do processo de migração da radiodifusão e televisão, do sistema analógico para o digital, bem como para a reabilitação e melhoramento do serviço postal. Ema acrescentou: "*...as condições têm de haver, uma vez que nós sabemos que é um comando internacional e a União Internacional das Comunicações estabeleceu como prazo, do switch off ou apagão analógico, o mês de Junho de 2015...*", disse Chicoco (INCM, 2013 ACTEL-CPLP, 2013; RM, 2013)<sup>132</sup>.

Depreende-se aqui, nos discursos dos dois governantes, uma firmeza na decisão tomada, mesmo sem certeza do desfecho atempado do plano, conforme se verificou em 2015. Com este posicionamento, o Governo desempenhou um papel fraco, fazendo previsões sem grandes sinais as lições estratégicas bem estudadas.

Até aqui, a estratégia encontrada pela COMID resumia-se em seminários de divulgação da TDT que nos dias 29 e 30 de Julho, escalou as cidades da Chimoio e da Beira prospectivamente. À semelhança das outras províncias, os seminários contaram com a participação dos governadores das províncias

<sup>132</sup> <http://www.arctel-cplp.org/noticias/detalhe/451/pt> Em outubro de 2008, as Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN) das comunicações e telecomunicações de: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, criaram a ARCTEL-CPLP. Pretendia-se criar um ambiente institucional e regulatório propício ao reforço da cooperação sectorial já desenvolvida ao nível da CPLP, constituindo-se assim como um estímulo à inovação e ao desenvolvimento das comunicações dos países envolvidos.

[https://www.anacom.pt/streaming/MoU\\_ARCT\\_CPLP\\_9Out.pdf?contentId=868719&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/MoU_ARCT_CPLP_9Out.pdf?contentId=868719&field=ATTACHED_FILE)

	<p>de Sofala e de Manica, Felix Paulo e Ana Comoane, respectivamente (INCM, 2013a)</p> <p>Uma característica dominante nas acções sobre a digitalização até aqui relatadas é a forte presença de entidades do governo e ausência do sector privado da indústria de comunicação social e da sociedade civil. Estes últimos tecem duras críticas ao processo que o apelidam de pouco transparente</p>
--	---



## CAPÍTULO VIII

### 8. TERCEIRA ETAPA (2014-2017)

Esta etapa descreve o terceiro e último período da distribuição feita sobre as fases da evolução da TDT em Moçambique. Espelha as medidas e actividades desenvolvidas no período compreendido entre 2014 e 2017. É uma fase onde se denota a evolução do processo, registam-se mudanças de abordagem do negócio. A TMT já garantiu a colocação de 400 mil STB no mercado ao preço de 1.200 Meticais (€ 17,50)<sup>133</sup>. A garantia da qualidade do STB é da responsabilidade do regulador (INCM) deve garantir o controlo da qualidade.

É neste período que arranque da digitalização com a instalação de 18 emissores ao longo das principais cidades e vilas fronteiriças, no âmbito de protecção das emissões em ambiente digital, que se designou Projecto-piloto. Esta fase marca o arranque da dupla iluminação, pouco aproveitada por falta de decoders, mas os emissores serviram para evitar problemas de propagação de ondas emitidas por emissores analógicos, que poderiam interferir nas emissões dos países cujos processos estavam mais avançados. Igualmente serviram para proteger as emissões nacionais das desses países vizinhos com processos mais avançados.

Anulou-se o contrato de adjudicação directa do negócio ao financiador Startimes da China. Regista-se o lançamento de um concurso internacional, em 2016, que foi ganho pela mesma firma chinesa.

O intercâmbio é maior, há técnicos moçambicanos a viajarem para China para formação, bem como técnicos chineses em Moçambique para a implantação da rede de emissores assim como a digitalização dos estudos da TVM e a construção do edifício onde vai funcionar a TMT e parte da TVM.

---

<sup>133</sup> Preço do euro ao câmbio do dia 27/08/19

### 8.1. Estratégia Nacional da Migração da Radiodifusão Analógica para a Digital

A migração de radiodifusão analógica para digital é um processo essencialmente socioeconómico que ultrapassa a simples dimensão da migração tecnológica. Esta deve oferecer benefícios tangíveis aos intervenientes do processo no geral, e às famílias com baixo poder de compra em particular, para se lhes estimular à adesão e evitar-se a exclusão digital. As famílias precisam de beneficiar de energia eléctrica para iluminar as aldeias e as suas casas. A energia eléctrica da rede nacional abrange apenas 26% da população estimada em cerca de 28.8 milhões de habitantes em 2018<sup>134</sup>.

Em linhas gerais, a estratégia descreve as pretensões do processo de migração da radiodifusão analógica para digital em Moçambique, sob forma sistematizada, onde se destacam: a) os objectivos e as linhas de orientação do processo de transição; b) o modelo empresarial e de negócio; c) o quadro de financiamento; d) a arquitectura técnica e tecnológica; e) o enquadramento legal e regulatório; f) o plano de comunicação e divulgação do processo de migração; g) os recursos necessários e os principais constrangimentos à execução da estratégia (COMID, 2013).

Não tendo sido possível cumprir com o prazo de 17 de Junho de 2015, o Governo mobilizou fundos e em Dezembro de 2015 inaugurou o primeiro emissor digital, em Maputo, representando, desta forma, o arranque do período de dupla iluminação (Mbebe, 2017). O período de dupla iluminação ou *simulcast* deve ser adequado ao seu objectivo e bem divulgado para que os cidadãos possam melhor se familiarizar com o novo paradigma (COMID, 2013).

Este período *simulcast* é fundamental para a logística associada à encomenda de equipamentos, e para que a sua disponibilização no território nacional se faça de forma ordeira e tempestiva. Finalmente é neste período que se testam os equipamentos emissores e se consolida a rede, para que as obrigações de cobertura e de qualidade de serviço se encontrem bem acauteladas. O ensaio deve incluir a disponibilização dos descodificadores para que os cidadãos possam testar a recepção do sinal, para se identificar possíveis zonas de sombra (Canda 04/06/2017). Entretanto, até finais de 2018, no país não existia nenhum STBX oficialmente disponibilizado. A TMT já

---

<sup>134</sup> Instituto Nacional de Estatísticas. (2017). Disponível em <http://www.ine.gov.mz/>

garantiu a colocação de 400 mil STB no mercado ao preço de 1.200 Meticais (€ 17,50)<sup>135</sup>. A garantia da qualidade do STB é da responsabilidade do regulador (INCM) deve garantir o controlo da qualidade.

### **8.1.1. Modelo de negócio empresarial**

A estratégia apresenta um modelo económico inclusivo, que não deve criar entrave ao desenvolvimento dos sectores que lhes são associados. No actual modelo analógico, há operadores em actividade, assim como regista-se um “equilíbrio no mercado”, que deve ser respeitado e não condicionado pela migração tecnológica para digital.

Em termos conceptuais do desenvolvimento da migração, a estratégia avança duas possibilidades de procedimentos: o primeiro, modelo de mercado e livre iniciativa, o segundo modelo é centralizado. Moçambique abraçou o modelo centralizado, através da criação da TMT, um investimento público que se pretende rentabilizado ao máximo, através dos produtores de conteúdos e a venda de STB (Mbebe, 2017). O operador público de rede tem a obrigação de assegurar uma cobertura suficientemente alargada do país, numa óptica de serviço público (entre 80% a 90% cobertura), sem obrigatoriedade de superar à partida, a área coberta actualmente pela TVM analógica.

Em Moçambique, existe um conjunto de operadores de radiodifusão comunitários, que são provedores de conteúdos locais, que prestam serviço público com informações de interesse local, e oferecem espaço publicitário gerando renda própria e dinamizando o mercado local (Joanguete, 2017).

Ao mesmo tempo que a estratégia apela uma distribuição socialmente favorável às famílias mais carenciadas, deve demonstrar como segmentá-las, assim como garantir que as famílias que se beneficiam de um sinal aberto de tv não fiquem às escuras na hora do apagão (COMID, 2013); (Anguilaze, 11/10/2017). O enquadramento legal e regulatório deve acomodar o novo paradigma de radiodifusão digital terrestre, tendo em conta o direito à informação, a concorrência, os direitos do autor, a política fiscal incluindo as atribuições dos reguladores da radiodifusão, o licenciamento dos

---

<sup>135</sup> Preço do euro ao câmbio do dia 27/08/19

intervenientes, do espectro e oferta, com vista à adequada efectivação do novo modelo de radiodifusão digital (Anguilaze, 11/10/2017; Mário, 20/10/2017).

Se por um lado o Governo pretende uma rede digital pública, por outro, propõe que sejam as forças do mercado os maiores responsáveis pela direcção da digitalização da radiodifusão como desafiam ao sector industrial. Os cidadãos estão pouco informados sobre o que vai acontecer nos seus lares com a introdução de novas tecnologias, porque não existe nenhuma comunicação estratégica do processo da digitalização (Miguel, 6/6/2017; Mário, 20/10/2017; Joanguete 24/11/2017; Anguilaze, 11/10/2017)<sup>136</sup>.

## **8.2. Terceira etapa de implementação da TDT**

Na 12ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, em Abril de 2014, foi deliberada a separação entre as actividades de produção de conteúdos e a transmissão do sinal através da aprovação da Estratégia de Migração Digital e a criação da TMT.

No dia 10 de Dezembro de 2015, é inaugurado o primeiro emissor de um total de 18 que compõem o projecto-piloto de TDT<sup>137</sup>.

O projecto vem à luz do novo prazo acordado pelos países membros da SADC, que pretende fundamentalmente proteger as transmissões digitais dos países vizinhos que tenham os seus processos de migração mais avançados. O facto é que se um emissor analógico propagasse as suas ondas para além da fronteira, e interferisse na emissão digital, o país sofreria severas sanções (Anguilaze, 11/10/2017; Mbebe, 03/10/2017; Canda, 04/06/2017).

A fase piloto abriu espaço para transportar o sinal de todas 15 televisões nacionais, sem nenhum custo, o que constituiu uma oportunidade para as televisões pequenas que operam em Maputo pudessem chegar noutras províncias.

---

<sup>136</sup> Nossos entrevistados, no âmbito da pesquisa sobre a tese de doutoramento, em Maputo, nos meses de Outubro e Dezembro de 2017.

<sup>137</sup> <http://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Inicia-emissao-de-televisao-digital-em-Mocambique>

O INCM outorgou, no dia 30 de Outubro de 2015, à TMT, a licença que a autoriza a codificar, multiplexar, transportar e difundir o sinal de radiodifusão televisiva digital terrestre no território nacional<sup>138</sup>.

Ao nível da região, foi acordado, entre os estados membros da SADC, o estabelecimento de um *bouquet*, em que as televisões públicas colocariam à disposição as suas grelhas de programação. De Junho a Novembro de 2015 decorreu uma experiência sobre a funcionalidade do *bouquet*, com a participação de algumas televisões, incluindo a TVM. Tem sido uma experiência tímida, não publicitada, as pessoas não sabem da sua existência para daí tirar proveito (Mário, 20/10/2017; Joanguete, 24/11/2017).

Para tornar o processo transparente, o Governo lançou no dia 29.06.2016, um concurso público para a selecção de pessoa singular ou colectiva, nacional ou estrangeira, que iria implementar a migração da radiodifusão analógica para a digital em Moçambique. O concurso foi ganho pela StarTimes Technology da China, orçado em 156 milhões de dólares americanos, que igualmente ficou responsável pela instalação da rede de emissores (em 60 sítios), pela digitalização dos estúdios da TVM e, pela construção de um edifício na sede da TVM onde funcionarão três estúdios e escritórios da TVM e TMT<sup>139</sup>

No dia 06.04.2017, a TVM, o INCM e a RM, com o apoio da StarTimes e das TDM, sob o lema “*Moçambique na era digital*” organizaram um seminário da digitalização da televisão em Moçambique. E no dia seguinte, a TVM lançou o seu Canal Internacional, substituindo o Canal 2 que funcionou durante quatro anos. Feita a avaliação, concluiu-se que o Canal2 era um centro de custos, e não respondeu os propósitos que eram de oferecer uma alternativa à TVM mãe através de um bom entretenimento e a autossustentabilidade<sup>140</sup>.

Em 2017 intensificam-se as acções de construção da rede dos emissores, a reabilitação dos estúdios da TVM, a movimentação de técnicos moçambicanos para China e outros

<sup>138</sup> <http://www.incm.gov.mz/incm-outorga-licenca-a-tmt1>

<sup>139</sup> <http://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-lanca-concurso-internacional-para-migracao-digital>, Consultado 29/01/2019.

<sup>140</sup> Televisão de Moçambique (2015), *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Televisão de Moçambique (2015 – 2019)*, Maputo.

países para formação em diversas áreas de televisão (Ho-poon, 06/10/2017; Mbebe, 03/10/2017)

A reabilitação e apetrechamento dos estúdios da TVM acontecem em simultâneo nas 10 capitais provinciais, e visam dotá-los da mesma capacidade de resposta em ambiente digital. Pretende-se com esta medida proceder à modernização dos equipamentos, mas também acomodar o equilíbrio e reduzir as assimetrias entre as unidades de produção dentro da TVM através de um sistema de televisão, padrão único, em FHD<sup>141</sup>, ou seja, as 10 províncias moçambicanas estarão ao mesmo nível tecnológico, com a excepção da Beira<sup>1</sup> e Nampula<sup>2</sup> que passam a ser equiparados com a sede em Maputo<sup>3</sup> (Canda, 04/06/2017). Estas três unidades passam a responder às necessidades de cada região, podendo ostentar as categorias de Centros Regionais Centro<sup>1</sup>, Norte<sup>2</sup> e Sul<sup>3</sup> respectivamente, com vista a suprimir o défice das grandes produções, oferecendo o mesmo padrão de qualidade de conteúdos nas três zonas.

Embora se denotem muitas actividades, o plano de comunicação continuou tímido, ausente. Ou seja, ninguém está a preparar os cidadãos para as mudanças que se vão operar nas vidas das famílias com o apagão.

Em suma, ainda que o processo da TDT não se encontre concluído, ultrapassou etapas cruciais sob ponto de vista técnico, ao conseguir proteger as emissões digitais através de um projecto-piloto, contornou a adjudicação directa do projecto a um consórcio, abrindo um concurso internacional de financiamento, fornecimento e instalação de todo o equipamento digital necessário, formação dos técnicos, digitalização das unidades de produção da TVM.

### **8.2.1. Plano de Comunicação do processo da TDT**

Em 2013, a COMID cria um *Plano de Comunicação do Processo de Transição do Analógico para o Digital*, que detalha as acções da estratégia de comunicação que a Comissão Nacional para a Migração Digital deveria implementar durante o processo de Migração (COMID, 2013).

---

<sup>141</sup> Full HD

As acções estratégicas da comunicação do processo da implantação da televisão digital terrestre desenvolvida pela COMID assentam sob duas premissas fundamentais: A primeira defende a necessidade de criação de um plano de comunicação bastante robusto eficaz e eficiente, que cubra todo o público-alvo, potenciando uma migração atempada e amigável. Acrescentamos, inclusiva e abrangente para diferentes públicos consumidores.

A segunda premissa tem a ver com a diversidade cultural e sociolinguística<sup>142</sup>, um verdadeiro mosaico que caracteriza Moçambique, onde encontramos cerca de 19 línguas nacionais<sup>143</sup>, aliado ao fraco conhecimento da televisão no geral, e da televisão digital em particular. Aqui, a estratégia de comunicação tem que ser abrangente, simples, clara, ilustrativa, devendo fazer a combinação de vários meios e técnicas de comunicação incluindo a oralidade, no âmbito da convergência tecnológica e na lógica das comunicações africanas como vimos em (Hyden e Leslie 2002; Hadland, 2002, Berger, 2006).

A estratégia de comunicação assenta em dois aspectos; *Princípios fundamentais e Mensagens-chave e objectivos específicos*.

São quatro os princípios fundamentais previstos no plano de comunicação, que suportam as duas premissas acima citadas<sup>144</sup>:

- a) *Simplicidade e clareza* - para assegurar entendimento generalizado sobre as fases do processo e sobre as acções que cada um dos públicos deverá realizar para aderir à Radiodifusão Digital. Uma das técnicas recorrentes na comunicação simplificada é o uso de ilustração através de banda desenhada ou fotografia
- b) *Transparência e coerência* – com a transparência pretende-se garantir que existe visibilidade e discussão sobre a estratégia e as acções em curso, gerando

---

<sup>142</sup> No Artigo 9 da Constituição da República, lê-se “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”.

<sup>143</sup> Em Moçambique as línguas nacionais mais influentes sa: Ndau, Sena, Emakhuwa, Changana,,Cicopi, Xirhonga, Echuwabo, Ciyaawo,,Cinyanja, Xitswa, Gitonga, Ciwutee, Shimakonde, Cinyungue.

<sup>144</sup> Comissão Nacional da Migração Digital - COMID (2013), *Plano de Comunicação do Processo de Transição do Analógico para o Digital. Maputo*.

compromisso dos diversos intervenientes, bem como alinhamento de mensagens entre os diversos agentes que irão coordenar e intervir no processo (Tutela, Comissão, INCM e restantes organismos do Estado envolvidos). Neste sentido, a estratégia de comunicação estrutura-se três fases principais, cada uma com mensagens fundamentais e objectivos específicos, por destinatário.

- c) *Diferenciação e abrangência de públicos-alvo* – de forma a garantir que as mensagens veiculadas são adequadas aos *targets* a que se destinam, e assegurando acessibilidade por parte de públicos que são diversos nos seus níveis de info-inclusão, escolaridade, idade, idioma, entre outros parâmetros. Os cidadãos moçambicanos são vulneráveis a exclusão devido a várias factores, dentre o mais importantes a pobreza que, por tabela, arrasta o resto, colocando a maioria da população centrada na busca de satisfazer as necessidades básicas. O acesso à escola é aqui condicionado o que obviamente vai limitar a capacidade de participação. O idioma em si é um conteúdo que pode ou não despertar interesse no receptor. Acresce a dificuldade pelo facto da maior parte da tecnologia ligada à TDT ser importada. Assim, os materiais de comunicação devem ser no mínimo, dobrados em línguas nacionais (quando possível) para permitir o acesso pelos diferentes públicos.
- d) *Diversidade de meios* – assegurando que as acções de comunicação são realizadas privilegiando a utilização de meios gratuitos e de acesso generalizado. Os principais meios que podem garantir esta operação são os do Estado, a TVM e a Rádio Moçambique, entidades públicas com alta responsabilidade neste processo. A rádio e a televisão públicas integram as empresas accionistas da TMT, entidade criada pelo Estado para fazer a distribuição e gestão da rede de TDT.

As mensagens-chave e objectivos específicos da estratégia de comunicação estruturam-se em três fases principais, cada uma com mensagens fundamentais e objectivos específicos por destinatário.

Como destinatários, a estratégia de comunicação elegeu os seguintes públicos-alvo: Entidades governamentais; operadores de televisão; operadores de rádio; imprensa escrita; público em geral, sociedade civil e revendedores de equipamentos.

O documento prevê que as três fases aconteceriam nos anos 2013, 2014 e 2015 respectivamente, e a estratégia de comunicação produziria mensagens próprias para cada grupo destinatários assim distribuídos:

O plano de comunicação prevê acções em cada uma das três fases principais da estratégia de comunicação que contempla acções distintas, conforme indicado seguidamente:

*A primeira fase (2013)* tem como principais objectivos de comunicação dar a conhecer o processo de migração, gerando visibilidade, promovendo a discussão ao nível dos cidadãos, operadores de televisão e rádio e sociedade civil, apresentando benefícios e alertando para a inevitabilidade do processo.

*Segunda fase (2014)* tem como objectivo geral a consolidação do *awareness* criado na fase anterior, bem como incentivar os diferentes intervenientes a entrarem efectivamente neste processo, esclarecendo sobre os procedimentos necessários e orientando sobre os aspectos tecnológicos a adoptar.

*A terceira fase (2015)* ocorre no último espaço de tempo possível para a efectiva Migração (período que antecede o *switch-off* completo), isto é, no final do ano de 2014 e durante o ano de 2015, e tem como objectivo principal alertar para a eminência do *switch-off* e reforçar as orientações tecnológicas, com enfoque nos equipamentos necessários para os cidadãos.

De forma resumida, a estratégia de comunicação definida encontra-se devidamente detalhada em acções de comunicação, e pretende uma perspectiva programática da gestão do processo de comunicação, razão pela qual a ela se anexa um cronograma de implementação das acções em todas as três fases.

A COMID elaborou o plano de comunicação como um instrumento fundamental para assegurar uma transição que se pretende universal, transparente, amigável, célere e económico para todas que nela participam e dela beneficiam directa ou indirectamente.

Uma especial atenção é dedicada aos cidadãos, destinatários finais da migração digital, por isso, a estratégia pretende dotá-los de informações e ferramentas para que possam planificar a sua própria migração, conforme calendários, alertando as consequências da migração, a liberdade da escolha do equipamento, bem como o destino dos equipamentos analógicos em uso.

O outro segmento importante é o dos produtores de conteúdo que deverão ser envolvidos de forma permanente no processo em termos de estágio do processo e a tecnologia a usar e assegurar a sua preparação e adesão. Aliás, para além de serem parte integrante do processo são o garante de uma boa execução do plano de comunicação.

Assim, a Televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique são os meios de comunicação que respondem ao princípio da abrangência do público-alvo através da utilização das línguas nacionais nas suas emissões, para além de possuírem a maior rede de cobertura.

A divulgação do processo de migração digital em 2014 consistiu na realização de três seminários regionais direccionados às Rádios Comunitárias (RCs) na Vila do Bilene, e nas Cidades de Nampula e da Beira que colheram respectivamente nos dias 8, 18 e 21 de Julho de 2014, seminários que contaram com a participação de vários profissionais das rádios comunitárias (INCOM, 2013).

Com este tipo de encontros, a COMID visava especificamente, ajudar os representantes das RCs a dominarem os principais conceitos sobre a Televisão Digital Terrestre (TDT), esclarecer dúvidas sobre a digitalização da rádio e televisão recolher subsídios para estabelecer uma parceria permanente entre a COMID e as RCs, no âmbito do processo de divulgação da Estratégia Nacional de Migração Digital (INCM, 2013).

Esta fase foi marcada por muita aparição do Governo na imprensa, desdobrando-se em seminários e conferências de imprensa, lançamento de programa de televisão na TVM “Tecnologia” e “Moçambique Digital”, maior divulgação do Mascote, distribuição de uma pequena brochura em tamanho A6, contendo elementos básicos de apoio aos telespectadores moçambicanos em fase de ambientação ao processo de migração digital em curso.

Américo Muchanga, Director Geral do INCM, e simultaneamente Presidente da COMID, convidou a imprensa no dia 11.04.2013 em Maputo, e disse “...*mais que divulgar queremos contribuições que nos ajudem a aperfeiçoar o processo de migração digital, rumo à migração verdadeiramente dita...*” (INCM, 2013). Simão Anguilaze, antigo Vice-presidente da COMID, explicou as pretensões do processo de transição do analógico para digital no *Jornal Notícias de 12.04.2013*, e nos mesmos termos à nossa entrevista.

De olhos postos ao mercado, com uma cobertura televisiva de cerca de 1.8 milhões de habitantes com televisores analógicos, considerados potenciais consumidores da TDT, Muchanga falou nos seguintes termos: *"...os que têm a cobertura analógica, hoje, têm de ter garantia da cobertura digital. Porém, queremos ter uma abrangência ainda maior que essa, com mais população..."* (INCM, 2013). Estas mensagens estratégicas, comunicadas pelo Governo devem encontrar a sua implementação dos executores da estratégia.

A TMT foi criada para operar a rede de distribuição terrestre do sinal da radiodifusão, garantindo desde logo a separação entre a produção televisiva e a transmissão do sinal.

A TMT vai operar uma rede de distribuição terrestre composta por sessenta sites digitais, distribuídos pelo país, usando como base os sites cobertos pela rede analógica da TVM, para garantir que nenhum cidadão que acede a televisão em sinal aberto fique as escuras por falta de cobertura. A perspectiva da TMT é de crescimento na capacidade de cobertura, através de equipamentos modernos de gestão e operação de rede terrestre de transmissão. Nas suas comunicações realça o compromisso de cobrir as zonas mãos recônditas do país, desde que tenha lá moradores (Mbebe, 03/10/2017 e Ho-ponn,06/10/2017).

O processo de digitalização é um compromisso de Estado, irreversível, que já mexe não só com o governo através das instituições, mas socialmente começa a ganhar impacto com os trabalhos da construção da rede de emissores digitais ao nível do país. Tratando-se de novidade, Moçambique vive mais uma experiência de aprender fazendo, num processo rápido que exige constante adaptação onde constatamos ausência de políticas para a implementação.

A capacidade que se está a instalar através da rede digital é de longe superior às necessidades ou ao poder de utilização das televisões nacionais e outros produtores de conteúdos nacionais, o que presume uma baixa taxa de utilização espectro disponível, perante um baixo nível de conteúdos nacionais, ausência de um regulamento.

A TDT apesar de apresentar inúmeras vantagens ligadas à qualidade do sinal, baixo custo de consumo a longo prazo, bastando para o efeito adquirir um STBX ou um televisor digital, a TMT ainda não divulgou a estratégia da distribuição dos descodificadores, as suas características e o preço, matérias que poderiam ser cobertos

através de um plano comunicação de TDT, distribuído por fases que a caracterizam conforme prevê a estratégia.

A própria data de desligamento dos emissores analógicos ainda é incógnita pese embora a instalação da rede e a construção do edifício estejam bastante avançados, condição para funcionamento propriamente dito da TMT.

Apesar do governo apregoar que o TDT é público, deixa um vazio quando não partilha as informações que indicam os diferentes estágios e as condições para adesão, tanto para o público usuário, bem como para os agentes económicos.

O investimento da TDT inclui a digitalização dos estudos da rede de produção da TVM nas 10 províncias. Um processo que arrancou em 2017, bem como a construção de um edifício novo em Maputo, multiuso, que vai albergar a TMT e parte da TVM, incluindo três estudos digitais (Mbebe, 03/10/2017).

Em 2016 foi lançado um concurso internacional para preencher a lacuna legal, um negócio fechado com a China, que reduziu o orçamento para metade (USD 156) e condicionou o financiamento da TDT à participação da Startimes Technology da China como sócio da TMT. Os prazos foram vencidos, mas há acções de muita expectativa, como a conclusão da instalação da rede dos emissores, apetrechamento das unidades de produção da TVM ao nível nacional.

O percurso da digitalização é caro, exigiu do Governo investimento nacional através de parceiros (infra-estruturas da TVM e RM) e a mobilização de capitais internacionais. A dependência externa condicionou o processo e Moçambique não cumpriu com o prazo acordado, e não há muita confiança entre o discurso e a prática.



## CAPÍTULO IX

### 9.O PAPEL DA TELEVISAO DE MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DA TDT

Num ambiente em que a globalização é uma realidade, o papel dos *media* tem vindo a adquirir importância cada vez maior. A radiodifusão desempenha um papel muito importante na sociedade moçambicana, não só por cumprir zelosamente a sua missão de informar e entreter, mas sobretudo pelo seu papel na educação da sociedade, através da satisfação das necessidades de informação, de conteúdos e do debate de ideias. O carácter público da Televisão de Moçambique (TVM) confere a esta uma responsabilidade acrescida na busca de soluções que satisfaçam tais necessidades.

O ambiente da indústria de comunicação social em Moçambique é participado por tantos outros operadores com uma orientação claramente virada para o lucro, e para quem o serviço público é apenas uma opção. Aliado à obrigatoriedade da transição tecnológica, a TVM motivou-se a adoptar e a apropriar-se do processo de digitalização da radiodifusão, como forma de garantir os interesses do Estado.

Além da Televisão de Moçambique (TVM) e a Rádio Moçambique (RM) que prestam serviço público de radiodifusão em Moçambique, existe uma rede de cerca de 80 rádios comunitárias e um outro número considerável de rádios e ou televisões privadas que funcionam no país e prestam serviços de informação nos locais onde funcionam, com uma particularidade de combinarem a língua oficial (Português) e as línguas mais faladas nesses locais<sup>145</sup>.

A Televisão de Moçambique dispõe de meios humanos qualificados e com experiência, mas não detém experiência de digitalização de televisão, tem a maior rede de distribuição do sinal, num mercado televisivo onde operam 14 canais em sinal aberto. A maioria destes canais localiza-se na cidade de Maputo, somente quatro são encontrados

---

<sup>145</sup>Ngunga, Armando (27/12/2017), Vice-ministro da Educação e Desenvolvimento Humano Centros de Televisão Provinciais: Regionalização ou criação de canais especializados em línguas nacionais? Tema apresentado à margem do Seminário sobre Canais Temáticos de Televisão, organizado pela TVM, Maputo.

também noutras cidades com uma programação regular (Joanguete, 2013; Miguel, 2015).

A TVM é pioneira em Moçambique, pública, de maior cobertura e representatividade nacional através de delegações provinciais, infelizmente não oferece melhor qualidade do sinal em todas áreas cobertas, sobretudo nas zonas mais recônditas, entretanto, produz cerca de 80% de conteúdos de produção própria, distanciando-se assim de alguns órgãos comerciais que sobrevivem de conteúdos importados, e desenvolvendo um jornalismo sensacionalista, embora sejam no seu conjunto, uma grande alternativa à linha editorial da TVM, que pauta por uma postura muito oficial e pro-governamental. A TVM lidera as audiências nos horários noticiosos, embora fraca em entretenimento e diversidade (TVM, 2015).

Os *media* no exercício do jornalismo têm dentre outras funções: formar e informar a opinião pública, através da difusão de informação aos sectores económicos sobre inovações tecnológicas que possam afectar os seus interesses, e fornece entretenimento sob forma de notícias com interesse humano (Hallin & Mancini, 2010: 40). Mais do que informar, os *media* pela proximidade com o Governo, exercem grande influência nos processos da governação, por isso apelidados como quarto poder (Chichava e Pohlmann, 2010).

Por outro lado, os *media* têm o papel de servir de guardião do interesse público, visando contribuir para que os detentores do poder se comportem como verdadeiros servidores do público, ao qual devem prestar regularmente contas do seu desempenho e dos seus actos (Mário, 2012). Igualmente, os *media* têm um papel importante ao nível de integração social, “ao consagrar um espaço à actualidade, eles contribuem para construir uma história e memórias comuns” (Chichava e Pohlmann, 2010).

No *modelo mediterrânico pluralista polarizado* do Hallin & Mancini, o “Estado desempenha um amplo papel como proprietário, regulador e financiador dos *media*, embora a sua capacidade como regulador seja de facto muito vezes limitada” (Hallin & Mancini, 2010: 86). Apesar de Moçambique não se enquadrar no conjunto destes países mediterrânicos, encontramos esta forma de relacionamento do Estado com a imprensa

pública, sobretudo com a TVM e RM. A indicação dos seus órgãos, os investimentos e o funcionamento, provêm do Estado, e por via disso, a sua linha editorial acomoda os interesses do Governo. Fruto da nova Constituição da República de 1990, foi aprovada a Lei 18/91, também designada Lei da Imprensa, que abre espaço para participação pública, para o gozo de direitos e liberdades de imprensa e de expressão, de pensamento, o direito à informação. Estes direitos e liberdades são garantidos pelo ambiente democrático multipartidária e um mercado liberal, onde a radiodifusão tem espaço.

Em 2006, os países membros da União Internacional das Telecomunicações (UIT), de que Moçambique faz parte, reunidos em Genebra decidiram embarcar por um processo de digitalização da radiodifusão cujo prazo limite era 2015<sup>146</sup>. Em 2010, o Conselho de Ministro reunido na sua 44 Sessão deliberou e decidiu adoptar o padrão europeu de televisão digital (Digital Vídeo Broadcasting – DVB/T2), designado Televisão Digital Terrestre por Ondas. Igualmente, decide criar uma empresa pública responsável pela distribuição e gestão do sinal digital.

A migração digital vai provocar alterações profundas na forma de produzir e distribuir os conteúdos televisivos. As televisões deixam de se preocupar com a rede de transmissão, devendo se empenhar apenas na produção de conteúdos, e posteriormente entregar o sinal à empresa distribuidora. Foi nesse âmbito que em Maio de 2014, no Cartório Notarial Privativo do Ministério das Finanças, foi constituída uma Sociedade Anónima denominada - Transporte, Multiplexação e Transmissão - TMT. S.A, a qual rege-se pelos estatutos próprios e pela legislação aplicável. Esta entidade pública foi inicialmente constituída por três empresas públicas nomeadamente, a Televisão de Moçambique (TVM) e Rádio Moçambique (RM) e as Telecomunicações de Moçambique (TDM), com a finalidade de operacionalizar a rede transporte e distribuição do sinal digital. Em 2017, a TDM retira-se da sociedade permitindo a entrada da multinacional StarTimes Software Technologies Co. Ltd da China<sup>147</sup>.

---

<sup>146</sup> INCM – Instituto Nacional das Comunicação. (2016). Impacto para Moçambique. Telecomunicar, Edição 11. <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/telecomunicar/19-telecomunicar-n-3/file>. Consultado no dia 15/07/2019.

<sup>147</sup> Victor Mbebe, PCA da TMT em entrevista no seu gabinete, 03/10/2017, Maputo.

Moçambique ao abraçar o projecto da TDT decidiu separar a produção de conteúdos da rede de distribuição do sinal, de modo a promover a participação independente dos produtores de conteúdos, sem conflitos de interesses, como se pode ler na Estratégia de Digitalização da Radiodifusão.

A estratégia de comunicação do projecto da TDT em Moçambique, o processo da digitalização como um todo é de capital importância para a nossa análise, tal que importa abordá-la com detalhe para ver de que forma a TVM se posiciona para comunicar o projecto e a nova abordagem da produção de conteúdos em ambiente digital, quando ao nível da imprensa, é o maior protagonista da digitalização televisiva.

A Televisão de Moçambique iniciou as suas emissões em 1981, de lá até então tem vindo a sofrer várias transformações na perspectiva de responder aos desafios que o mercado lhe tem colocado. A primeira ocorreu na década de 1990, provocada pela mudança constitucional que abriu portas para a pluralidade de opiniões e visões, contrastando com a versão anterior, concebida ao ritmo do único partido então vigente (Miguel, 2013).

Outro factor é a criação do primeiro dispositivo legal da regulamentação da actividade da *media*, a Lei 18/91, de 10 de Agosto (Lei da Imprensa). Foi ao abrigo desta, no n.º 1 do seu artigo 11, que se estabelece que a televisão nacional integra o sector público da imprensa. Este marco permitiu a entrada de outras operadoras no sector da comunicação social e, conseqüentemente, a multiplicidade de oferta de produtos comunicacionais, informacionais e culturais. Até década de 1990 a TVM conseguiu manter a sua reputação, até que foi confrontada pela abertura de novos canais com perspectivas mais modernos, competitivos, virados para geração de lucros, oferecendo melhor qualidade de programas e visibilidade, por via disso as audiências têm estado a mudar de posição principalmente nas capitais provinciais.

De uma forma geral, regista-se declínio da audiência na imprensa pública a nível mundial e, como consequência, registam uma baixa capacidade de captação de receitas próprias devendo, as entidades de tutela, tomar medidas radicais sob o risco de não sobreviverem (Brito, Luís; Castel-Branco e outros, 2016).

Em Moçambique, apesar do esforço do Estado em melhorar os serviços públicos em geral, a muitos anos<sup>148</sup> que as empresas públicas de comunicação social nomeadamente, a Rádio Moçambique (RM) e a Televisão de Moçambique (TVM), não recebem um “cêntimo” do Estado no quadro do compromisso do *Contrato Programa*. Assim, estas empresas têm que recorrer à publicidade o que não deixa inocência à programação (Mário, 2017 e TVM, 2015). Aliás, o recurso à publicidade como fonte de renda está previsto nos Estatutos da RM<sup>149</sup> e da TVM respectivamente.

Quando o Governo de Moçambique decidiu por uma televisão digital em sinal aberto para o país, ficou claro que pretendia oferecer um serviço público de radiodifusão. A migração do analógico para digital em radiodifusão assenta na televisão, coincidentemente é órgão de comunicação social público. A opção pelo público despoleta outro debate se foi ou não a melhor, a avaliar pelo incumprimento dos prazos, quando alguns países da região que optaram pelo privado se encontram com o processo de TDT mais avançados.

Ao estudarmos o papel da TVM no processo da instalação da Televisão Digital Terrestre em Moçambique, encontramos algumas características relevantes que ditaram a sua eleição:

- a) É um canal Público;
- b) Maior investimento estatal na indústria da comunicação social televisiva;
- c) Maior presença de conteúdos nacionais na grelha de programação;
- d) Capacidade infra-estrutural instalada a nível do país – Rede e Estúdios;
- e) Presença em todas as províncias através de delegações;
- f) Quadros com experiência e qualificações comprovadas.

---

<sup>148</sup> O último contrato programa que o Governo desembolsou às empresas públicas de comunicação social foi em 2012. Isto significa que, desde essa altura, os orçamentos dessas empresas tornaram-se “magras” e não têm condições para cumprir cabalmente com os seus programas.

<sup>149</sup> A RM pode exercer actividades de natureza comercial e publicidade ao abrigo dos artigos 12; 13 e 14 dos Estatutos da RM, aprovados pelo Decreto N.º, 18/94 de 16 de Junho.

Desde cedo, a TVM ficou envolvida na colaboração técnica do projecto através da indicação de alguns quadros como Víctor Mbebe, Amarildo Ho-poon,<sup>150</sup> e Simão Anguilaze que colaboraram em vários estágios do processo da digitalização, desde a criação a comissão instaladora (COMID), tendo conseguido a Vice-presidência<sup>151</sup> da comissão, até a criação e liderança da TMT.

Devido à sua capacidade e robustez da rede infra-estrutural analógica instalada no país, embora obsoleta, a TVM é a estação de maior cobertura nacional, por isso o Governo considerou-a estratégica para liderar a digitalização televisiva, para além de que é o órgão de comunicação social público onde o Estado investe mais, daí a colocação deste grande desafio da TDT.

A TVM assumiu a TDT como um projecto nacional, irreversível, do qual tem responsabilidade acrescida. A criação da empresa denominada - Transporte, Multiplexação e Transmissão - TMT. S.A responsável pelo sinal digital, embora pertença simultaneamente à Startimes e RM, por serem também accionistas, a maior responsabilidade recai sobre a TVM, pela urgência do cumprimento dos prazos da migração da televisão, enquanto não se anunciam os prazos da rádio. É preciso frisar que o suporte técnico, administrativo e financeiro, para a criação efectiva da TMT, foi inicialmente da responsabilidade absoluta da TVM.

Outro papel fundamental que a TVM desempenha neste processo é o de divulgar as actividades que acontecem tais como: conferências conjuntas, TVM e outras organizações (INCM, StarTimes, RM e TMT) com maior interesse em divulgar as fases do processo, criando espaço de debates, colheita de ideias que poderão servir para a construção de instrumento estratégico do processo. Assim, a TVM em coordenação com o INCM criaram, em Maio de 2017, um programa semanal designado “Moçambique Digital”<sup>152</sup> para abordar aspectos da digitalização.

---

<sup>150</sup> Quadros nomeados para cargos de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo na TMT

<sup>151</sup> Simão Anguilaze, depois de cessar do cargo de Presidente do Conselho de Administração da TVM no período de (2005-2008), foi afecto ao Gabinete de Informação (GABINFO), e integrou a comissão técnica para a migração digital (COMID), onde se tornou Vice-presidente.

<sup>152</sup> “Moçambique digital” é um magazine semanal, com duração de 30’, aborda ciências e tecnologia e inovação, com destaque para o processo da Migração Digital, como resposta à Estratégia Nacional da

Podemos assim considerar que TVM tem o papel de impulsionar o desenvolvimento da TDT em Moçambique, através do seu *know-how*, do suporte técnico, promoção de foras de debates onde se juntasse diferentes intervenientes sociais, seria um verdadeiro viveiro de políticas públicas de comunicação, gozando da sua posição histórica na imprensa pública. Para o sucesso desta operação, a TVM deve se organizar melhor, desde a sua regulamentação até o funcionamento<sup>153</sup>.

Na busca de entendimento sobre a participação da TVM no processo TDT entrevistamos pesquisadores e gestores das áreas que estão directamente ligadas à digitalização da televisão terrestre, de onde tivemos uma participação a considerar. Assim construímos uma amostra composta por técnicos gestores que trabalham/ram directamente com o processo de TDT, que detalhamos no Capítulo da metodologia.

Os nossos entrevistados convergem da opinião de que o papel da TVM neste processo deveria estar claramente definido porque assim se espera que seja um guia que lidere a estratégia de comunicação, numa plena actuação ao serviço público, de modo a responder às necessidades de todos os cidadãos com conteúdos de interesse geral, de forma equilibrada. Exige-se cada vez mais da TVM a imparcialidade e isenção na divulgação dos assuntos públicos.

Acredita-se que o facto de a televisão ter conquistado uma boa imagem e nome, ao longo da história da televisão em Moçambique, com clareza sobre a sua actuação, todas entidades (públicas, privadas e organizações a sociedade civil) irão investir nela (Anguilaze, 11/10/2017). No mercado aberto televisivo que se vive em Moçambique, a TVM concorre em pé de igualdade na venda do espaço publicitário com os canais comerciais. É fundamental assinalar que a exibição da publicidade nos órgãos públicos de radiodifusão inicia com a sua criação. É de Lei.

---

Migração da Radiodifusão Analógico para Digital. Gravado em estúdio, tem também rubricas de notícias, reportagens, entrevistas de fundo, glossário e sugestões de navegação.

<sup>153</sup> Plano Estratégico de Desenvolvimento da TVM (2015-2019) diagnostico várias lacunas de funcionamento e regulamentação da TVM. Igualmente, os nossos entrevistados consideram haver necessidade de maior clareza do papel da TVM no processo. Ela rege-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto n. 31/2000, de 10 de Outubro, e um Regulamento Interno de Setembro de 2012.

A TVM também tem tido pressão do Governo para que concorra com os órgãos privados o que cria uma inquietação para a imprensa privada e independente. Aliás, a pressão é sobre o Sector Empresarial do Estado (SEE): as empresas públicas ou maioritariamente participadas pelo Estado devem ser autosustentáveis, através do desenvolvimento das actividades comerciais e contribuir para o erário público, de acordo com o disposto nas alíneas c) e d) do Artigo n.º 9, Lei 3/2018, de 19 de Junho.

O mercado publicitário em Moçambique é pequeno quando comparado com o de alguns países da região. A maior fatia da publicidade é investida em eventos, congressos e seminários, entretanto, a nível da *media*, a televisão é o meio privilegiado pelo investimento publicitário, e a TVM apesar de fraca em entretenimento, ela é robusto na captação do investimento em publicidade<sup>154</sup>.

As vozes da imprensa clamam para que esta deixe de ser concorrente das privadas preocupando-se com programas macros do país. Esta questão de concorrência com o sector privado é na nossa análise, também, uma questão de sobrevivência. A inexistência de fundos de investimentos (Contrato-programa) a TVM faz com que não consiga responder aos objectivos básicos da sua missão. O outro desafio que se pode-se considerar a TVM, para que se torne mais atractiva e competitiva em audiências, é a necessidade de ser mais aberta, aceitando as diferenças político-partidárias posicionado um serviço público por excelência.

A Lei 3/2018, de 19 de Junho exige que o exercício das actividades comerciais seja comprovado por estudo de viabilidade, deliberado em Assembleia Geral da Empresa (Artigo 12, alínea h), para o efeito, o Governo deve firmar o Contrato-programa disposto no Artigo 21, desta Lei. Trata-se de “um acordo celebrado entre o Governo e a empresa do sector empresarial do Estado que visa garantir a cobertura dos custos da componente social do serviço público a prestar, a ser aprovado pelo Ministro que superintende a área das finanças”.

---

<sup>154</sup> A Revista “Meios e Publicidade” n. 726, 12 de Setembro de 2014, dedicou um Especial Moçambique pp.10-26. Disponível <https://flipflashpages.uniflip.com/3/7856/337391/pub/document.pdf>

No cenário em que a TVM se apresenta, encontramos duas formas principais de financiamento (através do Estado e através da Publicidade), um modelo misto de serviço público.

## **9.1. Criação da Transporte, Multiplexação e Transmissão - TMT. S.A.**

### **9.1.1. Origem e Funcionamento**

A criação da TMT surge na sequência do cumprimento da “Estratégia Nacional de Migração de Radiodifusão Analógica para Digital”<sup>155</sup>, principal missão da Comissão Nacional de Migração Digital (COMID), uma comissão criada pelo Governo em 2011 para liderar todo o processo da migração radiodifusão no país. Esta comissão, entre os anos 2011 e 2012, preparou a estratégia com o apoio de uma empresa portuguesa de consultoria designada *Lidership*, e em Abril de 2014 foi aprovada pela 12<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Conselho de Ministro. A estratégia prevê a separação das actividades de produção de conteúdos e as da rede transmissão da radiodifusão digital.

Ainda sobre a TMT salienta-se que não dispõe de infra-estrutura, a sua sede encontra-se dentro da TVM. O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da TMT, o respectivo Administrador Executivo e outros técnicos que intervêm directamente no projecto da TMT colaboram a partir dos seus gabinetes, aguardando por um edifício em construção, no recinto da TVM<sup>156</sup>.

Com a migração da radiodifusão analógica para digital, a estratégia alerta para o novo paradigma que destaca a separação das actividades de produção de transmissão. As televisões passam a se ocupar simplesmente com a produção de conteúdos em ambiente digital, que se espera que venham ser de melhor qualidade, prontos para serem

---

<sup>155</sup> A Estratégia Nacional da Migração da Radiodifusão Analógica para Digital em Moçambique é um documento que descreve o processo da migração, e sistematiza as linhas de orientação do processo de transição; o modelo empresarial e de negócio; o quadro de financiamento; a arquitectura técnica e tecnológica; o enquadramento legal e regulatório; a estratégia de comunicação e divulgação do processo de migração; os recursos necessários e os principais constrangimentos (COMID, 2013).

<sup>156</sup> A StarTimes Software Technologies Co, no âmbito da instalação da rede de distribuição do sinal, prevê a entrega de um edifício de 3 andares, até ao final de 2019, em construção no recinto da TVM sede, Sita na Av. 25 de Setembro, N<sup>o</sup> 150, Maputo. A obra foi iniciada em Dezembro de 2017.

veiculados pela TMT e noutras plataforma não apenas televisionadas, refira-se (plataformas móveis, a Internet, redes sociais etc).<sup>1</sup>

É nessa linha que em Maio de 2014, no Cartório Notarial Privativo do Ministério das Finanças, foi constituída uma Sociedade Anónima denominada, Transporte, Multiplexação e Transmissão - TMT. S.A. a qual rege-se pelos estatutos próprios e pela legislação aplicável.

A TMT inicialmente esteve constituída pela Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique (RM) e Telecomunicações de Moçambique (TDM), todas empresas públicas nacionais, mas em Maio de 2016, o Governo deliberou a fusão<sup>157</sup> das duas estatais Telecomunicações de Moçambique (TDM) (provedora de telefonia fixa e Internet) e a Moçambique Celular (Mcel) (provedora de telefonia móvel), na sequência de reestruturação das empresas públicas que Governo está a operar através do Instituto de Gestão de Empresas Publicas (IGEP), com o objectivo de reduzir centros de custos que estas empresas públicas se tornaram. Neste âmbito, através da sua Assembleia-Geral, a TMT deliberou a saída da TDM da sociedade.

Em Junho de 2016, Moçambique lançou um concurso internacional para migração digital, com o objectivo de seleccionar uma empresa para avançar com o financiamento e implementação do projecto definitivo da televisão digital terrestre (Mbebe, 03/10/2017).

A StarTimes Software Technologies Co. Ltd da China ganhou o Concurso Internacional orçado em 165 milhões de dólares, contra os 300 milhões de dólares anunciados em 2014, num regime de adjudicação directa ao mesmo grupo, daí uma celeuma na imprensa nacional e internacional, tendo sido classificado de uma operação

---

<sup>157</sup> O Governo pretende revitalizar e rentabilizar as empresas de telefonia, disse a Vice-Ministra dos Transportes e Comunicações, Manuela Ribeiro, (Agência de Informação de Moçambique, Maio de 2016). Estas empresas públicas e outras tornaram-se centro de custos e perderam o mercado. Nessa fusão (TDM/MCEL) registou-se uma redução de 17 para três membros do Conselho de Administração da nova unidade criada. Entretanto, o Governo anunciou que a fusão entre as duas empresas seria concluída até Dezembro de 2018, altura em que terão sido já criadas as condições para a junção das duas instituições nas áreas dos recursos humanos, infra-estruturas, sistema comercial e vendas e sistemas tecnológicos de informação, [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz), consultado em 11 de Agosto de 2018.

escandalosa<sup>158</sup>. Dentre várias obrigações previstas na Estratégia Nacional da Migração da Radiodifusão Analógica para Digital, destaca-se: financiar e implementar o projecto definitivo, construir a rede de transmissão, construir um edifício para TMT e TVM, fornecer Set-Top-Box dentro dos padrões definidos pelo regulador (COMID, 2013).

Em 2017, o Governo juntou a gestão das empresas Moçambique Celular e as Telecomunicações de Moçambique (TDM), desvinculando desta forma as telecomunicações da constituição da TMT, abrindo espaço para participação de um privado.

Nas negociações de Agosto de 2017, a quando da assinatura do acordo do Projecto da Digitalização, o Governo Chinês e o EXIMBANK da China impingiram a incorporação da StarTimes Software Technologies Co. Ltd, na sociedade, tendo desde esse momento, se tornado accionista da TMT.

No âmbito dessa reestruturação, o Conselho de Administração da TMT fica constituído por sete membros; sendo dois da TVM; três da Startimes e dois da RM. O sócio maioritário tem a responsabilidade de gestão, enquanto a presidência da empresa fica a cargo de um dos sócios nacionais, prevendo alternância entre a TVM e a RM sempre que se justificar (Mbebe, 3/10/17).

Nos Estatutos da TMT, S.A, o seu objecto social consiste no desenvolvimento das seguintes actividades:

- ✓ Serviços de processamento, transporte, distribuição e emissão de sinais de rádio e de televisão digital;
- ✓ Serviço de multiplexação de sinais de rádio e de televisão digital;
- ✓ Desenvolvimento e comercialização de *software*;
- ✓ Serviços de consultoria técnica;
- ✓ Estabelecimento e exploração de outros meios e serviços conexos de difusão;

---

<sup>158</sup> Centro de Integridade Publica (2011). Newsletter, Nº 11, Novembro de 2011. O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão do analógico para o digital: Um negócio da China para a família Guebuza. Disponível em: [https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98\\_CIP\\_Newsletter11.pdf](https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98_CIP_Newsletter11.pdf). consultado no dia 15/07/2019.

- ✓ Outras actividades subsidiárias e complementares de carácter comercial ou industrial, do seu objecto principal, mediante deliberação do Conselho de Administração.
- ✓ Outros serviços conexos necessários à realização do objecto principal.

Por deliberação da Assembleia-Geral, a sociedade poderá adquirir participações no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, independentemente do ramo de actividade<sup>159</sup>. Igualmente, a empresa reserva-se o direito de participar, directa ou indirectamente, em quaisquer outras sociedades, ainda que tenham objecto diferente do seu, em agrupamentos complementares de empresas, sociedades *holdings*, *joint ventures* ou em outras formas de associação, união ou concertação de capitais.

Está-se assim, perante uma grande possibilidade de actuação conjunta da TMT com outras entidades no mercado, satisfazendo a preocupação dos analistas, da necessidade de abertura do seu capital para outros sócios, de forma a dinamizar o negócio e reduzir a inquietação manifestada pelas televisões independentes que se sentem ameaçadas com a presença da única televisão pública no negócio. (Anguilaze, 11/10/2017; Joanguete, 24/11/2017; Miguel, 06/06/2017; Mário, 20/10/2017).

As principais actividades relacionadas com a TMT começam a ganhar notoriedade com a implantação de 18 emissores digitais, nas principais cidades e vilas fronteiriças, em Dezembro de 2015, no âmbito do programa designado Projecto-piloto, cujo objectivo primário era garantir que as populações não perdessem o sinal analógico em detrimento do digital emitido a partir dos países vizinhos, onde os processos de migração da radiodifusão de analógico para digital se encontrem mais avançados (Mbebe, 03/10/2017; Anguilaze, 11/10/2017; Ho-poon, 06/10/2017).

Victor Mbebe realça que as acções da empresa TMT só terão visibilidade e impacto quando começarem a operar a rede de emissores, e o resto dos equipamentos; ou seja, quando estiver disponível o sinal digital da televisão fornecido pela TMT, e captado nos lares das famílias moçambicanas através de um Set-Top-Box certificado pelo INCM.

---

<sup>159</sup> Moçambique, Transporte, Multiplexação e Transmissão TMT, Estatutos, Maputo 2014.

Para além da instalação de 18 emissores nas zonas fronteiriças e nas capitais provinciais, um projecto-piloto orientado pelo Governo, a 15 de Agosto de 2017, arrancou o processo de instalação de 21 *sites* digitais, dos 60 previstos (Mbebe, 03/10/2017). Os emissores do projecto-piloto não só salvaguardaram os acordos<sup>160</sup> da SADC que previam o desligamento de emissores analógicos caso estes interferissem nas transmissões dos emissores digitais dos países vizinhos, como também já servem para o ensaio do novo sistema, disseram em entrevistas separadas, Danilo Langa, Diretor Técnico – TVM; Amarildo Ho-poon, Administrador da TMT; e Victor Mbebe, PCA TMT, Outubro de 2017<sup>161</sup>.

Para Victor Mbebe, Presidente da TMT, a TVM não é apenas um sócio da TMT, é o garante do suporte técnico, infra-estrutural e outros de meios que, desde o princípio acreditou e apoiou este projecto que tem vindo a ganhar forma. Mbebe enaltece o papel determinante da TVM neste processo, dizendo que a TMT surge para complementar as actividades da TVM. Essa complementaridade passa pela capacidade instalada na TVM que consegue cobrir assuntos de todo o país, e precisa da TMT, para transportar o conteúdo no melhor sinal, a custos bastantes reduzidos, comparados com os actuais com maior cobertura. O que significa que a TMT é uma entidade que terá a missão de estabelecer a rede de transmissão digital, fazer a sua gestão, manutenção e também garantir a expansão dessa mesma rede para todo o país, uma vez que o sinal de televisão ainda não cobre todo o país.

O presidente da TMT considera que o processo da migração tem sido uma escola para todos e lamentou a saída da TDM da sociedade, que desperta o vazio da falta de meios que inicialmente estavam cobertos pela TDM, como fibra óptica por exemplo. Os meios circulantes (viaturas) são igualmente uma preocupação, pois não foram inicialmente pensados ou estavam na responsabilidade de outrem, o que o nosso entrevistado classificou como um dos fracassos daquela sociedade. O processo da digitalização da televisão para além de estar a acontecer de forma menos comunicativa do que se esperava com os diferentes interessados, as instituições que assumem a liderança do

---

<sup>160</sup> Moçambique assinou acordos com a Tanzânia, Malawi, África do Sul especificamente para questões fronteiriças. (INCM, 2015).

<sup>161</sup> Não obstante, este ensaio não surtiu efeito nos prazos previstos por falta de Set-Top-Baiox nas mãos dos telespectadores. Pela importância, dedicamos um subtema mais adiante sobre STB.

processo não estão preparadas tecnicamente, nem financeiramente, criando um vazio na exigência de responsabilidades em vários níveis.

Outra fragilidade que Mbebe aponta é o facto de os estatutos permitirem que dois sócios se unam e constituam a maioria. Ora se assim pode acontecer, e a Startimes detendo a maioria das acções, condicionada a sua entrada pelo investidor China, olhando para a sua contribuição na instalação da rede de transmissão bem como na formação dos técnicos, o Governo precisa de ganhar visão estratégica para melhor gerir este projecto da indústria radiodifusão, cuja essência da migração digital terrestre se pretende para além de uma simples migração tecnológica. Deve observar os direitos de acesso à informação.

Esta migração precisa garantir aspectos sociais, deve demonstrar os benefícios que os cidadãos irão usufruir do processo, numa comunicação cada vez mais transparente. Os cidadãos devem saber dos benefícios que podem esperar da TDT para além do avanço tecnológico (Miguel, 06/06/2017). Um dos benefícios mais esperados é o acesso ao descodificador que o Governo nunca soube dizer onde a população iria encontrá-lo, muito menos o custo. Um preço bonificado ou mesmo uma distribuição gratuita seria o ideal para a maioria da população moçambicana que não tem acesso se quer à televisão em sinal aberto.

Para Miguel, além da qualidade tecnológica que o sistema digital oferece, o cidadão tem de saber se pode, a partir de casa, interagir com a produção do programa ou realizar qualquer operação interactiva com um simples comando. Ou seja, o deveria existir uma campanha de comunicação do projecto de forma faseada que pudesse especificar se o sistema prevê compras e vendas mas, ninguém explica. Estas inquietações revelam a ambiguidade deixadas nalgumas intervenções sobre a TDT, que não explicam que o padrão (DVB-T2) escolhido por Moçambique, não vai por enquanto, oferecer esse tipo de serviços.

É fundamental esclarecer que a interactividade através dos *decoders* da TMT não vai acontecer tão já neste pacote como foi desenhado. A interactividade continuará através dos telefones (chamadas e mensagens), internet e todas as redes sociais. Sabe-se que a

interactividade não é advento da televisão digital, a televisão desde que existe, procura interagir com os telespectadores.

A interactividade é considerada por muitos o portal democrático da tecnologia em TV Digital. Entretanto, não é suficiente para acontecer a interactividade simplesmente pelo facto de haver ferramentas instaladas. Essas ferramentas devem estar dotadas de *softwares* que permitam a interacção entre as pessoas. Em (Almas, 2015:158), a interactividade também depende das caixas conversoras (set-top-box) colocadas à venda no mercado. Se elas estiverem configuradas para a recepção do sinal digital de televisão, mas não para a interactividade, então, não há interactividade possível, sinal de que não terá havido investimento nessa área. Se não houve investimentos, não há o que fazer; não havendo o que fazer, não há experiências acumuladas, sublinha o autor.

Para além de dificuldades técnicas aqui apontadas, pode existir uma falta de vontade do telespectador de interagir, onde prevalece os seus direitos de consumidor. Alguns críticos como (Arnaldo Jabor, citado por Connito, 2009) afirmam que interactividade é uma falsa liberdade, já que transgride o “meu” direito de nada querer. “Eu não quero nada. Não quero comprar nada, não quero saber nada” (Cannito, 2009).

Está dita uma característica muito peculiar do telespectador de televisão que é a passividade perante o televisor como instrumento de interacção. Olhando para a realidade moçambicana, há muitos factores que concorrem para não adesão à partida, de investimento em tecnologia que permitam a interactividade. Prende-se com facto de não constituir verdadeiramente uma prioridade da TV embora se pretenda sofisticada, a preocupação é ainda, no nosso entender, garantir acessibilidade aos meios de comunicação em geral, de forma a salvaguardar os direitos de liberdade de imprensa e de acesso à informação.

### **9.1.2 Acesso aos Set-Top-Boxes pelos cidadãos**

Os Set-Top-Boxes (STB) são conversores ou receptores de Televisão Digital Terrestre para televisores que não possuem um túnel digital para mostrar imagens nem caixas

para reproduzir o som; trata-se de equipamentos de conversão do sinal digital em analógico e garantem a continuidade da recepção do sinal da TDT em televisores não preparados para receber o sinal digital. O Governo deve garantir migração tecnológica e social, criando condições de acesso dos conversores pelas populações (MISA, 2018).

O STB é um aparelho fundamental para a receber o sinal da TDT em televisores que este não esteja embutido. Ou seja, existem já televisores que dispõem de um túnel digital e dispensam a aquisição do STB. Estes descodificadores são dispositivos similares aos usados pelas provedoras do sinal de televisão fechada como a ZAP, DSTV, GoTV entre outras, a diferença que existe é que os da TMT não utilizam cartão para descodificar o sinal (Ho-poon, 2017).

Um dos assuntos mais badalados deste processo da TDT em Moçambique é o acesso aos STBs pelos cidadãos, uma responsabilidade do Governo que se subdivide entre o vencedor do concurso (StarTimes) responsável pela aquisição, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), entidade reguladora que deve garantir a certificação do padrão do STB e a TMT, entidade responsável pela distribuição e gestão do sinal e da rede dos emissores.

Por um lado, se o INCM deve garantir a sua certificação para aquisição e regular a sua colocação no mercado, definindo claramente as modalidades de acessibilidade, por outro lado, a TMT, responsável pela rede, deverá garantir a sua distribuição a todos os níveis, não estando claro ainda, se será por via de entidades públicas ou privadas através de unidades comerciais. Victor Mbebe (03/10/2017) afirma que o negócio encarregar-se-á por si próprio pela expansão e aquisição dos STBs. Enquanto para Anguilaze (11/10/2017) está prevista uma rede de distribuição dos códexes que vai garantir que estes cheguem em condições em quantidade e qualidade aos usuários.

A estratégia da digitalização previu uma fase piloto, que compreende dois assuntos fundamentais: a instalação de emissores digitais em todas capitais provinciais e nas zonas fronteiriças, bem como o ensaio e a adaptação do novo sistema que corresponde a dupla iluminação ou *simulcast*. Para primeira fase, o Governo disponibilizou 2000 STB para todo o país e lançou um concurso público internacional que foi ganho pela

StarTimes, para fornecimento de 400.000 STBs, para serem vendidos a população. Ao todo estimam-se em 1.200.000 STB necessários para o país (Mbebe, 03/10/2017).

Não existem nenhum STB entregue a um telespectador por falta da política, logo, o sinal digital disponível, na cidade de Maputo por exemplo, está subaproveitado.

Entretanto, ainda está por se definir a estratégia da sua colocação no mercado. De tal modo que o Governo ainda não anunciou o preço que seria cobrado ao consumidor final, bem como em relação a possibilidade de segmentar o preço em função de tipo consumidor olhando pela sua condição socioeconómica, como tem defendido (Mário, 20/10/2017).

Mário é apologista de que o Governo deveria segmentar o mercado, de modo a praticar preços justos àqueles que tem menor poder de compra, à semelhança do que fez a África do Sul. Enquanto Mbebe diz que os descodificadores representam uma boa fatia do negócio para a TMT. Este assume que os *decoders* não serão gratuitos, é preciso que haja retorno do investimento (Mbebe, 03/10/2017).

Outro aspecto tem que ver com a pirataria dos equipamentos que é debatido e apresenta algumas fragilidades; por um lado, a China desembolsa o valor, fabrica e instala todo o equipamento da rede da TMT e dos estudos da TVM, portanto controla todo o negócio dos equipamentos incluindo os STBXs. Por outro lado é a fragilidade do sistema nacional de comércio, aliado à corrupção entranhada em vários sectores públicos que dificultam a fiscalização e tiram a segurança e garantias ao cidadão pacato que, certamente, ficaria prejudicado se fosse adquirir um equipamento pirateado que não funcionasse.

O INCM e a TMT garantem que todo o material importado passará obrigatoriamente por uma prévia aprovação pelos técnicos nacionais que se deslocaram às fábricas dos países fornecedores, para certificarem e se responsabilizar pela recepção e colocação no mercado nacional dos conversores convergem os nossos entrevistados (Mbebe, 30/10/2017; Ho-poon, 06/10/2017; Anguilaze, 11/10/2017). Para conferir segurança e garantia, todo o equipamento ostentará um selo do regulador.

Joanguete (2017), no seu trabalho de consultoria, afirma que em Moçambique mais de 90 por cento dos televisores, incluindo os plasmas, precisarão de STBs para receber as emissões de TDT. Mais adiante, ele escreve que há garantia da TMT de que os STBs serão vendidos ao preço do custo do fabricante, cerca de USD 25.00, e tomando em conta a volatilidade cambial, esta medida terá um impacto negativo no acesso à informação das populações de baixa renda. Por outras palavras, o preço do STB estará a violar o direito à informação, ao promover uma “exclusão digital” (Joanguete, 2017).

A distribuição dos STBs ficou condicionada à conclusão instalação da rede de transmissão, que envolve a ligação de todos os canais de TV ao centro Multiplexador e da ligação aos emissores. É nesta altura que começam verdadeiramente as actividades da TMT (Mbebe, 03/10/2017).

Os STBs são parte integrante do projecto de construção da rede de transmissão, fazem parte do pacote. Aqui, a StarTimes maximizou o seu negócio, tal como o fez em relação aos emissores instalados na fase piloto, que foram todos desinstalados para dar lugar aos da companhia vencedora do concurso. Nota-se aqui uma duplicação de esforço do Governo em equipamentos para o mesmo fim (Anguilaze, 11/10/2017; Mário, 20/10/2017; Joanguete, 24/11/2017). Os 18 emissores instalados para projecto-piloto não serviram para rede definitiva, mesmo para os casos em que se regista a coincidência dos sítios. Estamos perante um lixo electrónico muito actual que, certamente, a entidade reguladora das telecomunicações saberá melhor dar o destino do mesmo.

Segundo Anguilaze (11/10/2017), antigo Vice-presidente da COMID, citado pela edição do jornal *Noticias* de 23 de Março de 2015, e que reiterou na nossa entrevista, inicialmente o projecto de TDT acordado entre o Governo e a *StarTimes Software Technology* incluía a colocação de STBs à disposição de todas as famílias com aparelho de TV antes da data do apagão. O pagamento seria feito mensalmente, durante um período longo, para permitir que as famílias de baixa renda fossem menos penalizadas, amortecendo o impacto do custo do STB no bolso do usuário (Anguilaze 11/10/2017).

A distribuição dos descodificadores não tem sido tarefa fácil para os governos nos processos da TDT. A África do Sul por exemplo, já com a rede montada desde o ano de

2014, até 2017, o processo de migração ainda não tinha começado devido à controvérsia relacionada com a distribuição dos descodificadores<sup>162</sup>. O documento explica que o Governo sul-africano previa um subsídio para cerca de 5 milhões de famílias, deixando de fora outras. Estas teriam que adquirir os descodificadores ao preço do mercado. Esta última foi a modalidade utilizada pela Tanzânia, que colocou os descodificadores nas mãos de comerciantes, na praça pública, sem nenhuma estratégia de distribuição e venda.

Anguilaze (11/10/2017), na sua locução, afirmou que na proposta da distribuição dos STBs, inicialmente lançado pela COMID, pensou-se que o negócio devia ser rentável para aliviar o pagamento da dívida contraída com o Governo Chines para este projecto. Sendo a TMT entidade gestora do negócio terá que encontrar forma de gerir a situação. Como? Uma das saídas era o reajuste da taxa da radiodifusão, o que o Governo não aprovou.

Não seria constitucional imputar mais taxas aos consumidores sobre uma obrigação do Governo -salvaguardar o direito à informação, disse Anguilaze. Por outro lado, a taxa proposta era muito alta. Usando como base a taxa da rádio em vigor, esta subiria três vezes mais para as famílias e em 100% para os automóveis. Entretanto, embora o Governo não tome posição definitiva sobre esta taxa, a probabilidade de se aplicar a mesma é maior. De outra forma, o Governo terá que encontrar um meio-termo, senão o processo vai recair sobre os operadores de televisão. Trata-se de um processo muito delicado, porque se um operador de TV decide não pagar à TMT, o que esta vai fazer? Cortar o sinal? Se calhar não. Então é preciso trabalhar no sentido de não se prejudicar a indústria de comunicação e repartir um pouco o mal pela aldeia (Anguilaze, 11/10/2017).

A pergunta incontornável é: como irá o Governo fazer a distribuição dos Set-Top-Boxes? Que critérios serão observados para que realmente possam beneficiar à essa população e tornar a TDT, um verdadeiro projecto de massas? Vai estimular as entidades provedoras de equipamentos? Quais? Privados ou públicos? São algumas

---

<sup>162</sup> Suplemento Especial do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique, III Edição, Março de 2016.

questões que acreditamos merecerem uma atenção especial. A estratégia não esclarece todos os elementos da digitalização, é fundamental que se criem instrumentos de implementação da TDT aos vários níveis de cadeia de valores. Não encontramos ainda a política da distribuição do STB<sup>163</sup>.

### 9.1.3. Rede de transmissão

A televisão pode ser descrita como um sistema de comunicação cujas informações são transmitidas de um emissor para vários receptores em simultâneo. No entanto, para que este sistema possa funcionar é preciso codificar a informação que se pretende transmitir, seja ela sons, imagens, textos ou combinação, e enviá-la por meio de um canal de transmissão aos aparelhos receptores. Estes, por sua vez, são responsáveis pela decodificação da mensagem para que o telespectador possa ver os conteúdos a partir de um determinado ponto de recepção, um televisor, por exemplo.

A partir daqui podemos identificar três partes fundamentais no sistema de transmissão televisiva: a) o transmissor, b) o canal de transmissão e c) o receptor. Cada elemento do esquema possui responsabilidades específicas. O transmissor é responsável por converter a mensagem em algo possível de se transmitir, ou seja, vai converter a informação em sinais físicos (eléctricos ou ópticos), que poderão desta forma ser enviados para um canal de transmissão à distância. Isto é feito através de codificação e de modulação. A transmissão televisiva pode ser analógica ou digital (Denicoli, 2011).

Na transmissão analógica, a mensagem é um sinal contínuo. A fala, o grito, representam uma onda contínua numa determinada frequência, que se propaga num determinado período de tempo. No caso dos pontos de imagem dos televisores comuns, a frequência é determinada pela intensidade da luz (Denicoli, 2011). Para este autor, o transmissor analógico simplesmente reproduz as frequências de forma eléctrica transformando-as em ondas eléctricas analógicas à mensagem original.

---

<sup>163</sup> Victor Mbebe, PCA da TMT, sempre que foi interpelado pela imprensa, pesquisadores, nossa entrevista, para falar sobre acções concretas da sua empresa, afirmou que se estava a espera da conclusão da rede de distribuição do sinal pois, este é que diz respeito à TMT. Lembramos que o edifício onde irá funcionar a TMT está em construção (prazo 2019). Daí que ela praticamente não funciona como empresa. Todas as suas acções são realizadas por técnicos da TVM.

Na transmissão digital, a mensagem não é contínua no tempo como na transmissão analógica, é formada por símbolos, dispostos de forma sequencial. Segundo Denicoli, o alfabeto pode ser definido como um conjunto de símbolos gráficos (letras) que, agrupados, permitem-nos formar palavras.

O sinal da TV digital pode chegar até nós por meio de transmissões via satélite, cabos coaxiais, fibra óptica, pela Web ou por ondas que se propagam pelo espaço, que é a chamada TV digital terrestre (Denicoli, 2011).

O autor explica a origem da propagação, através do átomo, fonte de radiação, e diz mais, (...) *sempre que um electrão executa um movimento vibratório cria ondas electromagnéticas que se propagam pelo espaço (...)*. Assim, a propagação pelo espaço é o que caracteriza a chamada comunicação terrestre. Ela tornou-se possível a partir do final do século XIX, quando Heinrich Hertz conseguiu demonstrar como produzir e propagar ondas electromagnéticas (Denicoli, 2011:23).

A responsabilidade nesta transmissão é das empresas televisivas, que fazem a programação e elaboram os conteúdos de informação que serão transmitidos. Esses sinais são enviados por ondas hertzianas, cabo coaxial ou fibra óptica a uma estação que, por sua vez, os enviará para o satélite. A estas empresas, Denicoli designou por posto terrestre de emissão.

A televisão digital terrestre caracteriza-se pela emissão dos sinais em escala binária que permite que esses sinais sejam comprimidos. Um canal de TV digital é transmitido, tipicamente, com dois megabits por segundo no formato *standard* ou com seis megabits por segundo em alta definição. Isso significa que no espaço onde na TV analógica tínhamos apenas um canal, na TV digital terrestre podemos ter até 10 canais com qualidade *standard* ou três de alta definição (Denicoli, 2011:27).

O projecto da rede transmissão assenta fundamentalmente na rede *broadcast* da actual TVM, que serve de base para a instalação de novos emissores em locais actualmente cobertos por emissores analógicos desta estação. Até a data do arranque da digitalização

televisiva, os equipamentos da TVM eram obsoletos e cobriam apenas 70% do território nacional (TVM, 2015). Muitos funcionam há mais de 20 anos, alguns sem peças de reparação por se encontrarem descontinuados. Estes são argumentos recorrentes ao longo dos anos que fizeram com que o Governo decidisse investir na digitalização da rede da TVM<sup>164</sup>. Toda a cadeia de produção da TVM está obsoleta, dizem os técnicos. Muitos equipamentos funcionam na base de adaptações que só a área técnica sabe quantas marcas existem numa única unidade como mesa de montagem ou um gravador<sup>165</sup>, por exemplo.

A necessidade da colocação dos emissores digitais ao longo do país impulsionou o investimento na cadeia de produção de TVM, que beneficia de reabilitação e montagem de estúdios digitais, em todos os Centros de Televisão Provincial (CTP), para além de um edifício na sede da TVM, em Maputo. Com a chegada da TDT em Moçambique tornou-se condição *sine qua non* a reabilitação da cadeia de produção da TVM que se encontrava obsoleta e descontinuada. Assim, a televisão pública que não consegue investir em equipamento de produção de forma contínua, que geralmente beneficia de doações de parceiros internacionais ou através de uma intervenção do Estado, definitivamente irá apenas entregar um sinal digital à operadora pública da rede transmissão.

É pretensão do Estado que o sinal transportado pela TMT chegue à maioria da população, e que esta explore as potencialidades que a tecnologia da TDT oferece aos cidadãos. A Estratégia Nacional de Radiodifusão Analógica para Digital (COMID, 2013) recomenda uma cobertura economicamente viável, e não apenas geográfica, ou seja, não basta potenciar maior raio é preciso que o negócio seja rentável. Portanto, algumas zonas que até a data do apagão não estiverem cobertas pelas antenas da TVM poderão esperar por outro tipo de iniciativas, como a do Governo Chines, de beneficiar 500 aldeias moçambicanas com televisão por satélite, no âmbito do projecto

---

<sup>164</sup> Entrevista com Ema Canda e Felisberto Martinho, Departamento de Projectos e Tecnologia da TVM, no seu Gabinete, no dia 04/06/2017. Maputo.

<sup>165</sup> Técnicos da TVM entrevistados; Plano Estratégico do Desenvolvimento da TVM 2015-2019.

denominado “Acesso à televisão por satélite para 10 mil aldeias africanas” lançado no dia 20 de Abril de 2018 em Maputo<sup>166</sup>.

Esta tem sido a abordagem de vários pesquisadores entrevistados como (Mário, 20/10/2017; Joanguete, 24/11/2017; Miguel, 06/06/2017) nas suas intervenções sobre o processo da TDT em Moçambique, para manifestar o desfasamento entre a tecnologia de ponta em debate e os conteúdos que as televisões nacionais produzem, olhando para a quantidade e qualidade para um maior usufruto desta tecnologia em conquista. E fica uma questão, qual é o nível de preparação dos operadores de televisão, dos cidadãos, dos reguladores, do mercado moçambicano no geral para lidar com a digitalização da radiodifusão? Não estaremos perante um “elefante branco” ou uma “auto-estrada” de grandes dimensões sem veículos capacitados e regulados para o seu usufruto.

A instalação da rede de transmissão do sinal de televisão digital iniciou no dia 15 de Agosto de 2017, nas 10 capitais provinciais e 8 vilas fronteiriças, designadamente: Namaacha, Ponta do Ouro, Ressano Garcia, Manica, Ulongue, Zóbue, Milange e Mandimba. Nesta primeira fase do projecto, serão instalados 60 sítios emissores até Dezembro de 2018, data prevista para a conclusão do processo de instalação da rede de transmissão.

Até Março de 2018, cerca de 40 dos 60 sites previstos já haviam sido instalados e o próximo passo consiste no seu teste, cuja eficácia depende da disponibilização do STB e de um *Call Center* para possíveis reclamações.

---

<sup>166</sup> Avaliado em cerca de 3.8 milhões dólares norte-americanos, o Projecto consiste na aquisição, fornecimento e montagem de dois conjuntos de sistemas de TV projector (vídeo projector) com energia solar e um televisor digital de 32 polegadas em locais públicos como postos administrativos, hospitais, escolas e centros comunitários, em aldeias, sem acesso à televisão digital em Moçambique. Para as aldeias que já possuem acesso à televisão digital, o Projecto prevê a distribuição de 20 conjuntos de receptores de TV via satélite, por cada aldeia contemplada. Foram observados vários critérios como: cada aldeia deve possuir um mínimo de 15 famílias residentes nas aldeias ter energia eléctrica e privilegiar aldeias situadas nas zonas fronteiriças. O projecto foi anunciado pelo Presidente Chinês, Xi Jinping, na Cimeira do Fórum de Cooperação África – China, realizada em Joanesburgo, em Dezembro de 2015. O mesmo ambiciona ser implementado em cerca de 25 países africanos. A nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique é o primeiro país a beneficiar do projecto, escreve a nota de imprensa do MTC. *Moçambique. Ministério dos Transporte e Comunicações. Gabinete do Ministro, Comunicado de Imprensa. Maputo, 2018.*

Outro aspecto importante é que os 60 sites previstos não cobrem todo o país, há zonas que não foram abrangidas.

A conclusão da instalação da rede dos emissores implicará um teste de confirmação de recepção do sinal em todos os locais previstos. A pensar no feedback dos usuários, os chineses responsáveis pela montagem da rede já exigem um “*call center*” para sanar dúvidas sobre a tecnologia e a confirmação do sinal. Canda (04/06/2017) explica que a medição do sinal não é suficiente para ter a garantia da eficácia do sistema. A garantia virá sim dos telespectadores, quando efectivamente estiverem com as remições dos canais.

A preocupação se estende para outras televisões que não irão permitir falhas. A TMT precisa de garantir que os telespectadores que vêm essas televisões tenham um sinal limpo sob o risco de descrédito. Repara-se que, esta matéria foi acautelada na estratégia de digitalização.

O processo de digitalização registou grandes falhas de cumprimento dos prazos e metas estipuladas pela Estratégia Nacional de Migração de Analógico para Digital, analisada no Capítulo II, desde o incumprimento do prazo de migração em Julho de 2015. A instalação das infra-estruturas de rede foi determinante para a prossecução das fases subsequentes que dependem da mesma para o funcionamento.

#### **9.1.4 Simulcast - dupla iluminação**

Por um lado, este é um sinal de que Moçambique está com alguma hesitação na tomada de decisão, e fica num silêncio que não serve para explicar, nem para perceber as lacunas do processo, por outro lado, desperdiça-se o equipamento e a oportunidade do ensaio do sinal no período de dupla iluminação.

O período de dupla iluminação tem sido uma fase muito conturbada para a cadeia da televisão, porque nem sempre o projectado para cobertura do sinal, no papel, acontece literalmente no terreno. O registo das famosas zonas de sombra, não é um fenómeno isolado de alguns continentes ou regiões como aconteceu em Portugal, muito menos da

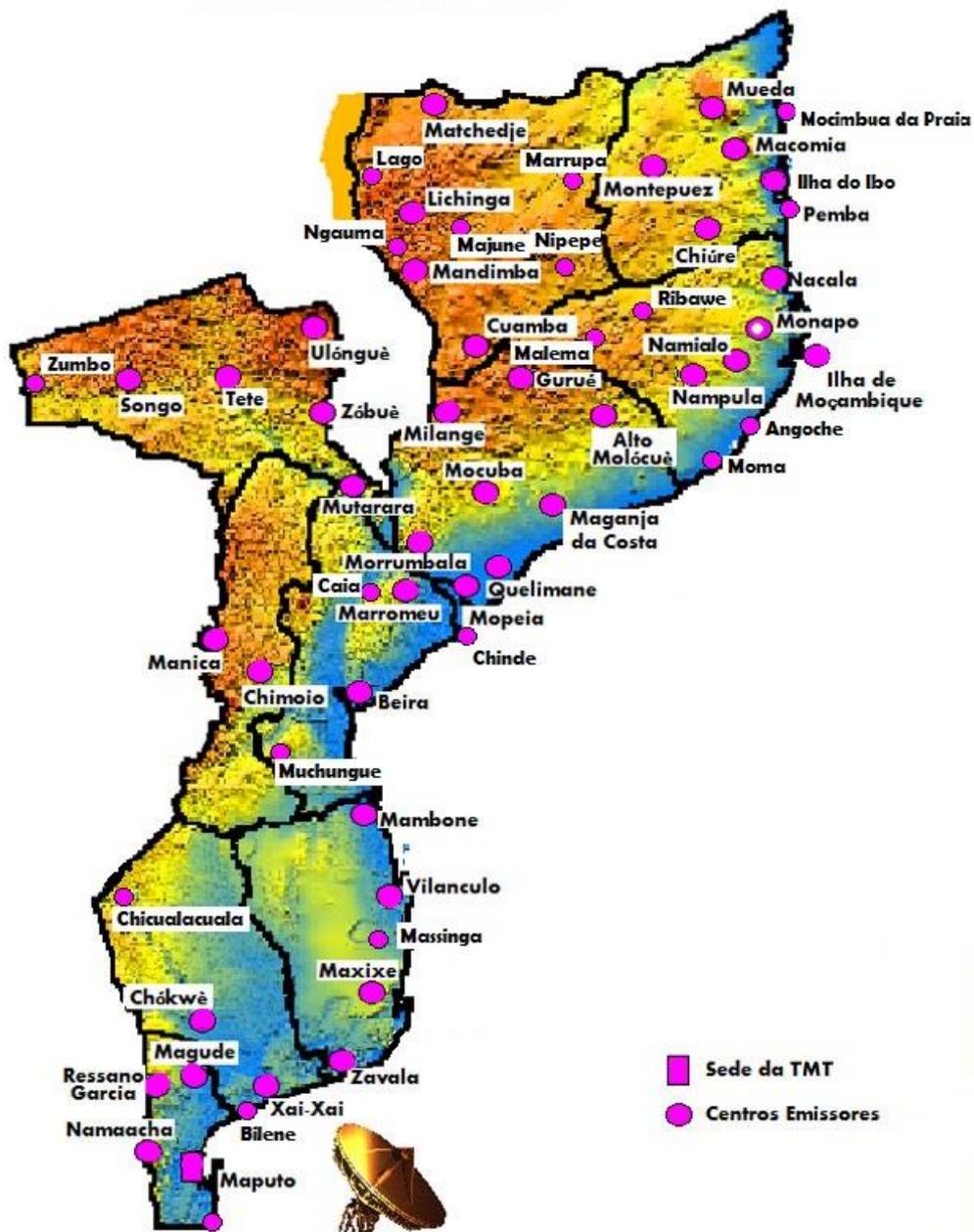
qualidade de equipamento. Técnicos por nós entrevistados falam da grande dificuldade da propagação das ondas em algumas zonas do país tais como Inhambane e Zambézia, devido ao efeito dos coqueiros que interrompem a propagação das ondas. Os problemas com os coqueiros verificam-se mesmo com o sinal analógico. Diferentemente do analógico, o sinal digital requer sinal contínuo, porque com a interrupção da propagação das ondas o sinal cai e o telespectador fica sem o sinal (Canda, 04/06/2017).

*Mapa N. 1, Mapa de distribuição dos sítios da TMT a nível do País*

# TMT, SA



TRANSPORTE, MULTIPLEXAÇÃO E TRANSMISSÃO



Fonte: TMT, 2017

## 9.1.5. Destino do lixo electrónico

Com a introdução de novas plataformas de digitalização, grande parte das unidades de produção e de transmissão (senão todas) ficarão ultrapassadas e é necessário encontrar-se um destino para este equipamento que resultou, nalguns casos, de investimentos de

fundos do erário público e de privados. Aliás, Moçambique, que frequentemente figura na lista de países pobres do mundo, deverá encontrar uma boa política de reaproveitamento destes equipamentos.

O Governo nunca decidiu sobre o destino dos equipamentos que entram em caducidade, desde a cadeia de produção, a rede de transmissão aos televisores de uso doméstico ou familiar. O reaproveitamento dos televisores analógicos passa necessariamente pela aquisição de conversores de sinal (STBes), para contornar o risco da divisão digital Mário (20/10/2017) e ou exclusão digital (Miguel, 06/10/2012), onde quase 90% dos aparelhos em uso no país precisarão de um descodificador para captar o sinal digital (Joanguete, 24/11/2017).

Os entrevistados são unânimes na reflexão de que as condições socioeconómicas de Moçambique não favorecem o acesso das populações ao sinal da TDT, seja por via da aquisição dos STB ou de aquisição de novos televisores digitais devido ao elevado índice da pobreza. Uma das vias mais próxima de minorar o problema é bonificar o consumidor na aquisição dos STB, como previsto na Estratégia Nacional de Digitalização. O outro desafio associado é a fraca qualidade da energia eléctrica que chega às diferentes zonas do território nacional.

Estão em jogo os 33 emissores analógicos da TVM, 18 emissores do Projecto-piloto<sup>167</sup>, instalados no âmbito dos acordos da Comunidade dos Países da África Austral, (SADC) em Inglês - *Southern African Development Countries*, os emissores das televisões privadas e as respectivas unidades de produção, bem como das televisões comunitárias. O Presidente do Conselho de Administração da TMT, Víctor Mbebe (30/10/2017), entende que o lixo electrónico não tem mais valor, está descontinuado e não serve mais. Por via disto, a Comissão Nacional para a Migração Digital (COMID) avançava a possibilidade de reaproveitamento dos emissores para outras actividades no âmbito de comunicações (Anguilaze, 11/10/2017).

Joanguete (24/11/2017) afirma que o PCA da TMT já mostrou abertura para receber este equipamento, mas isso só poderá ocorrer depois do apagão das transmissões

---

<sup>167</sup> Os 18 emissores instalados nas principais cidades e vilas das zonas fronteiriças, no âmbito do projecto-piloto, adquiridos pelo Governo de Moçambique, a Startimes preteriu-as em detrimento do lote do seu projecto geral da TDT (Hop-poon, 06/10/2017).

analógicas, pois até lá os operadores ainda precisarão dos seus emissores para o período de dupla iluminação.

A questão do destino do material obsoleto mexe com vários segmentos; desde o Estado, operadores de televisão, os provedores de equipamentos até o sector familiar. Todos os intervenientes desta cadeia investiram o seu capital. A TMT deverá encontrar melhor tratamento da questão.

A TMT nunca respondeu claramente à questão (Anguilaze, 11/10/ 2017). Se a TMT abrisse o seu capital para entrada de privados poderia alargar a sua capacidade. Estes entrariam com a rede como activo, por exemplo. Mas, não funciona de forma tão simples assim, explica Anguilaze, será necessário avaliar se a rede ainda tem utilidade ou não, avaliar o tempo de vida útil, com a agravante de que a rede digital só pode ser entregue à TMT, quando terminar todo o processo. A mesma posição é defendida por Mbebe (30/10/2017) embora seja inclinado para o não aproveitamento do lixo electrónico.

O processo da TDT é sinuoso e complexo. Mesmo alguns países que já adoptaram as novas tecnologias, novos padrões, ainda precisam de aprimorar as suas políticas e estratégias.

Alguns problemas derivam da falta de seriedade por parte dos parceiros que fornecem equipamento, coadjuvado pela corrupção institucionalizada e pela falta de seriedade e comprometimento em muitos países africanos, sobretudo, e isso gera polémica. Há países que cancelaram contratos por falta de seriedade. Também não é menos verdade que o desconhecimento e a falta de objectividade e clareza nos processos, aliado à corrupção e burocracia do aparelho do Estado que paira em muitos países africanos, e Moçambique não é excepção, são factores que contribuem negativamente para o avanço deste processo, aliada falta da indústria que possa adquirir e reaproveitar ou mesmo reciclar (Anguilaze, 11/10/2017; Mário, 20/10/2017; Joanguete, 24/11/2017; Miguel, 06/06/2017).

O processo da digitalização em Moçambique não decorre como devia, conforme coincidem as apreciações dos nossos entrevistados Anguilaze, Mário, Joanguete, Miguel. Primeiro porque (em 2017) altura das entrevistas, ainda se regista a falta de clareza em vários aspectos como:

a) se a COMID existe ou não? Se sim, em que moldes actua, porque não se faz sentir como foi na primeira fase. A primeira fase durou de 2012 a 2014, período em que mais se discutiu a TDT em várias áreas; desde o parlamento à imprensa, da sociedade civil ao sector privado. Neste período aconteceram seminários de capacitação dos técnicos da radiodifusão e agentes do Estado<sup>168</sup> em todo o país que ocuparam maior tempo de interacção com diferentes públicos, para introduzir a TDT. Estes seminários, que sempre envolveram os governos provinciais, tiveram lugar em todas as províncias e mereceram a cobertura da imprensa. Diga-se, o envolvimento dos governantes ao mais alto nível, teve um cunho político forte, embora estivesse previsto na estratégia de comunicação<sup>169</sup>.

É neste período que se registam debates em torno do esclarecimento e da transparência do negócio, sempre conotada como sendo da família do então Chefe do Estado Armando Guebuza.

Em 2018 e 2019 com a conclusão da instalação da rede, esperava-se melhor explicação para o destino dos equipamentos por desmontar nos sítios onde já tem emissores digitais.

b) Aspectos ligados ao financiamento das acções da COMID. Esta comissão já não dispõe de fundos para o funcionamento como no início, embora se tenham apresentado uma proposta de funcionamento com um orçamento do tesouro público até o funcionamento normal da TMT e outras unidades de gestão da TDT. Com a fragilidade da COMID devido a falta de fundos, começam a aparecer acções individuais que prestam assessoria ao Governo, mas não com a mesma força da COMID. O maior

---

<sup>168</sup> O plano de comunicação da estratégia nacional de digitalização prevê cinco categorias de destinatários de mensagens sobre a TDT que são: Entidades Governamentais; Operadores de Televisão; Operadores de Rádio; Imprensa Escrita; Público em Geral, Sociedade Civil e Revendedores de Equipamentos (COMID, 2013)

<sup>169</sup> O INCM fez-se representar pela PCA, a COMID pelo Vice-Presidente; A Governadora da Província de Nampula citou as seguintes palavras da Estratégia de Digitalização da Televisão: O Governo pretende que a migração digital seja um processo inclusivo de excelência e de satisfação das enormes expectativas populares". Disponível. <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/217-seminario-de-divulgacao-cidalia-chauque-defende-processo-inclusivo-de-migracao-digital>

problema que se nota neste estudo é que as fragilidades estão generalizadas e entrelaçam-se institucionalmente, deixando parecer ausência de foco, de visão a curto, médio e longos prazos.

Os entrevistados que trabalharam neste processo entendem que este tem sido uma grande escola para eles, mas não escondem o cepticismo resultante da falta de convergências políticas, técnicas e financeiras.

Entenda-se que para a COMID funcione deve se tornar numa comissão com autonomia, que não seja dependente de uma unidade estatal ou governamental pois, deve incluir todos os intervenientes do mercado da radiodifusão.

## **9.2.A relação TVM, TMT e outras televisões**

A relação entre a TVM e a TMT representa oportunidade para alavancar a capacidade de produção de conteúdo de uma forma moderna com recurso a uso de tecnologia digital na cadeia de valor. Esta simultaneidade de apetrechamento das duas empresas é estratégica, com ela se pretende garantir uma produção e transmissão de qualidade, na medida em que a TVM passa a preocupar-se exclusivamente com a produção de conteúdos.

Esta é uma oportunidade que o Governo deve aproveitar para modernizar a TVM (Anguilaze, 11/10/2017). O Governo está consciente de que precisa de uma televisão pública. Portanto, a TMT deverá ser imparcial em relação à TVM, agir de forma igual para com todos os operadores de televisão, ou seja, se por algum motivo a TMT tiver que penalizar um operador privado qualquer, por qualquer situação que justifique a tal medida, essa atenção deve ser observada para a TVM inclusive, sob o risco de ser mal interpretado por causa da ligação TVM /TMT, que de antemão inquieta outros operadores que se consideram menos integrados neste processo.

Uma outra alternativa para maior transparência é a TMT disponibilizar o seu capital, pautar mais pela transparência na gestão do sinal, permitida à entrada de privados no negócio. Os operadores privados, enquanto não estiverem claros em relação à certas

decisões sobre a ligação entre a TVM e a TMT, olham-na com muita desconfiança e, enciumados com a posição privilegiada da TVM ao servir a TDT com todos os seus meios, em circunstâncias de um grande investimento, as outras televisões suspeitam o nível da proximidade da TMT que, na óptica destes, poderá favorecer à TVM, accionista, que no futuro irão coabitar nas mesmas instalações (Joanguete, 24/11/2017; Miguel, 06/06/2017; Anguilaze, 11/10/2017).

Os analistas por nós entrevistados afastam esta possibilidade de um tratamento diferenciado entre a TVM e outras operadoras, atribuindo a responsabilidade aos instrumentos de gestão e controlo das actividades da TMT na sua relação com os seus clientes. Para além da inquietação pela proximidade entre a TVM e a TMT, a outra tem a ver com o facto de a TMT ser uma empresa pública, logo, de gestão suspeita (centro de custos) que favorece da elite política. Os privados são sépticos nesta questão, e sempre reivindicaram a sua representatividade na COMID, posição que foi revista, mesmo assim sem, sem grande expressão numérica.

Mbebe (03/10/2017) afirma que não haverá nenhuma diferenciação entre operadores de televisão e a TVM, todos serão tratados de igual modo. Para Anguilaze (11/10/2017) a funcionamento institucional não se avalia pela natureza jurídica, se é público ou privado que se é bom ou mau vai depender dos estatutos, do plano de negócio, das estratégias empresariais e dos gestores. Se a legislação for clara, que garanta a independência através de instrumentos de fiscalização, monitoria e avaliação, não haverá problemas (Mário, 20/10/2017 e Anguilaze, 11/10/2017).

Para (Mário, 20/10/2017) não foi boa ideia colocar TMT junto da TVM. Esta situação fragiliza as relações com as outras operadoras que parecem dependentes da TVM. A TMT se confunde com a TVM. Para a maioria não é aceitável. O desejável é que houvesse desligação entre a TVM e TMT, de modo que esta tenha autonomia e a TVM concorra em pé de igualdade com as outras televisões. Para que seja vista como uma empresa autónoma e não como uma secção da TVM, e diz ...“neste momento por exemplo, se procuras a TVM encontra a TVM em todos os sentidos – o seu pessoal, localização, infra-estrutura e mais, futuramente irão coabitar”. O processo está

emaranhado, não dá para lê-lo, está difícil perceber, disse Mário. Definitivamente, esta situação não dá conforto aos operadores, convergem os nossos entrevistados.

Os entrevistados vão mais longe e dizem que as televisões independentes pensam que serão submetidos a um concorrente (TVM). E perguntam, será que os seus conteúdos serão deixados intactos? Não haverá avarias “fictícias”, propositadas num dia de um directo de uma televisão privada, por exemplo? Em suma, há uma série de questões políticas muito sérias que já mereciam um esclarecimento agora ainda, na implantação para o bem da indústria da comunicação social, através de publicação de instrumentos normativos que irão regular esta e outras relações.

O presidente da TMT, Víctor Mbebe (Mbebe (03/10/2017), garante que não há espaço para qualquer tipo de diferenciação na relação entre as televisões e ou produtoras de conteúdos, pois à TMT interessa oferecerem um serviço de qualidade. Os operadores devem se preocupar em diversificar os seus conteúdos, explorando novas áreas temáticas, contemplar novos nichos de audiência que sofrem exclusão por insuficiência de sinal, capacidade aquisitiva ou pelo valor comercial que representam no mercado. Devem desenvolver uma concorrência centrada na qualidade dos conteúdos e não nas principais cidades consideradas zonas economicamente lucrativas como é a característica do mercado actual.

Sendo a TMT uma operadora pública, mas com visão lucrativa<sup>170</sup>, remete-nos a um modelo misto de fazer a televisão propondo-se a adoptar um modelo “concorrencial” e também um modelo “civilizado” (Rui Cádima, 1995)<sup>171</sup> O modelo do “concorrencial” é encontrado na (Itália, França, e desde 1990 a Espanha) e o modelo “civilizado” (Gran Bretanha e Alemanha). O autor destaca a diferença entre os dois modelos através da qualidade que cada um atribui ao seu próprio público. Para o modelo “concorrencial”, o público é “audiência”. Para o modelo “civilizado” em cumprimento do serviço público, em primeiro lugar está o cidadão, e só depois os índices de audiência.

---

<sup>170</sup> Conferir Artigo 40 da Lei 3/2018 de 19 de Junho, que regula o Sector Empresas do Estado (SEE).

<sup>171</sup> Rui Cádima, Francisco (1995) *O fenómeno televisivo*. Lisboa: Círculo de Leitores. Capítulo 2 disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/http/artigos/A%20programação%20televisiva%20na%20era%20da%20concorrencia.pdf>.

Os dois modelos deixam claro a separação de responsabilidades. No modelo concorrencial, a educação do cidadão termina na escola, reduzindo a sua atuação ao “entretenimento” e à “variedades”. No segundo caso, valoriza-se a diversificação de conteúdos, cuja qualidade é atribuída à produção própria, onde deve haver a representação de todos os géneros, baseados em políticas de comunicação independentes e participativas (ibid).

As redes comerciais optam pela estratégia de fidelização, baseada em “horários nobre”, que apenas tem em vista as receitas que podem gerar, e, portanto, a maximização das audiências. Enquanto a rede pública geralmente tem uma limitada quota de publicidade na ARD alemã é limitada ao período entre as 17h30 às 20h00, e a BBC não tem publicidade (ibid).

O caso de Moçambique, o serviço público de radiodifusão apresenta-se com todos os vícios da televisão do modelo concorrencial. A TVM concorre em pé de igualdade com as televisões comerciais, legalmente, na exibição da publicidade ao longo da sua programação. E mais, se por um lado a lei 18/91 não dá garantias de que o serviço público seja assegurado nem de que o mercado seja estável: continuam a não haver garantias da existência de um mercado razoável suporte um canal público generalista, e outros 6 comerciais<sup>172</sup>. Por outro, o Governo continua sem alocar o fundo através do Contrato Programa às empresas públicas de radiodifusão. As consequências são imediatas. O próprio Governo incentiva a estas públicas a disputar o mercado publicitário, sem quaisquer limitações, com as comerciais. A inquietação do (Mário, 20/10/2017) tem a ver com a inocência dos seus conteúdos perante os parceiros do negócio.

Tratando-se de uma TMT pública, com relações de raiz com a TVM, nos parecem legítimas as preocupações dos comerciais e dos analistas abordados, tendo em conta o cenário acima exposto.

---

<sup>172</sup> Em Moçambique, apesar de haver 14 canais a operar, somente cinco oferecem uma programação mais estável (STV, Miramar, Sucesso, TIM, TVManá).

Para Joanguete (24/11/2017), neste cenário há uma espécie de “guerra fria” entre os operadores públicos e privados de radiodifusão, na sequência da decisão do Governo de colocar a Televisão de Moçambique e Rádio Moçambique como accionistas da Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT), entidade gestora do sistema de transmissão do sinal digital.

A TMT produzirá instrumentos que separem os interesses das duas entidades onde a TVM é accionista pois, a separação dos serviços de produção de conteúdo dos de transporte e gestão da rede dos emissores fica ténue. A TVM sendo governamental, obviamente, em princípio, tem responsabilidade pública acrescida, de cobrir todas as gerações sem discriminação, privilegiando a cultura nacional, talvez por isso, menos comercial. O seu “entretenimento” e as variedades são fracos quando comparado com o da comercial STV e Miramar. A TVM é ainda mais fraca quando colocada no *bouquet* de pacotes internacionais presentes nos distribuidores de sinal de televisão por satélite.

O mercado publicitário em Moçambique é muito pequeno, com o agravante de ser um dos países com mais canais transmitidos em sinal aberto ao nível mundial, disse o vice-presidente da Comissão da Migração Digital, Simão Anguilaze (11/10/2017). Trata-se de cerca de catorze canais transmitidos em sinal aberto, facto que para Anguilaze constitui uma situação preocupante em relação aos outros países, dando como exemplo a vizinha África do Sul que apenas tem dois. Moçambique encontra-se empenhado para o *swich-off* das emissões analógicas e colocar todos estes canais no sinal da TMT. Levanta-se outra questão ligada à concorrência, que tem a ver com colocação da TMT no mercado dos *paytv's* onde a Startimes, sócio maioritário da TMT é concorrente.

### **9.3. Divulgação da estratégia da TDT**

A televisão pública tem uma responsabilidade maior na educação cívica do cidadão, na valorização da cultura nacional, podendo fazê-lo através da criação de espaços de participação pública, desenvolvendo conteúdos educativos sobre várias matérias, onde se pode encaixar o processo da TDT, através da promoção de debates públicos, como previsto no Artigo 10, Decreto nº 31/2000, de 10 de Outubro, que aprova o Estatuto da Televisão de Moçambique. No n.1º, do Artigo 4, do mesmo Estatuto lê-se que, “o

objecto da TVM é o da prestação do serviço público de radiodifusão televisiva”. A TVM prossegue com o objecto da linha anterior através da transmissão de imagens e sons efectuada por meio de ondas electro-magnéticas, propagando-se no espaço ou por meio de cabos, destinados à recepção directa pelo público, em geral. Na orientação da sua programação prevista no Artigo 10, da Constituição de Moçambique, a TVM deve proporcionar uma informação actual, rigorosa e completa sobre os factos da realidade nacional e internacional.

Partindo do pressuposto de que a TVM é accionista da TMT, coadjuvado com o objecto da sua criação, ela deve desenhar conteúdos para educar as populações sobre o processo da TDT, através de uma estratégia de comunicação que explique todo o processo. A comunicação acontece de forma fraca sem continuidade. Se calhar, a timidez da TVM em assumir a divulgação do processo prende-se com a falta de clareza dos limites das responsabilidades de cada parte envolvida, e das incertezas do cumprimento das metas em cada fase (Langa, 06/10/2017).

#### **9.4. Formação de técnicos da TDT**

O sucesso da migração digital resulta grande parte pela predisposição dos interessados em reconhecer que *devem aprender, desaprender e reaprender*. Desta forma estarão em condições de transformar a tecnologia cuja a sua linguagem devem ser aprendidas cada vez mais.

Para garantir a segurança e o funcionamento da televisão digital, com tecnologia cada vez mais recente e exigente, a TVM com apoio do Governo da China iniciou o processo de formação dos seus técnicos que irão trabalhar no sistema de transmissão da televisão digital. Sabe-se que a rede de transmissão estará a cargo da TMT, ou seja, uma parte dos técnicos da TVM garantirão o início das actividades da TMT. Por via disto, foram formados cerca de 22 técnicos na República da China e Alemanha (Mbebe, 03/10/2017; Ho-poon, 06/10/2017). Os beneficiários de formação são da TVM central e das delegações provinciais.

Todos os técnicos envolvidos nesta fase são da TVM, e mais tarde uma parte se converterão em funcionários da TMT mediante um acordo de mobilidade interna de funcionários entre TMT e TVM. Contudo, Langa (06/10/217) alerta que os técnicos não poderão ser todos movimentados pois os mesmos deverão garantir a produção televisiva. Sempre que há uma transmissão televisiva a partir do exterior, por exemplo, a movimentação dos equipamentos e a sua manipulação depende desses técnicos de transmissão que foram treinados para gerir a rede da TMT.

A formação não pode ser limitada a técnicos de rede pois, os estúdios de produção exigem também técnicos qualificados em matérias de televisão digital, uma acção de formação que não constituiu prioridade à Startimes, responsável pela implantação da rede de transmissão da TMT.

A questão dos recursos humanos qualificados e em número suficiente para garantir uma produção televisiva com qualidade esperada levanta, dentre muitos, dois aspectos pontuais: Por um lado, a TMT para arrancar precisa de técnicos qualificados, e vai buscar à TVM. Por outro lado, a TVM, necessita de treinar (requalificar) o seu pessoal, recrutar técnicos para garantir a sua produção televisiva digital, numa situação falta de quadros a nível nacional, com formação ou conhecimento da área.

A título de exemplo, ao nível nacional a TVM precisa de cerca de 315 pessoas distribuídas em duas áreas. Para a área de produção, 242 técnicos, e, para a área técnica, 73 técnicos<sup>173</sup>. Estes técnicos representam um impacto financeiro estimado em cerca de 5.830.848.07 Meticais, equivalente a € 83.297 ao câmbio de 1€/7 meticais<sup>174</sup>. A televisão TVM não tem capacidade financeira para suportar essa despesa. As novas admissões deverão ser acompanhadas por planos de formação destes técnicos. Trata-se de formações que há partida, só poderão acontecer, na melhor das hipóteses, fora do país ou a nível nacional, importando o *know how*.

---

<sup>173</sup> Dados fornecidos pela Direcção Técnica da TVM no âmbito da preparação do Plano de Negócios da empresa, a luz da nova Lei 3/2018, de 19 de Junho, igualmente tratada como Lei das Empresas Públicas.

<sup>174</sup> Dados fornecidos pela Direcção Técnica da TVM no âmbito da preparação do Plano de Negócios da empresa, a luz da nova Lei 3/2018, de 19 de Junho, igualmente tratada como Lei das Empresas Públicas.

Face a esta situação defeituosa, advinham-se algumas lacunas no arranque da operação em ambiente completamente digital por falta de técnicos qualificados. Por um lado, o país não dispõe de imediato de técnicos da área para preenchimento de vagas, por outro, a TVM não dispõe de capital financeiro nem para contratar técnicos, muito menos para mandar formar no estrangeiro.

Face à fraca capacidade financeira da TVM, só resta de solicitar ao Governo a alocação de uma verba para suportar o encargo com as novas admissões face à digitalização da televisão.

## **9.5. Digitalização da TVM**

### **9.5.1. Digitalização da cadeia de produção de conteúdos**

A produção de conteúdo é uma questão crucial, presente em toda discussão sobre a televisão digital, razão pela qual deverá passar por grandes transformações no que diz respeito ao seu processo metodológico na cadeia de produção de conteúdos. A evolução tecnológica é determinante para a migração digital, porque fornece o equipamento necessário para tornar possível o estágio dos diferentes processos do analógico para digital. A migração digital não se circunscreve apenas na migração tecnológica, mas a sua disponibilidade e acessibilidade igualmente abrange mudanças sociais, pois ela acontece em grupos sociais com características e necessidades próprias.

No mundo actual é cada vez mais evidente que o mercado tradicional se complementa com o virtual, que se encaixam perfeitamente na evolução tecnológica que permite tornar o mundo uma *aldeia global*, quebrando diferentes barreiras e provoca transformações.

As transformações incluem “...questões económicas, políticas, culturais, educativas tecnológicas e comportamentais e mostram como as formas de pensar, estar e perceber o mundo vêm sendo alteradas” (Gobbi e Kerbauy, 2010:80).

Isto é um indício de que para além de simples domínio das questões tecnológicas, as mudanças geram reflexões sobre *a nova ordem tecnológica* (Castro, 2010). Segundo

autora, a nova *ordem tecnológica aponta* que o conjunto de transformações pelas quais o mundo passa não pode ser explicado por um único paradigma pois, em separado uma ou outra teoria já não esclarece algo tão radical como a passagem do mundo analógico para o digital.

Esta reflexão sugere-nos um olhar transversal, abrangente e transdisciplinar pelo facto de desafiar os vários intervenientes do processo de produção, reguladores e distribuidores, a reformularem os seus procedimentos, de modo a se adaptarem a nova era digital. Uma boa adaptação ditará um bom posicionamento na atuação nacional, regional e porque não internacional. Os Estados são colocados desafios constantemente de evoluírem e se adaptarem a novas filosofias de vida. Assim, a indústria da *media* é desafiada a responder a escala global com conteúdos de maior qualidade e de interesse geral, eliminando-se dessa forma as distâncias e barreiras.

Os conteúdos audiovisuais voltados para as *media* digitais devem ser produzidos conscientes de que os mesmos podem ser usados em diferentes plataformas tecnológicas, *convergências tecnológicas*<sup>175</sup> e também para as *convergências dos media*<sup>176</sup>. As pessoas podem, através das novas tecnologias, obter distintos serviços e consumir media, informações e dados, através do mesmo suporte.<sup>177</sup>

Para lograr este desafio, os produtores de conteúdos no geral, e os profissionais de televisão em particular, devem beneficiar de formação para melhor explorarem as plataformas e não só para que sejam competitivos no mercado. Os pesquisadores e

---

<sup>175</sup> Convergência tecnológica. A convergência tecnológica e os *media* é a integração de suportes que facilitam a digitalização. Para o Conselho Nacional de Televisão de Chile (2015) a convergência tecnológica corresponde ao processo mediante o qual as redes e serviços de comunicações. [https://www.cntv.cl/cntv/site/artic/20150722/asocfile/20150722183511/regulacio\\_n\\_en\\_tv\\_y\\_convergencia\\_tecnologica\\_discusion\\_internacional.pdf](https://www.cntv.cl/cntv/site/artic/20150722/asocfile/20150722183511/regulacio_n_en_tv_y_convergencia_tecnologica_discusion_internacional.pdf) Acesso em 12/02/2018.

<sup>176</sup> Na convergência digital coexistirão simultaneamente, através da mesma plataforma, diferentes media como são a televisão, o rádio e o cinema digital, os celulares e os videojogos em rede (Castro, 2010). Estas plataformas digitais, acima de tudo, dão a possibilidade de desenvolver conteúdos audiovisuais digitais que possam ser usados em vários aparelhos tecnológicos ao mesmo tempo, sempre e quando sejam respeitadas as características de cada media digital. (Gobbi e Kerbaury, 2010:88).

<sup>177</sup> Conselho Nacional de Televisão de Chile (2015). *Regulación de Televisión e Convergencia Tecnológica: Discusión Internacional. Foro Regional de Reguladores. Foro de Medios y Telecomunicaciones.* Disponível em: [https://www.cntv.cl/cntv/site/artic/20150722/asocfile/20150722183511/regulacio\\_n\\_en\\_tv\\_y\\_convergencia\\_tecnologica\\_discusion\\_internacional.pdf](https://www.cntv.cl/cntv/site/artic/20150722/asocfile/20150722183511/regulacio_n_en_tv_y_convergencia_tecnologica_discusion_internacional.pdf), Consultado no dia 15/07/2019

gestores bem como as equipas de produção de televisão deverão ser proactivas no desafio da formação para novas habilidades, linguagens, formatos e conteúdos audiovisuais que os *media* digitais exigem e ou permitem, entre eles o uso da interatividade (Castro, 2010).

A interatividade é compreendida como a “relação que se estabelece entre o campo da produção e da recepção, onde as audiências passam a interagir, em diferentes níveis com os produtores de televisão, podendo participar, interferir ou comentar os programas” (Barbosa Filho e Castro, citados por Castro, 2010) da interoperabilidade, de produtos audiovisuais com usabilidade, com acessibilidade, uso da multiprogramação ou de várias telas ao mesmo tempo, no caso da TV digital.

O novo público não se satisfaz mais com o “assistir passivamente” ao conteúdo. Ele também quer o poder de criar, seja na programação da emissora ou em novas plataformas, propostas por ela. A televisão continuará sendo uma potência de audiência pelos próximos anos, mas precisará cada vez mais de atender às necessidades sociais de quem a vê. Os *smartphones* vieram revolucionar a dinâmica do funcionamento da *media* em geral. Os produtores de conteúdos devem produzir pensando em veicular os seus materiais em diferentes conteúdos em simultâneo.

Esta é claramente uma visão da economia do mercado que as empresas públicas em Moçambique são cada vez mais encorajadas a viverem de fundos próprios<sup>178</sup>. Mbebe (03/10/2017), na entrevista, afirma que os canais de televisão que actuam no mercado moçambicano irão competir de igual forma em relação a capacidade de cobertura e qualidade do sinal, na medida em que a responsabilidade da distribuição estará a cargo da TMT.

No âmbito da digitalização, o Governo tem apetrechado a TVM com nos equipamentos para a produção de conteúdos de qualidade, sendo um atractivo para mercado nacional e

---

<sup>178</sup>A Nova Lei 3/2018, de 19 de Junho, Lei das Empresas Públicas desafia cada vez mais as empresas a produzirem para a sua sustentabilidade, aliviando dessa forma os encargos do Estado com estas empresas.

regional, como testemunhou Daniel David, PCA do Grupo Soico<sup>179</sup>, no seu discurso, a quando do aluguer do Carro Estúdio da TVM, para a transmissão da MOZEFO<sup>180</sup> disse - "Na análise do mercado, percebemos que a TVM tem, neste momento, a capacidade tecnológica que é a melhor da África Austral".<sup>181</sup>

Outro campo de debate sobre a produção de conteúdos é trazido pela (SADIBA, 2017)<sup>182</sup> que adaptamos para a TVM porque encontramos muita similitude. Do estudo entendemos que este debate conduz-nos a uma reflexão de que a discussão da produção de conteúdo televisivo deve observar toda a cadeia: desde pré-produção, aquisição e produção, a pós-produção, e a sua distribuição, armazenamento e reutilização. Elegemos quatro elementos que em seguida destacamos:

- a) Pré-produção - Os pesquisadores, produtores e editores de conteúdos usam sistemas baseados em computador para iniciar o ciclo do programa, planificação e preparação *off-line*. Desta forma, todas as discussões havidas ao longo da planificação da pré-produção ficam em princípio, registadas e armazenadas, facilitando a sua consulta e alterações sempre que necessário for, para além de facilitar o envolvimento de outros membros de equipa localizados em qualquer lugar.
- b) Na TVM, a maioria dos materiais de arquivo de vídeo está em formato analógico. O acesso a este material analógico é muito demorado para além do perigo da sua degradação. Alguns materiais estão perdidos devido a falta de equipamento compatível para leitura e captação. A operação de recuperação do

---

<sup>179</sup> Grupo Soico Televisão (STV) estação de televisão privada moçambicana, lançada em 2002 e transmite 24 horas de emissão. Actualmente, a STV cobre as províncias de: Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

<sup>180</sup> A Televisão de Moçambique disponibilizou o seu estúdio móvel e respectivos equipamentos de alta definição para a cobertura integral da 2ª edição do MOZEFO nos dias 22, 23 e 24 de Novembro de 2017.

<sup>181</sup> Mozefo Young (02/11/2017) <https://www.mozefo.com>

<sup>182</sup> SADIBA (the Southern African Digital Broadcasting Association) A SADIBA é considerado principal centro de conhecimento em transmissão digital que influencia significativamente a introdução bem-sucedida de tecnologias digitais que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). SADIBA (2017) Building Digital TV in Africa <https://www.sadiba.org/index.php/en/> Consultado em 08/07/2019.

material analógico é onerosa, por vezes para materiais que não justificam o investimento.

- c) Aquisição e Produção – Na TVM, os processos da produção televisiva utilizam uma variedade de análises e equipamento digital, geralmente controlado manualmente em tempo real, com diferentes níveis de assistência automatizada. Mas ainda é basicamente um processo analógico pois, mesmo quando o material é captado e editado em alta definição (HD), para a sua emissão ocorre a conversão do material digital para analógico, tudo dependente da conclusão do processo da migração a radiodifusão analógico para digital em curso.
- d) A título de exemplo deste cenário, as notícias, as equipas da redação central, das delegações provinciais, da (África do Sul inclusive)<sup>183</sup> já enviam as peças em formato digital, a emissão por sua vez, converte o digital em analógico. Na área de produção publicitária da TVM-Comercial, utilizam-se câmaras digitais e editam-se os vídeos e spots nesse formato pois, as mesas de montagem também são digitais. Mas, à semelhança das notícias, a comercial envia a publicidade em cassetes, recentemente em disco externo. A publicidade da agência passa pelo mesmo processo, embora recebido por e-mail ou flash, o seu alinhamento obedece o mesmo tratamento.
- e) Pós-produção - A maioria das pós-produções na África do Sul, pelo menos, é digital. A SADIBA aponta para a eficiência no fluxo de trabalho através de transferência de material mais rápida do que em tempo real e no acesso a conteúdo armazenado centralmente. As redes ATM e Ethernet são implantadas para distribuir conteúdo no ambiente de pós-produção.
- f) Distribuição - A maioria da distribuição de vídeo de transmissão na África anglófona é feita no formato analógico PAL-I<sup>184</sup>. A tecnologia de micro-ondas ou ATM é usada para expandir esse material para as estações de transmissão

---

<sup>183</sup> A TVM instalou uma Delegação na RSA, em 2014, alocando um jornalista e um cameraman.

<sup>184</sup> SADIBA (2017) Building Digital TV in Africa Digital Television Capacity Building Conference 8-10 November. <https://www.sadiba.org/index.php/en/>

terrestre. Alternativamente, existem ligações ascendentes para o satélite. Em Moçambique, a distribuição do sinal é da responsabilidade da TMT.

### **9.5.2. Equipamentos dos estúdios da TVM**

A modernização da TVM não significa apenas substituição de equipamento por outro, envolve a contratação de novos sistemas de rede informática, que serão integrados na actual rede *Broadcast*, respeitando o esquema de funcionamento em vigor. Pensando em políticas de redução de assimetrias, foi desenhado um sistema de televisão, padrão único, em *Full High Definition (FHD)*, a ser instalado em todas as unidades de produção da TVM. Significa que as 10 províncias moçambicanas estarão ao mesmo nível tecnológico, com a excepção da Beira e Nampula que passam a ser equiparados ao CTC Maputo, com equipamento superior ao das restantes 8 províncias (Langa, 06/10/2017; Canda, 04/10/2017).

Estas três unidades passam a responder as necessidades de cada região, podendo ostentar as categorias de centros regionais de Norte, Centro e Sul respectivamente. O equilíbrio tecnológico por regiões irá suprimir o défice das grandes produções, oferecendo o mesmo padrão de qualidade de conteúdos nas três zonas.

Os conteúdos produzidos nas províncias são de qualidade dissemelhante dos da sede. Sem descorar a capacidade humana concentrada em Maputo, os equipamentos das pequenas unidades alocados nas províncias são de fraca capacidade. Dai que os seus conteúdos, maioritariamente, apresentam deficiências relacionadas com o áudio, o vídeo e imagem.

Atenta-se também que, dentre várias áreas de funcionamento deficitário, é urgente melhorar a gestão da plástica de emissão da TVM. É frequente durante a apresentação do “telejornal”, por exemplo, algumas províncias entrarem com formatos de background completamente diferentes do da central, como se de outra estação ou programa se tratasse, daí a pertinência de uma uniformização que se tem feito esforço para sanar.

O projecto da TDT prevê a substituição de equipamentos em todas as unidades de produção da TVM. Assim, oito províncias (Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa) terão um nível de equipamento equivalente, em (FHD). Este equipamento vai conferir maior eficácia e eficiência para além da qualidade dos conteúdos em geral.

Com a digitalização, a TVM beneficiará de novo equipamento em todos os seus estúdios, com vista a reduzir as assimetrias tecnológicas regionais que se notabilizam ao longo da emissão descaracterizando por completo a grelha de programa.

Assim, as delegações passam a ter o mesmo design de estúdio, isolamento acústico (chão e parede), o mesmo número de câmaras, tipo de luz, ou melhor, em todas as unidades de produção de televisão, serão instalados equipamentos equivalentes, numa tecnologia (FHD) em substituição do actual. Para o sucesso do investimento, pelo menos 20 técnicos de rede (transmissão e manutenção), provenientes das províncias, beneficiaram de formação na China (Canda, 04/102017).

A TVM sede irá receber uma mesa nova de *1080i, em Full HD*. Existem unidades em plataforma digital mas que são *Standart Definition - SD*. Desta forma, o processamento do sinal dentro da TVM passa a ser FHD – 1080i, que se considera um dos melhores e de certa forma acessível (Canda, 04/06/2017). Entretanto, o sinal que a TMT irá fornecer às famílias será em SD, o que implica que a TVM, produzindo em HD terá que converter o material em SD.

Porque a TVM optou por FHD? A escolha deveu-se ao facto de ser melhor, “top de gama”. E também o Estado moçambicano não tem capacidade para periodicamente desembolsar valores altos para aquisição de novos equipamentos. Assim, a TVM, à semelhança do equipamento que funciona na sede, há 20 anos, instalado em 1998, nessa altura foi considerado “top de gama”, o investimento com a digitalização deve igualmente durar um horizonte temporal considerável (Canda, 04/06/2017).

A política de equilíbrio tecnológico vai reduzir os custos com deslocações de equipamento e de pessoal de Maputo para o Centro e Norte, e os riscos inerentes a essas

operações. Por exemplo, enquanto a TMT não se constitui como empresa com recursos humanos próprios, a TVM vai alocando os seus quadros para colmatar essa lacuna.

Ema Canda ressalva que para os técnicos da China enquanto montavam os 60 sites ao longo do país ensinavam os técnicos moçambicanos que, por sorte, são os mesmos formados na China, no âmbito de capacitação para a instalação da rede da TDT (Canda, 04/06/2017).

Canda considera que os quadros da TVM envolvidos nesta operação são “híbridos” ou polivalentes, cuidam da rede para a TMT e da produção e transmissão na TVM em simultâneo. Ora esta situação, levanta debates. Que futuro, a breve trecho se pode esperar que venha ser a TVT?

### **9.5.3. Digitalização da mediateca**

Na TVM, a maioria dos materiais de arquivo de vídeo está em formato analógico, uma situação que certamente se aplica à maioria da África. Martinho (04/10/2017) refere que no contexto analógico - actual, o acesso às imagens é individual, quer dizer, “uma pessoa por suporte”, o que por vezes obrigava a realizar mais cópias dos materiais de maior uso, com a consequente degradação do sinal. Outro aspecto tem a ver com a libertação de espaço de armazenamento, o material analógico ocupa bastante espaço e requer cuidado de conservação em ambiente adequado, acarretando custos. Igualmente, a localização física do material deixa de ser preocupação. A sua recuperação era feita através de bases de dados referenciais e textuais onde o documentalista era o intermediário entre o arquivo e o jornalista<sup>185</sup>.

O desejável é que o acesso se processe através da convergência digital onde diferentes técnicos podem aceder aos materiais da televisão através de um servidor. A convergência na sua plenitude é possível graças ao uso comum de tecnologias digitais pelos diversos meios de produção, transporte e difusão de dados, som e imagem

---

<sup>185</sup> Martinho, Filisberto. Chefe do Departamento de Projectos da TVM - Entrevistado no seu Gabinete, no dia 4/06/2017

(CIUEM, 2009). Isso significa que uma única infra-estrutura pode fornecer vários serviços.

Em suma, a TDT coloca desafios ao serviço público de *media*, que deverá estar disponível onde os cidadãos tiverem acesso aos conteúdos, por outras palavras, em todas as plataformas e tipos de terminais, adaptando-se ao novo paradigma digital, mas sobretudo sendo um dos principais atores da nova sociedade digital.

No futuro será necessário um Serviço Público de Media e em Rede cada vez mais flexível, mais eficiente, com melhores serviços e com menos custos, capaz de dinamizar o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento, assumindo um papel chave na distribuição de conteúdos em diferentes plataformas e terminais de acesso.

#### **9.5.4. Promoção da TDT em Moçambique**

A TVM promove debates televisivos em estúdio e seminários à volta do processo de digitalização, por iniciativa própria ou coordenada com outras instituições governamentais e não só, mas, sobretudo com os reguladores (COMID, INCM, GABINFO, CSCS), onde participam igualmente, televisões independentes para juntos discutirem a nova televisão digital por um lado, e procura desempenhar o seu papel de televisão pública, por outro.

Estas iniciativas aproximam-se do que se pode considerar como um espaço de educação sobre TDT em Moçambique, e não esteja claramente assim plasmado na estratégia de digitalização como sendo da competência plena da TVM.

A televisão é importante para incentivar a participação, com destaque para o seu papel na socialização política, ou seja, no inculcamento nos cidadãos de valores e crenças relativas ao poder e seu funcionamento (Chichava & Pohlmann, 2010). Acrescentam a classe política não existe senão através delas da televisão e da imprensa escrita.

Assim, entende-se que a TVM para além de comunicar a informação de forma independente, constitui um fórum de debate público, através do qual se pode interrogar

a ministros e outras figuras públicas de forma acessível, oferecendo ao cidadão a possibilidade de participação.

No dia 6 de Abril de 2017, a TVM organizou no Anfiteatro do Centro de Formação das Telecomunicações de Moçambique, na Cidade de Maputo, um seminário designado “Moçambique na era Digital”, uma iniciativa coordenada com as Telecomunicações de Moçambique (TDM), TMT, INCM, RM e Startimes.

O seminário elegeu como principais objectivos: reflectir sobre o ponto de situação do processo da migração digital; principais desafios e oportunidades; implicações de migração digital sobre os operadores e produtores de conteúdos; implicações socioeconómicas e de regulação do processo de migração digital na sociedade moçambicana e o papel das instituições de ensino na formação para a era da televisão digital.

Durante os debates não faltaram perguntas recorrentes, ligadas à transparência, o envolvimento de diferentes sectores, os custos com o processo (para produtores de conteúdos e para os telespectadores), a ausência de campanha de comunicação para diferentes níveis de consumidores, a dupla iluminação, as causas do incumprimento dos prazos, etc.

Nos debates, as questões que dominaram estiveram em torno da fraca estratégia da comunicação, caracterizada pela ausência de mesma no processo para o cidadão comum, considerando-se assim como elitista e ausente senão tímido.

As experiências de muitos processos já concluídos mostram que o processo de comunicação e sensibilização às populações sobre a digitalização deve ser logo o suficiente para esclarecimento de dúvidas sobre da TDT.

Durante a campanha de comunicação, a linguagem deve ser simples e clara para todos os segmentos (Mário, 20/10/2017). Os prazos do *Switch-On*, o período da dupla iluminação, os custos para transporte do sinal através da TMT, os preços dos STB's

foram igualmente abordados também nas nossas entrevistas com (Mário, 20/10/2017; Anguilaze, 11/10/2017; Mbebe, 3/10/2017).

Um projecto fórum regional de discussão sobre TIC, em 2009, enfatiza a necessidade de disseminação em grande escala das perspectivas e dos desafios da digitalização da rádio e televisão, para permitir a participação da sociedade civil em acções preparativas e de advocacia, junto com o sector privado e operadores públicos e privados, facilitando a transparência das decisões (CIUEM, 2009:44).

Em relação à transparência que os operadores privados exigem, Mbebe (03/10/2017), considera que o sector privado deve abraçar o projecto e participar dos debates pois é do seu maior interesse e benefício; Mário (20/10/2017) vai mais longe, e questiona, quem sistematiza estes debates para torná-los políticas? Não se sabe, então, “não valerá muito apenas, participar e contribuir se ninguém sistematiza o que se diz e implementa”. Falta aqui uma orientação e uma visão estratégica que capitalize os investimentos em foras. Alguns encontros não têm sido estrategicamente pensados, são sim executados com urgência numa agenda política.

Na senda da disseminação dos desafios da digitalização, teve lugar de 14 a 15 de Dezembro de 2017, no anfiteatro do Instituto de Comunicações de Moçambique, na Cidade de Maputo, um Seminário sobre Canais Temáticos de Televisão, organizado pela TVM. O evento, que reuniu profissionais e dirigentes da TVM, incluindo os CTP's, contou com a presença do Professor Doutor, Armindo Ngunga, Vice-ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, representante do GABINFO, do PCA da Rádio Moçambique, da PCA do INCM, do PCA da TMT, do Director e do Director-adjunto da COMID como oradores.

O encontro visava reflectir sobre a importância e o papel estratégico de um operador público de televisão na era digital, analisar as potencialidades da omnipresença da televisão digital e partilhar o conhecimento sobre o impacto da criação de canais de televisão temáticos (TVM, 2017). O principal foco da reunião era compreender a tecnologia para produzir com qualidade conteúdos especializados e multiplataforma, a fim de oferecê-los ao tele-usuário quer por um lado, e quer por outro, consciencializar

os colaboradores sobre as alterações nos fluxos de produção, circulação e consumo de conteúdos e desenvolver nos profissionais da TVM uma visão comum sobre os processos de trabalho num ambiente totalmente digital<sup>186</sup>,

Os debates promovidos pela TVM podem ser entendidos como sendo ensaios que pretendem materializar os preceitos da criação de políticas públicas de comunicação, onde se podem produzir propostas de lei de imprensa, por exemplo. A Lei de imprensa moçambicana 18/91, é mais inclinada para a imprensa escrita do que para rádio e televisão, e carece de uma profunda reformulação para acomodar a radiodifusão, sobretudo na era digital (Miguel, 6/6/2017; Joanguete, 24/11/2017). É uma lacuna presente em vários debates sobre a imprensa moçambicana enquanto se espera pela nova lei que há mais de 10 anos, aguarda a aprovação.

---

<sup>186</sup> TVM (15/12/2017) Documentação cedida gentilmente pela comissão - não publicada.



## CAPÍTULO X

### 10. CONCLUSÕES

O cerne da questão desta pesquisa reside na necessidade de compreender o processo de da Televisão Digital Terrestre por Ondas em Moçambique, uma recomendação da União Internacional das Telecomunicações (UIT), um fenómeno à escala global, irreversível, que os Estados Membros signatários devem fazer esforço para conseguir migrar as suas radiodifusões do analógico para digital

Apesar das dificuldades com que se debatem os países africanos, pelo menos na África Austral, não há sinais de desistência ou abandono do processo. Antes pelo contrário, há investimentos na tecnologia, cuja maior parte resulta da cooperação com os países desenvolvidos.

Em África, a China levou a maior fatia, ao se constituir maior investidor em vários sectores, dentre os quais o sector da media apoiando vários países no processo da migração da radiodifusão do analógico para digital. Por exemplo, o presidente Xi Jinping anunciou que a China vai investir mais US\$ 60 bilhões em países africanos, e também prometeu alívio da dívida das nações mais pobres do continente, em resposta a críticos da penetração chinesa na região (Globo, 2018 03 Set).

Apesar de se tratar de uma subscrição voluntária dos países membros da UIT, para migrarem dentro de prazos previstos, para os países africanos o processo de digitalização da televisão por ondas reveste-se de muitos desafios e é penoso para as economias pobres que tem de importar todo o tipo de equipamento necessário, e o *knowhow* inclusive.

Metodologicamente, traçamos como objecto desta tese a digitalização da televisão por ondas em Moçambique: O papel da Televisão de Moçambique no processo da TDT, no período de 2006 a 2017. Com esta colocação, pretendíamos compreender o processo de digitalização da televisão por ondas em Moçambique, e elegemos a Televisão de Moçambique para o estudo de caso, de forma a consubstanciar as abordagens

disponíveis em bibliografia, bem como os dados primários colhidos através das entrevistas qualitativas conduzidas pelo doutorando.

O país embarcou no desiderato da TDT desprovido de instrumentos básicos para realizar a transição do analógico para digital, quando não se encontram por exemplo, políticas públicas, política de comunicação onde deveriam, em princípio, assentar as estratégias de digitalização da televisão terrestre por ondas.

Se partirmos do princípio de que as políticas públicas são instrumentos que o Governo usa para implementar as suas ideias, em Moçambique o processo da digitalização da televisão por ondas rege-se pela Constituição da República (CRM), pela Lei da Imprensa, 18/91 de 10 de Agosto, esta, para salvaguardar os direitos e liberdades de imprensa. Também rege-se e pela demais legislação vigente no pelouro das telecomunicações.

Para acomodar o projecto da TDT e melhor geri-lo, em 2011, o Governo criou a Comissão Nacional para Migração Digital (COMID), que por seu turno desenvolveu uma estratégia de migração digital, aprovada em 2014 pelo Conselho de Ministros.

### **10.1 Respostas aos objectivos da tese**

Este capítulo procura responder, dentre outras questões, a pergunta de partida, olhando para o objecto do estudo. Nos próximos passos, procuramos verificar os objectivos apresentados na introdução percorrendo os contornos dos debates sobre o tema suportados por diferentes autores consultados na primeira pessoa, como fontes primárias através das entrevistas.

Houve coincidência de autores de publicações que referenciamos na tese que também participaram das nossas entrevistas. Iguamente, utilizamos a observação participante no estudo de caso, onde o objecto do estudo foi a TVM. Esta última, valeu-nos a proximidade do doutorando com o local de trabalho (TVM), para ter acesso à informações úteis. Pela proximidade, houve dificuldades de descrever alguns factos com

isenção por razões do fórum inconsciente ou de envolvimento no caso, tendo se tornando observador e observado nalguns momentos.

Em princípio, independentemente da vontade política expressa por leis ou não sobre a radiodifusão, a televisão digital terrestre reveste-se de uma gama de vantagens quando comparada com a tradicional, que se confundem com a sua definição. A TDT oferece uma qualidade de imagens e sons de forma contínua, aumenta a gama de serviços de qualidade, graças à compressão digital, o que aumenta a eficiência do espectro por um lado, e por outro, a capacidade de carga das redes.

Estas vantagens comparativas foram amplamente evocadas pelos entrevistados, que acrescentaram outras como: baixo custo para o acesso de todas as televisões nacionais, bastando para o efeito adquirir um descodificador a 1200 Meticais.

A televisão digital terrestre por ondas vai separar as tarefas de produção televisiva das de transmissão televisiva, ao passar a transmissão para a empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT). Isso pode constituir vantagem para as operadoras que não possuem capacidade para chegar às zonas mais afastadas das grandes cidades, onde se regista maior concentração dos sinais de televisão. O problema prende-se com silêncio sobre o destino do lixo eletrónico.

Para as televisões ao se transportar pela TMT deixam de ter despesas com a rede de transmissão poderão capitalizar esse valor para inovar e melhorar na produção dos seus conteúdos. Assim, a Moçambique passaria a ter conteúdos da melhor qualidade.

O acesso a estes canais será através do uso do STB, um conversor do sinal digital para analógico para que os cidadãos possam continuar a utilizar os seus televisores analógicos. O STB está disponível ao preço de 1200 meticais, um quite que inclui uma antena normal. Para quem tenha antena de prato ou outro tipo, como de outra operadora por exemplo, que já não use, pode servir-se da mesma que se adapta com facilidade.

Para além do sinal aberto, a TMT reserva-se a alargar o seu negócio através da criação de bouquets aliciantes com canais internacionais, onde as televisões e ou produtoras

nacionais se tiverem conteúdos “bons”, vendáveis, podem colocar e dividir a fatia com a TMT.

Para vender os STBx e atender os clientes, a TMT criou um Call Center, e acordou com comerciantes em todas as províncias por onde distribuiu os 400 mil STBx.

Quando analisamos as entrevistas e as publicações, concluiu-se que o processo não tem sido transparente desde do início, onde não se esclareceu se se tratava de negócio privado, ou se de um negócio público. O primeiro sinal que levanta suspeita e inquietação foi a adjudicação da obra ao Startimes, num valor de UD\$ 300 Milhões, tendo desde logo começado mal, e se tornado suspeito.

O envolvimento da sociedade civil e do sector privado foi sempre marginal, mesmo o único representante que esteve inicialmente indicado para a COMID abandonou alegando não perceber os contornos.

A estratégia de migração digital produzida pela COMID ao longo dos anos 2011 a 2013, aprovada em 2014, não consegue responder os desafios de uma verdadeira política de digitalização. A estratégia não é conhecida pelos diferentes actores devido à sua fraca divulgação. Ela reveste-se de vários campos de orientação e fases do processo que, mesmo indicando datas já vencidas, poderia ser melhor adaptada a outro período, sem prejuízo do seu conteúdo, entretanto, não se encontra coerência entre a estratégia e o decurso da digitalização em si. Assim, através da estratégia é difícil ler o processo.

Em relação à criação de políticas de digitalização, o país ficou-se pela estratégia de migração digital, cuja aplicação se encontra descrita no paragrafo acima. O processo é gerido através das normas vigentes em cada sector, mas nenhuma foi criada para o efeito.

Do ponto de vista regional, o bloco económico acatou as recomendações da UIT de mobilizar todos os membros da SADC a aderirem à TDT dentro das normas internacionalmente disponíveis, de tal sorte que todos os países da SADC escolheram o padrão europeu DVB-T2, com a excepção do Botswana, que elegeu o modelo nipónico/brasileiro, mas que, também não completou a sua migração. Somente cinco

países da região finalizaram os seus processos. Moçambique prevê completar a instalação dos emissores até Dezembro de 2019.

Os países da SADC ao abraçarem a mesmo modelo pensaram na economia de escala, de olhos postos na aquisição dos equipamentos como STB e na partilha de conteúdos. A SADC incentiva os seus Estados Membros a produzirem conteúdos com histórias locais e em línguas locais sempre que se justifique. Igualmente aconselha a produção de políticas que promovam investimento externo direto para alavancar as economias dos países mais fracos de modo a reduzir a assimetria.

Na generalidade, os países da África Austral registam em massa um atraso na conclusão dos processos de digitalização. O atraso deriva da pobreza, da fraca capacidade de auto-financiamento, como também das escolhas dos parceiros de negócio, bem como da seriedade das lideranças dos processos. Diga-se aqui, que ao se constituir, por exemplo, a COMID com membros sem conhecimento sobre a matéria, imediatamente desprovidos de legitimidade para contribuir, atrofia-se toda a cadeia responsável pela visão estratégica. Grupo assim constituído, deixa de servir os interesses do estado por defeito de conhecimento, mas fazem número no coletivo, sem resultados. Estamos cientes de que o processo é novo, mas o bom censo das pessoas não pode a faltar para dizer que não sou capaz, ou que me destaquem para outras frentes, e não fazer de contas, que, infelizmente atrofia a vida da sociedade.

Os países da região da SADC, antevendo atraso no processo da TDT, desde 2011 desenvolveram acordos de boa vizinhança, essencialmente virados para a gestão do espectro e interferências das frequências nos territórios vizinhos. Os acordos ganharam relevância quando em 2015 os países tinham os seus processos atrasados viram-se obrigados a instalarem emissores, ao longo das fronteiras para garantir protecção das emissões analógicas e digitais.

O período que analisamos (2006-2017) é longo para ser percorrido numa só leitura, razão pela qual dividimo-lo em três fases analíticas assim distribuídas: *fase 1* – entre (2006 – 2010); *fase 2* – (2011-2013) e a *fase 3* – (2014-2017). Constata-se que a fase um não apresenta bom volume de informação, trata-se de um período de pesquisa,

geralmente, reservado para o desenvolver políticas de TDT. Foi fase de discussão e de criação de comissões de trabalhos ao nível da região. A sua máxima importância reside na escolha do padrão tecnológico em Novembro de 2010, que ditou o rumo da segunda fase.

A segunda fase notabiliza-se por forte movimentação das estruturas do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e em particular da COMID para todas as capitais provinciais, promovendo seminários de explicação da TDT. É a fase que mais se falou da digitalização, com projecções de possível conclusão da migração em 2015. Os discursos não coadunavam com o investimento que nunca mais vinha. Movimentou-se algum dinheiro para várias operações em prol da TDT, e discutia-se muito o valor global do investimento de UD\$ 300 milhões, sociedade civil a acusar o Governo de um negócio malparado, enquanto o sector comercial reclamava a inclusão.

A fase 3 arranca com uma COMID enfraquecida, sem acção, desmotivada, mas foi sacudida pelos prazos, vezes sem conta convidada a explicar o que era apagão e o que era dupla iluminação, coisa que nunca ficara clara por causa da pergunta. Quando vai acontecer o que? Mas é de capital importância não só pela manutenção do sinal, mas também pelo lançamento de um concurso internacional para a TDT, de forma a legitimar o processo trazer a transparência. A fase registou uma baixa com a saída das Telecomunicações de Moçambique (TDM) para se juntar a MCell formando uma nova empresa designada TMCel. A fusão destas duas públicas resultou da falência das duas. O Governo juntou as duas e reduziu os encargos com os gestores, que saíram de 17 Administradores por exemplo, para três. As duas empresas de telefonia, juntas ficaram mais fortes.

O capital estatal ficou diminuído dentro da sociedade TMT, que recebeu um estrangeiro, a Startimes, sócio maioritário, com todo o domínio tecnológico e função de gestão executiva, cabendo a TVM e RM a alternância na presidência da empresa.

Esta situação não deixa quieto nenhum dos nossos entrevistados, são situações muito novas de se ter uma empresa pública com capital estrangeiro. E em África quem constrói a casa é dono (nota do autor), este negócio na cultura moçambicana pode ser

assim interpretado, vai ficar bem dizer que a TDT pertence à Stratimes pelos motivos ligados à hegemonia económica e tecnológica, ficando para casa (TVM e RM) a parte política. Este ponto entendo que merece uma reflexão, quando se pensa no futuro da TDT em Moçambique.

Estamos cientes das dificuldades que o país atravessa, para caminhar por si, para um mega projecto como este. Mas, a questão que se levanta desde o início, é porque um operador estrangeiro? Se realmente se pretende um desenvolvimento da indústria, deve-se apostar também no empresariado nacional. Esta devia ser a recomendação que constaria da política de digitalização se tem sido desenvolvida. Mas nem tudo está perdido, embora o perigo também é eminente. A TMT deverá desenvolver estratégia para convidar as televisões nacionais.

## **10.2. Papel da TVM**

A Televisão de Moçambique tem um peso assinalável neste estudo, pois é sobre esta que se desenvolve a digitalização da televisão por ondas, razão pela qual faz parte do nosso objecto do estudo que se destaca no título.

O Papel da TVM no processo da TDT é essencialmente a prestação do serviço público de informação, génese da sua criação. Mais do que difusor de informação, a televisão é um instrumento ao serviço do estado, por isso, o Estado ainda que não o faça com regularidade, investe nesta estação para garantir que os cidadãos possam beneficiar de informações úteis.

A TVM, TDM e RM são empresas públicas que o governo indicou como garantia da implementação da nova televisão digital terrestre, devido às infraestruturas nelas existentes. A TVM depende do Estado para o seu funcionamento, nomeadamente o pagamento do salário e as despesas de investimento. Faz todo sentido o Estado reinvestir na TVM, no âmbito da nova era da televisão digital, para garantir uma boa televisão pública ao nível de padrão internacional.

A TVM é a mais robusta televisão do país em termos de capacidade de cobertura e representatividade a nível do país quando comparada com as comerciais. Pretendendo-se uma TDT pública, a TVM presta o seu know how e infraestruturas, embora com a nova era digital, grande parte do equipamento digital em uso na tv analógica vai para o lixo.

A TVM participou e tem sido maior responsável da criação da TMT ao nível das públicas, pela natureza de funções e também porque a radio ainda não tem prazo para migrar. A área de transmissão que hoje passa para TMT será tecnicamente suportada por técnicos da TVM.

O governo decidiu juntar a TMT e a TVM no mesmo espaço para rentabilizar o investimento e aumentar a capacidade de resposta. Urge reflectir sobre esta proximidade porque os operadores provados de televisão são cépticos. Levantam questões sobre a transparência e fiabilidade da TVM, que para eles é um concorrente.

Para nós tem lógica e explicação. Primeiro são os técnicos que saíram da TVM que lideram a TMT e os mais visíveis, no processo, deixando transparecer que a TVM e a TMT são a mesma coisa, o que na verdade não são. Fico tentado a retirar esta frase que parece estar a ler o processo como leigo, mas entendo que a minha contribuição reside também em trazer as vozes dos cidadãos que estão, de certa forma, longe do processo. Longe se calhar por culpa de quem os deveria aproximar.

TVM tem que promover um verdadeiro espaço de gozo dos direitos à informação independentemente as suas motivações partidárias e a liberdade do pensamento. Ela deverá gerar confiança noutros canais para que possam apostar na TMT de modo que rentabilize o investimento e Moçambique passa a beneficiar de uma televisão mais abrangente.

O debate dos conteúdos das televisões comerciais que se multiplicaram em Moçambique não poupa a sua fragilidade atribuindo-lhes muita mediocridade. Mas, no cômputo geral, estas televisões juntas fazem muito do que qualquer televisão pública possa por si só trazer. Trata-se de uma linha temática que se advinha que venha ganhar espaço com a TDT.

Por outro lado, tem o papel de divulgar a TMT e os seus serviços dentro dos consumidores governamentais, intermédios, finais, de forma a gerar empatia.

É igualmente responsável pela criação de espaço de promoção não só da marca TMT como dos serviços detalhados como é o caso da cadeia de valor do Set Top Box por exemplo.

Moçambique é um país com alto índice de analfabetismo, e a TVM já faz programas (noticiosos) em línguas nacionais, com o objetivo de abranger maior número possível de nacionais. Este é um espaço que a TVM pode coordenar com a TMT para publicitar as suas campanhas.

## Bibliografia

- Aicp Portugal. (2012). Moçambique - Especial SADC. Disponível em:  
 Albuquerque, Afonso de (2012). O Paralelismo político em questão. Revista cosmopolita, v. 2, n. 1, ed.jan-jun,2012,  
[http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2985/2012\\_albuquerque\\_paralelismo\\_politico\\_questao.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2985/2012_albuquerque_paralelismo_politico_questao.pdf?sequence=1&isAllowed=y). consultado 12 de Abril de 2019
- Almas, Almir (2015) Televisão digital: quando chega a interatividade? In Nunes, Pedro Mídias Digitais & Interatividade, p. 157-171,  
[https://simposiojornalismomultiplataforma.files.wordpress.com/2015/11/midias\\_digitais\\_e\\_interatividade-libre-completo.pdf](https://simposiojornalismomultiplataforma.files.wordpress.com/2015/11/midias_digitais_e_interatividade-libre-completo.pdf)
- ANACOM (2002) Autoridade Nacional de Comunicações, Portugal global SGPS, S.A. e RTP – Radiotelevisão Portuguesa.  
<https://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=36695>, consultado no dia 28/08/19
- ASACOM (2012) Autoridade Nacional de Comunicações, principais áreas de atuação em 2012. Portugal global SGPS, S.A. e RTP.  
<https://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=350099>
- Anguilaze, S. (2012). *A TDT em Moçambique Ponto de situação* Maputo: Moçambique Digital. *Conferência Internacional sobre Rádio e Televisão Digital Terrestre*. Maputo, Moçambique, <http://docplayer.com.br/12277448-A-tdt-em-mocambique-ponto-de-situacao-simao-anguilaze-comissao-nacional-para-a-migracao-digital-mocambique-digital.html>.
- Assembleia da República. Lei nº. 18/91 de 10 de Agosto, Artigo 11. Maputo: Imprensa nacional, 1991.
- Azambuja, Darcy. (1997) Teoria geral do Estado. 36 ed. São Paulo: Globo.
- Barómetro Africano da Media Moçambique. (2014), [http://www.fesmedia-africa.org/uploads/media/AMB\\_Mozambique\\_2014.pdf](http://www.fesmedia-africa.org/uploads/media/AMB_Mozambique_2014.pdf) consulted 15-02-2019

Becerra, M. (2008). Information society policies: the digital divide after the world summit. En I. Fernández Alonso, & M. Moragas i Spá (Eds.), *Communication and Cultural Policies in Europe* (pp. 123-150). Barcelona: Lexikon

Benfica, Rui, Participação no Mercado por Agregados Familiares em um País de baixa renda: *Uma Abordagem Baseada em Ativos Aplicada em Moçambique*". *Faith na Economics*, vol. 50 Outubro de 2007:64-101

Benge, S.; Cunha, T. (s.f.) *Televisão Digital Terrestre* [pdf], [http://www.img.lx.it.pt/~fp/cav/ano2012\\_2013/Trabalhos\\_MEEC\\_2012\\_2013/Artigo9/html/content/TDT.pdf](http://www.img.lx.it.pt/~fp/cav/ano2012_2013/Trabalhos_MEEC_2012_2013/Artigo9/html/content/TDT.pdf)

Berger, G. (2006, Agosto). *Research priorities for AfriMAP research into Public Service Broadcasting in Africa, with regard to digitisation*. Breifing Paper. Disponível em <http://guyberger.ru.ac.za/fulltext/AfriMAP%20background%20paper%20edited%201.doc>

Berger, G. (2006, October). *Research priorities for AfriMAP research into Public Service Broadcasting in Africa, with regard to digitisation*. Disponível em, <http://guyberger.ru.ac.za/fulltext/AfriMAP%20background%20paper%20edited%201.doc>

Berger, Guy (2002) *Theorizing The Media-Democracy Relationship in Southern*. GAZETTE: The International Journal for Communications Studies. Sage Publications London, Thousand Oaks & New Delhi, Vol 64(1): 21–45

Beetham, D. and K. Boyle. 1995. *Introducing Democracy: 80 Questions and Answers*. Polity Press and UNESCO Publishing, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000181392>

Berger, Guy. *Beyond Broadcasting: the future of stateowned broadcasters in Southern Africa* Published by Highway Africa, School of Journalism and Media Studies, Rhodes University, Grahamstown, South Africa. September 2009.

Bolaño, César (2009) *Jornalismo online: reflexões a partir da economia política da comunicação*. Buenos Aires, (ed) CLACSO, <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20160229045732/05bol.pdf>.

*Botsuana. República de Botsuana.* Disponível em: [http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA\\_FICHA%20PAIS.pdf](http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA_FICHA%20PAIS.pdf), consultado 20/7/2019.

Botswana (2013 Ost) Botswana digital broadcasting migration roadmap - correcting the misinformation, <http://www.sundaystandard.info/botswana%E2%80%99s-digital-broadcasting-migration-roadmap-%E2%80%93-correcting-misinformation>

Botswana. Office of the President (2010 2 Dez) em: <http://www.gov.bw/en/Ministries--Authorities/Ministries/State-President/Office-of-the-President/Tools--Services/NewsPress-Releases/Outcome-of-Special-Sessions-on-Digital-Terrestrial-Television-Standards-for-SADC-Senior-Officials-and-Ministers-22-241110-Lusaka-Zambia/> Consultado em 18/07/2019.

Botswana, (2019 Abril) Oficina de informação diplomática, [http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA\\_FICHA%20PAIS.pdf](http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA_FICHA%20PAIS.pdf), consultado 2019-07-20.

Brito, L. de; Castelo-Branco, Nuno; Chichava, Sérgio e Francisco, António (2012) *Desafios para Moçambique*, 2012. Edição IESE, [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE\\_Des2012.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf)

Brito, L.de (2015), *Desafios para Moçambique 2015 Alguns desafios do Presidente Nyusi*, [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015\\_01\\_DesPreNy.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2015/IESE-Desafios2015_01_DesPreNy.pdf)

Brito, Luís; Castel-Branco; e outros (2016) *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo, Edição IESE, <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/04/Desafios2016.pdf>.

Brittos, Valério Cruz (2004) *TV digital e Sociedade: A indefinição de políticas de comunicação*. *ECO-PÓS* –v.7, n.1 janeiro-julho, pp.23-45, <http://www.e-papers.com.br/ecopos/download/recov7n1art2.pdf>

Broadcasting Policy and Practice in Africa. (2003). Regulatory Models for Broadcasting in Africa; XIX Article 2019, Global Campaign for Free Expression.

Brochura,(2005). 25 Anos da SADC, Maputo,

Bucci, Maria Paula Dallari. (2006). Direito Administrativo e Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198/r133-10.PDF?sequence=4>

Busquet, Jordi. (2010) Reseña de "Sistemas mediáticos comparados. Tres modelos de relación entre los medios de comunicación y la política" de Daniel C. Hallin y Paolo Mancini Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, n. 129, , pp. 165-172 Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid, Espanha, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99717150007>.

Bustamante, E. (2003). *Hacia un nuevo sistema mundial de comunicación: industrias culturales en la era digital*. Barcelona: Gedisa Editorial. [https://www.u-cursos.cl/icei/2010/1/ICEI50/2/material\\_docente/bajar?id\\_material=493170](https://www.u-cursos.cl/icei/2010/1/ICEI50/2/material_docente/bajar?id_material=493170)

Cannito, Newton Guimarães (2009) A TV 1.5 – A Televisão na Era Digital. São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de Pós-graduação, <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-21102010-103237/publico/1519261.pdf>. Consultado no dia 15 de Julho de 2019

Castro, Cosette (2010) O Brasil e a produção de conteúdos audiovisuais digitais, *Comunicação: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*, vol.3:2, jul-dez, <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/1912/1225>

Centro de Estudos e Integridades de Comunicação, <http://www.cec.org.mz/index.php/pt/observatorio-da-media/migracao-digital>. Consultado no dia 8 de fevereiro de 2018.

Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (2018, Jun) Arquivo da categoria CEC\_ migração Digital, Legislação, regulamentação e a questão de conteúdos.[http://www.cec.org.mz/category/cec/cec\\_observatorio-de-media/cec\\_migracao-digital/](http://www.cec.org.mz/category/cec/cec_observatorio-de-media/cec_migracao-digital/)

Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane CIUEM (2009) Inclusão digital em Moçambique: Um desafio para todos. Southern African NGO Network (SANGONeT)

Centro de Integridade Pública de Moçambique (2011) O duplo papel do Governo na migração da radiodifusão analógica para o digital. Maputo, CIP, Newsletter n. 11, Abril, [https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98\\_CIP\\_Newsletter11.pdf](https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98_CIP_Newsletter11.pdf).consultado no dia 15/07/2019

Centro de Integridade Pública (2014 10 Apr) Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial, disponível em: <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/45439-migracao-digital-entregue-a-empresa-da-familia-presidencial>. consultado no dia 18/07/2019

Centro de Integridade Pública (2018), “Liberdade de imprensa e expressão regrediu em Moçambique”, <https://cipmoz.org/2018/05/02/liberdade-de-imprensa-e-expressao-regrediu-em-mocambique/> Consultado no dia 18 de Março de 2019.

Centro de Integridade Publica de Moçambique (2014) Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial. Maputo, CIP, Newsletter, Nº.02, abril de 2014.

CHANGEMUDANÇA é uma revista on-line com foco na integração regional da Africa Austral e no seu potencial para combater a pobreza, <http://wings.issuelab.org/resources/19531/19531.pdf>, consultado 01/10/2018.

Chichava, José (2011) Economia, política e desenvolvimento. Capítulo 1. "As Vantagens e Desvantagens Competitivas de Moçambique na Integração Económica Regional". Revista Científica inter-universitária, [https://www.academia.edu/9114431/Vantagens\\_potencias\\_de\\_Mocambique\\_na\\_SADC\\_pelo\\_dr\\_Jose\\_Chichava](https://www.academia.edu/9114431/Vantagens_potencias_de_Mocambique_na_SADC_pelo_dr_Jose_Chichava)

Chichava, Sérgio e Pohlmann, Jonas (2010) Uma Breve Análise da Imprensa Moçambicana. Desafios para Moçambique, [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE\\_Des2010\\_5.ImpMoc.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_5.ImpMoc.pdf). 15/07/2019.

Chile, Regulación en Televisión. Conselho Nacional de Regulação de Televisão de Chile (2011), <https://www.cntv.cl/>

Cistac, Gilles. (2012). Moçambique: Institucionalização, organização e problemas do poder local, Lisboa,

Coelho, Selma B. e Carvalho, Juliano M. (2012) O conceito da televisão pública para a Rede Nacional de Televisão Pública Digital. Revista Tematica – Ano VIII, n. 02 – fevereiro 2012, [www.observatorioradiodifusao.net.br](http://www.observatorioradiodifusao.net.br).

Comissão Nacional de Migração Digital, COMID (2012 24 Agos) 4.º Fórum da SADC sobre a Migração Digital Publicado em <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/244-4-forum-da-sadc-sobre-a-migracao-digital>

Comissão Nacional de Migração Digital – COMID. (2013). *Estratégia Nacional da Migração da Radiodifusão Analógica para Digital*. Maputo, Moçambique. Constituição da República de Moçambique, Maputo, 1990. <https://www.uninter.com/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/download/578/328>.

COMID (2015). Ponto de Situação do Processo de Migração de Radiodifusão Analógica para Digital Bilene, 30 Novembro 2015, Maputo.

Concepção: Maura M. Lamas, Elias Ainadine e Karina Dulobo Impressão: Marimbi-que/Peres-Soctip Tiragem: 500

Concretização das Metas de Convergência Macroeconómica da SADC na República de Angola, Avaliação do Desempenho e do Plano de Implementação, [http://www.welvitchia.com/Novidades\\_files/Convergencia%20de%20Angola%20na%20SADC.pt.pdf](http://www.welvitchia.com/Novidades_files/Convergencia%20de%20Angola%20na%20SADC.pt.pdf). Consultado 11/10/20158.

Conde, M.<sup>a</sup> Rosa B. & San Román, José A. (2005) Investigar en Comunicación: Guía práctica de métodos y técnicas de investigación social en Comunicación. McGRAW-HILL/Interamericana de España, S.A.U. Madrid

CONSADC (2003) Comissão Nacional da SADC, criada em 2003, pelo decreto 280816262

CNTV (2011) Consejo Nacional de Televisión. Regulación en Televisión. Contenidos Emergentes/Escenarios Convergentes. Departamento de Estudios. Disponible em: <https://studylib.es/doc/7274600/ver---consejo-nacional-de-televisi%C3%B3n>

Conselho Nacional de Televisão de Chile (2015) Regulación de Televisión e Convergencia Tecnológica: Discusión Internacional. Foro Regional de Reguladores. Foro de Medios y Telecomunicaciones, [https://www.cntv.cl/cntv/site/artic/20150722/asocfile/20150722183511/regulacion\\_e\\_n\\_tv\\_y\\_convergencia\\_tecnologica\\_discusion\\_internacional.pdf](https://www.cntv.cl/cntv/site/artic/20150722/asocfile/20150722183511/regulacion_e_n_tv_y_convergencia_tecnologica_discusion_internacional.pdf), Consultado no dia 15/7/2019

Constituição da República de Moçambique. (1990). Maputo.

Constituição da República de Moçambique. (2004). Aprovada pela Assembleia da República, no dia 16 de Novembro, Maputo.

Dala, Isabel (10/05/2018). 2020 é o prazo para concluir a migração digital em África.. Disponível em: <https://opais.co.ao/index.php/2018/05/10/2020-e-o-prazo-para-concluir-a-migracao-digital-em-africa/> Consultado no dia 16/07/19

DECLARAÇÃO DE WINDHOEK 1991. (2013 May), postado 13 de Maio de 2013, misa-angola.blogspot.com, <<http://misa-angola.blogspot.com/2013/05/declaracao-de-windhoek.html>. consultado 2019-07-19>

Denicoli, S. (2011). TV Digital: Sistemas, conceitos e tecnologias. Coimbra, Portugal: Grácio Editora, [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30573/1/SD\\_tv\\_digital.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30573/1/SD_tv_digital.pdf)

Denzin, Norman k. y Lincoln, (1989) “Manual de Investigación Cualitativa”: El campo de la Investigación Cualitativa. Gedisa. Editorial 1989.

Dettenborn, Jean Vitor (2014) Televisão e Interatividade: Proposta tipológica baseada na influência do telespectador na construção da imagem, <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/692/1/2014JeanVitorDettenborn.pdf>

Deubel, Andre-Noel Roth. (2006). Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá, Colombia: Ediciones Aurora.

Deubel, André-Noel Roth. (2010). Enfoques para el análisis de políticas públicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

<http://scholar.google.com/citations?user=aVvLWRYAAAAJ&hl=es>

DigiTAG (2009) *Understanding DVB-T2. Key technical, business & regulatory implications*. Ginebra: DigiTAG\_The Digital Terrestrial Television Action Group, [https://www.ncc.gov.tw/chinese/files/12040/2835\\_120409\\_2.pdf](https://www.ncc.gov.tw/chinese/files/12040/2835_120409_2.pdf) (Incluyelo en las referencias)

Dinerman, Alice (2007). *Relações Internacionais - Moçambique depois do socialismo a independência revisitada*. [PP. 101 – 124] [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri15/RI15\\_10ADinerman.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/RI15_10ADinerman.pdf), consultado em 14/05/2019.

DW. (2016 Ago) A "revolução do smartphone" em África. 15.08.2016, <https://www.dw.com/pt-002/a-revolu%C3%A7%C3%A3o-do-smartphone-em-%C3%A1frica/a-19476049-0>

Ediciones, 2012, 304 pp. ISBN 979-987-601-154-9, en CIC *Cuadernos de Información y Comunicación*, vol 17, p. 355-375, <http://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/viewFile/39905/38371>

España Ministerio de Asuntos Exteriores. Oficina de Información Diplomática (2019 Abril) *Botsuana. República de Botsuana*. Disponible em: [http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA\\_FICHA%20PAIS.pdf](http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/BOTSUANA_FICHA%20PAIS.pdf), consultado 20/7/2019

Feitosa, Deisy e Nunes, Pedro (2009) *Conceitos de interatividade e aplicabilidades na TV digital | Deisy Feitosa | Kellyanne Alves | Pedro Nunesem: In Nunes, Pedro (Org) Mídias digitais & interactividade. Capitulo*, [https://www.academia.edu/10775177/Conceitos\\_de\\_interatividade\\_e\\_aplicabilidades\\_na\\_TV\\_digital\\_Deisy\\_Feitosa\\_Kellyanne\\_Alves\\_Pedro\\_Nunes](https://www.academia.edu/10775177/Conceitos_de_interatividade_e_aplicabilidades_na_TV_digital_Deisy_Feitosa_Kellyanne_Alves_Pedro_Nunes). Consultado no dia 31/07/19

Feitosa, Deisy Fernanda, (s/d) *Conceitos de interatividade e aplicabilidades na TV digital* Universidade Federal da Paraíba, <http://www.bocc.ubi.pt/pag/feitosa-conceitos-bocc-05-09.pdf>. Consultado no dia 29/01/18.

Ferreira, Ediene do Amaral, (2003). A Diversidade de Enfoques das Relações Públicas. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003, [www.intercom.org.br/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP05\\_ferreira.pdf](http://www.intercom.org.br/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP05_ferreira.pdf)

Ficha Técnica Título: MASC - Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil Propriedade Manual de Advocacia da Governação, <file:///G:/Antedentes%20Escrevendo/beyond%20the%20four%20theories%20of%20the%20press%20skannaus.pdf%20kaarle%20Nordenstrong%201997.pdf>, consultado 25/03/19.

Firminio, Gregório (2009). A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. [gregorio.firmino@uem.mz](mailto:gregorio.firmino@uem.mz), <[http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06\\_19.pdf](http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06_19.pdf)>, consultado em 2019-07-18

Folha de Maputo, (2017, April 4) A Televisão de Moçambique (TVM) lança canal Internacional, <https://moznews.co.mz/2017/04/04/televisao-de-mocambique-tvm-lanca-canal-internacional/>

Francisco, António. (2008) Desenvolvimento humano em Moçambique está a piorar! Evidências trágicas contrariam Relatório do PNUD 1. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2008, PNUD, Maputo. [https://www.researchgate.net/publication/317351220\\_Desenvolvimento\\_humano\\_em\\_Mocambique\\_esta\\_a\\_piorar\\_Evidencias\\_tragicas\\_contrariam\\_Relatorio\\_do\\_PNUD\\_1](https://www.researchgate.net/publication/317351220_Desenvolvimento_humano_em_Mocambique_esta_a_piorar_Evidencias_tragicas_contrariam_Relatorio_do_PNUD_1)

Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26: 56-80. Em: <http://www.jstor.org/stable/466240>, acessado em 14 de Fevereiro de 2014.

Freitas Renata (2011) Funções assumidas pela publicidade na sociedade da informação. Congresso Nacional “Literacia, Media e Cidadania”. 25-26 Março de 2011, Braga, Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação.

Gabriel Mithá Ribeiro, « Chissano contra Machel e o Colono: representações sociais do estado em Moçambique», *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 13/14 | 2007, posto online no dia 03 Fevereiro 2012, consultado o 30 Setembro 2016, <https://journals.openedition.org/cea/484>

Gazette: The International Journal for Communication Studies, Copyright © 2002 Sage Publications, London, Thousand Oaks & New Delhi, Vool 64 (1):21-45 [0016-5492(200202)64:1;21-45;021138]  
<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/17480485020640010201>

GfK, (2016) Audiências - Anuário 2015 - © GfK 2016 | Delivering Growth from Knowledge | Anuário de Audiências Ano 2015. Maputo. <http://portugalglobal.pt/pt/portugalnewsarquivo2012/revistaimpressanacional/macroeconomia/paginas/mo%C3%A7ambiqueespecialsadc.aspx>. Consultado no dia 16/07/2019. <http://sabadigital.org/>, consultado 15-10-18

Globo (...) <https://oglobo.globo.com/mundo/china-vai-investir-mais-us-60-bilhoes-em-paises-africanos-anuncia-xi-jinping-23033720>

Gobbi, MC, and, Kerbauy, MTM., orgs. (2010) *Televisão Digital: informação e conhecimento* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica. 482 p. ISBN 978-85-7983-101-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Gomes, G.; Fernandes, B.; Reis, L. e Silva, T. (2008) “Politics 2.0”: a campanha online de Barack Obama em 2008. *Revista de Sociologia Política*, [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782009000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000300004);

Gomes, Pedro G. (1997). *Comunicação Social: Filosofia, Ética, Política*. São Leopoldo

Gomes, Wilson. (1999). *Esfera pública política e media II*. In Rubim, A.A.C, Bentz, I. M. G. & Pinto, M. J. (Eds.), *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos, Compôs, 1999.

Gómez. R. G; Flores, J.G & Jiménez G. Eduardo. (1996) *Metodología de la investigación cualitativa*. (Ed) Aljibe. [https://cesaraguilar.weebly.com/uploads/2/7/7/5/2775690/rodriguez\\_gil\\_01.pdf](https://cesaraguilar.weebly.com/uploads/2/7/7/5/2775690/rodriguez_gil_01.pdf)

Gumede, Ilva Rodny (2015) Re-conceptualizing the analysis of media development and trajectories hereof in post-colonial societies. *Global Media and Communication*. 2015, Vol. 11(2) 131 –146 © The Author(s). [https://www.academia.edu/19802436/Re-conceptualizing the analysis of media development and trajectories hereof in post-colonial societies](https://www.academia.edu/19802436/Re-conceptualizing_the_analysis_of_media_development_and_trajectories_hereof_in_post-colonial_societies)

INE Instituto Nacional de Estatística (2017) Apresentação dos resultados do censo 2017. <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017>

Habermas, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp. 9–11; 17–21. Em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512010000400013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512010000400013)

Habermas, Jürgen (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Ma: Cambridge. 486 páginas. Em: <http://blogs.unpad.ac.id/teddykw/files/2012/07/J%25C3%25BCrgen-Habermas-Between-Facts-and-Norms.pdf>

Habermas, Jürgen. Outhwaite, William, (1994). *A critical introduction*, Cambridge: Polity.

Hadland, Adrian Hallin in. Daniel & Mancini, Paolo (2012) *Comparing Media Systems Beyond the Western World*, 96 – 118, [https://www.researchgate.net/publication/267796272\\_Communication\\_and\\_Democratic\\_Reform\\_in\\_South\\_Africa](https://www.researchgate.net/publication/267796272_Communication_and_Democratic_Reform_in_South_Africa)

Hallin, Daniel C. & Mancini, Paolo. (2010). *Sistemas de Mídias: Estudo Comparativo, Três Modelos e Comunicação e Política*. Tradução de Velozo Marida da Luz, livros horizonte LDA. Lisboa, <https://www.fnac.pt/Sistemas-de-Media-Estudo-Comparativo-HALLIN-DANIEL-E-PAOLO-MANCINI/a332750>

Heloisa H. T. de S. Martins (2004) *Metodologia qualitativa de pesquisa*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago.

Hermet, Guy; Badie, Bertrand; Birnbaum, Pierre e Broud, Philippe. (2014). Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas. Escolar editora, Lisboa.

Herrero, Laia Castro. (2017). Rethinking Hallin and Mancini, Beyond the West: An Analysis of Media Systems in Central and Eastern Europe, *International Journal of Communication*, <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/6035/2196>, consultado em 18 de 03/2019.

Hills, Jill. (2003). Regulatory Models for Broadcasting in Africa. Westminster University, United Kingdom. In: Article 19, Global Campaign for free Expression Broadcasting Policy and Practice in Africa, <https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/africa-broadcasting-policy.pdf>  
<http://en.startimes.com.cn/projectbrief/index.htm>

<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>

<http://www.zap.co.mz/sobre-a-zap/a-zap>, consultado em 14/07/2019

<https://www.tvcabo.mz/residencial/empresa/sobre-nos>. Consultado em 14/07/2019

Hyden, G & Okigbo, C. (2017:29). The Media and the Waves of Democracy in Africa. In Hyden, G; Leslie, M. & Ogundimu, F. *Media and democracy in Africa*. Ed. Routledge Taylor na Francis Group, London and New York.

Hyden, Goran e Leslie, Michael. (2002). Media and Democracy in Africa, edited by Michael Leslie, et al., Routledge. ProQuest Ebook Central, <http://ebookcentral.proquest.com/lib/uab/detail.action?docID=4905572>. Created from uab on 2019-04-02 08:11:59.

IESE (2018) Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Desafios para Moçambique 2018. [https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/livrol\\_DesafiosMoc2018.pdf](https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/livrol_DesafiosMoc2018.pdf)

INCM – Instituto Nacional das Comunicação. (2016) Impacto para Moçambique. Telecomunicar, Edição 11. <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/telecomunicar/19-telecomunicar-n-3/file>. Consultado no dia 15/07/2019

Informe do Governo da Namíbia, Novembro e 2013, consultado.

Informe sobre la Medición de la Sociedad de Información (2017), [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf). Consultado 28.10. 2018

Inicia emissão de televisão digital em Moçambique (2015, Dezembro 10). *Portal do Governo de Moçambique*, <http://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Inicia-emissao-de-televisao-digital-em-Mocambique>.

Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique. (2015). *Relatório de Regulação das Comunicações*, <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/postal-2/148-relatorio-de-regulacao-das-comunicacoes-2015>

INCM Instituto Nacional das Comunicações (Seminário de divulgação: Cidália Chaúque defende processo inclusivo de migração digital

Publicado em 04 Julho 2013

INE. Instituto Nacional de Estatísticas. (2017). Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/>

Investimento Directo Estrangeiro, <https://www.sadc.int/themes/economic-development/investment/foreign-direct-investment/>. Consultado 13/10/18

ITU (2017), Informe sobre la Medición de la Sociedad de la Información de 2017. [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf); consultado no dia 2019-07-19

Jackson, Tom (2018, 26 jul) China Comes To the Rescue On African Digital Migration Deadline, em <https://moguldom.com/152412/china-to-the-rescue-on-african-digital-migration-deadline/> Consulta: 18/7/2019

Jambeiro, Othon (2008) A regulação da Televisão no Brasil 75 anos depois: o que temos? UFBA – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. Salvador – BA – Brasil. 40110-906 – Estudos de Sociologia, Araraquara, v.13, n.24, p.85-104. Disponível em: <https://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/867/723>.

Jambeiro, Othon, Ferreira Fábio e Barros, Chalini, (2011) A Convergência como Condicionante da Regulação das Comunicações. Revista Compólitica n. 1, vol. 1, ed. março-abril, ano 2011. [file:///C:/Users/fbaloi/Downloads/3-Texto%20principal%20do%20artigo-3-1-10-20171220%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/fbaloi/Downloads/3-Texto%20principal%20do%20artigo-3-1-10-20171220%20(6).pdf)

Joanguete, C. (2016). *Imprensa Moçambicana: do papel ao digital teorias, história e digitalização*. Maputo: CEC Editora <http://www.estudosculturais.pt/wp-content/uploads/2016/11/CV-Celestino-Joanguete.pdf>

Joanguete, Celestino (2011) *As mudanças para o jornalismo digital na imprensa pública e privada moçambicana. Estudo comparativo dos jornais Notícias e @verdade*. Tese de Doutoramento, Universidade Minho Portugal.

Joanguete, VTJ Celestino (2013) *As mudanças para o jornalismo digital na imprensa pública e privada moçambicana: estudo comparativo dos jornais Notícias e a @ Verdade*. Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais. Tese de Doutoramento em Ciência da Comunicação, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28789>

Joanguete, VTJ Celestino (2017) *Trabalho de Consultoria: Roteiro da Migração Digital*, Maputo, Outubro. <http://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/direito-a-informacao-1/89-relatorio-migracao-digital-final/file>

José Chichava, "As Vantagens e Desvantagens Competitivas de Moçambique na Integração Económica Regional".

Leadership Business Consulting (LBC) (s.f.). *Estratégia para a Televisão Digital Terrestre de um País africano*. Disponível em: <http://www.leadership-bc.com/idex.php/operacoes-e-performance/item/94-estrategia-para-a-televisao-digital-terrestre-de-um-pais-africano.html>.

Leiva, M. T. García (2006) La introducción de la TDT en España en el contexto de la política europea para la transición digital en televisión. Revista de Economía Política de 62 las Tecnologías de la Información y Comunicación Vol. VIII, n. 1, ene.

Leslie, Michael. *Media and Democracy in Africa*, edited by Michael Leslie, et al., Routledge, 2002. ProQuest Ebook Central,

<http://ebookcentral.proquest.com/lib/uab/detail.action?docID=4905572>. Created from uab on 2019-04-02 09:56:08.

Liberdade Digital no Brasil- Análise do Contexto, Agosto, 2012. Disponível, [http://artigo19.org/liberdadedigital/files/2013/09/Liberdade\\_Digital\\_no\\_Brasil-PT.pdf](http://artigo19.org/liberdadedigital/files/2013/09/Liberdade_Digital_no_Brasil-PT.pdf)

Liedtke, Paulo Fernando (2002) Políticas públicas de comunicação e o controle da mídia no Brasil. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 39-  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/13681/12540>

Lopes, Denise M. (2007) Sistema Brasileiro de Tv Digital: Caminhos percorridos e implantação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007 Universidade Federal do Piauí. Brasil

LUSA (2018 Agos). *Implementação da estratégia para industrialização anima Comunidade da África Austral*. (19 Agosto, 2018),  
<https://noticias.sapo.cv/actualidade/artigos/implementacao-da-estrategia-para-industrializacao-anima-comunidade-da-africa-austral>

Macanze, Nelson Alberto (2016) Investimento directo estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos. Unesp. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquera – SP. <https://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/4023.pdf>. consultado, 2019-07-19

Manzini, E.J. Simão, (1990/1991) A entrevista na pesquisa social. *Didáctica*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158,

Mário, T. V. (2012). *Guia de reforma das políticas e legislação da comunicação social em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Friedrich Ebert Stiftung.  
<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/09494.pdf>

Mário, T. V. (2012). *Guia de reforma das políticas e legislação da comunicação social em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Friedrich Ebert Stiftung Em:  
<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/09494.pdf>

Mário, Tomas Vieira (2012) *Processo da Migração da Radiodifusão em Moçambique: Uma análise crítica*. Maputo, Moçambique.

Mário, Tomas Vieira, (2017) Implicações socioeconómicas e de regulação da migração digital em Moçambique. Comunicação apresentada no seminário “Moçambique na era digital”, promovido pela TVM em Maputo no dia 6 de Abril de 2017.

Marques, Francisco Paulo Jamil (2006). «Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil» (PDF). Revista Opinião Pública. Unicamp. Consultado em 9 de Maio de 2017. Em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100007&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100007&script=sci_abstract&lng=pt).

Massala, G (2017, 4 gen) [Angola] Planos de migração para TV Digital serao definidos em 2017, en:<https://www.meosfios.com/angola-planos-de-migracao-para-tv-digital-serao-definidos-em-2017/>

Matimbe, A. E. (2015). *Uma abordagem histórica sobre a digitalização da radiodifusão em Moçambique*. Disponível, <https://radialistamocambique.files.wordpress.com/2015/05/uma-abordagem-histc3b3rica-sobre-a-digitalizac3a7ao-da-radiodifusc3a3o-em-moc3a7ambique.pdf>.

Matimbe, A. E. (2015). *Uma abordagem histórica sobre a digitalização da radiodifusão em Moçambique*. <https://radialistamocambique.files.wordpress.com/2015/05/uma-abordagem-histc3b3rica-sobre-a-digitalizac3a7ao-da-radiodifusc3a3o-em-moc3a7ambique.pdf>.

Mawson, Nicola (2010 23 Sep). Brazil Slams ISDB-T Critics Itweb. Disponível em <https://www.itweb.co.za/content/VgZey7JVbjD7djX9>. consultado no dia 19/07/2019

McQuail, Denis (2003). Teoria da Comunicação de Massas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, <https://pt.scribd.com/doc/129761652/MCQUAIL-Denis-Teorias-da-Comunicacao-de-Massas>

Mellado, C., Lagos, C. (2013). Redefinición de los análisis comparativos de los sistemas de comunicación desde la perspectiva de las nuevas democracias. *Communication & Society* 26 (4), 1-24, [https://www.unav.es/fcom/communication-society/es/forma\\_de\\_citar.php?art\\_id=467](https://www.unav.es/fcom/communication-society/es/forma_de_citar.php?art_id=467) Consultado em 19/03/19

Mendonça, Ricardo Fabrino. (2010). Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano. <http://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-69/14-democracia-discursiva-contribuicoes-e-dilemas-da-abordagem-deliberativa-do-grupo-australiano/file> BIB, São Paulo, n 59 o 69, 1o semestre de 2010, pp. 59-78. Consultado em 15 de abril de 2019.

Migração digital no centro de atenção da imprensa (2013, Abril de 11). *Portal do Governo de Moçambique*. <http://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/199-migracao-digital-no-centro-de-atencao-da-imprensa>.

Miguel & Tomas, (2015) Uma abordagem histórica sobre a digitalização da radiodifusão em Moçambique. em: <https://radialistamocambique.files.wordpress.com/2015/05/uma-abordagem-historica-sobre-a-digitalizacao-da-radiodifusao-em-mocambique.pdf>. Consultado em 18/07/2019

Miguel, J. (2013). *Economia política da televisão moçambicana*. Maputo, Moçambique: CEC Editora. [http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2018/08/EBOOK\\_OBSCOM\\_2018.pdf](http://eptic.com.br/wp-content/uploads/2018/08/EBOOK_OBSCOM_2018.pdf)

MIGUEL, João (2010), “Convergência tecnológica e implicações politico-comunicacionais”, in: BRITTOS, Valério Cruz (org), *Digitalização, Diversidade e Cidadania: Convergências Brasil e Moçambique*, São Paulo, Annablume, 45-61

Miguel, João (2008) *Média, política e mercado na sociedade moçambicana: o sector televisivo aberto*. Tese de doutoramento, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2518/JoaoMiguelComunicacao.pdf?sequence=1>.

Miguel, João (2015) *Digitalização da Televisão em Moçambique: Estratégias Políticas e Reconfigurações*. Revista UNINTER de Comunicação |vol. 3, n.4, p. 84 - 105| jan – jun 2015

Minayo, Maria Cecília de Sousa (2002) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes, Petrópolis. Edição 21, Rio de Janeiro,

<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Consultado no dia 25 de julho de 2018.

Ministra da Comunicação da África do Sul Ayanda Dlodlo, durante o Fórum Anual de Radiodifusão organizado conjuntamente pela SADC e a Associação de Radiodifusão da África Austral (SABA), 25 a 29 de Setembro de 2017, no Gateway Conference Center em Windhoek, Namíbia. <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-broadcasters-urged-promote-regions-cultural-identity/#>.

Miranda, Jorge. (1992). Função do Estado.

MISA (2002) *MISA instrumento de Advocacia dos media – Livro de recursos*. Windhoek, MISA [https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd11\\_05livro\\_de\\_recursos.pdf](https://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd11_05livro_de_recursos.pdf)

MISA - Moçambique (2018) Estágio da Implementação da Migração Digital em Moçambique: barreiras, desafios e participação, Novembro de 2018. <http://www.misa.org.mz/index.php/publicacoes/relatorios/direito-a-informacao-1/89-relatorio-migracao-digital-final/file>

MISA (2018). Relatório sobre o estado da liberdade de imprensa e de expressão em Moçambique (2016 – 2015). Maputo: MISA-Moçambique

MISA-ANGOLA, postado, 13 de Maio de 2013, [misa-angola.blogspot.com](http://misa-angola.blogspot.com). em:<https://www.sadc.int>. consultado 29.09.2018

Moçambique – INCM (2017) Moçambique – INCM (2017) Relatório de Regulação das Comunicações: Situação das Comunicações em Moçambique (INCM), 2016, Maputo. (INCM), 2016, Maputo.

Moçambique – Relatório de Regulação das Comunicações, Instituto nacional das Telecomunicações (INCM), 2016

Moçambique Decreto nº 19/94, de 16 de Junho

Moçambique, Boletim da República, Decreto 31/2000 de 10 de outubro

- Moçambique, Boletim da República. Decreto nº 19/94, de 16 de Junho.
- Moçambique, Decreto Nº 31/2000 Aprova Estatuto da Televisão de Moçambique, E.P..
- Moçambique, Estatutos da Rádio Moçambique, Decreto Nº, 18/94 (1994, Junho16)
- Moçambique, Lei das Empresas Públicas Lei 3/ 2018 (2018, Junho 19).
- Moçambique, Lei de Imprensa 18/91 de 30 de Agosto
- Moçambique, Lei de Imprensa nº 18/91 (1991, Agosto
- Moçambique, Lei de Imprensa nº 18/91 (1991, Agosto 10) [https://www.caicc.orgz/cd/leis/Files/Acesso%20a%20informacao/lei\\_de\\_imprensa.pdf](https://www.caicc.orgz/cd/leis/Files/Acesso%20a%20informacao/lei_de_imprensa.pdf).
- Moçambique. CONSADC, Maputo, Moçambique, Agosto de 2005:19
- Moçambique. Lei nº. 18/91 de 10 de Agosto, Artigo 11. Maputo: Imprensa nacional, 1991
- Moçambique. Local onde são plantados vegetais; herdade, quinta, horta. Designação comum para propriedade agrícola.[www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br).
- Moçambique. Transporte, Multiplexação e Transmissão E.P. (2014), Estatutos, Maputo.
- Montez, C, & Becker, V. (2005). *TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil*. Florianópolis, Brasil: Universidade Federal da Santa Catarina. [http://www.gingadf.com.br/blogGinga/livro/TV-Digital-Interativa\\_2a\\_EDICAO\\_Valdecir\\_e\\_Montez.pdf](http://www.gingadf.com.br/blogGinga/livro/TV-Digital-Interativa_2a_EDICAO_Valdecir_e_Montez.pdf)
- Moreira, Adriano. (2014). *Ciência Política*, 6 Edição, Lisboa..
- Mosco, Vincent; MCKercher, Catherine. (2006). *Convergence Bites Back: Labour Struggles in the Canadian Communication Industry*. *Canadian Journal of Communication*, Vol 31, No 3 (2006).<<https://www.cjc-online.ca/index.php/journal/article/view/1756/1871>. Consultado em 21/02/19>
- Mzekandaba, S (2018, 16 jul) Has set-top bos reached its sell-by date?,<<https://www.itweb.co.za/content/G98Yd7LxOPj7X2PD>.

Mucanze, Nelson A. (2016) Investimento directo estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos, <https://wwws.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/4023.pdf>

Ngunga, Armando (27/12/2017) Vice-ministro da Educação e Desenvolvimento Humano Centros de Televisão Provinciais: Regionalização ou criação de canais especializados em línguas nacionais? Tema apresentado à margem do Seminário sobre Canais Temáticos de Televisão, organizado pela TVM, Maputo.

Nhanale, Ernesto (2017) O jornalismo e a democracia em Moçambique: a cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana. Tese de doutoramento. Universidade Autónoma de Barcelona. Bellaterra, [.https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/456269/ecn1de1.pdf?sequence=1&isAllo wed=y](https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/456269/ecn1de1.pdf?sequence=1&isAllo wed=y)

Nordenstreng, Kaarle (1997). Beyond the Four Theories of the Press. Disponível em

Open Society Initiative for Southern Africa (2009). Moçambique Democracia e Participação Política. [https://agora-parl.org/sites/default/files/pt-mocambique-democracia\\_e\\_participacao\\_politica-open\\_society\\_initiative\\_for\\_southern\\_africa.pdf](https://agora-parl.org/sites/default/files/pt-mocambique-democracia_e_participacao_politica-open_society_initiative_for_southern_africa.pdf)

Open Society Initiative for Southern Africa. (2009). Moçambique Democracia e Participação Política. [www.afrimap.org](http://www.afrimap.org).

Opening remarks by Minister Ayanda Dlodlo during the SADC-SABA broadcasting fórum: 25-29 Setembro 2017 (2017, 26 Setembro), em: <http://www.polity.org.za/article/opening-remarks-by-minister-ayanda-dlodlo-during-the-sadc-saba-broadcasting-forum-25-29-september-2017-2017-09-26>

Massala, G (2017, 4 gen) [Angola] Planos de migração para TV Digital serao definidos em 2017, em <https://www.menosfios.com/angola-planos-de-migracao-para-tv-digital-serao-definidos-em-2017/>

Othon, Jambeiro; Ferreira F. e Barros, C. (2011) A convergência como condicionante da regulação das comunicações. Revista ComPolítica, n. 1 Vol. 1, ed. Março-Abril ISSN:2236-4781

Ostini J. & Fug A. (2002:41-56) Beyond the four theories of the press: A new model of national media systems. *Mass Communication and Society*, [http://dx-doi.org/10.1207/S15327825MCS0501\\_4](http://dx-doi.org/10.1207/S15327825MCS0501_4)

Panorama Audiovisual (2010, 11 mar) SADIBA compara entre DVB-T y ISDB-T , recomendando el estándar europeo, em <https://www.panoramaaudiovisual.com/2010/11/03/sadiba-compara-entre-dvb-t-y-isdb-t-recomendando-el-estandar-europeo/>

Pardinas, Filipe. (1969), *Metodología y Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales*, Edición México, <https://www.iberlibro.com/METODOLOG%C3%8DA-T%C3%89CNICAS-INVESTIGACI%C3%93N-CIENCIAS-SOCIALES-Pardinas/4780920072/bd>.

Peruzzo, Cícilia M.Krohling (2009) Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no sector, *ECO-Pós*, v.12, n.2, Maio-Agosto, p.46-61. [https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/viewFile/947/887](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/viewFile/947/887)

Peters, B.G. (1996). *American Public Policy*. Chatham, EUA: Chatham House.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Corporativo da TVM. E.P 2015-2019

PNUD (2008) Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano. Maputo. [www.br.undp.org](http://www.br.undp.org)

Protocolo da SADC Contra a Corrupção, assinado em Blantyre, Malawi, a 14 de Agosto de 2001, Ratificado através da Resolução No. 33/2004 do Conselho de Ministros, de 9 de Julho BR nº 027, I Série, 3º Supl. de 09 de Julho de 2004, pág. 260-(7) a 260-(11) em vigor a 6.7.2005.

Protocolo da SADC sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia, assinado em Maseru, Lesotho, a 24 de Agosto de 1996 [Ratificado através da Resolução No. 18/98 do Conselho de Ministros, de 12 de Maio]. BR nº 018, I Série, 3º Supl. de 12 de Maio de 1998, pág. 60(5) a 60 (36). Em vigor desde 6/7/1998.

Protocolo sobre o Comércio de Serviços, assinado em Maputo, a 18 de Agosto de 2012. [Ratificado através da Resolução No. 56/2014 do Conselho de Ministros, de 21 de Agosto de 2014] BR nº 076, I Série, Supl. de 22 de Setembro de 2014, pág. 1554-(1) a 1554-(34)

Protocolo sobre trocas comerciais da SADC, <http://www.mic.gov.mz/por/Comercio-Externo/Acordos-Bilaterais/Protocolo-Sobre-Treocas-Comerciais-da-SADC>, consultado 30/10/2018.

Relatório da UIT sobre a Medição de Sociedade da Informação de 2017. Disponível [https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017\\_Volume1.pdf](https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017_Volume1.pdf). consultado 27.10.2018

Relatório do Secretário Executivo: Relatório de Actividades do Secretariado da SADC. Agosto 2011 – Julho de 2012. [https://www.sadc.int/files/5113/7347/0209/SADC\\_ES\\_Report\\_2011-2012\\_web\\_PT.pdf](https://www.sadc.int/files/5113/7347/0209/SADC_ES_Report_2011-2012_web_PT.pdf). consultado em 11/10/2018.

Revista da Associação Angolana de Provedores de Serviços de Internet. (2018 Jun) (Sobre o Relatório da ITU “Medição da Sociedade da Informação, 2017” <https://revistaip.blog/2018/06/07/sobre-o-relatorio-da-itu-medicao-da-sociedade-da-informacao-2017/>. Consultado no dia 2019-07-19.

Rey, G. (2009). *Industrias culturales, Creatividad y Desarrollo*. Madrid, España: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo-Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, [http://www.lacult.unesco.org/docc/2009\\_Ind\\_Cult\\_CreativyDes\\_AECID.pdf](http://www.lacult.unesco.org/docc/2009_Ind_Cult_CreativyDes_AECID.pdf)

Rey, G. (2009). *Industrias culturales, Creatividad y Desarrollo*. Madrid, España: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo-Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación.

Rey, G. (2009). *Industrias culturales, Creatividad y Desarrollo*. Madrid, España: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo-Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación.

Richardson, Roberto Jarry 1. (1999) Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/44270778/richardson-roberto-pesquisa-social-metodos-e-tecnicas>

Romero, R (2012) Reseñas. ALBORNOZ, Luis A y GARCÍA LEIVA, M.<sup>a</sup> Trinidad (eds.): *La televisión digital terrestre. Experiencias nacionales y diversidad en Europa, América y Asia*. Buenos Aires, La Crujía,

RSA, Parliamentary Monitoring Group, <https://pmg.org.za/page/Broadcasting%20Digital%20Migration%20policy;%20SABC%20Senior%20Executive%20appointment;%20Minister%20of%20Communications%20briefing>

Rubiano, Maria de Matos (2011), *Liberdade em Hannah Arendt*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia.

Rui Cádima, Francisco (1995) *O fenómeno televisivo*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SADC (2008 Ags 17) Protocolo da sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em Joanesburgo, África do Sul, [Ratificado através da Resolução No. 76/2008 do Conselho de Ministros, de 30 de Dezembro]. BR nº 052, I Série, 14º Supl. de 30 de Dezembro de 2008, pág. 420-(135) a 420-(139).

.

SADC (2012) – Estratégia de mobilização de recursos da SADC, [https://www.sadc.int/files/7213/7234/8976/SADC\\_RMS\\_Portuguese\\_Booklet.pdf](https://www.sadc.int/files/7213/7234/8976/SADC_RMS_Portuguese_Booklet.pdf)

SADC (2012) Foreign direct investment (FDI), <https://www.sadc.int/themes/economic-development/investment/foreign-direct-investment/> . Consultado 13/10/18

SADC (2015 Ago) “Histórias de Sucesso SADC”, en *África Austral hoje*, vol. 17,. N.5, p. 8, [https://www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/SADC\\_Today\\_17\\_5\\_port.pdf](https://www.sardc.net/editorial/sadctoday/documents/SADC_Today_17_5_port.pdf) consultado no dia 13 -10

*SADC (2017 26 Sept)*, Ministra da Comunicação da África do Sul Ayanda Dlodlo, durante o Fórum Anual de Radiodifusão organizado conjuntamente pela SADC e a Associação de Radiodifusão da África Austral (SABA), 25 a 29 de Gateway Conference Center em Windhoek, Namíbia, <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-broadcasters-urged-promote-regions-cultural-identity/#>

*SADC (2017 26 Sept)*, *SADC broadcasters urged to promote the region’s cultural identity* <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-broadcasters-urged-promote-regions-cultural-identity/#>

SADC Towards a Common Future: SADC Executive Secretary encourages media to produce stories that promote regional integration: 21 Outubro 2018 (2018, 31 Out) em: <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-executive-secretary-encourages-media-produce-stories-promote-regional-integration/> Consultado no dia 16/07/2019

SADC, (2012) Frequently Asked questions: <https://www.sadc.int/media-centre/frequently-asked-questions>

SADIBA (2017) Building Digital TV in Africa. Digital Television Capacity Building Conference 8-10 November, <https://www.sadiba.org/index.php/en/building-dtv-in-africa>. Consultado em 08/07/2019.

Sapata, Jorge Rodrigues. Teoria y Práctica del Derecho Constitucional. Edt. Madrid, 1996 <http://www.uned.es/dpto-derecho-politico/Bibliografia%20DC%20Homologacion.pdf>

Sergio, Denicoli (2011) TV Digital Sistemas, conceitos e tecnologias. © Grácio Editor. Avenida Emídio Navarro, 93, 2.º, Sala E 3000-151 COIMBRA. Disponível em;

Serrano, Estrela, (1998). O espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação. Escola Superior de Comunicação Social. Instituto Politécnico de Lisboa [.http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-espaco-publico-estado.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-espaco-publico-estado.pdf), consultado 05/03/2019.

Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira. (1986) Metodologia das Ciências Sociais. Editora Afrontamento, Ano: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/augusto-santos-silva-e-jose-madureira-pinto/metodologia-das-ciencias-sociais /2672644105>

Soriano, Jaume (2007). L'òfics de Comunicòleg, mètodes per investigar la comunicació, Catalunya,

Southern Africa Trust (2014) *ChangeMundança*, n. 8, outubro. Monográfico: SDCS's 34<sup>th</sup> Summit. –Civil Society turns up the heat on leaders <http://wings.issuelab.org/resources/19531/19531.pdf>

Southern African Development Community (SADC): History and present status, <http://www.dirco.gov.za/foreign/Multilateral/africa/sadc.htm>. consultado no dia 15-10-

Southern African Digital Broadcasting Association – SADIBA, (2017), Digital Television Capacity Building Conference. Nov. 2017, <https://www.sadiba.org/index.php/en/home-footer/80-digital-television-capacity-building-conference>, consultado em 04 de Julho de 2018

Souza, Celina (2003). Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003

Souza, I. F. Marcia; Torres, Z. Tércia; Amaral, F. Sérgio (2009) TV digital interativa e produção de conteúdos para a Embrapa: uma proposta. <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/64526/1/proposta.pdf>. Consultado aos 08/02/18.

Spectru (2002 Fev) ANACOM- Convergência e regulação em consulta pública. Boletim Mensal, n. 38. Pt. [https://www.anacom.pt/streaming/spectru38.pdf?cotentId=38324&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/spectru38.pdf?cotentId=38324&field=ATTACHED_FILE).

Stake, Robert E. (1995). The Art of Case Study Research. C.by Sage Publications, Inc. New York

Stergomena Lawrence Tax, Secretária Executiva da SADC falando no dia 3 de maio de 2018, Gaborone, Botswana.

Sunday Standard (2013 6 Oct) Botswana digital broadcasting migration roadmap - correcting the misinformation. Em <http://www.sundaystandard.info/botswana%E2%80%99s-digital-broadcasting-migration-roadmap-%E2%80%93-correcting-misinformation>

Sunday Standard (2018 Nov) Botswana’s ignorance stalls digital migration, <http://www.sundaystandard.info/botswana%E2%80%99s-ignorance-stalls-digital-migration>, consultado 18/07/19

UIT (2016) e Perez Cogle, Haymee I (2017, 31 dez) Sobre o Relatório da ITU ‘Medição da Sociedade da Informação, 2017’, iP - Revista da Associação Angolana de Provedores de Serviços de Internet. <https://revistaip.blog/2018/06/07/sobre-o-relatorio-da-itu-medicao-da-sociedade-da-informacao-2017/> Consultado no dia 19/07/2019.

Taylor, S.J. y Bogdan, Robert C. (1987) Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda del significado, Barcelona

Televisão de Moçambique (2001). Estatuto Editori-  
al.<<http://www.tv.m.co.mz/index.php/sobre-a-tvm>. Consultado em 14/07/2019>;

Televisão de Moçambique (2001). Televisão de Moçambique TVM (2001) Ordem de Serviço N'23/CA/2001 de 19/11/2001.

Televisão de Moçambique TVM (2012) Ordem de Serviço número 13/CA/12, de 24 de Setembro

Televisão de Moçambique TVM (2015), Plano Estratégico de Desenvolvimento Corporativo da TVM. E.P 2015-2019, Maputo.

Televisão de Moçambique TVM (2017), Ordem de Serviço, 09/CA/17, Revisão do Estatuto Orgânico e Funcional da TVM-EP, de 27/07/2017.

Terreno agrícola para a produção familiar, terreno de cultivo em:[www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt). consultado 11/10/2018

The Malawi Digital Broadcasting Policy (2013 – 2018), <http://www.macra.org.mw/wp-content/uploads/2014/07/The-Malawi-Digital-Broadcasting-Policy.pdf>

The Media Institute of Southern Africa (MISA) (2005), So This Is Democracy? Report on the state of media freedom and freedom of expression in southern Africa 2005, <http://crm.misa.org/upload/web/so-this-is-democracy-report-2005.pdf> , consultado 19/03/19

Transporte, Multiplexação e Transmissão S.A. (2017) Mapa de distribuição dos sítios da TMT a nível do país, Maputo. <http://opais.sapo.mz/tmt-preve-conclusao-de-30-centros-emissores-do-sinal-digital-ate-dezembro>

Tratado da SADC, assinado em Windhoek, Namíbia, a 14 de Agosto de 1992[1], [Ratificado através da Resolução No. 3/1993 da Assembleia da República, de 1 de Junho]. Entrou em vigor no dia 30/9/1993. Em: <http://consadcmocambique.blogspot.com/p/normal-0-false-false-false-en-us-x-none.html>

TVM - Ordem de Serviço número 13/CA/12, de 24 de Setembro

TVM - Televisão de Moçambique (2015) Plano Estratégico de Desenvolvimento da Televisão de Moçambique (2015-2019). Maputo.

TVM, Ordem de Serviço, 09/CA/17, Revisão do Estatuto Orgânico e Funcional da TVM-EP, de 27/07/2017

TVM-EP, Ordem de Serviço N°23/CA/2001 de 19/11/2001

UIT (2016). *Informe sobre la Medición de la Sociedad de la Información de 2017*. Ginebra, UIT. Disponível em [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2017-SUM-PDF-S.pdf).

Moçambique (2009) Uma proposta de lei de rádio e televisão submetida ao governo desde 2009, [https://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Acesso%20a%20informacao/proposta\\_de\\_lei\\_de\\_radio\\_e\\_tv.pdf](https://www.caicc.org.mz/cd/leis/Files/Acesso%20a%20informacao/proposta_de_lei_de_radio_e_tv.pdf). Consultada 04/03/2019.

Understanding TDT-2, Key technical, business, & regulatory implications. By DigiTAG - The Digital Terrestrial Television Action Group L' Ancienne-Route 17A CH-1218 Grand-Saconnex Geneva, Switzerland Tel: +41 22 717 2735 Fax: +41 22 747 4735 em: [www.digitag.org](http://www.digitag.org) © copyright 2009 DigiTAG All rights reserved, [https://www.ncc.gov.tw/chinese/files/12040/2835\\_120409\\_2.pdf](https://www.ncc.gov.tw/chinese/files/12040/2835_120409_2.pdf). consultado em 26-10-2018.

UNESCO. [www.unesco.org](http://www.unesco.org), consultado em 04/10/2018

UNESCO (1991) DECLARAÇÃO DE WINDHOEK 1991. Disponível em <http://misa-angola.blogspot.com/2013/05/declaracao-de-windhoek.html> Consulta 19/7/2019

Van Cuilenberg, J. and McQuail, D. (2003) “Media Policy and Paradigm Shift: Towards a New Communications Policy Paradigm. “*The European Journal of Communication*”. Vol. 18 (2): 181 – 207.

Veur, Paul.V. (2002:81-106). Broadcasting and Political Reform. In Michael, Leslie, et al. Routledge. ProQuest Ebookcenter, <https://ebookcentral.proquest.com/lib/uab/reader.action?docID=4905572&ppg=92>

Viana, Ana Luiza, (1996). Abordagens metodológicas em políticas públicas. Rio de Janeiro 30 (2): 543. MAR. ABR.

Voltmer, Katrin (2008) Comparing media systems in new democracies: East Meets South meets West. University of Leeds, Gran Britain. Central European Journal of Communication, <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-6553eda0-7c3d-4273-a94c-5e71f07b099b>

Wimmer, Roger D. & Dominick, Joseph R. (1996) La investigación científica de los medios de comunicación: Una introducción a sus métodos. Bosch Casa Editorial, S.A. Comte d'Urgell, 51 bis – 08011 Barcelona.

Wolton, D. (2000). *Internet, ¿y después? Una teoría crítica de los nuevos medios de comunicación*. Barcelona, España: Gedisa editorial, <https://tpcomunicaciontresunlz.files.wordpress.com/2011/11/wolton-dominique-internet-y-despues.pdf>

Zinocacassa, Zacarias e Júnior, Filipe Manuel Lino Chico (2010) 1 Ed. (2007). Estrutura do Estado e Democracia em Moçambique. Edição Konrad-Adenauer-Stiftung (Fundação Konrad Adenauer), Maputo, [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=44d778db-5634-72d8-92a5-f72e97f673ed&groupId=252038](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=44d778db-5634-72d8-92a5-f72e97f673ed&groupId=252038)

@Digitising Africa (2018, 27 Apr) SABA Re-Appoints Cecil Nguvauva As Secretary-General em: <https://broadcastingandmedia.com/news/885>. Consultado, 16/7/19

## Entrevistados

Anguilaze, Simão Anguilaze - Ex-Vice-Presidente da Comissão Técnica para Migração Radiofónica de Manual para Digital. 11/10/2017

Canda, Ema Canda – Técnica Superior de Projectos na TVM, 04/06/2017

Ho-poon, Amarildo – Administrador da TMT, 06/10/2017

Joanguet, Celestino – Professor Investigador, docente da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), 24/11/2017

Mário, Tomas Vieira – Presidente do Conselho Superior para Comunicação Social, investigador, 20/10/2017

Mbebe, Victor Mbebe – Presidente do Conselho de Administração da TMT, 03/10/2017

Miguel, João Miguel – Professor Investigador da Escola de Comunicação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), 06/06/2017

Napido, Cecília Gonçalves – Chefe de Departamento de Estudo Planificação e Orçamento – GABINFO, 05/06/2017

## **ANEXOS - ENTREVISTAS**

### **Entrevista com: Tomás Vieira Mário**

#### **Realizada em Maputo, Restaurante Jardim do Professor, no dia**

Como as políticas públicas podem contribuir para o sucesso da implementação do processo de TDT e que significa a ausência das políticas, para um processo como este.

As políticas públicas no geral, são instrumentos que o Governo usa para implementar as suas ideias. No caso concreto de Moçambique não existe nenhuma política específica de comunicação para a implementação da estratégia de digitalização. Que eu conheça não. Existe uma política de informação de 1997, portanto, desde essa data nunca foi aprovada outra política de comunicação. Neste caso concreto existe sim, uma estratégia de migração digital que explica o que o país pretende nessa área, aprovada há alguns anos recentes (em 2013), que procura definir o que o país pretende nessa área. Então, não existe uma política e estratégia nacional de comunicação. Existe esta estratégia que é muito específica de digitalização, mas ela não refere uma estratégia de comunicação do país em que se integrasse a parte da digitalização. Isso faz muita falta, falta uma visão integrada, que possa mostrar o que o país, precisa, o que o país almeja na área da indústria de comunicação. Não temos isso. Uma política que oferecesse uma visão holística.

#### **Entrevistador - A estratégia da digitalização desenvolvida pela COMID tem esta lacuna da falta de política.**

Tomás: Falta uma política nacional de comunicação para integrar a estratégia a seguir para a implementação dessa política. Pois a política mostra o que pretendemos como visão a longo prazo. Repito, uma visão holística, onde pudéssemos abordar as questões de estratégia, regulação, monitoria, fiscalização, concorrência, uma visão mais holística do sector, nós não temos.

#### **Entrevistador - Não tendo política.**

Não tendo política, as coisas acontecem de forma ad hoc, caso a caso, e o risco disso é a inconsistência e fragmentação, é um risco muito grande. Exemplo, um caso flagrante,

que exprime a falta de uma política holística, é que ainda não discutimos de forma evidente e clara, como harmonizar o sistema de regulação da comunicação social no contexto da convergência era digital analógico. Ainda estamos perante um sistema de regulação binário, que distingue rádio, das telecomunicações, e estas da Imprensa. Hoje em dia isto não existe mais, no ambiente digital, a regulação é neutra. Não há necessidade de distinguir rádio, televisão da imprensa, sobretudo televisão, rádio e telecomunicações. É uma distinção obsoleta.

#### **A falta de política de comunicação afeta a digitalização como um negócio.**

A falta de políticas resulta numa ausência da cadeia de valor que não está refletida na estratégia nacional de digitalização. Uma cadeia de valor muito importante que não está refletida. Olhando para digitalização como negócio, qual é o modelo de negócio que existe aí. Nenhum. Não vem nada na estratégia, como negócio, nomeadamente em relação ao provedor do conteúdo, transportador do sinal.

#### **De quem será a responsabilidade da falta de políticas.**

A responsabilidade de produção de políticas é do Governo. Em Moçambique o Governo é a única entidade com iniciativas de políticas públicas. O Governo trabalha com instituições. Podemos identificar que a constituição institucional do Governo, deixa nas mãos do PM, as instituições da área da comunicação social. Não há Ministério da Comunicação social. O PM é que tutela esta área. Em princípio é a área do PM que deve tutelar, liderar este processo, produzindo políticas. Não havendo o Ministério da Informação, o PM é que tutela a área da comunicação social. Então, em princípio, é a área do PM que deve liderar este processo a reforma política deve ser pelo seu gabinete.

#### **A proposta poderia ser através do GABINFO**

O GABINFO, mas o GABINFO por definição é uma entidade técnica de apoio ao PM. Não é uma instituição do Estado. É um Gabinete de apoio ao PM. É um órgão de auxílio ao PM, não tem proeminência institucional para iniciar processo. É mesmo Gabinete de apoio ao PM, na área de imprensa do sector público. Pode, obviamente, como unidade técnica, aparecer em nome do PM, mas não tem dignidade institucional para iniciar processos desta natureza.

**Não tendo Ministério da Informação, que outras entidades podemos recorrer para esta situação.**

Realmente é o Gabinete do PM. Não há outra instituição. Nessa área de comunicação é o PM. Obviamente que, como temo o Ministério dos Transporte e Comunicações, há de coordenar os transportes e comunicações, mas que a responsabilidade primária é do PM, não há dúvida alguma.

**Em relação ao MTC, contactamos que muitas das vezes, as actividades ligadas as comunicações são coordenadas pelo INCM.**

Sim este é que regula as telecomunicações. O INCM regula as comunicações, a media as frequências, mas a programação já ninguém controla. Portanto, há um vazio do regulador. Como disse, ainda temos o sistema separado de regulação. No caso da *media* regula as frequências. Em termos de programação, de conteúdos não há ninguém que faça isso. Uma instituição. Ou seja, o Gabinfo não regula, tal como o Conselho Superior da Comunicação Social, este não regula. O conselho não é um órgão regulador, mas sim, um órgão de consulta. Então há um vazio muito grande, obviamente, nessa área.

**Esta lacuna vai deixando muita coisa para traz.**

Claro. Claro. Que vai deixar. Primeiro é uma situação de desgoverno. É uma expressão muito forte, mas vai por aí. Neste momento por exemplo, a indústria de Radio e televisão cresceu muito nos últimos 25 anos, sem qualquer regra. Por exemplo, em termos tecnológicos, qual é a opção de moçambique em termos tecnológicos. Não há padronização. Cada um explora como quer onde quer. Em termos visão económica, traz avultados prejuízos ao país.

A programação, na área de televisão e radio, não está regulada. Regula-se por uma questão de intuição, bom senso, mas ninguém disse que não se deve regular a programação, não pode ser assim. Isto é sério. Isto é sério, de tal modo que podemos encontramos programações de canais que tem acima da metade da sua programação é conteúdo estrangeiros, conteúdos de proveniência duvidosa, ou até pirateados. Não há como controlar isso. E é muito grave. A falta de capacidade de controlo é grave porque atrofia o mercado, cria uma concorrência viciada, desleal, enquanto uns pagam os custos de produção, outros não pagam. Só para mencionar alguns riscos de não regulação.

É uma grande lacuna.

### **Estas lacunas têm merecido atenção em debates públicos**

Estas lacunas têm merecido observações em debates públicos, mas não se registam mudanças. Sim, claramente que há debates públicos bons em todo o país e pelo mundo fora. Mas a questão é. Quem é que recolhe e sistematiza estes debates para os tornar em políticas. De facto, há muito debate em Maputo e no país todo, mas no fim do dia quem recolhe estas informações e faz o seu devido tratamento, para torná-las políticas. Não valerá muito apenas, participar e contribuir se ninguém sistematiza o que se diz e implementa. Falta uma visão do governo, de absorver e sistematizar estas ideias e torná-las instrumentos de desenvolvimento da indústria. Como é que o debate é tornado em políticas públicas. Devia ser o Gabinfo por exemplo, a fazer esse exercício, de recolher, absorver sistematizar, esse conhecimento público e propor a transformação de ideias que surgem dos debates e transformá-las em políticas públicas junto do Primeiro-ministro. Portanto, no fim do dia não sabemos como se faz absorção do conhecimento dos debates públicos, haveria de indicar que debates, quais são os canais que o governo usa para transformar as ideias que há na rua em políticas públicas.

### **Realmente é muito complicado**

A desgovernação é visível, há uma desgovernação, que se demonstra pela descoordenação das instituições neste processo-

Neste processo, denota-se uma grande descoordenação, quando assistimos organismos por exemplo, a TVM e o Gabinfo, a organizarem seminários em períodos curtos, para discutir os mesmos temas, quando uma tutela o outro. É uma descoordenação total, de tal forma que eu não fui. Porque já falei há três meses. Risos.

### **Neste seminário, deixou-se parecer que haviam intenções de reatar a COMID**

Pois, Intenções de reatar a COMID. A COMID foi descontinuada de uma forma arbitrária, sem nenhuma explicação. A COMID, mal feita ou bem feita, era a instituição que convergia as diferentes opiniões, pelo menos, era chamada para explicar aqui e ali ao público. Agora não há nada. Está um vazio neste momento, ela funcionou como funcionou, e produziu resultados, explicava ao público os passos e o estágio do

processo. Convergiam as diferentes opiniões. De um momento para o outro, esta comissão desapareceu. E agora. Ninguém orienta o rumo das coisas.

**Há vozes de reativação da COMID mas como estrutura com planificação própria, com orçamento do estado, um órgão de consulta, mas funciona de forma ad hoc, seria uma estrutura com funções específicas. Uma das coisas que dizia Dr Anguilaze é que o primeiro grupo dessa comissão era constituído de pessoas que sabiam menos das coisas, não eram ideias, algumas nem tinham conhecimento do que iam lá fazer, estava lá um grupo pequeno que produzia a informação, mas a institucionalização noa sei se não correríamos o risco de uma função pública, como um ministério, onde as coisas vão acontecendo.**

Pois, não sei, são questões que devem ser debatidas parasse encontrar a solução, mas adequada.

**Esta falta de estratégia de comunicação eventualmente não está a envolver mais indivíduos para participarem do processo. Tem havido focos de debates sim, mas, não estaria a faltar ou se não estaríamos a incorrer no risco de não salvaguardar os direitos do cidadão no que diz respeito a participação, de comunicação.**

A participação só tem utilidade e ela influenciar políticas. Se as pessoas podem participar em mil uns eventos, mas que essa participação não resulta em consequências, e depois não acontece nada. Se dessa participação não resultam consequências, então significa que não houve qualquer participação. Se não há sistemas adequadas colher as ideias discutidas, e sistematizá-las de sistematização das ideias, e as pessoas participam em vão. Se é para participar, falar em vão tem pouca utilidade. Neste caso por exemplo, o sector privado, sempre se queixa quem não tem tido espaço adequado para se pronunciar.

**Mas o sector privado esteve representado na COMI**

Sim, mas foi muito polémico, porque diziam que não tinham tido em conta, e acabaram por desistir, esteve lá a STV no início, na verdade nunca ficaram satisfeitos com a metodologia e o processo.

**A COMID tinha um cunho Governamental muito forte.**

Sim.

**O sector privado devia estar entusiasmado e empenhado pois no fim ele tem um ganho muito forte com a nova tecnologia.**

Claro. Tivemos um encontro há um mês, em que um grupo de gestores de televisões, disseram quase todos, que a tecnologia que tem a MT, já é obsoleta, já não nos serve. Eu perguntei, então como é que a TMT que é o vosso difusor deixam-no adquirir uma tecnologia ultrapassada a a resposta foi – ninguém nos consultou. É sério.

**Mesmo a própria televisão de mo tem vindo a reclamar que a tecnologia.**

Significa que não houve discussão nenhuma com ninguém, aparentemente, os fornecedores, com a sua própria agenda, trouxeram para aqui equipamento-

**Agora, se o CSCS não é regulador, é apenas um órgão de consulta, o GABINFO também não o é, mas de alguma forma o CSCS tem algum papel neste processo.**

**Qual é o papel do conselho!**

Em termos estatutários, nós podemos propor leis ao Governo. Apenas isso. Somo ouvidos pelo Governo quando ele fala da área da *media*, na comunicação social, somos ouvidos, consultados.

**Isso está a acontecer! Sim**

**O Gabinfo fala da nova proposta de lei que introduz percentagens na produção de conteúdos produzidos pelas operadoras para que possam operar, tanto em radio como em televisão, precisamente para se evitar a questão do vazio de conteúdos nacionais nas emissões. Eles avançam que cerca de 80% conteúdo nacional**

Essa é a proposta que está contida na proposta da lei de televisão e rádio. Já esta lá na proposta, acho que até 70% deve ser do produto nacional. Mas isto não é condição para ter licença. A pessoa quando pede licença, primeiro lê a Lei, e diz se concorda ou não. É prévia a licença. Leu a lei- está em condições pede a licença. Agora, tem que se fazer a supervisão a posterior, para ver se o que licenciou esta ou não a cumprir o que a Lei estipula.

**O que será dos operadores, que temos agora, esses 16 canais, que pouco produzem e muitos pirateiam, será que sobrevivem com essa lei! Com essa clausula.**

Uma das razões é mesmo para ver quem é genuíno. Quem sobrevive. Ou que está apenas a experimentar. Se não sobrevive é porque não tem condições. Não é sustentável. Então fecha. Se a lei for aprovada e for monitorada. Pode ter como consequência isso.

**Perante o quadro legal actual, nós seríamos capazes de fazer cumprir essa lei!**

Neste momento não há ninguém a fazer o trabalho de supervisão e sancionamento, não.

**Porque sei que, 18 emissores colocados nas capitais provinciais e nas zonas fronteiriças, que servem para o projeto-piloto, onde qualquer operador pode colocar o seu sinal via TMT, a custo zero neste momento, serve de um chamariz, um teste de potencia, e posteriormente, a TMT vai ter coragem de exigir qualidade,**

A TMT não tem essa função de controlar a qualidade de conteúdos. A TMT não é uma unidade de conteúdo. Não e

**Mas se há um produto pirateado, a entidade que transporta o sinal não tem nenhuma responsabilidade sobre isso! Se por exemplo que algumas coisas não passam na TVM porque são consideradas menos aconselháveis para a sociedade, falo por exemplos de alguns conteúdos de instituições religiosas, alguns vídeos pornográficos. Em algum momento, quando o produto passa por um canal é conotado com quem veicula, então a TMT não terá nenhuma responsabilidade sobre isto!**

Não sei se nos seus estatutos contem essa competência. Eu não sei. Em princípio não é área do transportador do sinal velar pelo conteúdo. A princípio não é. E se consta, sendo a TMT, uma empresa pública, é uma coisa independente. Se isso acontecer pode se considerar que há uma censura política, e não na questão do controlo de qualidade. Os privados podem não aceitar ser transportados por uma empresa que interfere nos seus conteúdos.

**Uma questão se levanta quando olhamos para este negócio tripartido na constituição da TMT onde encontramos a TVM, RM e Startimes. Até que ponto a presença da TVM pode ser bem ou mal vista pelos operadores de televisão independentes neste processo.**

Depende dos estatutos da TMT, depende também do contexto socio político do país. Esta relação não se avalia pela constituição jurídica do órgão, se é público ou privado. Não por aí, não se é pública ou privada, que é bom ou e mau. Depende da legislação e da capacidade de por se fazer respeitar. Se a legislação for clara que garanta que a TMT é independente. Não depende de ninguém. Porque a missão deve ser clara e contem instrumentos. Para iniciar a discussão tem que ser suspeita a partida porque.

TMT versos TVM. Como os independentes vem esta questão. A funcionalidade do órgão não se avalia pela natureza jurídica, se é público ou privado que se é bom ou mau. Vai depender dos estatutos do órgão. Se a legislação for clara, e garantir que é independente, e tem instrumentos para implementar e regular a actividade, não haverá problemas, embora a TMT é suspeita à partida porque é pública. Não se pode entrar para essa discussão. Para essa pré-qualificação. É Pública, logo, suspeita. Depende do quadro legal, do sistema de monitoria e avaliação dentro da sua missão.

#### **A TDM retirou-se da TMT e juntou se a Mcel não terá criada fragilidade!**

A saída da TDM cria ou não uma fragilidade.

A TMT foi sempre questionada pela sua viabilidade financeira por ser constituída por empresas falidas tecnicamente. TVM, RADIO e TDM. Logo a partida havia debate sobre se é financeiramente viável ou não. Com a TDM fora, a questão fica mais séria ainda. Não se sabe. É uma incógnita. Na verdade, o mercado privado esta muito séptico em relação à TMT. Talvez agora com a saída da TDM é muito mais ainda.

#### **Este septicíssimo não vem de agora,**

Pois não.

**Vem desde o princípio quando se anuncia que a startimes havia sido adjudicada e conotada com a figura do chefe do estado e pela forma como os chineses, na sua história em matéria de negócios** são conhecidos mundialmente, e a startime tem maior percentagem. A TMT tem a maioria das acções nas mãos da startimes com 40% e 30% para TVM e RM cada.

**Como avalia a maioria das acções da Startimes na TMT pública. A presença de um estrangeiro na empresa publica.**

Eu acho que politicamente é um risco. Esta é uma área sensível, é a soberania em causa. Por isso politicamente é um risco, por isso acentua o septimismo que as pessoas têm sobre a TMT. Sobretudo esta aliança com um parceiro com uma reputação não limpa, sobre as suas políticas de comunicação, a sua liberdade de expressão e de imprensa. De facto, há muitos elementos que aumentam a suspeita e o ceticismo. Uma delas é essa de se ter um sócio maioritário estrangeiro. A China. São elementos de suspeita e de incerteza.

**Há um fenómeno de colocação de 18 emissores para o projeto-piloto. Mas que na instalação da rede esses emissores serão removidos, ou pelo menos não irão servir para a TDT. A sua aquisição representou um custo assinalável para o Estado. Adquiridos através de doações, pelos fundos do INCM, TVM.**

**Olhando para o tipo de intervenção do país no processo, onde o pacote tecnológico vem todo da china, até a construção do edifício onde vai funcionar a TMT e a TVM é da responsabilidade da china. Que se advinha deste processo?**

Não sei. É a primeira vez que a comunicação social (a rádio e a televisão) estão envolvidos num processo com estrangeiros onde. Os emissores não servem para a digitalização porque pertencem a projectos diferente. Outro cenário é de que o concessionário chinês pretende maximizar o negócio/os lucro. Se for possível vender todo o equipamento

Moçambique entra no processo da TDT a reboque. Senão vejamos. O projeto-piloto previa colocar emissores nas fronteiras para proteger os países vizinho. A StarTimes impõe a retirada desses emissores para colocar outros nos mesmos locais, representando custos elevadíssimos.

**Adoptando um pacote completo teremos voz ativa depois?**

Não sei. No tenho ideia. Estas questões. Não é a primeira vez que o sector de rádio e televisão se associa a interesses estrangeiros para fazer investimentos, em que nós somos a parte subalternizada, Ente, entramos em negócios onde o investimento é completamente externo fragiliza o país. Pata Mário, não é a primeira vez que neste sector da *media* é submetido num processo onde o país se encontra numa posição subalterna. Já foi assim com a RM e as novas instalações da TVM. O contrato com os portugueses por terem construído o edifício, dá direito a transmissão da RTP em sinal

aberto a RTP África e a RDP África. Foi uma troca desigual. Muito desigual. Se a RTP pagasse o preço de frequência, seria muito mais do que o edifício da TVM, que em menos de 10 anos apresenta problemas profundos. Está a cair. Portanto, temos uma experiência muito má sobre isso. E esse negócio com a Startime começou de uma forma muito errada porque confundiu-se interesses do Estado com os interesses privados. Aparentemente quem negocia a entrada da startimes em moçambique é o Ministro dos Transportes e Comunicações. Mas afinal o negócio era privado. Isto vicia todo o jogo. Lembra-se que quando entrou a startimes pela primeira vez não houve concurso. Que tendo beneficiado de um financiamento estrangeiro, cuja qualidade das obras fala por si próprio, voltamos a cometer os mesmos erros. Temos uma experiência muito má. Por exemplo, quem negociou com a Startime foi o Ministro dos Transporte e Comunicações quando o negócio era privado. Os custos estiveram muito empolados. O concurso inicialmente esta em cerce de USD 230 Milhões, com o novo Governo e reduziu para metade, o que vale dizer que os preços foram empolados, ganhando com o mesmo concorrente. Isto cria desconfiança legítima de questionar, que negócio é esse? Cria suspeitas.

**Outro sinal que mostra que o processo foi mais visto como negócio e não social é a falta de clareza sobre a disponibilização dos STB.** Também não há clareza sobre isso.

Não há. No início havia resposta negativa clara, não. Não vamos promover o espírito de doação, as pessoas têm que investir na comunicação, não haverá oferta. Eventualmente na altura houve relaxamento, inicialmente projectava-se um x número de aparelhos, numa fase modelo para promover conhecimento. Mas agora quando queremos saber quantos aparelhos, quanto custam e aonde podemos encontrar, a resposta não vem. Mais uma vez o processo foi visto como negócio e não como processo social. Sempre pesou mais lucro em termos de negócio do que a ideia de que isto é uma migração social, mas é tecnológica.

Os cidadãos não têm informação sobre locais nem preços. Mais, não são informados para adquirirem televisores com túnel digital ou descodificadores. negócio de aparelho que seria do privado. Estas medidas serviriam para mostrar que a migração é social e não um negócio, que o governo nem se quer assume como tal. Sempre pesou mais o lucro em termos de negócio que se quer transparecer de que esta é uma migração social e tecnológica. Portanto, não vale a pena falar em migração se a sociedade não migrar.

Então como não há políticas sobre isso, as coisas são feitas ad hoc. É muito complicado analisar este processo. Não tem referências. É complicado, você apanha as coisas soltas e procura juntar as coisas não fazem sentido. São bocadinhos espalhados. É uma relação promiscua.

Este processo é de difícil avaliação. Obedece pequenos projectos que não fazem sentido. São coisas soltas que não se juntam. Falta uma linha contínua que indique as fases da migração digital.

Sempre pesou mais o lucro do que a parte social. Então não vale a pena fazer uma migração tecnológica se os cidadãos não migram. Não á políticas, as cosas acontecem de forma Had Hoc. É difícil analisar este processo. Não tem referências. As coisas estão soltas e quando pretende junta-se não fazem sentido. Há pequenos projectos que correm na TVM que não fazem sentido. Não se tem uma linha continua que ofereça uma missão visão. Grande parte do projecto foi tomado pela parte empresarial

**Houve países que não quiseram meter o Estado nisto, entregaram a privados.**

Obviamente que sim. O Estado entra apenas para regular.

A parte política da coisa ficou perdida, a maior preocupação e o negócio. Nalguns países da região, aqui perto, Malawi, Tanzânia por exemplo, o Estado entregou o negócio ao privado. Quando este aparece, é somente para regular.

**O processo é sinuoso**

É sim. Já trabalhei com pessoas de outros países sobre este processo. Os colegas da Noruega por exemplos, dizem que não compreende o processo moçambicano. Talvez seja uma situação propositada, não sei. Fica difícil monitorar.

**Mas então podemos considerar que há falta de visão.**

Mário partilha da validação do Anguilaze de que há falta de visão da parte do Governo sobre este processo e da indústria no geral. Há adiamentos sucessivos. Já houve 3 adiamentos.

O que caracteriza o processo são adiamentos, até quando?

Custa o que custar, nós temos que migrar, é uma questão soberana, é de REGULATORIA lei, não se negocia, se não o fizermos, receberemos sinais de

qualquer país vizinho. Pior, os nossos emissores analógicos desligados. Os emissores foram claramente colocados para proteger a vizinhança. Não há plano, não há estratégia neste negócio. Os comerciantes deveriam estar envolvidos para se lhes dizer que tipo de material não mais devem comprar porque ficará descontinuado. Não existe uma visão global do processo para que cada um faça melhor a sua parte. Os produtores de conteúdo, comerciantes, autoridades locais, os media.

### **Responsabilidade da TVM no processo**

Não foi boa ideia colocar TMT junto da TVM. Esta situação fragiliza as relações com as outras operadoras que parece dependentes da TVM. A TMT se confunde com a TVM. Para a maioria não é aceitável. É como se os outros operadores fossem pedir apoio a TVM. Isto não é aceitável, não sei como se vai processar. Seria bom que a TMT fosse desagregada da TVM para que seja fidedigna, independente e autónoma, e não como sessão da TVM. Porque neste momento parece uma sessão da TVM. É só ver, em termos dos meios, do pessoal. Não sei como vai ser assim. A ideia é gerir de tal forma que não afecte a TVM nem a TMT

Alguém tem que explicar o que está e vai acontecer nos próximos momentos em relação a vida das famílias. Se existem STB, onde estão, quanto custam. A preocupação é extensiva aos comerciantes que devem saber o que importar ou deixar de importar e onde colocar esses materiais, a que preço. Não existe uma visão global do processo para que cada um faça a sua parte ao mesmo tempo. Os comerciantes, provedores de conteúdo, produtores de conteúdo.

### **Mas tudo indica que vai haver um casamento, a longo prazo, com a construção do edifício a TVM e a TMT já tem os espaços indicados.**

O desejável é que houvesse desligação entre a TVM e TMT, de modos que esta tenha autonomia e a TVM concorra em pé de igualdade com as outras televisões. Para que seja vista como uma empresa autónoma e não como uma secção da TVM. Agora por exemplo, se procuras a TVM encontra a TVM em todos os sentidos: Pessoal, localização, infraestrutura e mais, futuramente, vão coabitar. O processo está emaranhado, não dá para lê-lo, está difícil perceber. Definitivamente, esta situação não dá conforto aos operadores. Pelo contrário, pensam que serão submetidos a um concorrente. E que concorrente? Será que os nossos conteúdos serão deixados intactos?

Não haverá avarias fictícias, propositados no dia de um directo de empresa X. em suma há uma série de questões políticas muito sérias que já mereciam um esclarecimento agora ainda na implantação.

O processo esta emaranhado. Estamos a ser submetido a um concorrente. E que concorrente. As empresas privadas de comunicação social veem a TVM como concorrente. E que concorrente, o Estado, que goza de poderes superiores.

A aquisição dos emissores não foi clara por exemplo,

Conclusão. O processo nasceu mal. Começou de cima, começou da parte financeira. Começou por ser um negócio e não um processo social. Por causa desse início mau nunca teve prazos claros e está sofrendo sucessivos adiamentos. Isso desmobiliza e faz com que todas as partes relevantes percam o fio a meada, e se desinteressam do processo, ou suspeitam serem defraudados questionando a sua seriedade. E como começou mal, começou sem políticas claras, então está decorrendo com muitas lacunas nomeadamente, na área da regulação. Há muitas lacunas muito importantes na regulação. E mais tarde será mais tarde. As partes importantes dos intervenientes do processo, que são os intervenientes do sector privado, sector comercial, sector de produção de conteúdos não se sentem envolvidos. Há muitas suspeitas. começou mal, sem políticas claras E onde há suspeitas mútuas entre diferentes actores, o processo marcado por suspeitas, por indefinições e incertezas não poderá ter um desfecho previsível.

## **Tomas Vieira Mário na RM**

### **Falando sobre o seminário da CPLOP dos produtores de conteúdos.**

Com a TDT vai ser mais fácil veicular conteúdos televisivos através de uma empresa apenas que será responsável pela rede dos emissores. Mas a questão que Tomas coloca é? Vamos criar mais televisões? Sim. Para transmitir o que? Que conteúdos pretendemos veicular nessa plataforma que estamos a criar. Os produtores poderão multiplica-se como nunca vistos antes, no nosso continente e no mundo em geral. O ponto é, como estimular a produção nesses meios de comunicação social de conteúdos que sejam relevantes de ponto de vista social, económico, político e até cultural. Ou

seja, como inverter a actual situação em que moçambique é um receptáculo de conteúdos estrangeiros, sejamos consumidores passivos de conteúdos de outros. Quantas vezes, em detrimentos de valores culturais e sociais de outros países. Produzir televisão não significa colocar conteúdos enlatados. Tem que haver produção que dignifique o país em que se reconhece que transmite identidade de um povo e exprime os interesses das populações. Tudo isso precisa de estratégias próprias, nomeadamente, estimular que haja entidades que se ocupem de produção de conteúdos, estimular que haja regulação dos mesmos conteúdos para que, para que não se vá transmitir apenas enlatados sem qualidade. Ou pior ainda, para se evitar a pirataria, que pode consistir em transmitir programas extraídos de outras plataformas sem pagar os custos do direito do autor.

O encontro servirá para discutir as políticas e estratégias de regulação. Não existem políticas. A regulação vai dominar as atenções do seminário. A nova proposta de lei de rádio e televisão que já prevê a produção mínima de conteúdos (80%).

As leis vão prever a regulação, mais do que isso deve permitir a sua fiscalização para que os prevaricadores sejam sancionados. No país nunca tivemos uma lei de radio e de televisão. Este sector cresceu nos últimos anos sem qualquer marco legal, só com uma lei, subsidiária, que é a lei de imprensa. O encontro é Fortúnio para os moçambicanos, estes poderão aprender como é que se faz e como se faz. Cabo verde por exemplo, já fez a convergência de gestão de televisão radio e cabo-press numa única empresa.

Pretendemos aprender, como criar conteúdos que sejam atrativos e úteis para a nossa sociedade. Seja eles culturais, desportivos, educativos, noticiados de entretenimento.

No país, a sociedade reivindica transmissões de conteúdos enlatados cujo conteúdo embrutece a sociedade.

Como moçambicanos devemos discutir, que televisão pretendemos, que conteúdos queremos ver. Estes devem refletir a nossa cultura, a nossa realidade, que traga experiências estrangeiras sim, mas que sejam frutíferas. Como podemos produzir seriados de televisão a partir do qui, documentário que expressem a nossa realidade. Tudo isso pode custar dinheiro.

Papel do Estado. É regular o mercado, criar estímulos para que a produção de conteúdos não seja demasiada cara. Então tem que haver estímulos de produção de conteúdos e a

sua circulação, de modo que se estimule as produtoras de conteúdos. Hoje em dia, a segregação de conteúdos é muito alta. As rádios e televisões, uma poderão no futuro produzir e entregar a outrem para veicular. A segmentação do mercado tem que ser estimulada pelo Estado como é o caso de isenções por exemplo. Para tal é preciso que se produzam políticas claras para a produção de conteúdos culturalmente relevantes.

A experiências de moçambique. O processo de migração não tem sido linear, tem sido tubebiante. A troca de experiências vai servir para que os países aprendam dos outros a mitigar as suas lacunas evitando cometer erros já partilhados.

A meta estabelecida. A migração é mandatário das Nações Unidas e não voluntário. É um mandato internacional. É irreversível. Não podemos não migrar. Não é um ato voluntário, do qual podemos desistir se não conseguirmos, não existe essa possibilidade. O que vai acontecer é que vamos migrar no passo em que estamos a migrar, que é um passo muito lento, muitas vezes difícil de ser ler a lógica. Os cidadãos ainda não perceberam qual é a lógica do processo. O que está a acontecer, o que vai acontecer, o que o cidadão deve preparar em sua casa para migrar. Falta esta informação e educação ao cidadão.

Moçambique não tem regulador.

### **Entrevista com Simão Anguilaze**

#### **Ocorrido em Maputo, num restaurante – 11/10/2017**

Para dr Anguilaze, a digitalização é processo novo para todos os intervenientes, desde o Governo, técnicos das diferentes áreas de interesse, e da indústria de comunicação no geral e de forma particular para os operadores que são os principais interessados no processo. É certo que estes não encararam assim, no início não perceberam os benefícios da TDT.

Inicialmente, o Governo constituiu uma comissão interministerial composta por 17 membros em representação de 13 instituições públicas e privadas nomeadamente: INCM, Gabinete de Informação; Conselho Superior de Comunicação Social; Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério da Indústria e Comercio; Ministério das Finanças; Ministério de Planificação e Desenvolvimento; Ministério dos Transportes e Comunica-

ções; Rádio Moçambique; Televisão de Moçambique; Soico Televisão e Rádio 9 FM técnicos de ferentes instituições; Telecomunicações de Moçambique.

Trabalhos com os técnicos que as instituições designaram que, de certa forma, para muitos casos, achamos que poderiam ter sido destacados outros que melhor entendessem da matéria a avaliar pelo nível de participação individual. Portanto, havia uma necessidade de identificar uma melhor representatividade dos *stakeholders* para certas áreas. Inicialmente, o sector privado não esteve muito bem representado a todos os níveis, desde o sector da televisão até ao sector do negócio. Este, o maior beneficiário, tendo sido corrigido quando se renovou a comissão.

Pessoalmente, como Vice-Presidente foi uma experiência gratificante, no sentido em que foi uma aprendizagem de forma constante, deste processo, era um desafio grande no sentido em que tinha que saber mais do que os outros, tinha que ser capaz de falar em nome do Governo. Andou pelo mundo em nome do Governo, teve que aprender muito. Afirma que aprendeu muito com o grupo de engenheiros que liderou, sobretudo a linguagem técnica. Pelo mérito, recebeu convite da UIT onde é consultor dalguns países africanos em matéria de migração digital, o que se tornou ainda mais gratificante, falta escrever isso em livro.

**Isto também se coloca em relação a elaboração da estratégia. Também foi um grande desafio.**

O processo foi complexo, e mesmo agora se mostra assim. Na primeira fase, um representante de um operador privado da STV abandonou o grupo para não se comprometer com o processo e poder criticar pois, algumas coisas não estiveram claras desde o início. O Governo tentou colocar um representante da defesa do consumidor, mas estes pela fraqueza não entraram para a comissão. Portanto, a sociedade civil não esteve representada.

Escrevemos estratégia e defendê-la no Conselho de Ministros. Não foi nada fácil.

A digitalização mais do que um serviço de radiodifusão é um negócio. A comissão apresentou a ideia vinda da sociedade civil que consistia de subsidiação dos STB, como proposta alternativa, à semelhança de alguns países da região da África Austral que são subsidiados, mas o governo nunca aceitou. Então acabamos deixando cair a proposta.

Entretanto, a comissão esteve sempre ciente de que de alguma forma o investimento deveria ser capitalizado. questão até agora não está clara como vai ser feito esse negócio.

Na proposta da distribuição dos STB pensamos que o negócio deve ser rentável para que a dívida soberana possa ser paga. No final do dia, a TMT tem que encontrar formas de pagar a dívida. Como? Uma das saídas era o reajuste da taxa da radiodifusão, o que o Governo também não aprovou. É uma medida impopular.

### **Mas porque o governo não aceitou?**

Não seria constitucional imputar mais taxas aos consumidores sobre um processo que é obrigação do governo, o direito a informação. Por outro lado, a taxa proposta é muito alta, usando como base a taxa da rádio que se paga actualmente, esta subiria em 3 vezes mais para as pessoas e 100% para a taxa aplicadas nos veículos automóveis. A esse preço é que as taxas poderiam cobrir os custos desta operação.

### **Será que o governo mais tarde não vai aplicar essas taxas?**

Bem, acho que sim, tudo indica que mais tarde ou mais cedo, esta taxa vai ser aplicada, ou arranja-se um meio-termo, se assim não for, todo o processo vai recair sobre os operadores de televisão. Este é um processo muito delicado, porque se um operador não paga à TMT, o que esta vai fazer? Qual será o impacto disso? Se calhar não. Então, é preciso trabalhar no sentido de não se prejudicar a indústria de comunicação e repartir um pouco “distribuir o mal pela aldeia”

### **Será que há consciência da parte dos operadores de que este processo é para o benefício de todos, todos já participam?**

Não necessariamente. O processo avançou bastante, muitas dificuldades foram ultrapassadas. O nosso papel como governo é produzir a regulamentação, controlar, o processo, retirando-se do papel activo, por isso criou-se a TMT com a participação da TVM, RM e TDM para implementar e gerir as transmissões. Há problemas por resolver que tem a ver com os equipamentos. Com saída da TDM, fragiliza-se a sociedade, mas o governo traçou outras prioridades para as telefonias.

Uma questão de fundo por resolver é o destino dos equipamentos obsoletos provenientes dos privados. Eles investiram numa rede, após a transição, o que vão fazer com ela?

A TMT vai comprar ou não estes equipamentos? A recomendação da comissão era de que a TMT deveria comprar essa rede, mas a TMT nunca respondeu claramente a esta questão. Eventualmente, a TMT terá que abrir o seu capital para entrada de privados. Estes entrariam com a rede como activo. Mas, não funciona tão simples assim, explica Anguilaze, que vai ser necessário avaliar se a rede ainda tem utilidade ou não, tempo de vida, e mais, essa rede só pode ser entregue à TMT quando terminar o processo. Entretanto, uma decisão pode sair do regulador, de proibir a utilização de redes em sinal aberto, a partir de uma determinada data e recomendar as redes digitais já existentes, recorre-se a operadores privados.

### **A nossa regulação é fraca**

Muito fraca. Não há política. A nossa regulação não responde ao desafio.

Este processo é sinuoso e complexo em grande parte dos países que o já adoptaram. Alguns problemas derivam da falta de seriedade por parte dos parceiros que fornecem um equipamento diferente do contratado. Há cepticismo em relação ao vencedor do concurso. A fama que tem internacionalmente. Em alguns países as coisas não correram bem. Há países que cancelaram contatos por falta de seriedade. Gana é um exemplo. Também não é menos verdade o desconhecimento e a falta de objectividade e clareza nos processos, aliado à corrupção e burocracia do aparelho do Estado que paira em muitos países africanos propicia esse tipo de comportamento.

O processo que decorre em moçambique está nas mãos dos chineses. Das experiências dos outros países é que não correu bem. Então, sei que tem havido uma luta grande na parte dos equipamentos.

Há um problema com a aquisição dos descodificadores. A TDM comprou descodificadores a esperança que a TMT as comprasse. Também já se pensou que os privados deveriam adquirir os descodificadores. Mas em definitiva ficarão nas mãos da TMT, o maior responsável pela distribuição do sinal.

O nosso processo em moçambique não esta a andar como devia. Primeiro porque a comissão já não existe. Existem acções individuais que prestam assessoria ao governo, mas não com a mesma força da comissão.

**Mas o Governo a quando do seminário da digitalização TVM falava de reativar a comissão.**

Sim, eles vão reativar a comissão. Porque neste momento praticamente não existe

A ausência desta comissão fragiliza o processo. Não há nenhuma razão para não reativar a comissão. Através do Ministério dos Transportes e Comunicações é complicado com tantos problemas de sobras que tem, só para citar um exemplo, o problema dos transportes públicos. Não há dúvidas que é um processo que não faz parte do *cor business*.

*Como avalia a saída da TDM da sociedade?*

A saída da TDM desta sociedade é mais um problema. O Gabinfo seria a entidade que daria continuidade, mas está fragilizada, não tem capacidade nenhuma para este negócio.

**Mas a comissão inicialmente recebeu algum fundo para funcionar. Será que a outra comissão terá apoio?**

Sobre a sustentabilidade financeira da comissão, Anguilaze afirma que não é problema, porque o Governo canaliza o orçamento para o funcionamento da comissão ao INCM, porque a comissão não é uma entidade autónoma. Ele afirma que esta relação da COMIOD e o INCM nem sempre foi boa, porque o INCM tem as suas prioridades. Nalgum momento, a comissão ressentia-se da falta de espaço próprio, assim como havia interferência na gestão da comissão porque o INCM era responsável pela gestão financeira. Quando terminou o mandato a comissão já estava à procura de um espaço próprio. A comissão esteve submissa ao INCM que tinha as suas prioridades. Dependia do INCM para todo o orçamento da comissão dependia do INCM que a qualquer momento podia interromper alguma actividade.

**O que lhe parece a coabitação da TVM/TMT**

Esta questão é muito delicada. Tem sido um problema que é sempre levantado pelas televisões do sector privado. O facto de a TVM estar envolvida directamente do processo, a televisão privada manifesta inquietação. Entretanto, é uma questão estratégica. O governo deve aproveitar este processo para modernizar a TVM. Uma televisão pública. O governo está consciente de que precisa de uma televisão pública. Entretanto, a TMT

deveria ser imparcial em relação à TVM. Deve se distanciar da TVM. No futuro pode haver problemas. Se a TMT actuar como sector privado, vai se dizer que é a TVM. A não ser que a TMT abra o seu capital, e seja mais democrática, e mais independente, permitir a entrada de privados. Acho que numa certa altura já não deveria ser a TVM a liderar a TMT, deveria ser a mão de uma pessoa independente desde que tenha capacidade. De fora. Até pode ser um estrangeiro desde que seja capaz.

Neste momento quem lidera a TMT é o Eng. Victor Mbebe da TVM, que ainda não saiu do seu Gabinete. E quem lidera a Comissão, Simão Anguilaze (TVM)

### **Papel da TVM na Digitalização.**

O papel número um é a infra-estrutura técnica que tem que ser rentabilizada. O governo tem vindo equipar a TVM, então deve garantir a sua continuidade

Papel da TVM no processo. Toda a liderança técnica do processo, provem da TVM, tanto na comissão assim como na formação da TMT e todas comissões de trabalhos envolveram técnicos da TVM. Mais, a TVM possui uma rede infra-estrutura técnica grande, que estrategicamente, indica o comportamento do mercado televisivo. A capacidade dos profissionais da TVM ao nível do broadcasting está lá. A TVM suporta a rede do Instituto de Comunicação Social (ICS), de outra maneira o ICS por si só não seria capaz pois, o ICS não tem capacidade financeira. Por isso, aventa-se a hipótese de um dia, a TVM ficar responsabilizado por uma parte da rede de televisões comunitárias privadas e do ICS. Em suma, ela a TVM tem o papel de desenvolver esta indústria. O que se pretende é que ela seja o motor do processo como tem sido até agora. Para o sucesso desta operação, a TVM deve se organizar melhor, desde a sua regulamentação até o funcionamento. Isto só será possível quando o barulho acabar, quando a desconfiança desaparecer. Aí ela vai sim liderar por merecimento. Isto está tudo ligado. O facto de a TVM ser uma empresa do Estado, ser mal financiada e ter que ir ao mercado e competir com o sector privado na contratação da publicidade, cria uma desconfiança muito grande. No dia que houver regras muito claras sobre a actuação da TVM, e o seu o papel da TVM estiver claramente definido, com certa independência para o seu funcionamento, dentro da regulamentação estabelecida, todas entidades vão defender a TVM, ela ao deixar de ser concorrente das privadas e preocupar-se com programas macros do país, todos vão apoiá-la. No final do processo, a TMT vai apenas gerir o processo, mas quem

tem o conhecimento é a TVM. Por isso tem que estar bem regulamentada, tem que estar protegida, tem que ser a televisão de todos. Quando o sistema esta organizado as televisões privadas irão defender a TVM, tal como acontece em Portugal por exemplo.

Danilo antontem dizia que os técnicos da TVM, responsáveis pela transmissão não poderão abandonar a TVM em detrimento da TMT porque eles têm por exemplo, transmissões a partir do exterior da empresa.

Anguilaze acha que sim, a TVM vai ter que dispensar esses quadros e não ter mais que se preocupar com isso. A TVM vai deixar de ter a rede de transmissão.

A TVM vai ceder os seus técnicos para TMT e passa a preocupa-se essencialmente com a produção de conteúdo, até à semelhança dos demais operadores, vai entregar o seu sinal à TVM sob o risco de haver conflitos de interesses entre operadores. Os técnicos serão necessários para assegurar coberturas em directo a partir do exterior.

A posição dos técnicos é insegurança que se mistura com a desconfiança, pois não sabem ainda, o que vai ser a TMT, eles estão seguros na TVM. Questão de segurança.

**Que políticas foram elaboradas pela comissão:**

- a) Estratégia de digitalização;
- b) Elaborou plano de negócios da TMT;
- c) Elaborou um plano da taxa de radiodifusão;
- d) Elaborou a estratégia de comunicação;
- e) Acordos regionais assinados com países da região da SADC
- f) A questão da rede-piloto- a TMT não existia como tal

Em 2013, terminou o mandato da comissão, tendo sido renovado de imediato, depois de consulta às diferentes entidades se continuavam e com que representante. Igualmente, foi feita a consulta ao sector privado e a sociedade civil para ver como se estariam bem representados na comissão e o sector económico através da CTA. Das experiências doutros países, notamos que era mais fácil harmonizar as decisões com entidades públicas, ma muito difícil com sector privado por causa dos seus interesses que não são coinci-

dentos, são concorrentes, há coisas que não se podem falar entre eles. Num processo igual, o japonês criou um núcleo das televisões privadas, representados através de um secretário que participava das reuniões da comissão. A comissão partilhou esta experiência com o sector privado, não foi possível. A alternativa foi responsabilizar a CTA e os 13 canais da televisão privada, ficou representado pela Miramar. Esta trazia consigo experiência do Brasil e sua participação foi bastante produtiva.

A estratégia de comunicação para além da falta de dinheiro para financiar a publicidade em diferentes canais, o sector privado quando foi abordado, viu oportunidade de negócio, quando a comissão recomendava que o maior beneficiário era este sector. Entretanto, a MiraMar ofereceu-se a participar, o que falta é uma entidade que organize o processo. Essa entidade é a comissão da migração digital que vai revitalizar todo o projecto.

O INCM lidera o processo porque gere todos os fundos canalizados para este processo.

**Mas não é suficiente por sua via,**

Sobre a TMT, Anguilaze fala com reserva sobre o futuro da sociedade olhando para a sua composição, e critica a saída da TDM. Para ele, fragiliza a TMT, a TDM tem tido responsabilidade acrescida no processo. Eventualmente, a TMT vai ter que contratar serviços da fibra óptica por exemplo.

A Go TV, ofereceu uma proposta de se avançar com uma rede comercial, assim aconteceu em grande parte dos países africanos.

Moçambique preferiu o modelo SBV-T2 por recomendação da SADC. Foi um acordo regional, que pretende aproximar e permitir a compatibilidade dos equipamentos e troca de conteúdos na mesma plataforma. Diante da vizinha África do Sul, não havia alternativas. Botsuana que tem pujança económica e uma população pequena, um milhão optou pelo brasileiro-japonês. Mas Angola por exemplo, recuou.

A questão de compatibilidade dos equipamentos na região é fundamental. Por exemplo, a Swazilândia instalou um emissor superior (mais potente) perto da fronteira com Moçambique, por via disso, a TVM deixaria de ser vista em algumas partes da província de Maputo. Imediatamente, foi se negociar com a Swazilândia para mudar de frequência apenas.

A equivalência tecnológica a nível da região tem outras vantagens que se prendem com a economia de escala. Podem ser instaladas fábricas de equipamento que vão satisfazer as necessidades da região. Por isso tem que ser a mesma tecnologia.

Rede piloto. Inicialmente, discutia-se que os 18 emissores da rede piloto, seriam reutilizados para outros fins. Assim, a TVM seria responsável por desmontar os seus 8 emissores, assim como o INCM em relação aos 10.

A Startimes quer maximizar os seus lucros. Como se explica que a TVM tenha recebido uma doação de emissores, do governo da China, e a Startimes vem desmontar e monta outros com a mesma potência, nos mesmos sites. Arriscamos dizer que falta uma visão estratégica e maturidade governamental para lidar com processos a este nível. Mais, este Negócio com a China levanta muitas suspeitas sobre a seriedade dos mesmos. Há poucas garantias de que o país venha beneficiar realmente do equipamento contratado. Regista-se um problema com CODEX.

O país vai adoptar, o equipamento, a startimes oferece um pacote e basta. As ações de formação que decorrem na china, são de mera capacitação do que o chinês que vendeu à Moçambique, e não o que moçambique definiu. O investidor ganhou o concurso e impõe-se.

A TMT vai poder pagar a dívida de 160 milhões de meticais porque não há visão do negócio. O Governo não pode estar a licenciar operadores de PayTv para depois montar o negócio da TMT, quando o mercado já está saturado. A TMT não tem como pagar, por isso a proposta é que o serviço seja pago pelos operadores através de uma taxa de radiodifusão que será repartida por todos como serviço público, assim, os operadores não teriam que pagar nada. O facto de estes operadores estarem noutras plataformas, perdem dinheiro. Eles pagam a estas plataformas, via, troca de serviços, publicidade por aí. O que esta a dizer a TMT hoje, não conforta os operadores porque eles têm que pagar. E se eu estou numa boa plataforma que me leva as grandes cidades, onde tenho negócio.

O Governo tem que desenvolver uma política que proteja a indústria. Desenvolver uma visão. É preciso saber quantos canais exactamente, moçambique precisa. A sua localização, o propósito? Como vivem? E muito mais estudos de viabilidade. Por exemplo, a

justificação que tivemos na necessidade de migrar tem a ver com espectro. Ao se abandonar o transporte do sinal em sinal aberto, passamos a ter maior capacidade de albergar mais canais. Aí o GABINFO já não terá como negar o licenciamento de mais canais. Na rádio, em Maputo não há espaço

Para Anguilaze, há três questões de fundo: a) *a regulamentação*. Produziu-se uma estratégia, mas não há leis nem regulamentos que acompanhem o processo da sua publicação e não aplicação. Este problema ultrapassa a comissão. É um problema do governo através das suas instituições que tutelam a área. O segundo tem a ver com as *formas de financiamento* do modelo. Não está muito claro, estamos a adiar o problema, não estamos a resolver de como isto vai se financiar. C) O terceiro tem que vem com a *organização da indústria* da comunicação em que temos várias televisões da surgir, mas também a própria tecnologia permite que hoje em dia se faça a convergência de plataformas, e não esta se a explorar esta parte. As telefonias móveis podem também transportar sinal da televisão e o governo não podia ocupar-se de outras coisas. Esta é de certeza, uma crítica a nova unidade no lugar de apetrechar o que existe. Há falta de visão porque estas plataformas são mais baratas.

Outra crítica está ligada a inércia do Governo em relação ao seu grau de envolvimento no processo. É muitas vezes renegado ao último lugar quando outros países abraçaram do processo ao mal alto nível. Como é que temos 16 canais de televisão. Qual é a necessidade? Como vivem para que servem.

As mudanças passam necessariamente por reformar o Gabinfo para se tornar regulador e não desempenhar o papel que está hoje. O GABINFO é muita coisa, é claramente braço do Governo. Lembramos que a Emilia Moiane, Directora do Gabinfo, foi recentemente eleita para membro do Comité Central da FRELIMO. Como vai defender os inveterados do sector privado? É preciso organizar.

O Gabinfo ao pensar em introduzir quotas dos conteúdos por operador, escrita a começar a organizar a indústria. Outra coisa fundamental é que não basta obter a licença, é necessário que o regulador disponha de plataforma que lhe permita detectar a origem de cada conteúdo veiculado por todas as estações para controlar a pirataria. Cerca de 90% do conteúdo, desde (filmes, músicas, novelas, etc...) é pirateado. As únicas estações que

realmente produzem são a TVM, STV, TIM, MiraMar. Mas esta teria problemas. O seu conteúdo é estrangeiro tem cerca de 80%.

Uma medida corajosa, à semelhança dos restaurantes que tomamos coragem para fechar, porque não se faz o mesmo com os paytv. É necessário impor-se perante canais piratas. A TMT e outros devem se impor, ainda que seja só para ficar uma ou duas televisões a fornecerem material de qualidade.

Esta medida de exigência de qualidade e originalidade, deve ser imposta pela TMT como forma de salvaguarda da indústria da comunicação. A ser assim, vai doer para muitos, vão se rebelar, mas que seja para estreitar o que está mal feito. Não precisamos de tantos canais com conteúdos medíocres. Caso para dizer que se os privados estiverem unidos, perante a lei que os protege, não vão deixar que qualquer amador faça televisão porque há espaço livre.

A estratégia de comunicação. Por iniciativa conjunta a TVM e a RM surge a ideia de se criar um programa e a TVM prontificou-se. Começou, entretanto, o que se vê, não tem nada a ver com o projecto inicial. Atualmente, fazem mais promoção de marcas do que falar da TDT. Porque ninguém esta a controlar. Falta a comissão. Fez-se um jingle por exemplo, mas não passa. A RM cedeu espaço para todo o tipo de material, incluindo as línguas locais que representam um potencial muito grande quando se pretende um contacto mais próximo com as comunidades.

Há pessoas com capacidade, experiências de fora, não se percebe porque as coisas não acontecem. Falta a visão do negócio. Os que estudam a digitalização devem abraçar para melhorar a situação.

Não há dinheiro para veicular publicidade, mas falta visão. O que se aventa é a criação de uma comissão pequena, dentro de uma instituição órgão com estrutura onde cada um tem a responsabilidade clara e fiscalizável, dentro do processo. Uma comissão que estivesse acima do regular, que tivesse independência.

A estratégia de comunicação Não está a funcionar, como deve ser, poderemos um dia registar exemplos tristes como da Tanzânia que quando resolveu cortar o sinal analógico, acima da metade dos telespectadores ficaram sem sinal porque a estratégia de comunicação não funcionou.

Não há dúvida que de alguma forma o Governo não quisesse se meter nisto. A TDT tem custos económico-social e político muito grandes.

Há custos, a TDT tem que acontecer. A TMT por exemplo, representa uma estrutura de custos. Ela tem que ter um prazo para começar a operar. Se fizermos contas para saber quanto custa o seu alojamento na TVM, veremos que é muito alto.

Tem que haver um cronograma da implementação da TDT porque as televisões têm que planificar os seus investimentos. Deverão saber até quando continuarão a investir na rede analógica, e quando vão abandonar completamente. Existem televisões com tecnologia para transmitir em 4ks, mas porque não existe a plataforma de transmissão a esse nível, continuam a transmitir por defeito. O que recebemos em casa não têm a qualidade. O material recebido de anunciantes por exemplo, na área comercial sobretudo, tem que ser regravado em cassetes, baixando a sua qualidade, o que causa aborrecimentos ao anunciante e ao telespectador. Os *Drops* que temos no ar,

O funcionamento dos emissores é duvidoso pois para a captação do sinal é necessário STB, o que no mercado não existe. Naturalmente que para os que possuem televisores com túnel digital, podem aceder as emissões através dos emissores digitais. Isto significa que, os 18 emissores do projecto rede-piloto, servem mais para proteger interferências para os países vizinhos.

Para a distribuição dos STB, inicialmente, a comissão tinha pensado em entregá-los à alguns operadores privados onde o Governo não se meta muito nesse negócio, reservando-se o papel de fiscalização para evitar a pirataria. O problema está no preço. Se o governo aceitar, vamos tentar subsidiar.

A grande questão é que as coisas estão um pouco dispersas. As unidades funcionam de forma desintegradas, a TMT, o INCM, o Ministério adormeceu, e o GABINFO não tem capacidades. Estas instituições precisam de se aproximar. Moçambique tem capacidade para desenhar boas políticas, tem técnicos competentes que ganham concursos internacionais e colaboram para vários projectos, mas internamente não valorizamos estas figuras.

Só com a entrada da FORCOM na comissão, começamos a apaziguar os ânimos. Benilde.

## **Entrevista com a Dra Cecília N. Gonçalves – GABINFO**

Entrevista realizada no seu Gabinete no dia 06/06/2017

A vontade de qualquer operador é ir para onde encontra vantagens, nada que pode obrigar a estar subscrito na TMT. O Estado aventa a hipótese de criar normas para esse sentido. O mercado dita as regras do jogo. É o mercado que regula os preços da publicidade, por isso as operadoras irão pagar ou a comprar de acordo com a capacidade do mercado. Por exemplo, as operadoras de Paytv, estão a fazer publicidade nos canais abertos, falo da (Gtov, startimes, Zap, Dstv, Tvcabo) mas não se vê nenhuma publicidade da TMT. Os transportadores de sinal fechados oferecem mais canais internacionais. Todos oferecem o mesmo serviço. Dai que cada um escolhe onde comprar.

A TMT está moribunda, tem todo o conselho de administração criado, mas não se faz sentir, toda gente pergunta o que é TMT? Ninguém sabe onde ficam.

É difícil falar das políticas porque não há. Não existem políticas sobre a digitalização tirando a estratégia aprovada em 2014. A nível dos conteúdos pior, (ver INCM). O GABINFO não tem autonomia de produzir e publicar qualquer instrumento. Tudo tem que passar do Governo. Mandamos para lá propostas de lei.

O Governo está a fazer um investimento muito grande na criação de infraestrutura para a digitalização, e TMT em particular, mas não está a investir na área comercial. A TMT tem que competir no mercado.

As empresas de transporte de sinal estão licenciadas. As públicas como a TVM e a RM devem concorrer para ir buscar dinheiro no mercado tal como acontece com as privadas.

A TMT não vai avançar se continuar a pensar em ser uma empresa pública que vive do orçamento do estado, de oferta. Ela tem que potencial outros serviços para atrair os consumidores.

Os Se top Box, devem ser disponibilizados pela TMT, como estratégia de expandir o negócio e conquistar uma fatia do mercado. A TMT tem que ir até as zonas mais recônditas. Lá poderá ter um mercado, ainda que não seja muito rentável como acontece com as outras operadoras nas grandes cidades, onde se acredita que ela não encontra muito

espaço. Sendo a TMT uma empresa do estado, ela tem que garantir que toda gente que atualmente usa um televisor, não perca o sinal com a TDT.

Há cada vez mais pressão sobre as empresas públicas para se tornarem autosustentáveis. Sim, mas as empresas não podem perder o objecto social para o qual foram criadas. Os gestores têm que ser capazes de competir no mercado. Porque se não forem capazes, então não são gestores de uma empresa. A empresa pública tem duas partes. É empresa estatal e ao mesmo tempo privada. O gestor não pode fazer tudo ao seu belo prazer porque é uma empresa estatal. Ela deve produzir como se fosse privado porque tem que contribuir para o Estado. As empresas públicas têm uma nova Lei.

A mente moçambicana está habituada a oferta. Os privados quando entraram para o mercado sabiam o que pretendiam. Não podem dizer que o estado não pode fazer dinheiro porque eles querem fazer. O que eles devem fazer é aplicarem-se melhor do que o Estado para fazer. O estado tem que produzir dinheiro para se sustentar.

O sector público vai pensar em taxas, não há impedimentos, se os órgãos de comunicação social entenderem que devem agravar as taxas, desde que o mercado aceite, avança-se.

O único regulador. O licenciamento, a creditação em Moçambique é a custo zero. Isto vai ter que mudar.

Taxa de radiodifusão: até que ponto a TV sobreviverá sem esta taxa. A proposta do GABINFO é de que a taxa continue e seja redistribuída pela RM e pela TVM. Não há necessidade de haver uma taxa para cada empresa. A TMT é um dos propostos para beneficiar da mesma taxa, porem, o povo não pode ser cobrado várias taxas.

Os privados reclamaram que não beneficiam desta taxa quando também fazem o serviço social. Mas não público social.

Não existem políticas. Como gerir esta TDT sem suporte normativo? - Acho que a gestão deste negócio não depende muito destes instrumentos, não estariam estes operadores licenciados a operar sem problemas. O INCM licencia a parte técnica espectro, frequência e transporte do sinal.

Há uma discussão recente levada a cabo pelo GABINFO e INCM sobre os conteúdos para os transportadores do sinal, porque eles trazem conteúdos desfavoráveis para a nossa sociedade. Eles que coloquem os canais increpados, codificados e não abertas.

Pirataria. Ministério da Cultura. Eles têm uma lei de cinema e audiovisual INAC

Como o GABINFO avalia o processo de digitalização com todos estes problemas básicos que se tem?

Em relação a exibição de produtos pirateados, a responsabilidade é total e exclusiva do operador. Entretanto, em Moçambique existe uma proposta de lei que obrigue aos operadores de radiodifusão produzirem cerca de 80% de conteúdo nacional. Acredita-se que esta medida vai disciplinar os operadores. Remata - este assunto levanta uma grande discórdia no seio dos operadores, que não tendo capacidade de produção, não querem esta medida, pois implica despesas. Os canais devem tratar de conteúdos temáticos para mostrar a diversidade sociocultural do país.

Línguas nacionais, a expansão das emissoras radiofónicas (rádios comunitárias) no país tem como missão difundir as mensagens/informações nas línguas locais para que todos os cidadãos gozem dos direitos e liberdades de participação. Uma das missões que o Instituto Nacional de Comunicação atribui às rádios comunitárias no acto de licenciamento, para garantir que a informação chegue às comunidades, os operadores devem instalar no mínimo, uma rádio em cada distrito que fale nas línguas locais. Esta é uma orientação do Governo ara se cumprir. Dai que, a RM e a TVM estão á a implementar. Os conteúdos produzidos nas línguas locais cumprem com o preceituado no direito a informação (Lei 18/91). O direito à informação tem que a ver com o acesso e interpretação das mensagens veiculadas pelos media.

A proposta da Lei de Radiodifusão prevê que o licenciamento seja feito em função das necessidades de existências dos órgãos de comunicação social nas zonas subscritas, o que vai obrigar que se atendam às essas comunidades previamente identificadas.

A cidade de Maputo por exemplo, não tem mais frequência para licenciar uma rádio, a TV resolveu o problema com a digitalização.

O que acontece para haver tantos operadores? A lei de imprensa 18/91, apresenta lacunas, permitiu o licenciamento de tantos canais de rádio e TV que não oferecem sequer

conteúdos de interesse público. A maioria desses canais passa apenas músicas e outros conteúdos enlatados de pouco valor noticioso e de entretenimento para o contexto nacional. A lei não prevê a viabilidade do projecto em termos económicos, pensou-se no direito a informação, mas não se pensou no negócio, onde a indústria da *media* pode contribuir para o desenvolvimento do país. Se o país olhar para a televisão e para rádio como negócio, imediatamente vão surgir impedimentos/limitações no licenciamento, mas de contrário não tens impedimentos. É por isso que a actual proposta lei obriga a criação de empresa. Ainda que seja uma empresa unipessoal, que tenha capital mínimo, tem que haver regras ara regular o mercado. Com essa exigência, alguns vão desaparecer, não vão produzir 80% de conteúdo nacional.

Em termos da lei não existe nenhuma lei estamos a ter problemas no espaço do licenciamento

A gestão dos conteúdos divulgados pelos órgãos de imprensa é do GABINFO, entretanto a responsabilidade dos conteúdos é do operador. A TMT bem como os outros transportadores de sinal, tem a responsabilidade em relação à qualidade do sinal. Qualquer distribuidor do sinal deve passar conteúdos que respeitem as normas nacionais.

**Entrevistado:** Celestino Joanguete

Realizada no seu Gabinete na ECA- UEM no dia 24/11/2017

**Entrevistador:** Que leitura faz sobre o processo de implementação da migração digital, como vê e este processo já entrou em Moçambique, qual é o posicionamento do governo, sei que existem políticas quando o processo inicia, será que já estamos a embater políticas?

**Entrevistado:** A questão da migração digital é um processo a nível nacional, que é dirigido pela Organização Internacional das Telecomunicações (UIT) e Moçambique subscreveu a este acordo internacional e a nível da SADC, os países envolvidos na migração digital particularmente os Ministérios da Ciência e Tecnologia tomaram em 2010 uma posição do modelo a adoptar a nível da SADC, excepto Angola que decidiu

adoptar um modelo brasileiro nipónico, enquanto os restantes países adoptaram um modelo europeu DVB-T2.

A partir daí Moçambique tinha alguns prazos por cumprir, prazo da União Internacional das Comunicações que foi no dia 15 de Julho de 2015, e Moçambique não conseguiu cumprir porque a empresa que devia estar a liderar o processo de instalação de emissores que é a empresa chinesa teve dificuldades em angariar 223 milhões USD que eram para implementação de TDT em Moçambique que são infraestruturas de transmissão. Lançou-se um novo concurso em Maio deste ano, um concurso internacional onde a mesma empresa chinesa voltou a ganhar, e neste momento a empresa já esta a trabalhar na instalação de infraestruturas de transmissores, estamos a falar de algumas regiões de Moçambique, particularmente das regiões de Belo-horizonte, Mandimba, mais tarde irá fornecer a localização em que os emissores já estão instalados.

Há toda uma preocupação técnica em avançar com a instalação de emissores de transmissão digital, nesta fase já esta avançada a nível de TMT a empresa que ira gerir o sinal de transmissão ela já esta pronta para a região sul, já tem emissores prontos que no final deste mês Novembro entrarão em funcionamento. O resto do pais vai ser progressivo estamos a falar de 11/12 emissores que estarão em torno das capitais provinciais para a transmissão do sinal digital e estamos a discutir aqui a nível técnico de infraestruturas de transmissão digital.

A nível de políticas e regulamentos em relação a transmissão digital está muito atrasado, estamos a falar de um pouco mais de 11 anos que o projecto de Lei de radiodifusão digital esta no Gabinfo que deve avançar para a sua aprovação de modo a se adaptar ou a regular, exactamente a transmissão digital da radio e da televisão do que a actual lei, que é lei de imprensa que data de 1991. Ela esta desatualizada porque foi concebida apenas para a imprensa escrita e a televisão na altura, agora assim que a televisão evoluiu, a radio evoluiu e também a imprensa esta a evoluir para o modelo digital. É preciso actualizar essa lei.

O Gabinfo avançou, contratou uma empresa de consultoria fez o trabalho, e de lá para cá não há avanço nenhum não sabemos se a lei esta ainda no Gabinfo ou se já foi remetida ao conselho de ministros para aprovação. Isto é um instrumento muito

importante que ira regular os próximos modelos de transmissão da radio para a televisão digital. Enquanto não existir isso nós iremos viver um período de um vazio muito grande para regular os conteúdos da rádio e televisão digital, por outro lado, um outro aspecto de todo o processo que esta a ser levado em termos de infraestrutura de transmissão digital estão aspecto social, o custo da SBT. Estamos a falar dos conversores. Os conversores ainda não têm um preço definido, penso que caberá ao Governo definir quanto vai custar mas, já tem um valor que se está a avançar. Estamos a falar de 25 USD por cada SBT, tendo em conta a conjuntura que nos estamos a passar, há cidadão que não terão capacidade de poder comprar este equipamento que estará acoplado ao televisor. Então, significa que muitos estarão excluídos do processo da migração digital

Se se avançar exatamente para a distribuição, continuaremos com défice porque neste momento e até final deste mês, o Governo vai adquirir 400 mil SBT. Estamos a falar num universo um pouco muito mais dos que tem televisor em casa caber a todos. Entretanto, a TMT tenciona vender esse equipamento ao preço de 1800mt, estou a falar a parte do cambio.

Quanto a modalidade dessa venda não sei, penso que eles vão contratar algumas empresas como a Movitel, TDM, então, as pessoas poderão ir adquirir lá, quanto a qualidade do SBT penso que, o Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique já foi directamente contactar a INOQ (Instituto Nacional de Qualidade) do ministério do comercio para verificar qualquer tipo de anomalia de SBT que pode ter. Penso que já foi aprovado, a qualidade vai ter que ser standard a nível nacional mas, coloca-nos um ponto de interrogação e se entrarem outros tipos decoders, quem irá fiscalizar? e esse é o grande problema. Outro aspecto que nós podíamos falar é a questão de infraestrutura de conexão entre as empresas e a transmissão. Estamos a falar de produtores de conteúdos, estamos a falar de televisões e TMT.

A infraestrutura já está conectada através do cabo de fibra óptica e os operadores de televisão e a TMT, penso que já esta a se transmitir neste momento, mas ainda não está definido se existirão outras infraestruturas de conexão, além do cabo de fibra óptica poderá se usar para transmitir ou via satélite. Mas isso irá encarecer um pouco as empresas produtoras de conteúdo, as televisões todas porque vão ter que pagar estes

serviços a TDM, porque o cabo de fibra óptica pertence a TDM. Acrescido também a um curso que o próprio governo ainda não divulgou.

Não entrou em acordo com os operadores privados das televisões que é o custo de transmissão de sinal, este custo de transmissão de sinal é importante que seja divulgado nesse momento para que os operadores privados planifiquem melhor os próximos tempos, quanto que irá lhes custar fazer chegar o sinal digital as províncias, eu vou avançar com uns dados que ainda estão a ser discutidos mas não são oficiais, a transmissão só para a cidade de Maputo irá rondar 2500USD mensais. E depois para o sinal chegar as outras capitais provinciais irá rondar por volta de 1500USD. Um questão de somar quanto isto irá custar para uma empresa privada vai ser uma pipa de massa, irão aguentar, isto tudo é o que esta ainda em *segredo não há dialogo* entre a TMT e o governo. A TMT representante do governo.

**Entrevistador:** E o acho que tem sido característica deste processo em relação a transparência.

**Entrevistado:** Não há diálogo. Existia primeiro uma comissão COMID. No inicio, a COMID avançou mas COMID foi extinto e já estava a tentar criar passos de dialogo entre operadores privados, televisão e TMT mas mal que a COMID foi extinto esse dialogo ficou parado, e depois hoje não há nada que permita o desenvolvimento da planificação por parte dos operadores privados quanto ao seu futuro, quer no equipamento, que tipo de equipamento eles forem comprar para fazer de standard HDMI ou High HD não está bem definido o tipo de equipamento que pode compactibilizar com equipamento TMT para transmitir o sinal. Com a SADC havia uma ideia de equipamento equivalente nos países da região para garantir a economia de escala.

**Entrevistador:** Nas últimas semanas ouvi o presidente do TMT em coordenação com a INCM, dizer que já haviam condições criadas para a transmissão, e que a questão, inclusive ate ouvi na radio que o governo tinha aprovado a redução dos custos de importação, nomeadamente, evitava a cobrança de taxas para importação de equipamento. Que equipamento é este? Onde esta a documentação?

**Entrevistado:** Este dialogo é um dialogo feito entre operadores privados e o conselho superior da comunicação social Houve esse dialogo e as preocupações dos operadores privados foram colocados a nível do governo em particular em autoridade tributária. O

despacho que foi feito foi um...não se trata de isenção nenhuma, estamos a falar de prorrogação do período de pagamento das taxas alfandegarias por 2 anos, e depois no mesmo documento de despacho de tal importação de equipamentos para um pagamento tardio.

Não está na classe dos equipamentos para a televisão, esta num outro tipo de equipamento a importar, estamos a falar de tractores não tem nada haver com a pauta aduaneira, não cabe entrar nos equipamentos de televisão, não está previsto na pauta aduaneira. E então vai ser um problema mais tarde quando os operadores privados começarem a tratar e vão ser ditos não é isto que esta previsto para a vossa inserção para....

**Entrevistador:** Isto significa que teremos que começar a desenhar uma nova política.

**Entrevistado:** Não sei. Terá que haver uma nova negociação quais são os equipamentos que devem estar previstos na pauta aduaneira. E a pauta aduaneira não prevê equipamento para radio, televisão digital eles enquadraram na categoria "K" que é de tractores, significa que haverá um problema nos próximos tempos e na altura de importação de equipamento, a nível político fala-se que já estão isentos na verdade não estão isentos há um problema escondido.

**Entrevistador:** Então continuamos sem desenhar estratégias e nem políticas como foi dito no inicio da conversa, que há mais de 11 anos, já devíamos ter alguma luz que orientasse, mas também fala-se de reactivar a COMID só que da maneira que esta acontecer, esta longe de dar segurança ao cidadão moçambicano e para qualquer investidor que a COMID esta reactivada.

**Entrevistado:** A COMID penso que esta reactivada eu ouvi mas, não tenho a certeza que ela já tem a vale para poder avançar mas tem muito trabalho por fazer além estabelecer o dialogo com os operadores privados COMID tem que fazer um trabalho intenso em termo de disseminação e informação relativo a migração digital para o cidadão moçambicano saber quanto isso vai acontecer e quando vai começar o tal apagão e todo mais outros aspectos detalhadamente, sobre a alfabetização digital, como podem instalar a antena quando tiver defeito, então são aspectos que COMID deve se envolver intensamente para esclarecimento ao cidadão portanto ainda há muito trabalho

por se fazer nos próximos tempos sobre a inclusão do cidadão no processo de migração digital.

Um outro aspecto já a nível das universidades, as universidades não são envolvidas nessa discussão de migração digital e elas desempenham um papel muito grande, particularmente aquelas universidades que leccionam curso de jornalismo, comunicação social os seus currículos podem estar desfasados em relação as reais necessidades do mercado digital, nos não sabemos que tipo de matéria lecionam aso estudantes de modo a que eles tenham enquadramento no mercado ou no negocio digital temos ideias sim de professores e docentes que não estão atualizados não entendem nada quase em relação a digitalização e outro lado não há nenhum incentivo em investigação em relação a digitalização de um modo que a gente produza conhecimentos locais que COMID, TMT ou outra instituição que estão no processo de migração não recolhe aos conhecimentos externos para a sua informação recorre aos conhecimentos produzidos internamente sobre a digitalização da radio e da televisão, este é outro problema dos que usam televisores analógicos.

**Entrevistador:** e que automaticamente deixam de haver grande parte de contribuição de investigação para produção de políticas que serviriam para fechar essas lacunas que existem e responderem a esses desafios internacional de desenvolvimento de tecnologia que ultrapassa de longe qualquer orçamento de um estado fraco como nosso que depende de ações, quando o Sr doctor fala de 10, 5, 6 anos a espera de computador quando ele chega as necessidades que nos tínhamos já não tem nada.

**Entrevistado:** Há uma quantidade de trabalho que deve ser feito para que a gente avance para a digitalização da radio e televisão. Nós não estamos a discutir agora a questão da radio, a digitalização neste momento somente esta televisão mais tarde vai ter que entrara questão da radio, a escolha através do modelo, a escolha de sistema de transmissão e que tipo de equipamento a comprar também uma questão importante que esta adiada depois da discussão da televisão digital iremos falar da televisão interativa é uma questão também que não esta contemplada nas discussões actuais tivessem discutido num pacote único digamos assim a televisão interativa é uma televisão mais próximo do cidadão em que o cidadão pode interagir com a televisão com a radio através do seu controle remoto, através do seu celular ou tablete para aceder aos conteúdos personalizados. É um outro aspecto adiado este, e outro aspecto que ainda

precisa de muita discussão previa ter sido discutida num único pacote agora que estamos a falar da televisão digital.

**Entrevistado:** Nós adiamos e estamos a insurgir a uma mono-frequência que nem sequer conseguimos fazer a utilidade.

**Entrevistado:** Há ainda mais outro aspecto, relativo as rádios e televisões comunitárias esse é o calcanhar de Aquiles, porque se vamos falar de rádio e televisão comunitária estamos a falar de uma audiência capturada por esses meios rurais, quase 80% da audiência moçambicana é da audiência das rádios comunitárias ela *não esta sendo contemplada no processo da migração digital* porque o modelo de discussão que esta a ser levado sobre a digitalização da radio e televisão é um modelo quase praticamente que comercial e essas rádios e televisões comunitárias não tem capacidade financeira para poder transmitir o seu sinal pelos custos que se prevê praticar pela TMT. Então ficarão excluídas as televisões comunitárias que tem um papel muito importante dentro das comunidades, este é um outro aspecto que COMID diz que sim está contemplado mas, na verdade que sem esse não vai conseguir tirar do seu orçamento um valor para pagar pelo sinal de televisão digital, embora muitas das rádios comunitárias mais ou menos, fiz mapeamento de 6 ou 7 rádios comunitárias, não televisões comunitárias e dessas televisões comunitárias o que fazem neste momento é a re-transmissão do sinal da TVM, elas devem avançar para atonomia.

**Entrevistador:** E essas são os canais que estão mais próximos do povo, porque também trabalham com as línguas locais, são as únicas que são ouvidas e onde as pessoas podem participar da televisão...

**Entrevistado:** *a comunidade identifica-se mais com a rádio e televisão comunitária do que com o canal de televisão nacional, porque fala a língua, toca assuntos que são mesmo visíveis da própria comunidade e a comunidade sente-se identificada com os estatutos transmitidos.*

**Entrevistador:** Esta questão de hibernação na produção de políticas a que se deve, porque que não estamos a produzir políticas!

**Entrevistado:** *Não sei, não sei se posso falar ou não. As pessoas que estão colocadas la são pessoas que não entendem nada da área não sabem onde começar, onde pegar então o resultado e esse que palpeia-se onde começar, um e outro claro entende mas na*

verdade faz-se muito esforço para perceber daí que esta demora toda em produzir alguma regulamentação por exemplo.

Talvez poderia lhe interessar um outro aspecto, relativo a produção de conteúdos, isto é *ponto fulcral é resultado de uma pesquisa recente que eu fiz por todas as grelhas de produção de conteúdos dos canais de televisão privadas quase 80 e tal % dos canais privados de televisão não tem conteúdo suficiente para transmitir quando formos a transitar para o digital, conteúdos que podem pelo menos caber 24 sobre 24h, é o grande défice, é o grande problema de que nós iremos enfrentar nos próximos tempos.*

Canais sem qualidade e o ouvido do telespectador será muito exigente quanto a qualidade, então que nesse estudo feito notei que o único canal que consegue produzir conteúdo... TVM são conteúdos de produção nacional, os restantes canais privados são produtos importados novelas, filmes, seriados, todos eles são produtos de importação, então significa que há um desafio que a nova lei de regulamentação da rádio difusão contem por ai uma percentagem de produção de conteúdos nacionais como norma, como algo obrigatório que os canais devem fazer para produzir conteúdos nacionais.

**Entrevistador:** O que poderá acontecer se estes não conseguem responder a percentagem estipulada?

**Entrevistado:** O que vai acontecer é que estarão em momento morto terão produção de conteúdos porque a televisão digital vai transmitir por pacotes, se produz o pacote e acaba o pacote significa que para o restante não vão conseguir preencher a não ser que façam um showrealy de programas ao vivo, programas de entretenimento.

**Entrevistador:** Estaremos a pensar que alguns vão fechar

**Entrevistado:** O cenário do fecho não vejo assim vão funcionar com défice como já vi alguns estão a funcionar com um défice muito grande de conteúdos e tem preenchidos os seus espaços com filmes seriados que na verdade não nos identifica isso.

**Entrevistador:** E o povo esta a pedir isso.

**Entrevistado:** Estamos a precisar de conteúdos que se identifiquem connosco, podem ser documentários, entrevistas.

**Entrevistador:** Mas produção de televisão é muito dinheiro.

**Entrevistado:** Sim televisão é cara em qualquer canto do mundo a televisão é cara, agora como fazer uma produção nacional! Criação de uma indústria criativa, fortificação da industria criativa para a produção de conteúdos nacionais, como fazer isso?

Já é a nível macro do governo deve começar a unificar, criar aquilo que chamam de plaster purificar as pequenas empresas que existem de musica, vídeo, de televisão, pequenos produtores de garagem que eles venham a tona e que colaborem para produção de conteúdos nacionais, que os canais privados mesmo públicos podem se socorrer deles para comprar esses produtos isso é uma política a nível do governo, criar organização muito grande de produtores nacionais uma industria criativa que possa auxiliar a produção de conteúdos nacionais, claro não tem qualidade neste momento mais aos poucos eles podem vir exactamente a ganhar um padrão de exigência de qualidade e poderem fornecer aos canais de televisão privados.

Há muita oportunidade nos próximos tempos para os produtores privados exactamente criarem negocio digital, para quem estiver interessado em criar empresa agora é altura, não só a criação de empresas produção de produtos de conteúdos tem muito espaço, afinal contas a TMT vai dispor de 60 canais, 20 e tal canais vão ser ocupados por canais privados e os outros vão ser vendidos para quem quiser, significa que cada um pode criar o seu canal televisivo pode comprar o espaço na TMT e transmitir os seus conteúdos, uma grande oportunidade que se abre com a televisão digital.

**Entrevistador:** Esta questão das empresas não poderem sobreviver no caso do Gabinfo que esta falar de preda de 80% de produção de conteúdos nacional para licenciar, bem já estão licenciados não lhes vão tirar a licença mas lhes vão exigir produção, existem aqueles que tem produção '0' não tem produção e agora o que se faz com esses canais que tem canais? Esta adiantar grandes lições de reaproveitamento destes e agrupados funcionarem em ultimo bloco sabemos também que existem outros que nascem por influencia que não permitem essa partilha, alguns tem haver com o poder político outros com poder electronico e o cenário que estamos a ver no ar ...

**entrevistado:** É que nos estamos a entrar num caminho muito aberto muito concorrencial o que significa que a produção de conteúdos vai ser muito independente, teremos muitos pequenos produtores a fornecer conteúdos para canal de televisão,

estamos a falar de produtores de underground, aqueles das garagens que fazem musica nas garagens, Hip Ho, rap, vão começar a aparecer a tona a alimentar alguns canais de televisão e da radio.

Filipe Baloi: E esses canais vão poder comprar? O mercado será que tem condições para comprar tanta televisão?

**Entrevistado:** Vamos la ver, nos próximos tempos temos que esperar que esperar que...

**Entrevistador:** Temos um outro assunto ligado a isto que é a televisão por pacotes fechados, estes ocupam grande parte dos mercados onde há maior concentração de poder de compra, qual é a leitura que se faz dela da proximidade que a TMT vir a competir com estes canais que tem canais internacionais de renome e que tem pacotes ate certo ponto bonificados, atraentes que já conquistaram o mercado de certa forma e esta dificuldade ate de comprar um decodem de 1500, 1800mt o que a gente pode esperar disso.

**Entrevistado:** A TMT esta a nascer como uma multiplacitadora de transmissão de sinal da logica comercial, tudo nele é comercial desde a venda dos decodems, venda dos sinais, tudo é comercial, esta concebido para serviços públicos da radiodifusão os serviços públicos de radiodifusão devem acautelar a questão de contribuinte aquele que paga para ele poder funcionar, não esta a ser cautelado isto tudo vai ser vendido os conteúdos da radio e da televisão que serão transmitidos da TMT vão ser vendidos, temos que discutir a questão da responsabilidade publica do canal publico. Nestas matérias de responsabilidade de serviços públicos os canais privados também fazem, então dai que devem ser comparticipados claro que em algum momento o noticiário beneficia a pontuação e sendo um serviço publico o governo deveria comparticipar ou isentar algo nos serviços dos operadores privados.

**Entrevistador:** Há um projecto piloto que esta nesse momento em funcionamento estala-se 18 emissores antes desta nova rede que a TMT esta instalar com startime que foi fruto de doação por parte do governo, televisão, a nível do INCM que vem das leituras que faço vem dos frutos de recomendação da SADC para que os países na sua vizinhança, não tenham problemas na interferência das emissões de um pais para o

outro país então convinha que os países acelerassem o processo de proteger o seu público e público da vizinhança.

**Entrevistado:** O que sei em relação a isso é, não são emissores colocados do lado digital ouve um projecto piloto de instalação de emissores nas zonas fronterizas de Mocambique, Mandimba, Milange, Ponta de Ouro e outros distritos porque houve um acordo entre os países da SADC para que cada país protegesse a não interferência do sinal estrangeiro no seu país, ouve esse acordo e depois cumpriu-se ate que em Junho deste ano alguns países já estavam avançados, como o caso de Mocambique, países vizinhos de Mocambique começaram avançar com a transmissão do sinal digital, que é o caso de Malawi, Tanzania, Zambia, Swazilandia e tivemos um incidente aqui na zona fronteira na Ponta de Ouro em que houve invasão do sinal da Swazilandia, e isso significa que o avanço já esta a desaparecer, Mocambique já deveria ter avançado, o prazo da SADC já passou a muito tempo estamos a falar de 31 de Dezembro de 2016, então nos próximos tempos estamos desprotegidos, então Moçambique tem que avançar rapidamente sobre o risco de sermos invadidos com o sinal de países vizinhos.

**Entrevistador:** Esses emissores, uma das justificações era de que serviriam para ensaios para projectos definitivos, seriam de ensinamentos, desaprendizado seria um processo de transmissão de conhecimento, de tirar duvidas de esclarecimento e houve ate inclusive 2000 decoders que na altura do lançamento do projecto foram disponibilizados, das reuniões que tenho tido sorte de participar, nas conferencias em nenhum momento a TMT sabe dizer onde estão alocados esses decoders e nem quem esta a usar decoders para seja la qual for.

**Entrevistado:** Mesmo que tenham sido distribuídos decoders não era possível funcionar porque o funcionamento em televisão digital depende dos operadores, TMT e depois emissores que estão a ser instalados nas províncias e dos emissores nos locais pilotos onde foram instalados. Só que entre os locais pilotos onde estão instalados os chamados emissores os "Sites" não há conexão a nível central, nível da TMT esta tudo solto, criaram o Site e ficaram insolados, alguns Sites colocados nos distritos onde não existe energia electrica, estão la a apanhar poeira então tem que haver um blackborn que ligue Sites à TMT central para transmitir o sinal digital. Acontece que há distritos que o sinal, o cabo de fibra optica não chega esta apenas nas capitais provinciais mas, há distritos localizados que não tem cabo de fibra optica o governo como fara chegar o

sinal digital, os canais que tem de televisão. Ai esta a se pensar na criação de sistema de transmissão via satélite, tenho minhas duvidas satélite é cara de tal modo que não vai ser possível transmitir para zonas do apagão, zonas escuras isso não é esclarecido a nível do governo como que irão assegurar a transmissão do sinal para essas localidades que não tem emissores via satélite portanto há muita coisa que precisa ser esclarecido.

Entrevistador: Definitivamente sempre bati-me com isto com a TMT a dizer que os emissores com a INCM porque estavam a responder a um mandato da SADC que se por acaso um emissor de Moçambique interferisse numa transmissão digital do emissor da vizinhança na historia do país, imediatamente mandaria cortar o sinal vindo do sinal analógico e politicamente não se diz isto, politicamente diz-se ...devia ser isso era suposto que houvesse. Agora perante a este cenário nos estamos a 1 ano quase com os emissores alocados estamos a dizer que os emissores servem para os ensaios, e um projecto piloto mais nos não estamos a preparar as pessoas o que vai ser depois.

Entrevistado: Eu não sei se surpresa tudo que esta a ser feito no secretismo o que estou a dizer agora é fruto de muita pesquisa...agora o povo é que não sabe de nada e não sabendo então vai ser colhido de surpresa na altura da transação digital e agora já dizem que parece que no final deste mês de Novembro a região sul de Moçambique começa a transmitir o sinal digital porque estamos a falar dos emissores da TVM já estão prontos, Moamba e mais alguns distritos, são essas surpresas sim, vão transmitir mas vão transmitir o que, quem é que vai captar quem é que tem decoders, conversor ninguém tem politicamente não esta correcto.

Entrevistador: Não estaríamos a correr um perigo ao concentrar-nos na Startime, a Startime esta a montar o sistema, é sócio maioritário da TMT, Startime é que esta alocar decoders em Moçambique. Havia um projecto entre Itália, Estados Unidos, Espanha e Austrália de fornecimento de certo equipamento, mas quer me parecer que vem tudo da china não estaríamos aqui num perigo de por acaso estamos a desconfiar mas, os negócios com a China por vezes não tem sido dos melhores.

**Entrevistado:** É uma das opções que o governo decidiu que é transformar o negócio digital em negócio do governo nos outros países como a Tanzânia por exemplo há uma estrutura mista deste negócio público/privado por exemplo entre o governo e a Gotv no caso de Tanzânia eles estão a avançar muito bem, o privado trás o capital e o

equipamento e o governo comparticipa nisto e funciona no caso Moçambicano não é um negocio puramente estatal há um perigo na minha leitura que nos próximos tempos havendo monopólio dos estados sobre sinal de transmissão digital quem é que pode transmitir, quem é que não pode, é o maior perigo, se falou mal corta-se o sinal e acabou. Mas não significa que exclusivamente a TMT é que ira transmitir o sinal digital, temos também a Gotv, a Tvcabo, temos outras companhias em que os sinais das televisões podem ser transmitidos.

**Entrevistador:** Esta simbiose este casamento entre a TMT e a TVM sendo uma operadora produtora de conteúdos, socio maioritário estatal, televisão mais antiga como é que olha para outras televisões.

**Entrevistado:** Este tal de silencio que há de diálogo entre a TMT e os privados, TMT esta concebido para resolver os problemas do publico e não para...ate por causa da primeira sugestão nos primeiros momentos de discussão diziam que os privados que criem a TMT deles, que criem os multiplexadores deles porque eles tem muito dinheiro para a discussão inicial viu-se que afinal de contas eles terão que depender da TMT para transmitir o seu sinal digital.

**Entrevistador:** É possível falar do pluralismo mediático?

**Entrevistado:** Podemos falar sim do analógico neste momento, a lei é muito acessível a lei de liberdade imprensa ela permitiu a entrada de muitos canais de televisão, radio estamos a falar de jornais, agora não sei se falaremos do pluralismo mediático digital e já teremos, pois problemas solucionados com a presença dos canais privados no mercado da comunicação.

**Entrevistador:** Será que os privados estando neste momento a sobreviver com os poucos Sites que tem e com a boleia dos transportadores privados tais como a Gotv, Tvcabo, Zap poderão optar por ficar na situação que estão e ficar sem usar as antenas da TMT.

**Entrevistado:** Eles poderão optar ou vão para Gotv, Tvcabo, Dstv ou vão para TMT o mercado esta aberto só que dependera se o privado for a verificar que os custos da TMT são altíssimos ele vai para o transmissor privado...infraestruturas que cheguem ate ao interior de Moçambique então por isso tem a opção vai ser a TMT pouca das infraestruturas da televisão de Moçambique.

**Entrevistador:** Mas a política do privado é normalmente rentabilizar o investimento

**Entrevistado:** O privado sobrevive da venda dos seus produtos e serviços totalmente diferentes do público que presta serviços puramente públicos então vamos ver nos próximos tempos como vai ser a opção da escolha do transmissor d sinal.

**Entrevistador:** Neste cenário da televisão e a TMT a Televisão de Moçambique parece...com a TMT quase que equilíbrio e ate confunde-se por vezes por causa da questão quadros e de equipamentos qual será o papel que a televisão tem perante isto.

**Entrevistado:** A TMT foi criada por uma empresa pública, mas só que acabam se fundindo dentro da Televisão de Moçambique e da Radio Moçambique. Bem esperamos que a TMT venha a ter as suas instalações próprias conforme esta previsto nos projetos, mas neste momento a formação de técnicos que irão integrar TMT nos próximos tempos são técnicos da Televisão de Moçambique, se for a reparar todos que foram enviados para China, Alemanha todos eles são funcionários da TVM, a TMT não sei como vai gerir isso a questão da recursos Humanos ou vai ter que negociar com TVM os que querem ir a TMT vão pois acabaram criando défice a TVM, significa que há défice de técnicos e este défice não só reflete a nível da TMT como da TVM, como a nível privado não estão preparados não tem técnicos no caso de avaria de algum equipamento digital na televisão, os privados não estão em condições de fazer a reparação tem que haver uma contribuição do governo em formar alguns técnicos para poder inserir no mercado privado também e esses técnicos só podem vir das universidades, dessas universidades que são excluídas no processo de quadro do futuro.

**Entrevistador:** Então não podemos considerar que a Televisão de Moçambique tem um grande contributo para o processo de digitalização.

**Entrevistado:** Bastante porque é um serviço publico da radio difusão e sendo assim eles trem que trabalhar no sentido de que o sinal chegue ate ao interior dos confins de Moçambique porque estamos a falar do cidadão moçambicano que deve ter o direito ao acesso à informação e esse é o papel da Televisão de Moçambique. Agora tem o conceito comercial que esta sendo levado a cabo pela TMT que é exatamente vender produtos de alta qualidade com pacotes Premium, os pacotes Premium que a TMT esta a projetar neste momento, produtos de alta qualidade somente vão ser vendidos aqueles que ... é que serão disponibilizados ao público contribuinte sinal aberto.

Entrevistador: Olhando para a Televisão de Moçambique os estudos do mercado mostram que para além do período das 6 as 8h que o jornal da manhã o bom dia e das 20 as 21h que é o Telejornal não tem outros conteúdos que vai vender. Porque não temos qualidade e não estamos a investir na qualidade nos técnicos.

**Entrevistado:** Uma outra questão que lembrei e a questão de regulamentação dos conteúdos todos os reguladores a questão de regulamentação vai ter que mudar nos próximos tempos em alguns outros países esta a mudar bastante o sistema de regulação havendo uma convergência radio, televisão, imprensa, o modelo antigo de regulação terá que mudar no processo digital porque, na verdade algumas tarefas transferem-se para o outro lado e depois daí já não sabem a quem pertence o peloiro de regulação, estamos a falar do Gabinfo, Instituto de Comunicação Social, INCM que são os três reguladores que nos temos que acabam por ficar baralhado no processo de regulação quer dizer a radio digital será regulado aonde, INCM ou Gabinfo qual é o papel do Instituto Superior de Comunicação de Moçambique, há aqui um desafio de unificar o regulador e criar um regulador único. E esse regulador único vai diminuir os custos, as despesas vai exatamente concentrar mais em um único objetivo que é colocar o desafio da digitalização da radio, é uma discussão o que vão regular? Há princípios universais que devem ser acautelados no processo de regulação de conteúdos Direitos da Criança, Direitos Humanos, conteúdo de qualidade, valorização da cultura nacional, são alguns aspetos que a regulação deve ter em conta em que todos os canais de televisão devem ter em conta na sua transmissão.

**Entrevistador:** Outra questão tem haver com a própria TMT que é constituída pela TVM, Movitel, TDM, Radio Moçambique, a TDM sai inicialmente como socio...

Entrevistado: Não. A TDM entra como quem partilha com as infraestruturas juntamente com a movitel, entram como detetores de infraestruturas a TDM tem cabos de fibra optica, a Movitel tem cabos de fibra optica e linhas aéreas que chegam em zonas rurais de moçambique então são essas infraestruturas que a TMT ira aproveitar para fazer o sinal ao interior de moçambique.

**Entrevistador:** TDM, TVM, Radio Moçambique e Startime, a TDM não esta na linha de frente mais ela tem infraestruturas, se a TMT precisar de infraestruturas tem que alugar.

**Entrevistado:** Não a lei que foi aprovada, a lei de partilha de infraestruturas de transmissão, a lei das telecomunicações por acaso esta muito bem detalhado, mas ainda não fiz um estudo comparativo para verificar o que esta lei tem de incompatível com a digitalização é provável que haja algo de incompatibilidade ou a lei esta desatualizada...

**Entrevistador:** Sim porque a TMT já entra por defeito, tudo vem da China todo investimento e os Chineses detém 40% sobre as ações da TMT sobre os outros 30% da TVM e 30% da radio e 30% da Startime corporation. Isto é uma empresa publica a TMT é uma empresa pública cujo sócio maioritário e investidor e detetor de conhecimento e de finanças é um estrangeiro.

**Entrevistado:** Não. Pega-se nesses 40% confronte com a lei de investimento em Moçambique ira ver que a lei de investimento em moçambique diz que a contraparte estrangeira só tem direito a 20% porque a lei de investimento não permite que o estrangeiro tenha 40%.

**Entrevistador:** Estes queriam 60% queriam tomar decisões de tudo o governo recuou e decidiu que vamos pôr uma capa alternativa a TMT vai ser dirigida politicamente pela TVM, RM alternativamente...entretanto a gestão toda é...cidade de Maputo...o que isso significa?

**Entrevistado:** Significa que nos estaremos sob o controle da China.

**Entrevistador:** E os ouvintes que não tem conhecimento e nem domínio disso não fazem essas analises todas disseram que recebem através da Gotv, Startime programas da China querem saber o que se passa, têm visto novelas da China a passar vezes na TVM, será que não temos nada para mostrar?

**Entrevistado:** Há um monopólio da China em relação ao negócio do digital em Moçambique?

**Entrevistador:** Espero que sejam leis conosco porque em alguns pontos não foram ... outra coisa tem haver coma estratégia de comunicação como é que deveria ser, a estratégia de comunicação não esta a acontecer há uns pequenos produtos, pequenos conteúdos que passam na TVM acho que é aos sábados um programa Moçambique Digital ....é virado para quem? Quem é que vê aquele programa?

**Entrevistado:** Um publico muito reduzido, a estratégia de comunicação em serviço deve ser de caracter nacional, criar os ativistas a nível das comunidades em linguagem muito simples, como poder informar o publico sobre o processo de digitalização e que aja uma equipe técnica por trás dos mobilizadores sociais, que acompanhar como é que instalou o seu equipamento, se o sinal esta a chegar com boa qualidade conforme o padrão definido, nos não temos isto, nos temos mais técnicos de como instalar a nível central depois não tem o controle a nível da base... Todo um trabalho de informação e disseminação de informação a nível de todo o território nacional. Sobre a digitalização e essa estratégia cabe a COMID. A COMID é que deve fazer isto criando não só programas na TVM, mas nas Rádios comunitárias que também tem interesse nisso estamos a falar a nível de palestras, jornais fazer uma campanha quase nacional tem divulgação sobre a digitalização.

#### **Entrevista com Ema Canda – Chefe de Departamento – TVM**

Entrevista conduzida no seu gabinete no dia 04/06/2017

#### **Fale-nos do que consistirá em a digitalização da TVM.**

A comunicação entre a central técnica em Maputo e a central de Inhambane, que também vai ser mais ou menos o mesmo, a de redes, então, mais do que tu dizes vou instalar um gravador ou outro equipamento, sem necessariamente falarmos dos sistemas de produção e de televisão, integrados em redes informáticas modernas com arquivos.

As redes são assim, estão ligados ao sistema de televisão e a um arquivo central. Mas estas redes são e instaladas e, de alguma forma, temos que atualizar o softward destas maquinas que nós temos. Porque tu não vais ter maquinas novas, vais ter uma mesa de vídeo nova totalmente digital, nós vamos trabalhar no padrão full HD 1008i, então o que nós temos agora, o que temos de digitar é *estander definicion*, e não full HD. Então nos vamos trabalhar no processamento do sinal dentro da TVM, será full HD em 1080 e esse é o padrão principalmente, obtêm um bocado, e não vais comprar um televisor e dizeres que eu quero um HD.

Ademais, tu sabes se tem resolução ou capacidade de resolução e é do melhor que existe agora, existe a 4k mas o 4k não, ainda é uma discussão muito grande não se usa, poucas televisões, podem ter algum sistema isolado mas em boa comercial 4k, mas depois no fim quando vai processar ele converte para HD, e isso quer dizer que no momento de televisão é assim se tu tens um sinal superior ao estilo full HD e se fores converter para SD *stander definition* continuas a ter qualidade. Por exemplo, o sistema da TMT onde nós vamos entregar o nosso (TVM) sinal para chegar as famílias, não quer dizer que sei o que eles vão funcionar em stander definitions, quero dizer que em SD então nós vamos processar em HD e depois vamos converter para stander definitions mas mesmo assim, o padrão será alto. Isto porque se nós fomos para full HD, foi pensado ao nível do crescimento da televisão.

Não é periódico. Por exemplo, quando se mostrou o CTC o equipamento que estava no CTC era top de gama. Em 1998 foi prometido e nós aguentarmos dos 20 anos, porque nós sabíamos que o governo não desembolsa grandes valores para o desenvolvimento com muita facilidade e então nos queríamos ter o cuidado de ter o melhor que existe. Neste momento, com todo sistema full HD que nos permite ter/estar em todo o horizonte e não posso em 5 anos, ou em 2 anos porque nós não temos fundo próprio para investir em equipamento. Queria voltar a pedir algum investimento ou reinvestimento em equipamento, vai ser substituído sim o equipamento no CTC e nas províncias. Então, 8 províncias têm um nível de equipamento dos centros menores, centros provinciais, que é full HD si, mas em tamanho menor.

Assim, Beira e Nampula passam a ser centros regionais, vamos ter a mesma capacidade que o estúdio regional em Maputo, porque para termos equilíbrio regional é preciso haver esse equilíbrio regional na produção da TVM, então podemos ter um grande centro na Beira e um grande centro Norte, pelo são salvaguardadas as grandes produções na zona norte e na zona centro com o mesmo padrão para que não aconteça o que aconteceu agora que o sinal produzido por exemplo, em Niassa.

Os materiais enviados a partir das províncias são de baixa qualidade. Tu logo vez de que a isso é peça de Lichinga sem mesmo ver de onde é, porque a qualidade de lá é má, porque a qualidade de vídeo também deixa a desejar, e não sei o que é isso ai nós temos uma decisão pública e isso um dia pode levar um debate para assimetrias. Deverá ser

investido lá também para que não digam que são cidadãos da segunda. É preciso ter muito cuidado com essa questão do equilíbrio até tecnológicos quando se faz isso então, temos que criar uma qualidade igual na mesa de mistura que estará em Niassa, a mesma que estará em Pemba, que estará em Tete, que estará em Chimoio, que estará em Inhambane em Gaza e na C.T.P da Matola, mesmo desaine de estúdio igualzinho, agora Beira e Nampula terão o mesmo nível de equipamento, do mesmo numero de câmaras que o estúdio de informação em Maputo de modo que quando quiserem fazer coberturas políticas.

Qualquer um que esteja na região norte possa deslocar-se para o centro e norte, então provavelmente interesse especificar qual é o misturador, qual é o especificador pode ser indesejavel por tanto a politica técnica que não recriou foi isso. Nós trabalhamos pelos construtores da SADC e na altura falávamos sobre isso, é o equilíbrio regional, eu dizia não é verdade, só o facto de tu dares uma câmara a Sónia/SONY no C.T.P de Maputo e dares uma..., numa outra marca que ganhe o C.T.P da Beira e aquela a dar problema é de Maputo, dirão, eles deixaram melhor para eles, então nós tentamos criar esse equilíbrio não.

No inicio nós até queríamos um estúdio móvel na Beira e um estúdio móvel em Nampula, não sei se conseguimos fazer isso, não sei como é que a sede vai decidir tratar isso, mas havia essa questão, que a nossa equipe não tem de sair daqui com equipamento, nem se tem de ir pessoas para apoiar na produção, no norte ou no centro encontrem lá equipamento de ponta que poça do mesmo nível de Maputo, ou próximo disso ou que poção tirar um carro da Beira e ir a Tete ou ir ao Chimoio para ir fazer uma cobertura e que tenha exactamente nem, porque o principio é esse porque a TVM é uma. Então nós vamos fazer esse equilíbrio tecnologico nem que seja pelo menos, é o que a gente pôs no projecto né, porque as vezes nos preocupam essas alterações que eu dizia, que o que vai acontecendo que a gente depois não sabe muito bem o que mudou, **mas foi ai que também, as equipes que foram para china por exemplo convocaram os técnicos do norte e do centro também** sim mas foi por causa da TMT porque, o que é que acontece, neste momento, a TVM faz com a sugestão da rede, a rede da TVM. Os técnicos que fazem a manutenção do emissor onde está o não importa em que lugar esteja desta provincia ao menos são os técnicos locais então se vamos pôr emissor digital, e eles só sa-

bem trabalhar com emissores analógicos, se vamos mudar a filosofia da cobertura de rede, é importante que os técnicos locais tivessem tido essa formação.

Assim, já esta a acontecer neste momento, os chineses chegam a província quando os técnicos da província que foram lá, que fomos em 2 lotes, foram 10 de modo que todos os técnicos das províncias estejam dentro do que esta a acontecer a rede, então as remodelações quem dá os primeiros socorros, quem dá as primeiras intervenções na província são os técnicos locais. **Praticamente a TMT continua definitivamente a ser um braço extensão da televisão de Moçambique** agora o problema..., é possível que a coisa mude, porque neste momento a TMT soma a quilos de um vídeo, até agora porque o governo ainda não deu aval para contratação, portanto depende muito da contratação de edifícios, porque a TMT não tem uma formação com a sede e a sede esta com a produção nem quando as coisas estiverem, refiro-me ao edifício, já estruturado, provavelmente aí terão sim de contratar pessoas, e quando isso acontecer talvez eles estruturarem melhor e talvez libertem um pouco a TVM teve que assegurar, terá de segurar a TMT **como tem vindo a fazer agora** pode ser que depois no futuro, porque os nossos técnicos são hídricos o mesmo que cuida do emissor é o mesmo que cuida da parte de produção da TVM então é mais ao menos por aí **mas é interessante**